EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria do Arquivo

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 130 QUARTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1990 BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 150ª SESSÃO, EM 9 DE OUTUBRO DE 1990

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

– Nº S/47/90 (nº 1/90, na origem), encaminhando o Projeto de Lei do DF nº 58/90, que autoriza a reestruturação dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.

1.2.2 – Comunicação da Presidência

– Prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do DF nº 58/90, lido anteriormente.

1.2.3 – Leitura de projeto

– Projeto de Lei do Senado nº 171/90, de autoria do Senador José Paulo Bisol, que institui o Fundo Nacional de Terras e dá outras providências.

1.2.4 – Requerimento

– Nº 348/90, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, solicitando autorização para ausentar-se do País nos dias 9 a 13 de outubro.

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – Conflito no Golfo Pérsico. Retorno ao solo pátrio dos brasileiros residentes no Iraque.

SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA – Pleito eleitoral do último dia 3. Reunificação da Alemanha.

SENADOR ALBERTO HOFFMANN – Centenário da colonização do Município de Ijuí, no Rio Grande do Sul.

SENADOR MANSUETO DE LAVOR – Considerações sobre a eleição de 3 de outubro.

1.2.6 – Apreciação de matérias

– Requerimento nº 347/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, lido em reunião anterior. **Aprovado.**

– Requerimento nº 348/90, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

1.2.7 – Requerimentos

– Nº 349/90, de autoria do Senador Irapuan Costa Júnior, solicitando licença por 125 dias. **Aprovado.**

– Nº 350/90, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando do Ministro da Infra-Estrutura informações que menciona.

1.3 – ORDEM DO DIA

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 39, de 1990, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários dos servidores civis da administração direta, autarquias, fundacional e indireta do Distrito Federal e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei do DF nº 41, de 1990, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que regulamenta o art. 39 da Constituição, relativo ao Regime Jurídico dos Servidores das Fundações Públicas do Distrito Federal e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 45, de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis das Fundações Públicas do Distrito Federal, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

EXEMPLAR ÚNICO

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... Cr$ 1.069,00

Tiragem. 2.200 exemplares.

Projeto de Lei do DF nº 50, de 1990, que autoriza a desafetação de bens de uso comum do povo, situados no Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, QL 4/9, 4/11, 4/12, 4/13 e 4/14, Região Administrativa I, dentro do espaço territorial do Distrito Federal, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

Projeto de Lei do DF, nº 53, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, a doar os imóveis que especifica e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

Projeto de Lei do DF nº 43/90, que dispõe sobre o aproveitamento de servidores na carreira Administrativa Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, criada pela Lei nº 82, de 29 de dezembro de 1989, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33/80, que dispõe sobre a criação de quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências. **Apreciação so brestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Proposta de Emenda à Constituição nº 4/89, de autoria do Senador Leopoldo Peres e outros Senhores Senadores, que acrescenta um § 6º ao art. 5º do ato das Disposições Constituicionais Transitórias. **Declarada prejudicada**. Ao Arquivo.

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Adiamento da eleição, pelo Senado Federal, dos membros do Conselho da República, marcada para hoje, às 18 horase 30 minutos.

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR POMPEU DE SOUSA – Revisão constitucional em 1993. Resultados das eleições de 3 de outubro.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES – Considerações sobre as eleições de 3 de outubro. Resultados das pesquisas eleitorais no Estado da Bahia.

SENADOR JOÃO CALMON – Inauguração do Instituto Superior de Educação do Pará.

SENADOR EDISON LOBÃO – Campanha eleitoral no Maranhão, e o erro das pesquisas eleitorais naquele Estado.

SENADOR ODACIR SOARES – Apelo em favor da liberação de recursos para a execução do Plano Plurianual da Embrapa.

1.3.3. – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 200 e 202/89, 50, 139, 163, 165 e 187/90 (Republicações)

Nºs 199 a 204/90

3 – ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

– Nº 5, de 1990 (Republicação)

4 – MESA DIRETORA

5 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 – COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 150ª Sessão, em 9 de Outubro de 1990
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura
Presidência dos Srs.: Nelson Carneiro, Pompeu de Sousa e Antônio Luiz Maya

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Nabor Júnior — Aureo Mello — Odacir Soares — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — Edison Lobão — Afonso Sancho — Mauro Benevides — Humberto Lucena — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Gerson Camata — João Camata — João Calmon — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Roberto Campos — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Alberto Hoffmann — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO Nº S/47, DE 1990

(Mensagem nº, 1/90, na origem)

Brasília-DF, de outùbro de 1990.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em consonância com o disposto na Resolução nº 157/88 do Senado Federal e nos arts. 73, 75 e 96, II, alínea b, das Disposições Permanentes, combinado com o art. 16, 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a elevada apreciação dos ilustres Membros dessa Colenda Câmara Alta, o anteprojeto de lei que autoriza a reestruturação dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.

2. Pretende esta Corte, face à iminente instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e o aumento do número de Conselheiros de 5 (cinco) para 7 (sete), conforme disposições insertas nos §§ 1º e 2º do art. 16 do ADCT, no parágrafo único do art. 75 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 91-DF, de 30 de março de 1990, obter autorização legal para proceder a reestruturação de seus Serviços Auxiliares, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, com o fim de fazer frente às atribuições constitucionais do controle externo na fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial do Distrito Federal.

3. Os cargos em comissão ou funções de confiança de que cuida o art. 2º do anteprojeto em tela, destinam-se a atender os gabinetes dos Conselheiros, em número de 2 (dois), cargos estes criados por preconceitos, constitucionais e em fase de nomeação, bem como à reestruturação dos Serviços Auxiliares, previsto no art. 1º do anteprojeto.

4. O aumento da função fiscalizadora do tribunal, em decorrência do notório crescimento das atividades administrativas do Distrito Federal, provocou a insuficiência de servidores com que conta esta Corte para o exercício de sua missão constitucional e legal. Essa insuficiência tende a agravar-se na medida em que o texto constitucional delegou novas e crescentes atribuições às Cortes de Contas, dentre elas a de controlar as admissões e dispensas de pessoal, inclusive eventual, bem como das contratações de mão-de-obra indireta, evidenciando a necessidade da adequação do quadro de funcionários especializados.

5. Diante dessa constatação, houve por bem esta Casa sugerir a elevação do número de cargos da categoria de Analista, da Carreira Finanças e Controle Externo, na forma do art. 4º do anteprojeto, que determina uma mínima e necessária ampliação do quadro de servidores da atividade-fim.

6. À semelhança das leis nºs 33, de 12 de julho de 1989, 64, de 14 de dezembro de 1989, 66, de 18 de dezembro de 1989, 68 e 69, de 22 de dezembro de 1989, o anteprojeto, art. 5º, defere aos servidores do tribunal idêntica forma de cálculo, para a gratificação adicional por tempo de serviço, incidindo o seu percentual sobre a soma do vencimento com a gratificação específica das carreiras Controle Externo e Administração Pública.

7. Com fundamento nos princípios constitucionais da isonomia e da paridade, o art. 6º do anteprojeto prevê a extensão ao Grupo-Direção e Assistência Intermediária-DAI, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal, do disposto na Lei nº 35, de 13 de julho de 1989, que reestruturou o grupo de igual denominação do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

8. O anteprojeto cuida, ainda, da elevação do percentual fixado pelo parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1.546, de 15 de abril de 1977, de 10% para 20%, ressaltando a mínima expressão que representa, hoje, a idenização pelo exercício da Presidência do TCDF, pelo seu inexpressivo valor financeiro, comparativamente com o crescente acréscimo de suas atribuições e cuja base de cálculo permanece fixa desde a sua instituição, há mais de 13 anos.

9. Para a fiel observância do princípio da hierarquia salarial, introduziu-se, no anteprojeto, dispositivo vedando aos servidores dos Serviços Auxiliares remuneração superior a 80% da fixada para os Auditores.

10. O Tribunal de Contas do Distrito Federal, pela sua localização geopolítica, vem sediando a Secretaria Executiva do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil, com a finalidade de promover a cooperação das atividades afetas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dessa Corte de Contas, até que o Conselho Diretor daquela associação decida pela escolha de outra sede. Incluiu-se, no anteprojeto, esse reconhecimento legal.

11. No que diz respeito ao aspecto da despesa, decorrente da aprovação das medidas em cogitação, cumpre-me esclarecer a Vossa Excelência que o incremento mensal, em referên-

cia ao orçamento do Distrito Federal, será de pouca significância, ressaltando-se que esta Corte apenas busca dar cumprimento a mandamentos constitucionais e ordinários de caráter impositivo.

12. Em face do exposto e em razão de o presente anteprojeto consubstanciar matéria que, se aprovada proporcionará a implementação de medidas visando fazer observar o texto constitucional, solicito de Vossa Excelência, finalmente, especial atenção dessa Egrégia Casa Legislativa no sentido de atribuir regime de urgência na sua apreciação.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de mais elevada estima e distinta consideração. — **Frederico Augusto Bastos**, Presidente.

PROJETO DE LEI DO DF

Nº 58, DE 1990

Autoriza a reestruturação dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 1º É autorizado o Tribunal de Contas do Distrito Federal a proceder a reestruturação de seus Serviços Auxiliares, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código TCDF-DAS-100, adaptando e fixando os níveis de retribuição, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 2º Ficam criados no Quadro e na Tabela de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal os cargos em comissão e as funções de confiança, constantes do anexo, a serem preenchidos nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º A reestruturação, transformação e reclassificação dos cargos em comissão ou funções de confiança, previstos nesta lei, far-se-ão por ato do tribunal.

Art. 4º Ficam criados, no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, 40 (quarenta) cargos na categoria de Analista de Finanças e Controle Externo, prevista na Lei nº 2, de 30 de novembro de 1988.

Parágrafo único. A distribuição dos cargos criados por este artigo, pelas respectivas classes, dar-se-á por ato do tribunal.

Art. 5º A gratificação adicional por tempo de serviço será percebida, pelos integrantes das carreiras criadas pelas Leis nºs 2, de 30 de novembro de 1988, e 88, de 29 de dezembro de 1989, sobre o vencimento padrão e o valor resultante da aplicação do percentual correspondente à gratificação específica do cargo.

Art. 6º Aplica-se ao Grupo-Direção e Assistência Intermediárias do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no que couber, o disposto na Lei nº 35, de 13 de julho de 1989, com as alterações posteriores.

Art. 7º O percentual previsto no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 1.546, de 15 de abril de 1977, fica elevado para 20% (vinte por cento), com base de cálculo sobre o vencimento básico do beneficiário.

Art. 8º A nenhum servidor dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal será paga retribuição mensal superior a 80% (oitenta por cento) da remuneração fixada para o cargo de Auditor.

Art. 9º A Secretaria Executiva do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil continuará a contar com apoio administrativo do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 10. A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação consignada em orçamento próprio.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Do Expediente lido, consta o Projeto de Lei do DF nº 58, de 1990, que, nos termos da Resolução nº 157, de 1988, será despachado à Comissão do Distrito Federal, onde poderá receber emendas, após publicado e distribuído em avulsos, pelo prazo de cinco dias úteis. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 1990

Institui o Fundo Nacional de Terras e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Governo Federal fica autorizado a instituir o Fundo Nacional de Terras — FUNATERRA, vinculado ao Ministério da Agricultura, que tem por objetivo a captação de recursos a serem utilizados em operações de compra e venda de imóveis rurais para assentamento, reassentamento, manutenção e integração-parceria de agricultores.

Art. 2º Constituirão o patrimônio do Funaterra:

a) as dotações orçamentárias do Governo Federal;

b) os resultados financeiros das operações de alienação ou cessão de direitos de glebas sob a administração do Ministério da Agricultura;

c) terras rurais agricultáveis devolutas e patrimoniais disponíveis ou outras sem destinação prévia que venham a ser incorporadas ao patrimônio do Governo Federal;

d) resultado operacional próprio;

e) recursos provenientes das operações de crédito;

f) contribuições e doações do setor público ou privado;

g) terras resultantes das expropriações previstas no art. 243 da Constituição Federal;

h) outras rendas, bens e valores a ele destinados.

Art. 3º O acesso ao Funaterra dar-se-á através de financiamento de terras próprias para agricultura, a agricultores situados nas suas proximidades ou na mesma região.

Parágrafo único. Os financiamentos poderão ser concedidos coletiva ou individualmente, diretamente aos beneficiários, contemplando projetos de iniciativa do Governo Federal, dos Governos Estaduais e os de iniciativa de entidades que congreguem agricultores ou entidades cooperativas agropecuárias.

Art. 4º Poderão ter acesso ao Funaterra:

a) os agricultores sem terra, assim caracterizados os pequenos parceiros, posseiros, meeiros e arrendatários, ou que tenham perdido qualquer dessas condições;

b) os pequenos agricultores desalojados de suas terras em decorrência de desapropriações

ou desalojados por motivos alheios a sua vontade;

c) os agricultores que não possuam terras suficientes para absorver a força de trabalho de sua família e/ou gerar renda suficiente para garantir a subsistência ou a existência digna da mesma, desde que sua única fonte de renda seja a agropecuária;

d) os trabalhadores rurais sem terra assim caracterizados os assalariados ou aqueles que tenham perdido essa condição.

Parágrafo Único. Em qualquer das situações previstas no **caput**, e letras **a**, **b**, **c** e **d**, os beneficiários não poderão possuir bens ou rendas que lhes garantam a subsistência.

Art. 5º O Funaterra será dirigido por um Conselho de Administração, de caráter normativo e deliberativo, e terá a seguinte composição:

a) 2 representantes do Ministério da Agricultura;

b) 2 representantes do movimento organizado dos trabalhadores sem terra;

c) 2 representantes da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil;

d) 2 representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura.

Art. 6º O Conselho de Administração do Funaterra será presidido pelo Ministério da Agricultura, e cada membro do mesmo indicará um suplente para substituição em casos de impedimento e ausência.

§ 1º O Regimento Interno do Funaterra será elaborado pelos membros do Conselho de Administração e regulará a organização, administração e aplicação dos recursos do fundo, respeitadas as normas estatuídas na presente lei.

§ 2º O Ministério da Agricultura, através de seus servidores cedidos especialmente para essa finalidade, prestará apoio técnico e operacional, competindo-lhe, entre outras atribuições, a avaliação das terras, a análise técnica dos projetos, a fiscalização da execução dos mesmos.

§ 3º A assistência técnica e gerencial aos mutuários ficará a cargo dos técnicos de entidades vinculadas ao Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Secretarias Estaduais e Municipais, e a gestão financeira será exercida pelo Banco do Brasil S/A, de acordo com as normas estabelecidas para este fim.

Art. 7º Os financiamentos serão concedidos até a área máxima de 2 (dois) módulos fiscais por beneficiário, independentemente de tratar-se de financiamento individual ou coletivo.

§ 1º Os agricultores proprietários de até 1 (um) módulo fiscal que necessitem ampliar sua propriedade, poderão ser beneficiados com financiamento para aquisição de mais 1 (um) módulo fiscal.

§ 2º Em se tratando de terra nua poderá ser concedido crédito suplementar de até 25% sobre o total do financiamento para a realização de investimento básicos.

§ 3º Cada agricultor poderá ser beneficiado apenas uma vez dos financiamentos do Funaterra.

Art. 8º O financiamento, que terá como garantia o próprio imóvel através de hipoteca, poderá ser pago em moeda corrente nacional ou em produtos agrícolas, sendo que a apuração do débito corresponderá à correção monetária e juros legais, nos termos do art. 192, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 9º O beneficiário amortizará o débito, após o período de carência, em parcelas anuais iguais e sucessivas, vencíveis no dia 30 de julho de cada ano.

§ 1º O período de carência variará entre 18 e 30 meses, dependendo do mês de contratação do financiamento.

§ 2º Comprovada a frustração de safra através de laudo expedido por técnico do Ministério da Agricultura, o mutuário poderá requerer a prorrogação do prazo contratual por um ano, transferindo-se para o ano seguinte os pagamentos, sendo que o contrato poderá ser prorrogado tantas vezes quantas ocorrerem frustrações de safras.

§ 3º Em se tratando de amortização das prestações com produtos agrícolas, estes serão depositados em armazéns indicados pelo Ministério da Agricultura.

§ 4º Os juros de mora do financiamento não poderão ultrapassar a 1% ao mês ou 0,033333 ao dia, e o atraso do pagamento de duas prestações consecutivas ou mais implica na rescisão do contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

Art. 10. Em qualquer transação envolvendo áreas financiadas pelo Funaterra, este terá preferência na aquisição, devendo esta cláusula constar nos instrumentos contratuais e nos títulos de propriedade.

Art. 11. Em caso de rescisão contratual, o valor amortizado será devolvido nos mesmos prazos e condições das prestações amortizadas, descontando-se as prestações em atraso e os encargos legais daí decorrentes, quando houver, e valor a título de indenização pelo uso da terra no período de carência.

Art. 12. O mutuário não poderá, durante a vigência do financiamento, ceder, vender ou transferir o imóvel, devendo residir no mesmo e explorá-lo com mão-de-obra familiar ou eventual e durante o prazo contratado. Independentemente da liquidação antecipada do débito, não poderá efetuar a transferência do imóvel, exceto por **causa mortis**.

Art. 13. O Governo Federal fica autorizado a efetuar, no Orçamento da União para o ano de 1991, crédito especial correspondente a 0,1% do total, destinado à constituição do Funaterra, bem como fica autorizado a realizar convênios, acordos e ajustes com outras esferas administrativas, objetivando os propósitos da presente lei.

Parágrafo Único. A dotação orçamentária anual destinada ao Funaterra não poderá ser inferior, em termos reais, à dotação do ano imediatamente anterior, e deverá ser suficiente para assentamento de 500.000 famílias por ano nos primeiros três anos. Após esse período o número será revisto.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo a constituição de um fundo financeiro (o Fundo Nacional de Terras – PROTERRA) que instrumentalize o Governo Federal para a execução de uma política de distribuição de terras para os trabalhadores rurais.

Tal projeto justifica-se pela importância de construirmos mecanismos que viabilizem uma reforma agrária e pelas conhecidas dificuldades financeiras do Governo Federal, que têm obstruído a concretização do atendimento das demandas dos

trabalhadores rurais sem terras.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1990. — **José Paulo Bisol.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 348, DE 1990

Para os fins do disposto no art. 13, § 1º do Regimento Interno desta Casa, solicito autorização do Senado Federal para ausentar-me do País no período compreendido entre os dias 9 e 13 de outubro, quando estarei visitando a Estação Antártica "Comandante Ferraz", a convite do Ministro da Marinha.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1990. — **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mundo assiste apreensivo e amedrontado a evolução da crise no Golfo Pérsico, criada a partir da invasão do Kwait por tropas iraquianas.

Este século já testemunhou tragédias de seriíssimas proporções desencadeadas por agravamento de conflitos gerados por fatores diversos, entre eles os de raízes econômicas, que desaguaram em questões de soberania, cujos princípios todos os países civilizados procuram preservar como um patrimônio da experiência dos povos para a coexistência das nações.

É grande a expectativa de que se encontre uma solução pacífica para esta ameaça de conflito armado que já envolve, pelos sentimentos de solidariedade internacional e, por razões de política externa, vários países.

A maior esperança para a pacificação dos ânimos e a reposição de direitos violados resulta na habilidade e eficiência das negociações diplomáticas e na interferência da ONU. Tem sido a diplomacia o principal recurso colocado a serviço da paz, resistindo ao agravamento da situação que diz respeito, diretamente, a todos os países que consomem energia derivada do petróleo.

Ainda sofremos economicamente as seqüelas das crises anteriores ocorridas no Oriente Médio que desestabilizaram a comercialização e o fornecimento deste produto, hoje tão essencial ao funcionamento das economias do mundo.

Os meios de comunicação, a imprensa escrita, falada e televisada, têm dado ampla cobertura sobre os antecedentes do conflito, suas raízes históricas, que remontam as origens dos povos daquela região do Golfo, bem como têm divulgado análises de observadores políticos e especialistas em questões dessa área, tradicionalmente envolvida em conflitos, como o que ocorreu anos atrás entre o Irã e o Iraque, vitimando mais de um milhão de pessoas.

Paira no horizonte dos acontecimentos e das expectativas uma preocupação generalizada e uma sensação angustiante de temor pelo que possa ocorrer com a precipitação dos fatos. O mundo já armazenou em seus arsenais suficiente poder destrutivo para varrer a vida no planeta, e ainda pesam sobre este século, na concepção mais pessimista, as sombras de profecias assustadoras.

Mas animam-nos, e fortalece o nosso otimismo, fatos que revelam a mudança e correção de rumos das diversas tendências e dos países, em busca do entendimento, do bem-estar e da paz, como por exemplo o sopro liberal e o desarmamento dos espíritos ocorridos no Leste europeu, induzindo a uma inusitada e salutar aproximação entre o Oriente e o Ocidente.

Mas o motivo principal que me traz hoje à tribuna desta Casa é o propósito inspirado em um dever de justiça e no sentimento de admiração, para registrar a relevante e hábil atuação do Itamaraty, pelo empenho pessoal do insigne Ministro Francisco Rezek e participação ativa da missão brasileira chefiada pelo eminente Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, na retirada inicialmente de 191 brasileiros que se encontravam dispersos em território iraquiano, como Bagdad, Basra e Ramadi, trabalhando em projetos da Mendes Junior, Volkswagen, Maxion e Hop, sendo a maior parte deles da Construtura Mendes Junior, da qual, até o dia 5 último, haviam ficado lá, numa espera angustiante, 82 brasileiros contratados para a construção de uma estrada intitulada Expressway, e que finalmente retornaram ontem, sob os aplausos da Nação.

Foi a tentativa de também trazer estes últimos 82 patrícios que retardou a vinda dos que já tinham o visto de passaportes, mas era estratégia da missão diplomática chefiada pelo Ministro Flecha de Lima envidar todos os esforços, até o dia 5, quando expirava a validade dos vistos, para trazer, de uma só vez, todos os que lá se encontravam.

Não tendo sido possível a vinda de todos até aquela data, lá ainda ficou o Ministro Flecha de Lima para arrematar as negociações, visando à liberação do restante, mandando os primeiros 191 brasileiros em avião fretado da Iraqi Airways, que, após uma viagem de mais de 20 horas, chegaram em Brasília na madrugada do dia 4.

A composição dos passageiros era a seguinte: 121 da Mendes Junior, 18 da Volkswagem, 14 da Maxion, 21 da Hop, dois diplomatas da missão, 8 jornalistas e 7 pessoas incluídas no vôo por questões humanitárias, entre elas, uma mulher grávida de 9 meses e até um iraqueano casado com uma brasileira.

Numa época em que o êxodo de estrangeiros do Iraque tem sido tentado até com fugas arriscadas e algumas até espetaculares e revestidas de perigosas aventuras, a negociação desenvolvida pelo Itamaraty para a saída dos brasileiros com elegância e dignidade da área do conflito foi uma vitória que merece calorosas congratulações, que justifica ser comemorada com entusiasmo.

Creditemos, também, parte destes resultados ao conhecimento e antigas relações entre alguns diplomatas brasileiros, como o próprio Embaixador Paulo Tarso e a diplomacia iraquiana, além da aproximação comercial existente entre o Brasil e o Iraque.

Registre-se também o relevo que o Ministro Francisco Rezek, seguindo orientação do Presidente da República, Fernando Collor, deu a esta missão, indo, pessoalmente, nas duas ocasiões, ao aeroporto receber os passageiros, onde

também estiveram membros do corpo diplomático da embaixada do referido país.

Por conta da solidariedade e cooperação existente entre as companhias aéreas estrangeiras, a Varig ofereceu a hospitalidade da tripulação do avião iraquiano num luxuoso hotel da cidade.

Esta foi uma operação em que o Governo brasileiro entrou com o prestígio e competência, já histórica, de sua diplomacia e as empresas envolvidas se responsabilizaram pelo custo total de frete, transporte e hospedagem.

Foi emocionante assistirmos ontem à chegada triunfante dos últimos brasileiros, saudados por milhares de pessoas que foram ao aeroporto vê-los retornar, acompanhados pelos principais protagonistas da operação e recebidos pelo titular do Itamaraty, que lá foi apresentar aos que desembarcavam os cumprimentos do Chefe da Nação. Foi uma operação que mexeu com os nossos brios de patriotismo.

Encerrando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez me congratulo com o Itamaraty, com o seu titular, o Ministro Francisco Rezek, e os membros da missão chefiada com inteligência e descortino pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, pelo êxito alcançado nesta façanha diplomática que não somente tranqüilizou o Governo e o País mas, principalmente, trouxe muita alegria a tantas famílias angustiadas com o destino dos seus que se encontravam na área do conflito.

Resta-nos, aguardar que Deus permita uma solução, como esta, pacífica para a crise inicialmente gerada pela invasão do Kuwait.

O Brasil, mais uma vez, dá ao mundo um exemplo de confiança e respeito às leis e convenções que regem a boa convivência entre os povos, e, nesta ótica, de sua disposição de buscar insistentemente, na solução de seus problemas com os diversos países, os caminhos do diálogo, da negociação e da diplomacia de alto relevo.

O Itamaraty mais uma vez honra a memória dos seus criadores e dos brasileiros ilustres que contribuíram para a grandeza territorial e soberana de nosso país sem o desnecessário tributo de sangue, movidos, principalmente, pelo respeito à vida e ao entendimento pacífico e solidário entre as nações.

Mais do que de ódio e de armas, o mundo para ser melhor precisa é de cooperação e diálogo. O mundo precisa de amor, pois este sentimento é o verdadeiro artífice da paz e do entendimento entre as pessoas e os povos civilizados.

Finalizando, requeiro que sejam incorporadas no meu pronunciamento, as matérias publicadas no **Jornal do Brasil** do dia 3 de outubro e no **Correio Braziliense**, dos dias 5 de outubro e de hoje, intituladas: Brasileiros com vistos deixam Bagdá hoje; Paulo Tarso promete ficar até o fim; Brasileiros chegam; Governo quer liberar mais 82 amanhã; Parentes estavam no aeroporto; Chegam ao País os últimos reféns do Iraque; Diplomatas continuam em Bagdá; Presidente dá as boas-vindas; Collor agradece ajuda do rei Hussem e 67 dias de tensão no Golfo. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Jornal do Brasil, 3-10-90

BRASILEIROS COM VISTO DEIXAM BAGDÁ HOJE

BAGDÁ — O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, chefe da missão diplomática enviada para tentar a liberação de todos os brasileiros retidos no Iraque, marcou para hoje, às 14h de Bagdá (8h no Rio), a partida do avião fretado da Iraque Airways com destino a Brasília.

Paulo Tarso disse que ainda tem esperanças de que sejam concedidos na última hora os 82 vistos de saída que faltam, de forma que todos os brasileiros estejam no vôo. Mas, resolveu que o avião irá de qualquer forma. Se o último grupo não for liberado, irão os 173 que já têm permissão e o próprio Paulo Tarso ficará em Bagdá, tentando liberar os 82 restantes.

O Embaixador Paulo Tarso dirigiu-se ontem à noite para o acampamento da Mendes Júnior, a 165 quilômetros de Bagdá, a fim de enfrentar uma platéia de mais de 200 ansiosos empregados da empreiteira. Ele anunciou a partida do avião, o que representou um alívio para os mais excitados, os 120 operários ligados ao projeto de irrigação Sifão que já têm seus vistos de saída e não entendem por que não são mandados logo de volta ao Brasil. O embaixador explicou também aos 82 vinculados ao projeto da rodovia Expressway que seu caso continua emperrado pelas autoridades iraquianas, embora já tenha havido um acordo para a suspensão do contrato.

Atraso — A viagem do Embaixador Paulo Tarso para o acampamento atrasou três horas porque a chancelaria iraquiana demorou a emitir o salvo-conduto necessário para a chegada até o local. A delegação brasileira só chegou ao acampamento após as 24h 8h no Brasil Diplomatas estrangeiros têm sua movimentação limitada a um raio de 25 quilômetros em torno de Bagdá. Além desse limite é necessária autorização especial.

Paulo Tarso afirmou que tentará mostrar aos brasileiros no acampamento que sua saída está dependendo apenas da resolução de problemas burocráticos. "Mas temos de levar em conta que há vistos por expirar e que não devemos realizar negociações para prorrogá-los". Ele observou que se os 82 vistos restantes não saírem hoje, o avião partirá assim mesmo com aqueles que já obtiveram autorização das autoridades iraquianas.

O Jumbo do Iraque Airways deverá chegar na madrugada desa hoje em Brasília. Se os 82 da Expressway não tiverem obtido vista, estarão a bordo cerça de 200 pessoas. A delegação diplomática especial terá então de se dividir, o Embaixador Paulo Tarso e o conselheiro Eduardo Prisco ficam em Bagdá, segundo as gestões para liberar os restantes brasileiros, partem no Jumbo o embaixador Antônio de Amaral Sampaio, chefe do Departamento do Oriente Próximo do Itamaraty, e o ministro Sérgio Tulikian, especialista em assuntos árabes, atualmente cônsul-geral em Assunção.

Paulo Tarso voltou desanimado no início da tarde de ontem, depois de uma reunião na chancelaria iraquiana. Seus interlocutores lhe disseram novamente que não havia nenhum problema e que os vistos dependiam apenas de aprovação final das" altas altoridades". Como está ficando muito próximo a data em que expira mais da metade dos vistos de saída já concedidos, que vencem na sexta-feira, o embaixador resolveu marcar o vôo e não correr maiores riscos de retrocesso.

Era possível notar, nos últimos dois dias, que a tensão aumentava, não apenas entre os diplomatas, mas também no círculo dos brasileiros, ansiosos por irem embora deste país. O acampamento da Mendes Júnior é

o principal foco de inquietação e, ontem, amanheceu sob a tensão de uma notícia espalhada por empregados locais da empresa. Eles diziam ter ouvido na transmissão em árabe, da voz da América, a emissora de rádio internacional de Washington, que o Presidente Fernando Collor teria feito um comentário ofensivo ao presidente Sadam Hussen.

Rádio peão — Os que contaram a primeira versão se encarregaram de amoenizá-la, dizendo que provavelmente se tratava de uma invenção dos americanos. Mas a rádio peão, como os operários costumam chamar a cadeia de boatos que se estabeleceu no acampamento, encarregou-se de descriminar o medo de que a notícia poderia criar um clima de retaliação contra o Brasil, dificultando a saída dos brasileiros, mesmo daqueles que já tinham visto.

Outras notícias de comentários do Presidente Collor, repetidas pelas emissoras internacionais, já tinham aumentado a apreensão entre os brasileiros nos últimos dois ou três dias. O pessoal do acampamento da Mendes Júnior, onde poucos falam idiomas estrangeiros, passou a ligar mais freqüentemente para Bagdá, tentando obter informações dos grupos de outras empresas que se encontram na capital. Eles tentavam checar até mesmo as informações que os executivos da Mendes Júnior lhes passavam sobre a situação dos demais brasileiros retidos no Iraque, como datas de vencimento dos vistos de saída já obtidos.

Ao descrever a situação no acampamento, os executivos da empresa advertiram que a única forma de amenizar a decepção dos 82 operários ameaçados de serem deixados para trás seria a promessa de que o Embaixador Paulo Tarso ficaria no Iraque, prosseguindo as gestões para liberá-los.

Assim que decidiu mândar o avião fretado hoje mesmo, com ou sem os 82. Paulo Tarso resolveu dar a notícia pessoalmente aos operários. Havia uma grande expectativa e até mesmo um disfarçado temor sobre a reação que poderiam ter os operários, diante da notícia a ser dada à noite pelo embaixador.

Diplomatas não conseguiam ocultar o incômodo causado pela nota oficial que receberam da chancelaria iraquiana pedindo o envio de um carregamento de leite em pó, destinado às crianças deste país. Mesmo tendo sido interpretado como uma circular, o documento despertou temores de que os iraquianos poderiam vir a exigir alimentos ou algum outro produto em troca da liberação dos brasileiros. Como a posição do Brasil tem sido a do mais estrito (e os iraquianos consideram até exagerado) respeito ao embargo da econômico uma exigência deste tipo poderia tornar o impasse da liberação dos brasileiros ainda mais perigoso.

Nos últimos três ou quatro dias, a simples observação do movimento na Embaixada do Brasil revelava que estava havendo dificuldades até na continuação dos contatos com os interlocutores iraquianos da missão brasileira. O Embaixador Paulo Tarso ainda fazia declarações otimistas, mas o que se notava é que havia uma realidade bastante pessimista: os vistos do último dos cinco grupos de brasileiros não saíam simplesmente porque não havia vontade política por parte do governo.

Com a aproximação da data de vencimento dos vistos já concedidos, o clima ia piorando. O Brigadeiro Hugo Piva, chefe do grupo de 21 engenheiros e técnicos que veio trabalhar no projeto de um míssil ar-ar, recebeu indicações claras de que se seu pessoal não deixasse o país no prazo do visto, o adiamento da permissão de viagem seria praticamente impossível. Considerando esta situação, e a insistência do embaixador Paulo Tarso de só sair com todos os brasileiros de uma só vez, o brigadeiro elaborou um plano de contingência: usou toda a sua influência local para fazer reserva de 22 lugares no vôo para Amã na quinta-feira, véspera do vencimento dos vistos.

Os outros grupos (18 da Wolkswagen, 14 da Maxion e 120 da Mendes Júnior) ficaram na total dependência da decisão do Governo brasileiro sobre a ordem de partida do vôo fretado da Iraqi Airways. Finalmente, ontem, o Embaixador Paulo Tarso tomou a decisão de marcar a partida para hoje. (R.C.A.)

Jornal do Brasil,

3-10-90

PAULO TARSO PROMETE

FICAR ATÉ O FIM

ACAMPAMENTO EXPRESSWAY, Iraque — "Por favor, Excelência, a gente não agüenta mais essa guerra de nervos. Sempre nos pedem compreensão mas nós estamos há dois meses ouvindo promessas. Pergunte aos dois médicos do acampamento para ver como isso está atacando os nervos. É uma carga muito violenta de emoção", disse o operário Luiz Lourenço. Ele transformou sua pergunta ao embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima num desabafo que parecia retratar a angústia dos mais de 200 operários da Mendes Júnior, que ouviram na madrugada de hoje (hora local), pela segunda vez, o enviado especial do presidente Fernando Collor.

O embaixador foi recebido com mais palmas e entusiasmo do que no primeiro encontro, há quase duas semanas, quando estava iniciando as gestões junto ao governo de Bagdá para liberar os brasileiros retidos neste país. Desta vez, Paulo Tarso trouxe a notícia mais ansiada pela maioria: a de que o avião fretado da Iraqi Airways partirá hoje, com destino a Brasília, mesmo que fiquem para trás os 82 operários e engenheiros da Expressway, que, como Luís Lourenço, ainda não receberam os vistos de saída. Era o que os 120 contratados para o projeto Sifão queriam ouvir, pois eles já estão com vistos de saída que vencem esta semana.

Paulo Tarso acenou com uma "grande chance" de que os vistos do pessoal da Expressway sejam concedidos ainda hoje de manhã, com tempo suficiente para que todos embarquem no vôo fretado (mesmo que tenha de atrasar a partida por algumas horas). Mas avisou que era preciso enviar logo cedo, para o aeroporto, o grupo que já tem vistos. Como garantia aos 82 que, eventualmente, terão de ser deixados aqui, o embaixador prometeu ficar no Iraque até que eles também sejam liberados. "Estou até trazendo a minha patroa para ficar aqui comigo", disse o embaixador, que se esforçava por usar a linguagem mais adequada para uma platéia, onde a maioria era de operários (R.C.A.)

Correio Braziliense 5-10-90

BRASILEIROS CHEGAM

Paulenir Constâncio

Depois de uma escala que durou quase duas horas no Aeroporto Internacional de Brasília, os 191 brasileiros que estavam retidos no Iraque embarcaram por volta de oito da manhã para suas casas. O clima na chegada ao Brasil foi de tranquilidade, embora um atraso de quase três horas em Casablanca, no Marrocos, tenha retardado a chegada. Foram mais de 20 horas e no desembarque em Brasília, cansados, os passageiros do vôo especial da Iraqi Airways deram algumas entrevistas, manifestando a

esperança de verem, ainda esta semana, liberados os 82 brasileiros que se encontram na Expressway e não obtiveram seus vistos para saída de Bagdá.

Os primeiros a desembarcar fizeram questão de desfraldar uma bandeira do Brasil, que esteve o tempo todo com seu dono, o mineiro Walter Cândido Bastos. "Estou sentido orgulho, muito orgulho de ser brasileiro", disse emocionado na saída do terminal de desembarque internacional.

Alguns brasilienses e até um iraquiano naturalizado brasileiro foram ao aeroporto esperar parentes que chegaram no vôo. Eles disputavam espaço com os comitês de recepção enviados pelas empresas Mendes Júnior, Maxion e Volkswagen para fazer a triagem de seus empregados e encaminhá-los, em aviões fretados à TAN e à Varig, para São Paulo e Belo Horizonte. Os passageiros da Maxion deixaram para fazer a viagem para casa somente à tarde, em vôo de carreira, com saída prevista para 14h. Os demais embarcaram às 8h15min nos aviões fretados.

Apesar do reforço no esquema de serviço da Infraero, na segurança da Polícia Federal e na Alfandega, os 191 passageiros esperaram quarenta minutos no saguão de bagagem. O delegado de Polícia Federal, José Sampaio Braga, da Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, alegou que "a bagagem se espalhou demais no interior do compartimento do Boeing".

Além dos membros do corpo diplomático do Iraque, estavam também na recepção em Brasília o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, e oito funcionários do Itamarati.

Correio Braziliense, 5-10-90

PARENTES ESTAVAM

NO AEROPORTO

Os brasileiros que retornaram ontem do Iraque não tiveram nenhum esquema especial de boas vindas, mas, mesmo assim, os poucos parentes de alguns que residiam na região não deixaram de recepcioná-los no aeroporto. Os primeiros a chegar foram Argemiro Sérgio de Oliviera, aposentado, da Mendes Júnior (morador de Luziânia), a mulher, Maria da Penha, e o filho, Sérgio Oliveira, para rever Sérgio Pessoa de Oliveira, chefe de suprimentos da empresa em Sifão, irmão de Argemiro.

Foram quatro horas de expectativa, pois nem sabiam ao certo se ele era um dos que estavam liberados pelo governo iraquiano. Argemiro não via o irmão há mais de um ano e estava apreensivo quanto ao seu destino, apesar de ser o sexto ano de permanência de Sérgio Pessoa nas equipes da empresa que trabalham em Bagdá.

Sérgio, segundo ele, trabalhou no Iraque boa parte do período da guerra Irã-Iraque, o que contribuiu para a tranquilidade da família no Brasil. Ele é casado com Geni Conrado de Oliveira e mora em Curitiba. Na última vez que falou com o irmão, ele não conseguiu saber muita coisa, pois a ligação foi cortada. "No tempo da outra guerra isso não acontecia", diz. Para Argemiro o momento do encontro foi de muita emoção, pois trouxe a certeza de que estava tudo bem. Depois de um contato breve e da troca de abraços, Sérgio embarcou para Minas Gerais.

Éber Ferreira Filho, médico da mesma empresa, também foi recepcionado em Brasília pelos familiares. Ele é sobrinho do engenheiro calculista, José de Melo, mas vinha com mais freqüência ao Brasil. Casado e residente em Belo Horizonte, mandou a mulher e os filhos na frente, pouco antes de estourar a crise no Golfo. Decidido, diz que "volta ao Iraque assim que tudo acabar", mesmo diante de um pedido do pai, que não pretende viver mais estes momentos de tensão. Dianne Litorasse, brasileira, casada com um iraquiano, foi paciente de Éber durante o vôo. O médico informou que a gestante não apresentou problemas durante o vôo.

Correio Braziliense, 5-10-90

GOVÊRNO QUER LIBERTAR

MAIS 82 AMANHÃ

O governo tem esperanças de libertar até amanhã os 82 brasileiros ainda retidos no Iraque. Esta é a última das várias promessas feitas pelo governo Saddam Hussein ao embaixador Paulo Tarso que permaneceu em Bagdá com a missão de só voltar quando esse grupo conseguir o visto de saída. Assim que forem liberados, serão colocados em um avião iraquiano, de menor porte, levados até o ponto mais próximo fora do país, de onde serão trazidos possivelmente pelo avião da Força Aérea Brasileira (FAB).

"São vistos de saída aéreos, não há como deixar o Iraque pela via terrestre", informou o Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, logo depois de recepcionar os brasileiros no Aeroporto Internacional de Brasília.

O chanceler aproveitou para dar alguns recados para os iraquianos. Reclamou, mais de uma vez, da demora na concessão dos vistos afirmando sentir uma alegria parcial com a chegada dos brasileiros, já que outros cidadãos permanecem retidos no Iraque. O governo oficializou sua queixa na nota oficial que deu as boas vindas aos que chegaram.

"Os sentimentos de alegria pelo retorno se vêem, contudo, toldados inevitavelmente pela frustração por que não tenha sido ainda possível assegurar a volta ao País de todos os brasileiros que se encontram no Iraque", diz a nota bem ao estilo do chanceler Rezek.

Atentos, vários diplomatas da embaixada iraquiana se misturaram com os jornalistas para ouvir a longa entrevista do ministro. Escutaram calados Rezek dizer que o longo processo de negociação para liberação dos brasileiros provocava um desgaste nas relações com o Iraque. Mas, certamente registraram a declaração do ministro de que isso pode vir a ser superado caso o final dessa história seja feliz.

O chanceler voltou a afirmar não ter havido barganha nas negociações para liberação dos brasileiros. Mas admitiu, pela primeira vez, que os iraquianos se queixaram do fato de mercadoria brasileira não ter sido desembaracada no Iraque.

Correio Braziliense, 5-10-90

"O Brasil respondeu que este não era um problema nosso", afirmou o ministro lembrando que os barcos não eram de bandeira brasileira.

Rezek confessou que passou por momentos de tensão durante sua permanência em Praga, na República Tcheco e Eslovaca, nos primeiros dias do mês, por causa do problema iraquiano. Primeiro por causa do incidente provocado pelo Departamento de Estado dos EUA que distorceu a conversa que o presidente Fernando Collor tivera, no domingo, com o presidente americano, George Bush. As informações eram de que Collor teria feito duras críticas a Sadam Hussein. O outro problema que preocupava o ministro era o fato dos 174 brasileiros estarem por expirar.

Na opinião de Rezek, brasileiros e iraquianos trabalham com tempos diferentes. Enquanto que para o Brasil esse é um processo longo e desgastante, para o Iraque a questão brasileira está sendo administrada no tempo apropriado.

Correio Braziliense, 9-10-90

CHEGAM AO PAÍS OS ÚLTIMOS

REFÉNS DO IRAQUE

Liana Sabo

Mais de duas mil pessoas receberam ontem no Aeroporto Internacional de Brasília, os últimos 82 brasileiros que trabalhavam no Iraque. Depois de uma viagem de 18 horas e meia, que começou domingo à tarde em Bagdá, o "Boeing" 707 da Iraqi Airways aterrisou às 15h25min. O mezanino do aeroporto, a multidão aplaudiu os brasileiros que foram recebidos junto à escada do avião pelo chanceler Francisco Rezek. O primeiro a desembarcar foi o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que negociou a liberação dos brasileiros que estavam no Iraque, inclusive dos 191 que chegaram semana passada. Satisfeito e vitorioso, o embaixador resumiu em duas palavra o que diria, mais tarde ao presidente Collor, no Palácio do Planalto: Missão cumprida.

O único incidente na longa viagem entre Brasília e Bagdá ocorreu ainda em solo iraquiano. Um enguiço no piloto automático fez com que a empresa substituisse o "Boeing" avariado por outro avião, de igual porte que, coincidentemente, foi vendido à Iraqi Airways pela Varig. Apesar do atraso de quatro horas, a viagem transcorreu tranqüila. "Até as crianças suportaram muito bem", disse Paulo Tarso, referindo-se a uma família de refugiados do Kuwait que ele repatriou. Sua mulher Lúcia Flecha de Lima, que esteve nos últimos dias em Bagdá fazendo-lhe companhia, trazia pela mão a menina Nádia, de 10 anos, um dos seis filhos menores da brasileira Fátima Azia Santos Hamad.

No desembarque, houve uma surpresa. Quando foi aberta a porta do avião, um grupo de agentes de segurança do governo iraquiano exibiu, por alguns minutos diante das autoridades e das câmeras de televisão, um retrato do presidente Saddam Hussein. O gesto provocou reações distintas no público: alguns aplaudiram, outros vaiaram.

Os agentes da polícia secreta do presidente do Iraque bem como a tripulação estão hospedados no Naoun Plaza Hotel. A partida do avião iraquiano está prevista para hoje às 18 horas, depois de ser submetido à inspeção exigida pelo embargo comercial da ONU contra o Iraque.

Ao chegarem, os brasileiros já encontraram um esquema de recepção preparado pela Mendes Júnior. Um avião estacionado no pátio do aeroporto, já estava fretado pela empresa para levar 78 funcionários para Belo Horizonte. Os outros quatro tiveram outro destino. David Chumb Anastácio ficou em Brasília, enquanto Edécio Rodrigues da Silvia e José Augusto Brandão seguiram em vôo regular para o Rio de Janeiro. O quarto funcionário da Mendes, Sérgio Estevam Plissari embarcou para São Paulo.

Enquanto os brasileiros aguardavam a liberação de sua bagagem, o chanceler Francisco Rezek e o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, deixaram a sala de desembarque em meio a um enorme tumulto. Emocionado, Rezek confessou seus temores: "O êxito era esperado, mas como se tratava de uma missão profundamente difícil, não se podia prever nada". Gritos e empurões se misturaram às declarações que ambos fizeram à imprensa. A administração do aeroporto só mandou um contingente policial depois que os jornalistas pediram, tamanha foi a dificuldade para os profissionais se aproximarem das autoridades cercadas pela multidão.

Correio Braziliense, 9-10-90

PRESIDENTE DÁ

AS BOAS-VINDAS

O Chanceler Francisco Rezek chegou ontem ao aeroporto para recepcionar os brasileiros levando uma mensagem de boas-vindas do Presidente Fernando Collor de Mello. Na nota de 14 linhas, em que o presidente se dirigiu ao último grupo de reféns liberados pelo Iraque, Collor destacou que todos os esforços diplomáticos se deram dentro do "estrito respeito" às decisões das Nações Unidas.

Todos os postos do Brasil no exterior e as missões diplomáticas no País também receberam um comunicado do Itamarati informando o retorno de grupo que ainda se encontrava no Iraque. No comunicado, o Ministro Rezek felicitou o embaixador Paulo Tarso, cujo trabalho considerou de "excepcional valor" e também os funcionários da embaixada do Brasil em Bagdá, que contribuíram para o sucesso da missão.

Correio Braziliense, 9-10-90

DIPLOMATAS CONTINUAM

EM BAGDÁ

Apesar do final feliz da operação de resgate dos brasileiros retidos no Iraque — uma novela que durou 67 dias — o Itamarati não garante a manutenção das relações especiais que existiam entre Brasília e Bagdá até a ocupação do Kuwait por forças iraquianas. Sobre o futuro dessas relações, Rezek disse que "é muito difícil fazer uma previsão dentro do calor da crise".

Segundo o ministro, a normalização do diálogo político Brasil-Iraque vai depender, agora, de uma solução para o conflito do Golfo Pérsico. Ele acredita, porém, que existem indícios mais favoráveis do que havia há algum tempo para uma solução de paz.

Depois de abraçar o chefe da missão especial que negociou os vistos de saída para os brasileiros, Francisco Rezek fez questão de ressaltar que nas negociações prevaleceram o bom senso, a razão e o direito. "Foi com base nessas três armas que a diplomacia brasileira conseguiu persuadir e convencer as autoridades iraquianas, aliás, com muito sucesso", afirmou.

Rezek acredita que o trunfo do Brsil nas últimas negociações com o Iraque foi a percepção, pelo governo iraquiano, de que o povo brasileiro esteve atento e preocupado. Ele salientou ainda o fato de não ter havido um único arranhão nas prescrições das Nações Unidas.

O Brasil não cogita alterar a representação diplomática em Bagdá. Ainda ficarão no Iraque o Conselheiro René Loncan, encarregado de negócios da embaixada, o Secretário Carlos Alberto Ribeiro Reis e mais dois funcionários administrativos, além de 11 outros brasileiros empregados da Construtora Mendes Júnior, que têm a tarefa de guardar o equipamento utilizado pela empresa na construção de obras.

Segundo o Ministro Rezek, o grupo que ficou é composto de "pessoas especialmente qualificadas para enfrentar esta situação por mais tempo". Os 11 funcionários da Mendes estão distribuídos em dois endereços. (L.S.)

10

Correio Braziliense, 9-10-90

COLLOR AGRADECE AJUDA

DO REI HUSSEIN

Jozafá Dantas

O Presidente Fernando Collor de Mello vai ligar hoje, pela manhã, para o Rei Hussein, da Jordânia, para agradecer as suas gestões junto ao governo iraquiano para liberação dos brasileiros que estavam retidos no Iraque. Foi no dia 29 de setembro último que o Presidente Fernando Collor telefonou para o Rei Hussein, para pedir a sua intervenção, no sentido de liberar os brasileiros. Collor estava em Nova Iorque. Foi, sem dúvida, uma participação importante nas negociações.

Ontem, o Presidente Fernando Collor recebeu a missão diplomática que realizou as negociações para liberação dos brasileiros. Depois de desembarcar no Aeroporto Internacional de Brasília, os membros da missão foram levados pelo Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek. A missão era composta pelos Embaixadores Paulo Tarso Flecha de Lima (Chefe) e Antonio Amaral Sampaio e pelo conselheiro Eduardo Prisco Paraíso. Eles fizeram para Collor de Mello um relato das negociações.

Após a audiência, o Ministro Francisco Rezek disse que não era possível definir as relações com o Iraque, nos seus aspectos definitivos, devido ao embargo decretado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas, admitiu que existem boas condições para retomada das relações bilaterais. Quanto à saída dos brasileiros divididos em dois grupos, o ministro observou que o embarque escalonado foi decorrente de circunstâncias e à medida que os vistos eram concedidos de acordo com o vencimento da autorização de permanência dos brasileiros. Ele revelou que o Brasil torce para uma saída pacífica da crise do Golfo Pérsico.

O Embaixador Paulo Tarso disse que os instrumentos utilizados nas negociações foram somente de "caráter diplomático, de caráter político", não ocorrendo nenhuma violação do direito internacional. Ele acha que isso evidencia a credibilidade da política externa brasileira. Paulo Tarso admitiu que o "passado impecável de relacionamento com os países em desenvolvimento", facilitou as negociações, assim como a posição de cooperação, paz e entendimento entre as nações. Segundo ele, foi preciso saber usar o senso de oportunidade e os demais instrumentos oferecidos pelo Governo brasileiro.

Quanto aos 11 brasileiros que ficaram retidos no Iraque, o embaixador afirmou que eles foram voluntários, porque era necessário, já que existem operações a serem zeladas. A escolha, de forma nenhuma, foi uma imposição da autoridade brasileira, garantiu. O primeiro grupo de brasileiros, composto de 174 trabalhadores da Mendes Júnior, do Projeto Piva, da Volkswagen e da Maxion, chegou a Brasília às 3h da madrugada da quinta-feira. Os 82 brasileiros que chegaram ontem são todos trabalhadores da Mendes Júnior.

Correio Braziliense 9-10-90

67 DIAS DE TENSÃO NO GOLFO

Roberto Hillas

Os brasileiros que saíram do Iraque e do Kuwait ocupado viveram muitas semanas de um clima de pressão psicológica que até mesmo tarimbados militares não costumam resistir. Prova de que nem todos estavam tranqüilos, detidos no Oriente Médio, deu o motorista José Leandro do Carmo Filho, da Mendes Júnior, que ao retornar ao Brasil, no dia 25 de agosto, informou que os retidos no acampamento da Expressway, rodovia iraquiana, incendiaram o clube de lazer em protesto contra a permanência forçada ali.

Quando chegou o último grupo, ontem, completaram-se 67 dias de tensão, intensas negociações, em que se destacaram dois diplomatas, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, chefe da missão que foi liberar os brasileiros, e o encarregado de negócios brasileiros em Bagdá, Conselheiro René Loncan, que antes da chegada da missão de alto nível atuam intensamente junto a todos os escalões do governo do ditador Saddam Hussein.

6 de agosto — As Nações Unidas decidem boicotar o Iraque, numa surpreendente votação no Conselho de Segurança da ONU, 13 a zero.

8 de agosto — **O Diário Oficial** da União publica o decreto do Presidente Collor aplicando no Brasil a Resolução nº 661 da ONU, que impôs sanções econômicas ao Iraque.

10 de agosto — O Brasil decide fechar a Embaixada em Bagdá.

13 de agosto — O Presidente Collor envia telegrama ao General Saddam Hussein pedindo a liberação dos brasileiros detidos no Iraque.

14 de agosto — Saddam responde, e sem fazer referência aos brasileiros retidos, diz "que as relações com o Brasil são de muita importância para o Iraque".

15 de agosto — O Chanceler Rezek manda telegrama para o colega iraquiano Tarik Aziz reclamando da demora da concessão dos vistos de saída. Já se sabe que os brasileiros são cerca de 500, só no Iraque.

A partir do dia 15 de agosto, até o final de setembro, foi de uma cerrada negociação, de lado a lado, com os iraquianos tentando barganhar.

17 de agosto — Pela primeira vez um membro do Governo brasileiro, o Ministro Rezek, perde a calma ao tratar do assunto dos brasileiros retidos no Iraque. Ainda restam naquele país 472 brasileiros.

19 de agosto — Itamaraty anuncia que 98 brasileiros receberam autorização para sair.

23 de agosto — Mais 15 vistos são concedidos em Bagdá. Hussein vai à tevê e mostra os escudos humanos. Nos dois acampamentos da Mendes Júnior ainda estão 314 brasileiros.

27 de agosto — Ainda restam 216 funcionários da Mendes Júnior nos acampamentos.

28 de agosto — Brasil tem que admitir que 22 militares da Hop (do Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva) trabalhavam em projetos bélicos no Iraque. Todos recebem ordem de imediato retorno. Mais motivos para o ditador iraquiano enraivecer-se.

Durante o mês de setembro a missão especial liderada pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima tenta libertar os brasileiros.

3 de outubro — Saem de Bagdá 191 brasileiros num Boeing 747 fretado pela Mendes Júnior. Vieram 174 funcionários de empresas brasileiras, inclusive os 22 militares da Hop, oito jornalistas, dois diplomatas e quatro iraquianos casados com brasileiras.

7 de outubro — Os últimos 82 brasileiros saem do Iraque num Boeing 707 da mesma empresa iraquiana. Vieram juntos diplomatas brasileiros, inclusive o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Ficaram espontaneamente no Kuwait 41 brasileiros, 11 no Iraque, sendo três diplomatas e os demais funcionários da Mendes Júnior, que cuidam dos bens da empresa nos dois acampamentos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Luiz Maya.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA (PDC — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o dia 3 de outubro se constituiu em uma data muito significativa para a Nação brasileira. Realizou-se o ato cívico das eleições gerais para a constituição dos novos Governos estaduais, das novas Assembléias Legislativas e do novo Congresso Nacional. Pode-se dizer consolidada realmente a democracia no Brasil, através do pleio livre a nível nacional, em que manifestaram suas preferências cerca de 84 milhões de eleitores. Sai o Brasil destas eleições fortalecido e confiante no seu futuro. Surge assim um novo horizonte nos céus da Pátria.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não foi somente para o Brasil que o dia 3 de outubro transformou-se em marco histórico, mas o foi também, e sobretudo, para a Alemanha que, nesse dia, de duas se transformou em uma só Alemanha. O dia 3 foi escolhido para ser a data histórica da unificação das Alemanhas, a Ocidental e a Oriental.

Esta data não pode passar despercebida nesta augusta Casa, tão importante é o fato para a História Universal Contemporânea.

Sobre requerer um voto de congratulações do Senado Federal para o povo e as autoridades alemães, almejando-lhes pleno êxito em termos de consolidação nacional, aproveito a oportunidade para tecer algumas considerações sobre o evento, dado a sua importância histórica no contexto das nações do mundo ocidental.

AS ALEMANHAS UNIDAS

EM UMA SÓ ALEMANHA

A reunificação das Alemanhas não era aspiração apenas dos próprios cidadãos da Alemanha Federal e da Alemanha Democrática; era aspiração de grande parte da humanidade, que desejava ver ressurgir uma Alemanha nova, um novo Estado pujante, expressão maior da Europa Ocidental e do mundo democrático.

A inesperada queda do muro de Berlim precipitou os fatos de maneira vertiginosa, graças sobretudo às manifestações populares. Aliás, os alemães ocidentais e os alemães orientais são originariamente um só e único povo germânico, que foi, por um revés da sorte, dividido durante 40 anos, de 1949 a 1990, por duas siglas políticas que representavam dois regimes e dois sistemas de governo totalmente opostos, a saber: a RFA e a RDA.

Há poucos dias, precisamente a 23 de setembro passado, o enviado especial de **O Globo**, Ramiro Alves, noticiava: "Alemanha: expectativa supera euforia".

"A euforia dos dias festivos da derrubada do muro de Berlim ficou para trás. A 10 dias da reunificação de fato das Alemanhas, o sentimento predominante entre a população dos dois países é de expectativa e incerteza". Expectativa e incerteza quanto a questões consideradas fundamentais para a consolidação da Alemanha nova, reunificada.

São questões como:

1. Como será feita a tão comentada reeducação dos 16 milhões de cidadãos da República Democrática Alemã, que viveram quase meio século no regime socialista?

É uma questão de mudança radical de mentalidade e de comportamento social dentro de um regime democrático capitalista, como é, em última análise, o da Alemanha Ocidental.

2. Como se processará o julgamento dos funcionários do antigo regime comunista da Alemanha Ocidental, acusados de agressões aos direitos humanos?

Será reativado o Tribunal de Nuremberg que julgou e condenou os acusados do regime nazista que ocasionou a derrocada da poderosa Alemanha do Fürher Adolph Hitler ou será concedida anistia geral aos culpados de transgressão dos direitos humanos? É o problema.

3. Haverá demissão em massa? A Alemanha Oriental tinha um contingente significativo de funcionários públicos: cerca de 1,5 milhão, o que fazer com eles? Reeducá-los para possível aproveitamento na máquina administrativa do novo Estado, ou aposentá-los compulsoriamente?

4. Qual o destino das Forças Armadas da Alemanha Oriental, cujos membros foram instruídos e formados na ideologia marxista e nas estratégias do exército comunista?

São 100 mil soldados contra apenas 500 mil da RFA.

O Tratado de Reunificação das duas Alemanhas, assinado pelas quatro grandes potências que venceram a última guerra mundial, 1939-1945, determinou que o novo Exército da Alemanha terá somente 370 mil soldados. Portanto, 200 mil terão que ser dispensados ou aposentados. Ainda não está devidamente equacionado o problema.

5. Qual a estratégia de retirada das forças de ocupação?

Só a URSS possui 380 mil soldados soviéticos na atual Alemanha Oriental. Já os EUA, a França e a Inglaterra mantêm suas bases militares na Alemanha Ocidental.

O mencionado tratado ou acordo firmado na União Soviética, em meados do mês de setembro próximo passado, determinou que a retirada das tropas de ocupação dos quatro vencedores da guerra será gradual. Os soviéticos saem em quatro anos. Já os integrantes da OTAN começaram a se retirar do território alemão.

6. E a discriminação que os "primos pobres", do lado oriental, já estão sofrendo?

A diferença da qualidade e do nível de vida das duas Alemanhas é gritantemente desproporcional. Enquanto a Alemanha Federal se tornou uma das grandes potências econômicas do mundo, graças sobretudo ao seu parque industrial de primeiríssima ordem que compete em pé de igualdade com os EUA e o Japão, a Alemanha Oriental sofre as drásticas conseqüências do modelo socialista planificado que lhe foi imposto pela União Soviética. Suas empresas são defasadas e seu parque industrial totalmente obsoleto. Os alemães orientais vão se sentir, assim, cidadãos de segunda classe.

Governo, industriais e banqueiros julgam que o resgate da RDA para colocá-la no nível sócio-econômico da RFA deverá demorar no mínimo 10 ou 12 anos e deverá custar no mínimo 200 bilhões de marcos (cerca de US$ 125 bilhões) para que, em dois anos, a RDA chegue ao primeiro estágio do capitalismo moderno.

Há necessidade imediata de investimentos nas áreas de infra-estrutura, como no sistema de telecomunicações, na rede hoteleira, nas estradas

da Alemanha Oriental que não se modernizaram.

O Sr. Alberto Hoffmann — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Com muito prazer, tenho a honra de ouvir V. Exª

O Sr. Alberto Hoffmann — Nobre Senador Antônio Luiz Maya, além do brilhantismo que o caracteriza na defesa dos grandes problemas da sua região e do nosso País, V. Exª demonstra, mais uma vez, que é estudioso, também, de questões como a da balança de equilíbrio político, social e econômico mundial, de uma forma geral. V. Exª disse do temor sobre o longo tempo que poderá levar a integração efetiva daqueles que, do lado oriental, estão desempregados, outros mal empregados, outros não estão mais na estatal em que estavam, porque essa foi fechada. Eu não temo tanto, Sr. Senador; acredito que foi muito mais rápido do que pensamos. Em outubro de 1989, no **Der Spiegel** e também na revista **Bunte**, ambas alemãs, em artigo de fundo, o articulista escrevia: "Do jeito que vão as coisas, dentro de uns dez anos, o muro vai cair". Isso foi na segunda quinzena de outubro. E no dia 9 de novembro, o muro caiu. E assim também, estou certo, é interesse de vasos comunicantes da própria economia, porque não só os produtores que estão morando lá, mas também os consumidores, os grandes grupos do país, como um todo, vão organizar filiais, vão fazer movimentos econômicos em todas as partes, e, em pouco tempo, virá o ponto de equilíbrio, como já aconteceu com a própria moeda. O lado ocidental é que está perdendo quanto à moeda; é aquela percentagem violenta com que foi dada a paridade a uma moeda oriental até um determinado número de marcos. Mas, acima de tudo, congratulo-me com V. Exª por este pronunciamento, fazendo votos para que este mundo seja mais aberto, mais abraçável. Outro dia, conversava com um diplomata em uma de nossas embaixadas, e S. Exª comentava sobre Stalin, a União Soviética que perdeu uma geração com a implantação do comunismo, como também perdeu mais de uma geração com a II Guerra Mundial; e esta, a terceira, e atual geração, quer também andar de automóvel. E isso tudo somará esforços, métodos e esquemas, inclusive na União Soviética, para dar ainda uma maior abertura àquela que Gorbachev já deu.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Nobre Senador Alberto Hoffmann, agradecemos a V. Exª o aparte e almejamos que a Alemanha solucione esses problemas de imediato, assim como teve capacidade de se reorganizar em tão curto espaço de tempo, para a sua reunificação.

Temos certeza de que o trabalho dos alemães é, nesse sentido, de fazer com que a nova nação ocupe um lugar de destaque na economia mundial e no contexto das nações democráticas.

Sr. Presidente, o Governo da RDA não se preocupou com a questão ambiental, tão propalada em nossos dias, e agora, serão precisos alguns bilhões de marcos para fazer frente à poluição. Como se vê, a unificação é uma como "anexação da pobreza".

7. A questão mais polêmica está sendo a relativa à propriedade.

"A questão da propriedade, comenta Ramiro Alves, também provoca excitação de um lado e temores do outro. Na RFA, muitos dos antigos proprietários de prédios, empresas e terras no lado oriental já estão procurando a Justiça para retomarem seus bens. A reação imediata do outro lado é de medo do aumento generalizado dos aluguéis e da impossibilidade de adquirir um imóvel. Os melhores pontos de Berlim Oriental já foram leiloados pelas grandes empresas, que se preparam para construir imensos templos de consumo nas vizinhanças dos gigantescos monumentos ao marxismo-leninismo."

8. A questão econômica é uma das grandes preocupações dos banqueiros alemães, que já avalizaram todo o processo de unificação da moeda. Segundo eles, a reunificação vai custar entre 1.200 e 1.400 marcos a cada cidadão da Alemanha Federal este ano e cerca de 2.000 marcos em 1991.

Conforme dados já levantados, a dívida interna da RDA é estimada entre 400 e 500 bilhões de marcos (entre US$ 250 e 320 bilhões), e a dívida externa só com os países ocidentais, já ultrapassou a US$ 15 bilhões.

A política monetária estará a cargo do banco central alemão — o poderoso **Deutsche Bundesbank**, o qual avalia que serão necessários 115 bilhões de marcos em investimentos para cobrir os rombos no orçamento da Alemanha Oriental até 1994.

9. Um dos problemas que requer solução urgente é o da produtividade.

A produção total da RDA representa apenas 10% do total da produção da Alemanha unificada, enquanto que a população representa 20% da população total.

10. Desde a fusão da moeda a 1º de julho, as taxas de juros subiram. O que representa este fato no contexto da inflação? O Banco Central Alemão não teme que a reunificação da Alemanha ocasione uma alta significativa. Hoje, o índice de inflação é de 2,4%. Bundesbank acredita que ela fique perto dos 3% até o final do ano, mas por conta da crise do petróleo.

Apesar do aumento previsto no déficit público, o Banco Central acha possível que seja necessário majorar impostos.

Para cobrir as despesas com o "resgate" da RDA, avaliadas em 200 bilhões de marcos, estão previstos cortes em subsídios como os de Berlim, que recebia por ano cerca de 20 bilhões de marcos, e cortes nos gastos militares.

O Vice-Presidente, Reiner Veit, do **Deutsche Bank**, o principal banco privado do país, admite que no início haverá recessão, desemprego e queda no PIB na RDA, mas assegura que, a partir de 1992, já haverá um crescimento econômico significativo.

11. E a questão política?

Eleições gerais para um Parlamento de 656 deputados estão marcadas para os dias 14 de outubro na RDA e 2 de dezembro na RFA.

A pesquisa prevê que o grande vencedor será Helmut Kohl, da União Democrata Cristã (CDU) que, sem dúvida alguma, será o primeiro Chanceler da nova Alemanha, de cuja reunificação é considerado o principal artífice.

As pesquisas prevêem que a coligação CDU/CSU terá cerca de 44% dos votos, enquanto o SPD, social democrata, de Oskar de Lafontaine, partido de oposição, ficará com um percentual que irá de 35% a 38% e o Partido Verde com 6% ou 7% dos votos. Quanto ao ex-Partido Comunista, que dominava a política da RDA e hoje disputa a eleição com o nome do Partido do Socialismo Democrático (PDS), não é previsto um bom desempenho, podendo conseguir três cadeiras pelo sistema do voto distrital direto.

12. A questão cultural é também problema para a

reunificação. Há uma enorme dúvida e desconfiança.

Não há dúvidas que a Alemanha tem sua própria história e sua cultura, que remontam a muitos séculos. Os romanos se referiam à Germânia como terra dos bárbaros, fora do mundo civilizado que era constituído exclusivamente do Império Romano, em cujos limites o sol nascia e se punha. Mas os 40 anos de divisão político-administrativa e, sobretudo, ideológica influíram muito na cosmovisão dos alemães do Leste e do Ocidente, em especial os das novas gerações, com mentalidades antagônicas.

Os jovens alemães ocidentais conhecem muito mais sobre os adolescentes, franceses, italianos, ingleses, americanos do que sobre seus "irmãos" do lado oriental, com os quais não têm afinidade cultural.

Donde o fato de que a reunificação não chega a emocionar os jovens, ao contrário. Os jovens alemães orientais, não obstante o encanto que tiveram com o possível acesso aos bens de consumo e uma perspectiva de vida melhor, longe do sistema centralizado e de partido único que imperava, teme, por exemplo, a falta de emprego garantido e de aluguéis subsidiados.

Outros aspectos poderiam ser considerados, mas são de somenos importância.

O fato é que da reunificação surge uma Alemanha nova, mais poderosa ainda, livre de qualquer ocupação, totalmente independente, industrializada. Surge, assim, uma nova superpotência encravada no meio do Continente europeu.

Há quem tema na Europa que esse gigante germânico vá transformar os demais países circunvizinhos em satélites. A verdade, porém, é que os países recém-saídos do sistema de centralização econômica do Leste Europeu esperam herdar alguns bilhões de marcos que serão investidos no "resgate" da Alemanha Democrática.

Aos que temem que isto venha a acontecer, a Alemanha, que ora se constitui no maior, mais forte e mais rico país da Europa, demonstra que não tem tendências de supremacia, pois, em nenhum momento, reivindicou para si um número maior de deputados no Parlamento europeu.

Dia 3 de outubro, surgiu no palco da história a unificação das Alemanhas Ocidental e Oriental, modificando geográfica e politicamente o mapa da velha Europa, e se constituindo em uma enorme força de equilíbrio entre as duas maiores potências mundiais, a União Soviética e os Estados Unidos.

A Alemanha reunificada possui: — um território de 357.039 Km2; — uma população de 78 milhões; — uma exportação de US$ 354 bilhões/ano; — um PIB de US$ 1,3 trilhão; uma renda **per capita** de US$ 16.600.

Ao finalizar este pronunciamento, formalizo desta tribuna o pedido de apresentação de um voto de congratulações em nome do Senado Federal ao Parlamento alemão e ao Primeiro-Ministro Helmut Kohl pelo sucesso alcançado nos intensos e profícuos trabalhos realizados com competência pela reunificação da Alemanha, coroados de pleno êxito.

Era o que tinha para dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Hoffmann.

O SR. ALBERTO HOFFMANN (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, nesta tarde de reinício das nossas atividades após o primeiro turno eleitoral, tenho a especial honra de aqui, por esta tribuna, de forma modesta mas sincera, de forma comovida, festejar o centenário de colonização da minha terra natal, que é o Município de Ijuí, no Rio Grande do Sul.

Foi precisamente no dia 19 de outubro de 1890 que os primeiros agricultores imigrantes e migrantes, estrangeiros e descendentes daqueles outros povoadores de outras regiões do Rio Grande do Sul, aportaram a Ijuí para lá construir uma comunidade forte, uma comunidade que teve o honroso — outros dizem vaidoso — título de Colméia do Trabalho.

E lá chegava, então, sob a chefia do engenheiro José Manoel de Siqueira Couto, a Comissão de Terras, as famosas Comissões de Terras do tempo do Império e também depois da República, que, pelo menos no Estado do Rio Grande do Sul, funcionaram admiravelmente bem; realizavam um plano, faziam a demarcação, a divisão, a numeração dos lotes coloniais, antigamente de 80 hectares, em São Leopoldo; mais tarde de 48 hectares, no Alto Taquari, e nessa nossa região de Ijuí, já com 25 hectares. Havia, portanto, o plano; a terra existia antes. Hoje as situações são invertidas. Sem planos, apenas com promoções emocionais quer-se, então, fazer a demarcação e os assentamentos.

Faço este registro para dizer que a divisão e a demarcação dos primeiros lotes urbanos de Ijuí, ocorrida em 1890, foi para 22 pessoas na sede, lotes urbanos, e para mais 100 famílias de agricultores no interior. Já em 1892 aquela colonização recebeu a grande cooperação de dois agrimensores que se tornaram famosos na região; Ernesto Mützel Filho e Horácio da Silva Lima. E, assim, de leva em leva foram chegando os agricultores, os novos contingentes que vinham de Silveira Martins, onde havia uma base lá perto de Santa Maria, para agasalhar e hospedar imigrantes vindos do exterior e também migrantes, vindos de outras regiões do Rio Grande do Sul.

Em 1898, chegou a Ijuí uma figura, uma personalidade providencial e exemplar, o engenheiro Augusto Pestana, pai do mais tarde Deputado Federal e Ministro de Viação e Obras Públicas, Clóvis Pestana. E com Augusto Pestana na chefia da colônia, ela teve um extraordinário desenvolvimento, a ponto de, já em 1912, emancipar-se de Cruz Alta e com algumas áreas de Santo Ângelo e de Palmeira das Missões, constituir um novo município do Rio Grande do Sul, do qual o primeiro Intendente Provisório — assim se chamava — foi o próprio engenheiro Augusto Pestana. Tem-se, assim, uma idéia da evolução dessa colônia que, embora planejada em fins do Império, foi a primeira colonização da República no Rio Grande do Sul e, talvez, no Brasil.

Passo a explicar a evolução demográfica: aqueles 22 cidadãos foram os primeiros habitantes da sede e aquelas primeiras 100 famílias foram assentadas no interior; já em 1896, 6 anos depois, a colônia contava com 4 mil e 644 habitantes; em 1900, 8.800 habitantes; em 1914, 25 mil habitantes; em 1940, à época do cinqüentenário, 50 mil habitantes e, hoje, 1990, na data e no Jubileu do Centenário, 100 mil habitantes. Mais tarde, nova evolução: Em 1912, apitou o primeiro trem, o primeiro "Maria-Fumaça" que trouxe o transporte ferroviário à colônia e, já em 1934, a Vila de Ijuí foi elevada à categoria de cidade e criada a sua comarca. Na economia, a instalação e funcionamento de uma chamada colônia-modelo, uma

colônia de fomento agrícola, com base na pecuária de leite e que logo se projetou. A economia se desenvolveu, primeiro, pela diversificação das culturas agrícolas; segundo, pela criação de inúmeras e diversificadas indústrias de pequeno e médio portes; terceiro, forte pólo de comércio atacadista; quarto, incremento do cooperativismo, especialmente com a Cotrijuí, atualmente de projeção nacional.

Na educação, registrou-se uma grande evolução nas últimas décadas. Lembro-me de que, quando menino, concluído o primário, com aquela cidade, aquele município não contava com um ginásio sequer — naquele tempo era o famoso ginásio — tive que me deslocar de Ijuí para Cruz Alta e para Passo Fundo, ou até para Santa Maria, para poder freqüentar o curso secundário. Era essa a situação de Ijuí ainda em 1935. Éramos, daquela cidade, doze privilegiados. Eu era filho de agricultor, mas de um agricultor evoluído. Os demais companheiros eram filhos de comerciante, do médico... éramos apenas doze com o privilégio de fazer curso secundário fora do município.

Hoje, dezenas e dezenas são os estabelecimentos, as escolas técnicas. Não há bairro, não há linha de interior que não tenha pelo menos uma escola de primeiro grau. O ensino técnico agrícola, o ensino técnico industrial, tudo isso culminou numa universidade, que já tem, também, um bom renome nacional, que é a Uniijuí. Quero então, daqui, neste momento de festa, da festa que começa no dia 12 e vai até o dia 21 de outubro, deixar as minhas congratulações ao povo daquela região.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALBERTO HOFFMANN — Ouço V. Exª com muito prazer, Senador Antônio Luiz Maya.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Nobre Senador Alberto Hoffmann, V. Exª, com essa alegria que manifesta na tribuna do Senado comemora o dia festivo de instalação de uma colônia alemã em sua terra natal, Ijuí, Rio Grande do Sul.

O SR. ALBERTO HOFFMANN — Não é alemã. Foi a primeira colônia mista do Rio Grande do Sul.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Quero dizer que o processo de colonização no Rio Grande do Sul foi tão bem sucedido que, ainda hoje, vemos seus reflexos positivos. Quer dizer, entre os Estados da Federação, o Rio Grande do Sul é uma espécie de modelo. Se tivéssemos outros processos de colonização à semelhança do que ocorreu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com pessoas que vieram qualificados da velha Europa para trabalhar nesse País, sem dúvida alguma, o Nordeste e o Norte do Brasil seriam outros. Esse processo precisa ser bem analisado, bem estudado. V. Exª tem toda razão em dizer aqui, da tribuna do Senado, triunfalmente, que deu certo, deu certo mesmo. Hoje estamos colhendo os frutos, com muita alegria para todo o País. V. Exª disse que, naquela época, 1935 — salvo engano —, quando criança tinha que sair para estudar nos centros maiores. Não havia aquela dificuldade da língua, nobre Senador, uma vez que os colonos da sua terra ainda falavam mais a língua pátria que trouxeram da Europa do que o português. Então, a dificuldade não estaria aí. A escola primária não era feita em língua nacional? Apenas uma pergunta esclareceria muito para nós. Sabemos, através de dados e informações, que na época, lá no Rio Grande do Sul, a maioria dos colonos tinha inicialmente, a língua materna de sua pátria como língua pátria neste País. Era uma informação.

O SR. ALBERTO HOFFMANN — Esse registro de V. Exª é muito importante. Primeiramente para dizer que ao analisar o problema da terra em nosso País, eu tive oportunidade de, há 20 anos, em plena Câmara dos Deputados, declarar que o nosso País têm regiões onde o homem precisa de terras, onde o homem, filho do agricultor com vocação agrícola profunda, não encontra um lote colonial. E havia outras regiões do País em que faltava o homem para a terra. Era o contrário.

Com relação a esse aspecto peculiar a que V. Exª se referiu, esse não dizia mais respeito àquela região. A partir da República, — vou analisar esse aspecto logo mais — minha terra natal, por exemplo, além das escolas particulares — católicas e evangélicas — tinha escola pública, e eu fui para a escola pública já no primário; o que não havia era o secundário. Para uma cidade ter o **status** de ter um ginásio era uma coisa impressionante. Mais tarde, para ter **status** precisaria de uma escola de segundo grau; e mais tarde, V. Exª que caminhou pelas estradas das campanhas eleitorais deste País, também deve ter visto muito: pessoas chegavam à porta de uma cidade com uma faixa enorme: "Queremos uma faculdade; apenas isso, não sabiam o que queriam, mas por questão de **status**, queriam uma faculdade. Então, tudo isso é Brasil e tudo isso é nossa realidade.

E é justamente por isso que me congratulo com a Comissão Central do Centenário, com a Prefeitura Municipal, com o Prefeito, com a Câmara Municipal, com a Associação Comercial de Ijuí. Enfim todos líderes daquela comunidade, de todas as profissões, que estão colaborando nesse grande evento.

Mas não é apenas pela realização de uma grande exposição, a 4ª: Exposição de Ijuí, mas especialmente pela 4ª: Fenadi. Então V. Exª dirá "O que é Fenadi?" Fenadi é a feira das etnias, é a feira das culturas diversificadas, que está sendo festejada de ano a ano. A minha terra natal, Ijuí, constituiu o primeiro marco de uma colonização diferente. Antes, no Rio Grande do Sul, havia o índio, o espanhol, o jesuíta, que lá no Noroeste criou as missões jesuíticas. Se mais tarde chegou o português, que entrou pelo porto do Rio Grande, para com Silva Paz dar aquelas primeiras bases de colonização portuguesa no sul do Estado do Rio Grande do Sul; se mais tarde portugueses e açoreanos, que em 1740 fundaram a cidade de Porto Alegre, depois de terem feito Viamão capital da então província; se depois disso tudo veio o bandeirante paulista, que descendo pela Laguna ia para os planaltos da serra do Rio Grande do Sul para fundar as primeiras estâncias, então, de fato, o primeiro marco de colonização européia nova foi em São Leopoldo, em 1824, com a vinda dos primeiros imigrantes alemães.

Já Caxias do Sul, em 1875, foi o marco inicial do desenvolvimento da chamada colonização italiana — foram os imigrantes itálicos.

Pela volta do século os poloneses, austríacos, inclusive, na minha terra os letos, até o báltico lá está, com seus descendentes, os holandeses. Já em Ijuí foi diferente. Quando do planejamento de Ijuí, na seleção de imigrantes, os comitês de Silveira Martins e outros locais selecionavam imigrantes de todas as origens, de modo que na colônia, lote colonial nº 17 — à margem esquerda do rio Ijuí, onde nasci, os primeiros vizinhos eram Berno e Piccoli, o segundo era espanhol-franco, o terceiro, Sqilinsisi, era de descendência polonesa.

Lá apareceu também quem? O próprio português. Vieram imigrantes portugueses a Ijuí. Houve descendente do gaúcho do Pampa, que já defendera a fronteira sul do País em outras paragens do nosso estado; houve também o descendente de outros imigrantes, daquele que saíra de São Leopoldo, porque não havia mais terras suficientes, e Ijuí tinha terra nova, vamos até lá. Meu pai, que era do Alto Taquari, em 1918 montou em uma mula, ele e um amigo, e viajaram para o norte do estado, atravessaram a Argentina e foram parar no Paraguai, para escolher um recanto que mais lhes agradasse. Ele tinha a profissão de viveirista, trabalhava em viveiros de plantas no Alto Taquari. Então, ele chegou e disse: "Ijuí para mim é o ideal, o trem está chegando, e daqui vou mandar minhas mudas para todos os lugares do Rio Grande do Sul aonde houver estação da estrada de ferro". Essa a razão por que aquele homem, durante ano e tanto, a noiva esperando, voltou para Lajeado, onde se casou, e em 1920 se mudou para Ijuí onde eu nasci. Ijuí abre agora parênteses novos nessa evolução do Rio Grande do Sul, e faz então, o Festival das Etnias, de forma que o dia 12, por exemplo, é dia da festa dos italianos (está aqui um programa especial); no dia 13, Dia da Etnia Holandesa; dia 14, Dia da Etnia Polonesa; dia 15, Dia da Etnia Portuguesa; dia 16, Dia da Etnia Árabe — o árabe também cultua tradições. Vamos olhar para os nossos ilustres descendentes de beduínos que representam o povo brasileiro no Senado Federal e na Câmara dos Deputados para dizer: lá também se cultua a tradição árabe; no dia 17, por ser uma nação a parte, o Dia dos Gaúchos (risos), só jocosamente para referir os gaúchos de todas as origens; no dia 18 de outubro, Dia da Etnia Alemã; dia 19, Dia da Etnia Austríaca, dia 20, Dia da Etnia Afro-brasileira, e no Dia 21, dia da Etnia Leta — letos são os descendentes da Letônia que estão lá. Ao todo são 10 grupos já organizados e nem todos têm festa.

Para dizer-lhes, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a alegria de que aquilo representa uma síntese nova. Não é a colônia desse ou daquele tipo. Colônia japonesa o Rio Grande do Sul teve muito pouco, se tivesse certamente lá estariam, e para festejar, acima de tudo, o Brasil, porque, acima de tudo, é considerado que a Pátria não é um termo vago, ela tem algo de real e importa o sentimento entre o cidadão e o chão e aquilo que ele é capaz de fazer por isso; lembrando aqueles que em todos os tempos participaram, inclusive, dos eventos cruentos, aqueles que tombaram em Monte Caseros, aqueles que tombaram na Guerra do Paraguai, onde não houve uma colônia do Rio Grande do Sul que não tivesse dado o seu tributo de sangue.

É por isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que quero aqui encerrar esta minha intervenção com um abraço ao povo da minha terra natal, e faço-o com uma manifestação de 50 anos atrás, porque há 50 anos foi festejado o cinqüentenário de Ijuí. Naquela ocasião, o prefeito de então — naquele tempo o prefeito era nomeado, e prefeitos nomeados não houve apenas há 10 ou 15 anos, mas também há 50 anos, V. Exª, que se lembram, sabem que era na base da nomeação.

Portanto, nada mais oportuno no final deste registro e agora ao ensejo da magna data do centenário, evocar a mensagem ao povo ijuiense, há 50 anos do Prefeito de então, Dr. Emílio Martins Bührer, que tenho a honra de inserir nesta homenagem a minha terra natal:

"Ijuiense,

Eu te saúdo, ijuiense, na data do teu cinqüentenário.

E te saúdo com entusiasmo, porque vejo e sinto que tu és bom, que tu és útil, que tu és patriota.

Cinqüenta anos passados, numa revivescência empolgante das jornadas dos bravos bandeirantes, tu penetraste neste abençoado recanto da terra rio-grandense, por "piques nunca d'antes palmilhados".

A natureza bravia recebeu-te com requintes de engalanamento. A tua passagem de desbravador intimorato ela executava, certamente, aquela sinfonia impressionante, em que se misturam, ao farfalhar das árvores, os acordes sinistros do guizalhar das cascavéis, do urrar das feras e do coaxar das rãs.

Mas tu vinhas preparado para vencer.

Trazias contigo um espírito fortemente disciplinado, um braço rijo e dinâmico e uma vontade inquebrantável de trabalhar, de produzir, de enriquecer.

E venceste.

Num cinqüentenário de atividades perseverantes e construtivas, tu transformaste a mata virgem num dos celeiros mais ricos e fecundos da promissora gleba sulina.

Formaste lares, edificaste povoados, ergueste vilas e construíste uma cidade.

Cuidaste do corpo, cuidaste da alma e cuidaste da inteligência.

Nunca fechaste as tuas portas ao ingresso das normas sadias ditadas pela civilização.

Hosanas — ijuiense — ao teu esforço precioso em prol da grandeza da Pátria comum!

Aos que já tombaram — a nossa saudade.

Aos contemporâneos — a nossa homenagem.

E aos pósteros — a nossa confiança."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é impossível, nesta sessão de hoje, fugir aos comentários e considerações divulgadas em todo o País, e assunto de conversas entre as pessoas em toda parte, sobre as eleições de 3 de outubro. Compreendo que está muito cedo para se fazer uma apreciação desse pleito, de maneira mais profunda, até porque os seus resultados ainda não são definidos em muitos estados, inclusive no meu Estado de Pernambuco, quando a lentidão da Justiça Eleitoral faz com que o resultado de um pleito disputadíssimo, tanto a nível majoritário quanto a nível proporcional, não tenha a divulgação no prazo em que foi constantemente prometido pela Justiça Eleitoral.

Mesmo assim, com a precariedade do tempo curto demais para se fazer uma apreciação mais fria e isenta dos acontecimentos eleitorais do dia 3 de outubro, mesmo assim, arrisco fazer aqui estes comentários, principalmente no que toca a antecedentes da própria eleição. E há atos conseqüentes já propostos por alguns outros colegas parlamentares.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, consideremos o processo eleitoral em si mesmo, independente das eleições do dia 3 de outubro. Esse novo processo eleitoral e também o de apuração eleitoral é arcaico, cartorial em excesso. De modo que temos a obrigação de avaliá-lo, já é tempo de quebrar esse tabu de que a Justiça é intocável. Não vejo por que o Poder Judiciário, que deveria ser tão dinâmico como o Executivo ou o Legislativo, fique nessa lentidão que, afinal de contas, faz perder o sentido maior da Justiça. No caso da Justiça Eleitoral, eu já não falo da Justiça Comum, destaque-se aqui a exceção da Justiça Trabalhista em alguns estados, porque, em outros, está tão congestionada que chegou, também, a equiparar-se à Justiça Comum. Mas no caso da Justiça Eleitoral, precisamos conclamar uma ampla, geral e irrestrita reformulação do processo eleitoral, da legislação eleitoral e dos seus próprios órgãos.

Não vejo por que não se discutir esse assunto no Parlamento, como se isso fosse um tabu.

Direi, aqui, com a maior clareza: a Justiça Eleitoral, como está, não está servindo bem à sociedade.

Isso não significa condenação, ou crítica pessoal a qualquer membro do Poder Judiciário, seja nas suas instâncias superiores ou dos tribunais regionais, ou seja a nível de juiz de Direito — estes, coitados, acumulam os seus cargos com o de juiz eleitoral e são verdadeiramente esmagados pelo acúmulo de trabalho, pelas condições insuficientes e, às vezes, até ridículas, com que exercem o seu trabalho, tanto na Justiça Comum, como na Justiça Eleitoral.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o fato é este. Analisando-se independentemente do resultado das eleições de 3 de outubro, a Justiça Eleitoral que aí se encontra não está servindo ao País como deveria fazer, como era de se esperar, principalmente nesta época de processo eleitoral.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me.V. Exª um aparte, nobre Senador Mansueto de Lavor?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª, Senador Mansueto de Lavor, tem toda razão, porque não podemos ter assuntos aqui que não devamos abordar. Temos o mesmo direito que os outros têm de nos criticar; temos também o direito de levantar questionamentos a respeito do funcionamento de qualquer órgão, de qualquer Poder de qualquer representatividade da sociedade. Nós estamos vendo no decorrer desta eleição, que os fatos demonstram claramente a razão que V. Exª tem quando fala numa reformulação geral e global da Justiça Eleitoral, em todos os estados do País. Não é só no estado de V. Exª, não é só no meu estado; acredito que isso esteja ocorrendo em todos os estados do Brasil, em decorrência do que é, na realidade, a Justiça Eleitoral, porque não existe uma Justiça Eleitoral própria; ela depende de juízes que vêm de outras áreas da Justiça Comum, da Justiça Federal, de advogados que formam um corpo inteiramente não exclusivo para a área da Justiça Eleitoral. Essa lentidão na apuração — queira V. Exª abordar isso ou não — dá sempre má impressão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Eu estou abordando, Exª Acho que é uma vergonha para o País, para o Brasil.

O Sr. Jutahy Magalhães — Isso dá uma má impressão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Péssima impressão.

O Sr. Jutahy Magalhães — Veja V. Exª que no meu Estado — e este tema vou abordar hoje, também, ligeiramente, se tiver tempo, mais adiante, vou querer aprofundar essa discussão, que deve ser da Casa toda, para nós tentarmos buscar soluções — no meu estado, criou-se a imagem, através de pesquisas de opinião, que a vitória de um determinado candidato seria da ordem de um milhão e meio de votos, isso durante cinco meses e a **Rede Globo** falando todo o dia que ele ia se eleger no primeiro turno. Então, seria uma vitória tranqüila. Daí, setenta dos nossos prefeitos passaram para o outro lado, dentro da preocupação de ficar com o Governador eleito. Agora, veja V. Exª, com toda a lentidão da Justiça Eleitoral, que até hoje tem evitado praticamente darem os resultados oficiais, foi feito um levantamento paralelo — hoje estamos com 90% dos votos já apurados nessa apuração paralela —, e o Sr. Antônio Carlos Magalhães ainda está perdendo e vai ganhar no final do primeiro turno por perto de 20 mil votos. Para quem iria vencer com a diferença de um milhão e meio de votos, agora vai ganhar por vinte mil votos, e a Justiça Eleitoral ainda está prendendo os resultados. Eu não posso fazer nenhuma acusação, seria leviandade de minha parte; mais fica, como V. Exª disse, uma dúvida no art. por que essa lentidão? Se estamos num País que tem uma informática com todas as reservas feitas para desenvolver a nossa própria, temos hoje a tecnologia que todo brasileiro sabe ver quando deseja estudar uma matéria e, no entanto, ainda estamos no tempo da eleição a bico de pena, fazendo os cálculos e as somas na base de lápis ou caneta. Por isso, parabenizo V. Exª Desculpe-me a extensão do meu aparte, mas eu gostaria também de dar o meu testemunho da necessidade dessa reformulação.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Agradeço a V. Exª pelo aparte.

Sobre essa questão das pesquisas, há um item aqui no meu pronunciamento que vou tratar daqui a pouco.

Eu gostaria de insistir ainda na questão da lentidão nas apurações. Há uma eleição no Uruguai e à meia-noite do mesmo dia da eleição se sabe o resultado. Mas, vão dizer, o Uruguai é um país pequeno etc. A nível de estados, temos estados como Sergipe, Amapá etc, onde as eleições ainda não foram apuradas nem em 30%. Não sei se é o caso de Sergipe. Quer dizer, a nível de estados as eleições também não são apuradas. Mesmo que fosse uma eleição para Presidente da República, isso não seria justificativa. Essa lentidão cria problemas no que toca ao resultado final e, além do mais, cria uma imagem negativa do País. Afinal de contas, em matéria de apuração eleitoral, nós estamos ainda na era da pedra lascada. Isso é o que se deve dizer logo.

No que se refere à própria condução do processo eleitoral, a Justiça eleitoral se considera inteiramente desaparelhada, ainda mais, como frisou V.Exª, que os componentes, os órgãos da Justiça não são exclusivos, eles são, na primeira instância, juízes comuns que acumulam cargos como juízes eleitorais. E assim nos tribunais. De modo que, com essas eleições sucessivas, os trabalhos se acumulam muito mais e dão a demonstração cabal desse desaparelhamento, dessa falta de preparação.

Em suma, a Justiça Eleitoral como está não nos serve. Não quero dizer que não serve a nós políticos, ela não serve à democracia como deveria servir e como era de se esperar.

Então, a primeira proposta, como uma análise, como uma reflexão sobre as eleições de 3 de outubro, mas independente dos seus resultados, é que se procure — neste ponto, o Congresso — o Senado e a Câmara — tem muito a ver com isso no que toca à reformulação da legislação — é que se procura, se defenda com toda clareza uma reformulação completa do papel, da função da Justiça Eleitoral, neste País. Segundo, uma reavaliação da propaganda eleitoral gratuita. Não pensem V. Exªs que eu vou defender aqui a abolição do programa eleitoral gratuito. Quem defende a abolição do programa eleitoral gratuito está prestando serviço às redes de emissoras, está indo em direção dos interesses de emissoras de rádio e de televisão, que têm concessões federais. Os canais de rádio e de televisão são patrimônio da União, portanto patrimônio do povo brasileiro. E não é nada demais que dediquem, em tempos especiais, parcela dos seus espaços nas suas programações a serviço público. É a propaganda eleitoral gratuita é um serviço público que deve ser eminentemente educativo. Aí, sim, se não é, se essa propaganda eleitoral, que deve ser mantida e nunca retirada, se essa propaganda eleitoral não está sendo uma verdadeira aula de formação política do povo brasileiro, aí nós temos culpa, aí devemos procurar reformular. Extinguir nunca. Reformular imediatamente, sim.

Nesse caso, é preciso citar aqui que não foi nem um, nem dois os acontecimentos lamentáveis de candidatos, de partidos principalmente desses partidos forjados para servir a interesses personalistas, que utilizaram mal esse espaço preciosíssimo da propaganda eleitoral gratuita e levaram a impressão, levaram os próprios meios de comunicação, que não têm interesse nessa propaganda eleitoral gratuita, evidente, a divulgarem, a inculcarem na opinião pública uma rejeição a esse horário. Posso dizer que a audiência do chamado "Guia Eleitoral", como é chamado no meu Estado, Pernambuco, concorre em audiência com qualquer outro programa médio da televisão. Não digo nos picos de audiência, mas um programa médio. Querer acabar com o programa eleitoral gratuito por falta de audiência é um contra-senso, porque temos em certos horários uma rede de emissoras que tem 80% de audiência, outra rede que tem 10%, outra que tem 15% e outra que tem 0,5%. Vai-se fechar aquela emissora que não tem audiência? Não. Não se fecha a emissora que não tem audiência. Procura-se fazer com que ela, através de uma programação melhor e aperfeiçoada, conquista audiência.

Assim não se deve, absolutamente, extinguir os programas educativos. Não se deve extinguir os programas de informação porque têm pouca audiência. Deve-se procurar, através da técnica, de uma melhor apresentação, fazer com que eles conquistem audiência. Assim não há, não subsiste qualquer argumento para se acabar com o programa eleitoral gratuito.

Ainda mais agora, em nome da onda do liberalismo, que dizem que é a livre concorrência, que a intervenção do Estado não se deve mais fazer na economia privada, que as emissoras de rádio e televisão são empresas privadas e não deve ceder seu tempo gratuitamente para que os partidos políticos façam propaganda eleitoral. Esse argumento não tem consistência; primeiro, porque as emissoras de rádio e televisão são concessões públicas; segundo, porque a propaganda eleitoral gratuita não é uma intervenção do Estado em coisa alheia, porque os canais de rádio e televisão pertencem à União. Os empresários que os utilizam, como o Sr. Roberto Marinho e o Sr. Adolfo Bloch, são concessionários, não são donos dos canais, os canais de rádio e televisão são do povo. Portanto, é necessária a manutenção de propaganda eleitoral, aperfeiçoando seu mecanismo.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Odacir Soares — V. Exª tem razão. Não ouvi todo o seu pronunciamento, mas estou ouvindo esta parte final com relação ao horário gratuito no rádio e na televisão. Ele é fundamental para o aprimoramento da democracia no Brasil. O que precisa ser feito, do ponto de vista do processo eleitoral, é a atualização do código eleitoral, é o acompanhamento do Código Eleitoral por parte da Justiça Eleitoral, permanentemente, inclusive evitando-se os abusos e crime eleitorais praticados mesmo antes do período eleitoral, durante os meses que antecedem a realização das convenções, onde o abuso do poder econômico se manifesta ostensivamente em todo o País. Estou fazendo essas observações até numa situação muito especial, porque, apesar de ter sido vítima de tudo isso, ganhei as eleições em Rondônia.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Parabéns a V. Exª.

O Sr. Odacir Soares — Fui vítima do abuso do poder econômico, de gastos astronômicos, feitos por candidatos, ostensivamente, com recursos muitas vezes sem a origem revelada, recursos que, inclusive, não vão aparecer nos gastos dos comitês de propagandas dos respectivos partidos ou das respectivas coligações. E, nessa parte, nós políticos, nós parlamentares, nós partidos políticos, temos culpa, porque, vencida a primeira etapa do processo eleitoral, que são as convenções, e a segunda etapa do processo eleitoral, que são as eleições, nós candidatos, nós partidos, nós coligações, nos esquecemos da etapa importante e que está exatamente na ponta do aprimoramento das eleições, que é a etapa da prestação de conta das eleições. Normalmente, nós nos esquecemos de fiscalizar a prestação de conta das eleições e, por isso, ocorrem os abusos que a cada eleição, nós aqui no Congresso e no Senado denunciamos, de certo modo infrutiferamente. Então, hoje, vem batendo muito nesta questão da extinção do horário gratuito no rádio e na televisão. Sou a favor da sua manutenção, e o digo até com isenção, porque sou concessionário de rádio cessionário de rádio no Estado de Rondônia, onde tenho emissora de rádio. Nem por isso, pela utilização desses espaços durante o período, as emissoras deixam de faturar mais ou deixam de faturar menos. O faturamento nem aumenta nem diminui. A meu ver, esse espaço que a legislação concede aos partidos e aos candidatos é fundamental para o aprimoramento das eleições. É necessário que a Justiça Eleitoral cumpra o seu papel de permanente fiscalizadora daquilo que dispõe o Código Eleitoral, o que lamentavelmente não ocorre. Outro fato que precisa ser fiscalizado no Brasil, precisa ser apreciado pelo Congresso Nacional, é a fraude que vem ocorrendo com freqüência nas pesquisas pelos institutos de pesquisa e ocorreram nessas eleições de maneira ostensiva, de maneira violenta e de maneira criminosa. Em Rondônia, por exemplo o Ibope, em pesquisas deturpadas e com resultados inclusive que considero fraudados, em duas ou três pesquisas que publicaram, uma das quais inclusive no dia das eleições, dava-me um percentual com uma distância muito grande do então primeiro colocado. O que se viu nos resultados? Somados os votos dos dois candidatos que ficaram colocados em segundo e

terceiro lugares, a minha votação é quase o dobro da votação obtida pelos dois candidatos, e nem por isso o Ibope teve a cerimônia de, no dia das eleições, publicar uma pesquisa de boca-de-urna, na Capital do Estado, em que dava o meu principal adversário com 37% e me dava 14%. Qual foi o resultado das eleições na Capital? Tive 60% dos votos válidos na Capital de Rondônia, o que demonstra que o Ibope vem vendendo pesquisas para diversos candidatos e para diversos clientes. É necessário que se apure isso. Estou citando o Ibope, especificamente, pois fui vítima dele no Estado de Rondônia, tive oportunidade de, inclusive, advertir o Diretor-Superintendente desse instituto, Sr. Carlos Augusto Montenegro, do crime que estava praticando, porque as pesquisas estavam sendo divulgadas em Rondônia pela afiliada da **Rede Globo** como se fosse dela a pesquisa e, na realidade, eram pesquisas pagas pela coligação "A Vontade do Povo", cujo candidato a Governador era o Senador Olavo Pires e cujo candidato a Senador é o atual Deputado Federal Chagas Neto. Na realidade as pesquisas eram mentirosas, eram pesquisas compradas, que não refletiam a verdade nem antes, nem depois, nem durante o dia da eleição. Congratulo-me com V. Exª. Concordo plenamente com aquilo que V. Exª coloca aqui, relativamente a que esse horário gratuito de rádio e televisão é fundamental para o aprimoramento da democracia, para o aprimoramento do processo eleitoral e para que se permita aos candidatos, com menos possibilidades de gastos nas eleições, pelo mesmo aquele horário, através do qual, ele poderá, com um bom programa, atingir o seu eleitor. Cumprimento V. Exª pelo seu discurso, nessa parte.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Agradeço a V. Exª pelo aparte, porque foi muito importante, principalmente no que toca a pesquisa, que era o item seguinte dentro deste meu esquema do pronunciamento.

Ainda sobre a propaganda eleitoral gratuita, eu queria apenas dizer que há realmente algumas distorções que precisam ser corrigidas, através de uma legislação que devemos fazer aqui. Eminente Senador, creio que contribuiria para esse aperfeiçoamento que se considerasse crime eleitoral qualquer abuso desse horário. Por exemplo, a cessão do horário de um candidato para outro através de pagamento. Se fosse comprovada a venda do horário eleitoral, como ocorreu em alguns casos, isso deveria ser caracterizado como crime eleitoral sujeito a punições. No que toca a isso, fica bem claro que serve à democracia, a propaganda eleitoral gratuita é uma conquista que fortalece a democracia brasileira. Que ela precise de uma legislação de aperfeiçoamento, muito bem, mas simplesmente porque não interessa às emissoras a manutenção desse horário gratuito, não se pode conceber a sua extinção. Até porque as emissoras têm seus meios de descontar isto do Imposto de Renda, conforme já está previsto na própria legislação. E quanto ao argumento de que não tem audiência, então se fecharia uma série de emissoras, porque também não têm audiência. Creio que essas emissoras não vão querer ser fechadas ou ver extintas as suas concessões.

Quanto às pesquisas, V. Exª antecipou praticamente o que eu gostaria de dizer sobre essa questão. A questão do Estado de Rondônia não difere do que ocorreu em Pernambuco. É se diz: É porque o seu candidato perdeu e o outro ganhou. Não! Os que ganharam têm todo o meu respeito.

O Sr. Odacir Soares — Eu ganhei...

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Dou-lhe meus parabéns. V. Exª ganhou.

O Sr. Odacir Soares — ... mas também fui vítima das pesquisas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Foi vítima, mesmo assim está reclamando. É muito bom e forte o seu argumento, porque vindo de um candidato que venceu, contrariando o que diziam as pesquisas.

Vejam o que ocorreu no meu estado, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Na pesquisa de boca-de-urna — não foi um mês antes! — Os institutos deram até 25% de diferença entre o candidato que seria o mais votado, o primeiro lugar, e o segundo. Vamos citar o nome, com todo o respeito: entre o Senador Marco Maciel, cuja ausência aqui merece todo o nosso respeito, e o candidato a senador da nossa coligação, José Queiroz. Segundo a pesquisa de boca-de-urna, a diferença seria de mais de 20%. Mas, naquela semana em que os indecisos se definem, já tinha havido pesquisa, eles deixam para se definir de acordo com a urna. Eles estão indefinidos porque, realmente, não têm um engajamento maior. Então, a pesquisa é o grande instrumento para que os indecisos se definam. Naquela semana, o Ibope publica uma diferença de 11% em favor do candidato do PFL, Jaoquim Francisco, contra Jarbas Vasconcelos. O **Data Folha** publica uma pesquisa, primeiro, de 5% de diferença e, logo depois, publica outra de 14% de diferença em favor de Joaquim contra Jarbas. No dia, o que ocorre? Não dá, absolutamente, no dia da eleição 2,5% de diferença. E quanto a senador se chegou ao absurdo de divulgar até 26% de diferença e não chega a 1,5% o resultado. Isso significa que essas pesquisas empurraram os eleitores indecisos para tomar posição para aquele que já ganhou. Se pesquisa é científica, se pesquisa é, realmente, uma prévia definitiva, como parece em muitos lugares, então, é claro, o indeciso diz: "Eu não vou votar em quem perde!" Há, de fato, uma indução do eleitor e, se ela for fraudulenta, essa indução se torna criminosa. Nós temos que ter uma legislação, já houve tentativas aqui de pautar certas normas. Os métodos da pesquisa não foram muito felizes, porque introduziam coisas tais como acompanhamento da pesquisa, o que a tornaria artificial: "Eu não concordo com aquele, votei contra". Mas eu entendo que se deve colocar uma legislação para responsabilizar os institutos de pesquisa. Afinal de contas, eles prestam serviço público porque divulgam-se resultados prévios eleitorais.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Um instante, nobre Senador. Já concederei o aparte a V. Exª

Em suma, uma pesquisa divulgada uma semana antes da eleição vale como resultado antecipado de uma eleição, na mentalidade de quase todo o eleitorado. Nesse sentido, não se pode deixar, sem mais nem menos, os responsáveis por esses institutos com erros fenomenais como esse citado aqui, agora, pelo eminente Senador Odacir Soares, como é o caso de Pernambuco, como foi o caso da Bahia, com as pesquisas que davam uma vitória estrondosa ao sr. Antônio Carlos Magalhães. Nada disso ocorreu. Então, quem é o responsável por isto? Quais foram os resultados danosos para os candidatos que perderam por uma margem mínima e que, se não tivesse aquela pesquisa, certamente o resultado seria diferente? A legislação tem que cuidar disso, tem que haver uma certa ligação com os crimes eleitorais nessa situação, porque é pior do que distribuir alimentos e roupas na

véspera da eleição. Uma boa pesquisa favorável a um candidato, nas vésperas de eleições, é melhor do que ele distribuir roupa, dinheiro, etc., e muitos têm sido cassados por causa disso e até mesmo tivemos um episódio, aqui, no Distrito Federal, numa eleição passada, com um candidato que usava chapéu e que foi realmente cassado, porque estava distribuindo leite e pão, fazendo o bem.

O Sr. Odacir Soares — Usar chapéu não é bom exemplo.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Nós, aqui, vamos ter um candidato que usa chapéu, um colega nosso do Paraná, a quem daremos boas-vindas. Eu citei assim para que se rememore que alguém já foi cassado por distribuir pão e leite, aqui em Brasília, nas vésperas da eleição; não pôde ser candidato ao Senado. Ora, se a pessoa tem uma pesquisa que lhe é favorável, é melhor do que distribuir alimentos aos pobres. Gera mais efeitos eleitorais positivos uma pesquisa divulgada na véspera da eleição, desse tipo, do que qualquer outro ato. Portanto, isso induz a vontade do eleitor. É isso que estou dizendo. E se a pesquisa é fraudulenta, é manipulada, e não há punição nenhuma aos seus responsáveis, acho que a legislação está vazia. É preciso haver um preenchimento desse vazio da legislação.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Compreendo, perfeitamente, a indignação de V. Exª diante do que acorreu em Pernambuco, porque assisti ali de perto, na Paraíba, a todo o quadro que se desenrolou no seu estado e, de certo modo, também na minha terra. Basta lembrar a V. Exª que, em apenas uma semana, duas pesquisas, em questão de dois dias de diferença de uma para outra, do mesmo instituto, fizeram crescer o principal candidato adversário do PMDB, o candidato do PDT, de 36 pontos para 45. Ou seja, nove pontos em dois dias, o que foi totalmente estranho. Mas nós estávamos mais tranqüilos porque tínhamos uma pesquisa particular contratada com a Porter, que é uma empresa pernambucana muito idônea, que nos dava o resultado que bateu no dia da eleição, de apenas dois ou três pontos de diferença. Entretanto, com o anúncio do Ibope, nós tivemos um prejuízo, sem dúvida, de uns 50 mil votos de pessoas que foram induzidas — como bem disse V. Exª — a votar no candidato que estava à frente nas pesquisas. E não fora isso, concorreríamos — como vamos concorrer — ao segundo turno com o nosso candidato, mas aí também, o candidato do PMDB teria mais votos no final do que o candidato do PDT.

Por tudo isso, o Procurador-Geral da República junto à Justiça Eleitoral solicitou à Polícia Federal na Paraíba a abertura de inquérito — e já está sendo instalado — para apurar as denúncias de manipulações das pesquisas de opinião pública. Não sei se essa decisão do Procurador-Geral da República, junto à Justiça Eleitoral da Paraíba, tem um respaldo jurídico bastante sólido, mas o fato é que S. Sª tomou essa decisão.

Por outro lado, quero dizer a V. Exª que sou autor de um projeto, que se encontra na Casa, no qual procuro fixar alguns critérios para se fazer as pesquisas de opinião pública, e bem assim para a sua divulgação. São duas coisas diferentes: há distorções não só no modo de fazer a pesquisa, como diferença de metodologia etc., mas, sobretudo, há questões muito sérias na divulgação pelos órgãos de comunicação.

O Sr. Odacir Soares — De vez em quando, divulgam parcialmente.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Os próprios institutos de pesquisa de opinião pública — o Ibope é um deles — chegaram a me dizer que se sentem, muitas vezes, incomodados, porque entregam uma pesquisa, a um cliente, que é, em geral, um jornal, uma emissora de rádio ou de televisão, e esse cliente divulga essa pesquisa a seu bel-prazer. Por exemplo, uma das coisas que eu exijo no meu projeto é que, na divulgação, se diga, inclusive, qual o universo pesquisado e o mapeamento, inclusive, geográfico da pesquisa: quais as cidades pesquisadas. Em cada cidade, quantos foram ouvidos. Porque, veja bem, V. Exª pode contratar uma pesquisa, porque tem meios financeiros para isso e, no entanto, ele pede que a pesquisa seja feita em tais ou quais municípios, que podem ser colégios eleitorais, onde a sua candidatura esteja melhor posicionada. Ora, é claro que, no final da pesquisa, as amostragens desses municípios vão ser favoráveis a sua candidatura. Portanto, a pesquisa depende do universo pesquisado, isto é, das cidades onde é feita e do número, também, de pessoas que são entrevistadas. Então, os critérios têm que ser ajustados e, por isso, apresentei o projeto e espero que V. Exª me ajude a levá-lo adiante. Ele está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Eu estarei dando integral apoio a V. Exª A iniciativa é das mais louváveis e importantes, porque, justamente, eu estou clamando por isso aqui, defendendo que deva surgir uma nova legislação ou uma legislação, porque não há praticamente regulamentação disso, que paute essa questão do uso de institutos de pesquisas no período eleitoral, para que o eleitor não seja conduzido através de uma propaganda errônea, ou da divulgação de um resultado distorcido e, assim, influencia o seu voto contra essa ou aquela candidatura. Não se pode conceber — e aqui são quatro depoimentos, todos confirmando isso que estou querendo defender aqui. E não se trata apenas de uma dor-de-cotovelo de quem perdeu eleição, porque o exemplo do Senador Odacir Soares é o mais claro. S. Exª ganhou a eleição em Rondônia — e neste ponto, parabenizamos o eminente Senador — contra os institutos de pesquisa. A vitória do Senador seria bem maior, bem mais expressiva — espero que tenha sido — se não fora a barreira das pesquisas. Ora, uma pesquisa que dá na semana prévia à eleição 25% de diferença para um candidato e, no dia, o resultado não dá 0,5%, essa pesquisa certamente prejudicou aquele candidato que foi derrotado. Com certeza, a diferença não era aquela.

O Sr. Leite Chaves — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Permito, daqui a pouco.

A minha consideração final, Sr. Presidente, é sobre a questão dos resultados das eleições. Mas não vou me aprofundar muito, porque, na realidade, os cientistas políticos estão aí muito contentes por esse fenômeno novo surgido nas eleições, aquilo que dá prazer até, tendo em vista estudos e análises aos cientistas políticos, mas tem dado muita dor de cabeça, principalmente aos nossos chadidatos proporcionais. Estou me referindo à obstenção, que foi a tônica em todo o País nessas eleições, e nos votos brancos e nulos. É algo que nos deixa a pensar. Mas, antes de concluir, quero conceder o aparte a V. Exª, Senador Leite Chaves.

O Sr. Odacir Soares — Depois, eu gostaria também que V. Exª me permitisse um aparte.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concederei o aparte, Senador Odacir Soares.

O Sr. Leite Chaves — Senador, V. Exª aborda com propriedade o assunto eleições, porque houve distorções de toda espécie, no que diz respeito às pesquisas, até o pleito anterior às eleições presidenciais, não podiam eles ser usados até 48 ou 72 horas antes do pleito. Mas, interpretanto a Constituição, o Presidente Francisco Rezek, na época, do Tribunal Superior Eleitoral, entendeu que elas podem ser divulgadas até a data do pleito. Acho que as pesquisas sobre eleições terão que ser depositadas na Justiça Eleitoral, ficando à disposição de todo mundo, para que alguém não as use de forma caricata ou prejudicial a terceiros. No Paraná houve um caso interessante: o primeiro candidato começou com cinqüenta e tantos por cento da votação, o segundo com vinte e o terceiro, sem possibilidade alguma, com quatorze, e deu exatamente o inverso, quem estava em terceiro lugar ficou em primeiro, e assim por diante. Então, mostra que a pesquisa eleitoral, mesmo divulgada, em alguns setores ela não influência tanto. Com a divulgação na época, era para não se admitir que o terceiro candidato jamais viesse a ocupar o primeiro lugar; a despeito da profusa divulgação, ele chegou ao primeiro lugar. A Constituição é ampla nos propósitos de divulgação e não deve haver restrição como no passado. O povo hoje convive bem com a pesquisa. Mas é importante que se tomem providências para que a Justiça Eleitoral seja detentora, depositária, de toda pesquisa que tenha que ser divulgada.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado, Senador.

O Sr. Odacir Soares — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Odacir Soares — Concordo com as colocações do Senador Leite Chaves. Acho que a pesquisa é uma conquista da massificação da informação. Acho que o problema do Brasil não é o da pesquisa em si mesma. Acho que a pesquisa deve existir, acho que é uma conquista da tecnologia da civilização, é uma conuquista da massificação da informação. O de que precisamos, e louvo o projeto do Senador Humberto Lucena, é disciplinar a utilização da pesquisa. O Brasil está conseguindo desmoralizar uma das conquistas da moderna comunicação que é a pesquisa. A pesquisa estatística tem um universo, tem indicadores, inclusive de uso internacional. Na metodologia hoje no Brasil da **Data-Folha**, por exemplo, e do Ibope, a divergência é meramente, eu diria quase que absolutamente, tênue, a divergência é pequena. Mas o fato não é esse, o fato não é o da metodologia. É o fato também da deturpação da pesquisa. Em rondônia, o Ibope agiu criminosamente, porque, inclusive mandamos fazer pesquisas particulares, como aqui foi mencionado pelo Senador Humberto Lucena, e no mesmo período em que fora realizada uma pesquisa em Porto Velho, por exemplo, eu estava, na ocasião, com 16 pontos percentuais sobre o segundo colocado. Na mesma semana, o Ibope divulgou uma pesquisa em que o segundo colocado estava com 17 pontos percentuais na minha frente. E a partir daí, foram divulgadas quase que massificadamente pesquisas pelo Ibope, em que a diferença do meu principal adversário era imensa em relação a mim, quando não era verdade, porque existem outras formas de exteriorização da manifestação do eleitor, e essas formas todas indicavam que o Ibope estava errado. O mais grave de tudo, além de toda essa criminosa manipulação das pesquisas feitas pelo Ibope, em Rondônia — estou dizendo isso claro e bom som para que fique registrado nos Anais do Senado — o mais grave disso foi a pesquisa realizada na chamada boca-de-urna no dia da eleição. O Ibope indicou o meu principal adversário com a diferença de 10 pontos sobre a minha candidatura, e quando se abriram as primeiras urnas da capital, após apuradas, eu terminei com 60% dos votos válidos. Quer dizer, cheguei à Universidade Federal de Rondônia para votar às 9 horas da manhã e estavam os jornalistas fazendo pesquisa de boca-de-urna, e quando eu entrei, eles me disseram: "O senhor está disparado aqui na universidade". E esse fenômeno ocorreu em todas as seções da Capital, enquanto o meu principal adversário tinha 8 votos por 1, eu tinha 240 votos, tinha 200 votos, 150. Não houve discrepância nenhuma no comportamento do eleitor; houve discrepância na manipulação criminosa do Ibope que, inclusive, estava mantendo em segredo o nome daqueles que estavam pagando as pesquisas que eles estavam realizando. Há uns 15 dias antes das eleições, eu exigi, num telefonema que fiz para o Diretor Superintendente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, que me informasse, por FAX, quem estava pagando as pesquisas, porque eu já sabia quem era, pois já possuía documentos dos infratores. Estou dizendo aqui, claramente, que o Ibope, em Rondônia, manipulou criminosamente as pesquisas que realizou no estado.

E a mais grave manipulação ocorreu exatamente no dia das eleições. Acho que o projeto do Senador Humberto Lucena é um projeto da maior importância. Temos que disciplinar essa questão das pesquisas, não eliminá-la como desejam alguns em relação ao horário gratuito, mas disciplinar e tornar a pesquisa uma conquista da democracia, tornar a pesquisa útil para o aprimoramento da democracia e do processo eleitoral no Brasil que me parece ser uma das conseqüências dessa eleição que estamos vencendo neste momento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado, nobre Senador Odacir Soares. Mais uma vez, nossas congratulações pela sua vitória como senador reeleito contra o Ibope e outros institutos. Isso prova que não é um fato só daqueles que perderam eleições, cujos candidatos não tiveram sucesso, mas é de quem ganhou eleição. Está reclamando que foi prejudicado, teve essa barreira do instituto de pesquisa publicando resultados viciados e irreais acerca da vontade do eleitor do Estado de Rondônia. Exatamente, ganhou amplamente. Então, realmente é muito importante.

Sr. Presidente, para encerrar, com minha saudação a V. Exª, eu gostaria de dizer que é cedo realmente para refletir sobre o fenômeno sobre o qual se debruçam, hoje, cientistas políticos, analistas, que é esse fenômeno da abstenção altíssima, incomum, dos votos nulos e brancos nessas eleições.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Mansueto de Lavor?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Não é o caso portanto, de se tomar atitudes ou posições precipitadas. Temos que avaliar isso com calma. Ainda é cedo para se ter uma tradução desse recado dado pelo eleitor nas urnas. Mas, seguramente, uma coisa não me parece correta, neste instante, e é alguma coisa que é sugerida por uma pessoa que muito estimo e tenho muita admiração e que, não estando aqui, mando-lhe um re-

cado, dizendo: parabéns pela sua reeleição. É o Deputado que muitos conhecem, aqui, Maurílio Ferreira Lima, do meu Estado.

Logo depois, o Maurílio já vem com uma proposta de emenda à Constituição, para acabar com o voto obrigatório, em virtude do resultado das eleições. Não sou a favor nem contra, quero discutir isso, mas não agora, em face do resultado eleitoral, porque querer acabar com o voto obrigatório, em razão dessa avalancha de votos nulos e brancos e de abstenções. É a mesma coisa que botar o lixo debaixo do tapete.

O eleitor que está protestando, hoje, ainda está melhor do que o eleitor que não protesta mais, e que vai à praia no dia da eleição. Então, se estão protestando, estão colaborando. Aqueles que querem acabar com o voto obrigatório, não querem ouvir o protesto desse eleitor.

Mas este é um assunto que não vem ao caso. Queria apenas dizer que essa emenda pode ser da maior importância, posso até votar pela abolição do voto obrigatório, mas no tempo oportuno, na revisão constitucional de 1993. Não agora, no resultado dessas eleições.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª uma aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Só quero terminar meu raciocínio. Porque temos, ainda, uma eleição em 1992, e, na eleição de 1992, que é uma eleição local, para Prefeito, para Vereador, quero saber se vai haver esse número de abstenção. Aí, quero saber. Se houver esse número de abstenção em 1992, aí sim, diremos: "não, definitivamente. O eleitor está realmente aborrecido, não quer votar e ninguém vai obrigá-lo a votar". Vamos, na revisão constitucional de 93, fazer com que ele seja livre no voto. Mas agora, simplesmente porque houve um fenômeno que pode ser um fenômeno isolado! Só vamos saber se isso é uma tendência permanente do eleitor na eleição de 92, que é uma eleição de Prefeitos e de Vereadores e que antecipo: não creio que, em 92, vá haver o mesmo índice de abstenção e de votos anulados e brancos que teve essa. Desculpe-me, nobre Senador Mauro Benevides, ouço agora o aparte de V. Exª

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Mansueto de Lavor, a reflexão a que V. Exª realmente nos conduz, no embalo das suas lúcidas considerações, faz com que nós nos situemos com absoluta tranqüilidade em relação a este debate: a apreciação passionalizada em função dessa decisão caracterizada pelos votos em brancos naturalmente nós devemos pesar e aferir qual a medida adequada para se conduzir o eleitor: levar o eleitor a participar dessa escolha da maior relevância que é a do voto proporcional nessa eleição de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. E a proposta atribuída ao Deputado Maurílio Ferreira Lima divulgada 48 horas pela grande imprensa brasileira diria a V. Exª que ela realmente tem que se situar numa premissa: devemos realmente conduzir o nosso raciocínio e saber se nós temos de fato uma formação cívica arraigada, um aprimoramento político que possa tornar facultativo o voto, porque ainda hoje o Senador Jarbas Passarinho, interpelando numa entrevista concedida à Rede Globo, manifestava-se contra, porque entende que, se houvesse uma ausência ainda maior do eleitorado, isso retiraria a representatividade daqueles que se investisse em mandato eletivo. Foi bom que V. Exª suscitasse o problemas agora e buscasse aquilo que seria o **oportuno tempore** para a sua discussão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado por essa intervenção, que corrobora a minha argumentação a respeito desse fato.

Realmente, o resultado da eleição, no que toca a protesto, foi bastante significativo. Agora, não querer verificar se isso é uma tendência ou se foi um fenômeno isolado é muito grave.

Então, não vejo por que, como conseqüência desse alto índice de abstenção, se queira introduzir agora, imediatamente, uma alteração do texto da Constituição para abolir o voto obrigatório. Isso não tem sentido.

Se no período da revisão constitucional o assunto for discutido e for oportuno — o Senador Jutahy Magalhães é a foavr, o Senador Maurô Benevides é contra — vamos avaliar isso num momento de calma e não como resultado, agora, dessa eleição do dia 3 de outubro.

Parece-me, que ao invés de se querer ouvir a voz do eleitor que protesta nas urnas, quer-se mandar o eleitor para a prata no dia da eleição. Isso não é correto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço e concluo citando uma frase de Churchill:

> "Por mais imperfeito, por mais turbulento que seja esse processo eleitoral, não há outro. Comparem-se com outros para escolher mandatários, que não há outro melhor."

Realmente, o processo eleitoral, seja qual for a eleição com seu perfil típico, seja qual for, nos traz muitas lições e sempre constitui um aperfeiçoamento do processo democrático.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Mansueto de Lavor, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Luiz Maya, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Mansueto de Lavor, o Sr. Antonio Luiz Maya, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

João Menezes — João Lyra — João Nascimento — Alfredo Campos — Severo Gomes — Iram Saraiva — Marcio Lacerda — Silvio Name — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à votação do Requerimento nº 347, de 1990, lido em reunião anterior, de licença do Sr. Senador Maurício Corrêa no período de 8 a 15 do corrente mês, para tratar de assuntos particulares.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o Requerimento nº 348/90, do Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, de licença no período de 9 a 13 do corrente mês, para visitar a Estação Antártica Cmte. Ferraz.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 349, DE 1990

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, em cumprimento às normas regimentais, licença por cento e vinte e cinco (125) dias de minha atividade parlamentar nesta Casa, a partir de 9 de outubro de 1990.

Tal afastamento se prende a inadiáveis compromissos pessoais.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. — Senador **Irapuan Costa Junior.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada. Será convocado o respectivo suplente. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 350, DE 1990

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno e tendo em vista a comunicação feita pelo Sr. Ministro de Estado da Infra-Estrutura em telegrama datado de 20 de setembro do corrente ano, requeiro assim solicitadas, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, as seguintes informações:

1) Quais os contratos ou ajustes firmados pela Nuclebrás e/ou subsidiárias com o governo do Iraque nos termos do artigo V do Acordo sobre Uso Pacífico da Energia Nuclear Brasil-Iraque?

2) O órgão denominado Centro de Tecnologia Mineral — Cetem — realizou testes de análise de amostras de urânio extraídas do campo iraquiano de Abu Skair? Caso afirmativo, por ordem de quem?

3) Houve, no passado, algum convênio ou contrato firmado entre o Cetem e entidade pública ou estatal iraquiana?

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1990. — Senador **Jutahy Magalhães.**

(À Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O requerimento lido vai ao exame da Mesa Diretora.

Está esgotado o período destinado ao Expediente.

ORDEM DO DIA

A Presidência esclarece ao Plenário que, em obediência ao disposto no art. 10, § 10, da Resolução 8 157, de 1988, as matérias constantes dos itens 4, 5, 6 e 11 da Ordem do Dia não poderão ser apreciadas senão após a votação dos vetos apostos aos Projetos de Lei do DF nºs 39, 41 e 45, de 1990, constantes dos itens 1 a 3, respectivamente.

Os referidos vetos tiveram seus prazos de tramitação no Senado — trinta dias — esgotados, passando a impedir, pelo dispositivo citado, a apreciação de outras matérias de interesse do Distrito Federal.

Não há, em plenário, **quorum**, para deliberação. Em conseqüência, os itens 1, 2 e 3 ficam com a apreciação adiada para outra oportunidade.

São os seguintes os itens adiados:

— 1 —
Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 39, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, **in fine**, da Resolução nº 157, de 1988)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 39, de 1990, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários dos servidores civis da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e Indireta do Distrito Federal, e dá outras providências. (Dependendo do Relatório da Comissão do Distrito Federal.)

— 2 —
Veto Total

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 41, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, **in fine**, da Resolução nº 157, de 1988)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do DF nº 41, de 1990, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que regulamenta o art. 39 da Constituição, relativo ao Regime Jurídico dos Servidores das Fundações Públicas do Distrito Federal e dá outras providências. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)

— 3 —
Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 45, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, **in fine**, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 45, de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis das Fundações Públicas do Distrito Federal, e dá outras providências. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os itens 4, 5, 6 e 11 ficam com a apreciação sobrestada nos termos da Resolução nº 157, de 1988.

São os seguintes os itens sobrestados:

— 4 —

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 50, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 4º, **in fine**, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 50, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de bens de uso comum do povo, situados no Setor de Habitações Individuais Sul — SHIS, QL 4/9, 4/11, 4/12, 4/13 e 4/14, Região Administrativa I, dentro do espaço territorial do Distrito Federal, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 5 —

PROJETO DE LEI DO DF

Nº 53, DE 1990

Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, II, e, do Regimento Interno

Discurssão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 53, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a Companhia Imobiliaria de Brasília — Terracap, a doar os imóveis que especifica e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 6 —

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 43, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 43, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre o aproveitamento de servidores na carreira Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, criada pela Lei nº 82, de 29 de dezembro de 1989, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

– 11 –

PROJETO DE LEI DO DF Nº 33, DE 1990

Discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho), que dispõe sobre a criação de quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 296, de 1990, da Comissão

– **Diretora**, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) – Os itens 7 a 10 ficam com a votação adiada por falta de **quorum** qualificado.

São os seguintes os itens adiados:

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros senhores senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros senhores senadores que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 senhores senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1990

Votação, em primeiro turno, da proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros senhores senadores, que acrescenta dispositivos ao ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) – Item 12:

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Proposta de emenda à Constituição nº 4, de 1989, de autoria do Senador Leopoldo Peres e outros senhores senadores, que acrescenta um § 6º ao art. 5º do ato das disposições constitucionais transitórias.

A Presidência, nos termos do disposto no art. 334, alínea a, do Regimento Inbterno, declara prejudicada a Proprosta de Emenda à Constituição nº 4, de 1989, por haver perdido a oportunidade. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) – Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho a esta tribuna do plenário para uma modesta participação nos trabalhos da sessão de hoje, porque julguei indispensável, já que está passando inteiramente em brancas nuvens um acontecimento que reputo da maior importância. Ninguém se lembrou de assinalá-lo, ninguém se lembrou de festejá-lo, não sei se seria o caso de festejar, porém acredito que devemos – mas devemos imperativa e voluntariosamente – festejar a Constituição Federal que elaboramos e promulgamos há dois anos e que completou o seu segundo aniversário no último dia 5. Como não tivemos sessão no Senado Federal nem na Câmara dos Deputados, e já estamos, no dia 9, somente hoje tenho a oportunidade de aqui vir para assinalar esse acontecimento, mas também esse esquecimento que nos deve deixar realmente preocupadíssimos.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós que lutamos tanto para que este País assumisse o poder democrático através da institucionalização dos Três Poderes, através da implantação dos processos de manifestação e, afinal, da vontade popular e, afinal, conseguimos eleger da vontade popular e, afinal, conseguimos eleger uma Assembléia Nacional Constituinte, que elaborou e promulgou uma Constituição, afinal – volto a repetir o advérbio – chegamos ao segundo aniversário desta Constituição, quase que esquecidos dela.

O Sr. Mauro Benevides – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. POMPEU DE SOUSA – Ouço o aparte do nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Senador Pompeu de Sousa, V. Exª realmente realça, neste instante, o transcurso do segundo aniversário da Carta Magna em vigor, Carta para a qual contribuímos todos nós, Senadores e Deputados, hoje integrantes do Congresso Nacional, do Congresso ordinário, através das nossas propostas, das nossas emendas, das nossas sugestões e dos debates de que participamos, objetivando sobretudo transformar aquela Carta num instrumento de defesa da cidadania e de todas aquelas conquistas ligadas ao povo brasileiro. O segundo aniversário transcorreu exatamente no momento em que todo o País estava debruçado sobre a manifestação das urnas, manifestação favorável a uns e desfavorável a outros, mas sobretudo valendo como um espetáculo de democracia, com as suas falhas, com os seus erros, com as suas distorções. V. Exª ao trazer a rememoração do fato auspicioso que foi a promulgação da nova Carta no dia 5 de outubro de 1988, não poderia deixar de receber, neste instante, de mim, seu companheiro, seu conterrâneo, seu amigo, a manifestação de reconhecimento pela inestimável colaboraçao que V. Exª deu à elaboração do texto constitucional em vigor. A sua assiduidade, a sua participação decisiva, as suas propostas oportunas, as suas teses acolhidas, tudo isso lastreia admiravelmente o currículo

político-parlamentar de V. Exª. Se, momentaneamente, em função de resultados emergentes das urnas, V. Exª ou outro Companheiro de Brasília ou de outras unidades federativas não se favoreceram com o reconhecimento imediato do eleitorado, daqueles que realmente integram a opinião pública do País, V. Exª tem, neste instante, a consagração dos seus pares pelo trabalho que realizou aqui, como legislador ordinário e como Membro da Mesa do Senado Federal, atuando sempre com a maior dignidade com a postura majestática naquela cadeira de que é titular o Senador Nelson Carneiro. Neste instante em que V. Exª homenageia a Constituição brasileira, de que V. Exª e eu somos signatários, não me dispensaria de homenagear também a vida pública de V. Exª, marcada nesta legislatura, aqui no Senado Federal, pelo equilíbrio, pela sensatez, pela assiduidade, pela dedicação e, sobretudo pela defesa intransigente do interesse público. É a homenagem que, prestando à Carta, presto também a V. Exª que foi um dos seus signatários.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito obrigado, nobre Senador Mauro Benevides. O generoso aparte de V. Exª é comoventemente grato a este seu colega e antecipou o que de certa forma eu ia dizer sobre o obscurecimento da comemoração do 2º aniversário da atual Constituição, visto estarmos absorvidos pelos resultados das últimas eleições, de vez que abrangeram um amplo espectro em todo o País. Na verdade, quase esquecíamos que ela estava sendo posta em jogo, porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Poder Legislativo, que se renova na Câmara dos Deputados e por um terço no Senado Federal, assume atribuições constituintes, de vez que em 93 fará uma revisão da nossa Carta Magna. Isso me assusta muito, pessoalmente, menos pelo que significa a minha ausência nesse trabalho, mais pelo que significa a ausência de companheiros da mesma posição política, doutrinária, ideológica. A substituição desses companheiros, por aqueles que representam o processo que eu diria está caracterizando a última eleição havida neste País: é um processo de involucionismo. Estamos num processo involucionista, Sr. Presidente, de vez que o resultado das eleições apontam para o retorno ao Poder Legislativo das forças mais retrógradas, das forças, quando não completamente reacionárias pelo menos altamente conservadoras, que defendem estruturas sociais as mais injustas para este País, e que representam a vitória do que eu chamaria de um processo clientelo-assistencialista, que consiste, vamos dizer, numa verdadeira entronização dos que têm concebido e adotado a famosa posição de declamar-se, proclamar-se e serem reconhecidos como pai dos pobres para melhor cumprirem seu verdadeiro papel de mãe dos ricos.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. POMPEU DE SOUSA Com muito prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Ao tempo em que faço minhas as palavras do Senador Mauro Benevides, que enalteceu a presença constante de V. Exª aqui no Senado, o trabalho eficiente que V. Exª realiza, o trabalho que exercitou durante o período constituinte, desejo, também, fazer minhas as preocupações de V. Exª porque vejo emergir das urnas, pelo menos pelos dados que hoje são conhecidos e divulgados pela imprensa, o perfil de um Congresso novo que assusta. Nós temos um perfil aí que preocupa pelo fato de o Congresso que está sendo eleito atualmente ser responsável pela revisão da nossa Constituição, cujos avanços foram conseguidos com tantas dificuldades, com a presença constante daqueles que procuravam fazer as modificações no âmbito das questões sociais, os ganhos sociais que obtivemos muitas vezes perdemos, principalmente na área da reforma agrária, onde perdemos terrivelmente na Constituição. Hoje, esse perfil que parece emergir das urnas, como V. Exª bem disse, é uma involução. Isso me preocupa, como preocupa a V. Exª e, certamente, a muitos outros, porque podemos ter perdas muito grandes naquelas questões sociais, naqueles avanços sociais que conseguimos há dois anos. Parabenizo V. Exª também por relembrar aquele trabalho que o Congresso executou na Constituição cidadã. Espero que continue exercitando a sua força, o seu poder para que o cidadão brasileiro seja defendido.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães, pelo generoso aparte de V. Exª, inteiramente coincidente com as nossas preocupações.

Na verdade, Sr. Presidente Srs. Senadores, o involucionismo que está caracterizando o resultado eleitoral, indica que toda a luta que tivemos para reformas estruturais da sociedade, reformas políticas, econômicas, sociais e culturais, foi substituída por esse paternalismo, pelo que chamei de clientelo-assistencialismo, através do qual mantêm-se as estruturas através do engodo das camadas mais infelizes da sociedade; mantém-se a injustiça enganando-se os injustiçados com pequenos favores em lugar dos direitos que eles conquistariam, se se tivesse uma atitude cidadã diante deste País, se tivessem condições de cidadania para realmente decidir os destinos deste País.

Isso é o que me assusta, nobre Senador Jutahy Magalhães, nobres Senadores aqui presentes nesta tarde melancólica do segundo aniversário da nossa Constituição.

Assusta-me particularmente porque em 1993, esse Congresso que está sendo eleito agora, esse Legislativo que resulta dessas urnas tão voltadas para um passado de abominável ausência de participação popular na vida pública, com o povo banido, apenas recebendo pequenos favores, como se favores fossem, migalhas de direitos que eles deveriam conquistarm — poisnós deveríamos dar as estruturas para que eles os conquistassem — o que me assusta, nobre Senador Jutahy Magalhães, é que esses futuros constituintes que estão sendo eleitos agora desfaçam aquilo que fizemos. Afinal de contas, se fizemos uma Constituição ainda cheia de imperfeições, sem a menor dúvida deveríamos realmente aperfeiçoá-la. Uma dessas imperfeições, essa realmente indesculpável, é o Capítulo da Ordem Econômica, no que se refere à reforma agrária. Entretanto, esta é a Constituição mais avançada que este País jamais teve.

Receio, e muito, que, com os resultados eleitorais que tivemos, essa revisão constitucional nos leve a um retorno que talvez até nos aproxime da Constituição de 10 de novembro de 1937, com o autoritarismo do Executivo nacional transbordando aos próprios Executivos regionais, com abdicação dos poderes populares existentes, ainda timidamente subexistentes do Poder Legislativo, e a atitude quase que absenteísta do Poder Judiciário, diante do condicionamento do Poder Público pelo dinheiro, pela força do dinheiro associada à força do Estado a serviço de candidatos, de candidaturas espúrias e incompetentes.

Isto tudo associado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que me faz temer que a Constituição Cidadã, assim tão bem

qualificada pelo Presidente Ulysses Guimarães, transforme-se na constituição anticidadã, anticidadão, anticidadania. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Pompeu de Sousa, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Luiz Maya, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE *(Antônio Luiz Maya) — Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, a Presidência comunica ao Plenário que a eleição, pelo Senado Federal, dos Membros do Conselho da República, marcada para hoje, às 18h e 30min, será realizada em data a ser brevemente fixada. A Secretaria-Geral da Mesa providenciará publicação, em avulsos, dos nomes encaminhados à Presidência até o último dia 5 de outubro.*

Com a palavra o nobre Senador Leite Chaves. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como o Senador Mansueto de Lavor, desejo fazer, também, algumas considerações sobre as últimas eleições, sem, entretanto aprofundar o pensamento a respeito de cada assunto, porque isso pretendo fazer com mais calma, num pronunciamento mais elaborado, com dados mais concretos, com informações que possam transmitir, também, algumas sugestões a mais, na tentativa de fazer certas modificações que, a meu ver, são necessárias.

Quero começar, Sr. Presidente, tratando daquilo que já foi abordado hoje: as pesquisas de opinião. Não quero fazer acusações. Não posso fazê-las, porque não tenho dados concretos, a não ser os dados numéricos sobre os quais irei agora pronunciar-me.

Tenho dúvidas muito grandes e profundas no meu pensamento a respeito de como foram feitas as pesquisas de opinião. Eu sempre disse aqui, através de pronunciamentos, de apartes e declarações à imprensa, que acreditava piamente nas pesquisas de opinião que eram feitas. Até nesta eleição eu ainda repetia que acreditava no que estava sendo publicado, mesmo que houvesse um engano ou outro de ordem técnica.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não vejam nestas minhas palavras qualquer tentativa de explicar apenas um resultado eleitoral. É uma preocupação de que fatos como esse não se repitam no futuro, porque no passado — nessa eleição que já é passada — nada pode ser feito. Nada pode ser mudado no tempo. Não podemos, como numa fita de vídeo cassete, retornar no tempo para recomeçar a contar.

Temos que ver o que ocorreu com esses institutos de pesquisas de opinião. No meu Estado, durante seis meses, o Ibope e a Rede Globo repetiam, de uma semana para a outra, que o candidato do PFL teria uma vitória esmagadora e ganharia tranqüilamente a eleição no primeiro turno. Seria uma das maiores vitórias do Brasil. Citavam nominalmente o candidato e colocavam a sua imagem no vídeo, sempre com essa preocupação de fixar uma vitória que, pelos números que apresentavam, seria da ordem de um milhão e meio de eleitores, a diferença do candidato do PFL para a soma dos candidatos adversários. No dia da eleição, a chamada pesquisa de boca-de-urna, já procurando fazer um acomodamento da situação para aparecer mais real, apontava o candidato do PFL com 50%, número este bem claro. E por que 50%? Porque não haveria dúvidas de quem ganharia a eleição, já que se tratava de 50%, contando os votos brancos e nulos, e não 50% dos votos válidos.

Qual a realidade, Sr. Presidente? Hoje, computados 90% dos votos depositados nas urnas, restando ainda uns poucos votos de Salvador, as pesquisas dão a vitória ao candidato do PFL da ordem de 54 a 55% dos votos. Na realidade, ele está perdendo, e por uma dirença bem razoável, mas, contando umas poucas urnas de Salvador que ainda faltam ser apuradas, e em vistas, principalmente, dos votos dos pequenos municípios, onde ele está tendo realmente uma vitória; ele irá certamente vencer, na minha opinião. Esta responsabilidde é exclusivamente minha, porque os números não mostram isso. Não é uma previsão com base técnica, é uma espécie de **feeling** político, que me dá a impressão de que, com esses últimos votos que faltam ser apurados, contabilizados, ele irá vencer, mas vencerá, Sr. Presidente, com uma diferença aproximada de 20 mil votos.

Temos aqui representantes do Nordeste, que sabem o que significa para a Região um candidato do tipo do Sr. Antônio Carlos Magalhães, que é autoritário, que sabe perseguir os seus adversários. A Rede Globo e o Ibope diziam todos os dias que ele teria uma vitória de 1 milhão e meio de votos de frente. Setenta prefeitos nossos passaram para o outro lado e ele ganhou por 20 mil votos. O que isso significa, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Uma indução de votos a favor de um determinado candidato. O que pode ser feito? Nada! Nada poderá ser feito. Por isso digo que a minha preocupação é para que esses fatos não se repitam no futuro. Precisamos de uma legislação que impeça que fatos como esses se repitam, pois quem tem que eleger um governo é o eleitor daquele Estado e não a manipulação de forças dos meios de comunicação e de institutos de pesquisa.

Sr. Presidente, temos realmente que pensar muito a respeito dessas eleições. São vários fatos que se somam. Não pretendo jamais fazer um estudo sociológico desta eleição, porque não tenho condições para isto. Mas quero e acredito que posso fazer alguns comentários de ordem política.

Sr. Presidente, saio desta eleição com outra grande preocupação. Fui sempre contra o voto distrital, baseado no fato de considerar que a influência do poder econômico em um eleitorado mais restrito seria muito grande. Fiz minhas eleições todas sem ter recursos para gastar, sem ter uma camisa para distribuir, sem ter **outdoor** nas ruas do meu Estado, sem ter sequer uma propaganda paga na televisão, rádio ou jornal, sem ter propagandas grandes e caras distribuídas pelos diversos municípios. Fazia eleição em um carro particular, com motorista ao lado, correndo todos os municípios do meu Estado em busca dos votos, conquistados pela confiança que podia merecer de alguém e, principalmente, de uma conversa sem demagogia, sem promessas. Graças a Deus, sempre fui vitorioso nas minhas eleições.

Por isso ficava procurando fugir da marcação daqueles que tinham o poder na mão e tinham poder econômico também para me enfrentar. Por isso era contra o voto distrital.

Não me candidatei desta vez mas vejo candidatos do Brasil inteiro, não só do meu Estado, mostrando o que foi a influência do poder econômico nesta eleição. Isto foi vergonhoso! É uma vergonha o que se passou nesta eleição! O que eu dizia aqui, antes do pleito é que deveríamos ter senadores e deputados não mais de paletó e gravata, mas de macacões, como

os pilotos de Fórmula-1 usam, com adesivos, para mostrar quais os seus patrocinadores. Infelizmente, estamos vendo que teria de ser assim, porque ninguém tem condições de gastar o seu próprio dinheiro, da forma como foi feita nesta eleição.

Hoje, sou a favor do voto distrital. Vou apresentar uma emenda. Pode ser apenas mais uma, mas vou apresentar, se tiver e merecer a assinatura dos meus Colegas de Senado em número suficiente, uma emenda para a criação do voto distrital. Vai-se dizer que devemos esperar a reformulação da Constituição, mas lembremse, Srs. Senadores, que ela ocorrerá a partir de outubro de 1993 e a eleição será em 1994. Não sabemos quantos meses vamos levar para fazer essa revisão. Depois, pode aparecer uma proposta dizendo que ele não poderá ser feito por ser ano de eleição. E não poderemos instituir o voto distrital.

Este assunto, temos que tratá-lo antes da revisão para mostrar qual o pensamento do novo Congresso, não agora, no final deste. O novo Congresso terá que se debruçar no próximo ano para ter tempo de fazer as leis complementares exigidas para que se possa a institucionalizar o voto distrital, se essa for a vontade da maioria.

Hoje, temos que restringir a área de atuação dos Srs. Parlamentares e, principalmente, criar condições de fortalecimento dos partidos, o que só será obtido se tivermos realmente o voto distrital.

Por isso vou apresentar essa proposta, na esperança de que, ao contrário do que imaginava no passado, o voto distrital venha a influenciar os eleitores, levando a uma aproximação maior com o eleito, tendo condições de vigiar mais o seu trabalho, podendo, então, fazer a eleição sem a influência, tão perniciosa, do poder econômico.

O Sr Odacir Soares — V. Exª me concede um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Odacir Soares — Queria, nessa parte em que V. Exª fala do abuso do poder econômico, reportar-me ao aparte que dei ao discurso do nobre Senador Mansueto de Lavor, quando fazia referência ao fato de que, neste momento, vencida essa etapa da eleição propriamente dita, vamos ter a fase da aprovação dos gastos que foram realizados pelos partidos, ou pelas coligações, através dos seus respectivos comitês interpartidários, de propaganda, às quais quase sempre nós, políticos, partidos, coligações, não damos nenhuma importância. Na realidade, 90% das despesas ostensivamente feitas nas campanhas eleitorais não constam das prestações de conta. Isso acontece porque, geralmente, não damos importância a essa etapa, que poderia, se fosse observada, levar à inelegibilidade superveniente de uma série de candidatos que, ostensivamente, sempre abusaram e continuam abusando do poder econômico nas eleições. Outro aspecto, nobre Senador Jutahy Magalhães, a meu ver muito importante, é a profissionalização da Justiça Eleitoral, que sobrevive precariamente, no Brasil. Os recursos que são colocados à sua disposição só o são quase sempre à época das eleições, quase sempre às vésperas das eleições. E, sempre, são recursos mínimos, recursos insuficientes até para alimentar os mesários, alimentar aqueles que prestam serviços nas seções eleitorais no dia das eleições. Entendo, então, que, neste momento, a Justiça Eleitoral precisa ser profissionalizada, precisa ter um caráter permanente de funcionamento. Os quadros da Justiça Eleitoral são quase sempre cedidos por outros órgãos da administração federal, porque os quadros próprios são exíguos, são pequenos. Então, entendo que, neste momento em que vamos tratar do orçamento da União para o exercício de 91, devíamos ter em mente essa questão da Justiça Eleitoral. Precisamos dotar a Justiça Eleitoral brasileira permanentemente de recursos suficientes para que se profissionalize. Essa é uma advertência que faço aqui, ao Senado Federal, na oportunidade do seu discurso, porque temos sempre, a cada eleição, debatido essas questões e, lamentavelmente, não temos dado a importância devida àquilo que emerge das eleições como fato deturpador do processo democrático e do processo eleitoral. V. Exª tem razão, ocorreu em todo o Brasil o abuso ostensivo do poder econômico, abuso na cara da Justiça Eleitoral, abusos que foram observados, que foram vistos pela Justiça Eleitoral e, lamentavelmente, nenhuma providência foi tomada. Penso que ainda temos uma oportunidade de fazer prevalecer a legislação eleitoral, o código eleitoral, neste momento da aprovação das despesas das eleições. Congratulo-me com V. Exª pela abordagem dessa questão, mas faço esta observação que, inclusive, já havia feito ao discurso do Senador Mansueto de Lavor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a contribuição de V. Exª, Senador Odacir Soares, assim como V. Exªs considero que seria conveniente que pudéssemos fazer essa profissionalização da Justiça Eleitoral, para que sejam participantes apenas aqueles que venham a se dedicar a esse assunto, e não aproveitados na época eleitoral juízes e funcionários que nada têm a ver com a Justiça Eleitoral em si.

Mas, Srs. Senadores, apenas em rápidas pinceladas vou tratar de um assunto, já abordado pelo Senador Mansueto de Lavor, discordando, inclusive, da minha posição, que é o voto facultativo. Sou a favor do voto facultativo, não por considerar que não devamos ouvir o protesto. Não considero que todos os votos brancos e nulos sejam decorrentes de protestos, mas outras motivações também ocorreram para que tivéssemos tantos votos brancos e nulos. Penso, Sr. Presidente, que deve votar quem quiser votar. Entendo que não é uma diminuição do número de votos que vai retirar a legitimidade de quem for eleito. Se fôssemos aqui medir legitimidade, menos legítimos seriam os que foram eleitos pelos votos em branco para deputado federal e deputado estadual, porque os votos em branco contam. É um protesto que vai trazer inúmeros deputados federais para o Congresso, e que vai levar inúmeros deputados estaduais para as diversas Assembléias. Considero muito mais interessante o voto facultativo: quem quiser votar, que vote; quem quiser ir à praia, que vá à praia; mas quem decidir votar, que o faça consciente do valor do seu voto, da importância do seu voto para que se processem as modificações necessárias, no sentido de termos uma renovação para melhor, e não para pior, como — infelizmente — esta que parece emergir das urnas. Os votos em branco estão elegendo — não sei se é a maioria — um grande número de parlamentares.

Então, falando apenas ligeiramente sobre o assunto, entendo que não é para se decidir, para se definir hoje sobre o voto facultativo. Mas não podemos mais ficar imaginando, no Congresso, que temos tempo demasiado para resolvermos as questões. Vamos deixando passar o tempo, meditando sobre o assunto e quando acabamos de meditar, a próxima eleição já chegou. E quando a próxima eleição chegar, não poderemos mais meditar sobre este assunto. Considero que ele deve ser abordado, na expressão latina do Senador Mau-

ro Benevides, opportuno tempore, mas não agora: o próximo ano será a época de tratarmos desse assunto.

O Sr. Wilson Martins — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço o aparte do nobre Senador Wilson Martins.

O Sr. Wilson Martins — Neste Senado habituamo-nos a ouvir os pronunciamentos de V. Exª no plenário e também nas comissões, sempre com a mesa característica: desassombro, franqueza, lealdade. E chamou-me particularmente a atenção o que V. Exª declarou na parte inicial do discurso que faz nesta tarde, ou seja, que o Governador do seu Estado, que pleiteia a sua recondução ao mesmo cargo, nesta hora, vencerá as eleições, segundo suas estimativas, apenas por 20 mil votos. Realmente esta declaração, esta cifra é surpreendente, uma vez que todos nós neste País, pela leitura dos noticiários da imprensa, pelas ondas do rádio, pelas imagens da televisão, estávamos seguros de que dificilmente o Sr. Antônio Carlos Magalhães se submeteria a um segundo turno, tal era a onda que se fazia sobre o seu enorme prestígio naquele Estado. Realmente, as pesquisas, objeto hoje dos longos debates neste Senado, devem ser examinadas com muito critério pelo legislador, para que sejam convenientemente regulamentadas. E, neste sentido, nesta tarde, foi apresentado pelo nosso colega Senador Humberto Lucena, um projeto com esse objetivo. Outro ponto que eu gostaria de frisar neste aparte, é que, em relação ao voto distrital, eu gostaria de perfilhar a opinião de V. Exª, nobre Senador Jutahy Magalhães. Mas receio que pelo voto distrital nós estaríamos sujeitos a uma onda de perversão eleitoral, especificamente de destruição do caráter do eleitor através de suborno ainda muito maior do que existe nos nossos dias. O Colégio é mais restrito, os recursos são convenientemente endereçados e poderíamos correr o risco, instituído o voto distrital, de assistirmos um espetáculo muito mais degradante do que aquele que hoje temos colocado perante os nossos olhos. O quadro destas eleições não é, de maneira alguma, um quadro auspicioso, ao contrário, muito ao contrário, é um quadro degradante. O poder econômico cada vez mais aplasta a vontade livre e independente do eleitorado e aquilo que consta da lei de combate ao poder econômico fica na intenção do legislador; nunca é tirado da letra fria da lei para realmente se converter numa decisão que exclua um candidato da luta, dizendo: "Você ultrapassou os limites do que era permitido e não pode disputar a eleição". Ele vai ao fim da eleição, audacioso como é, obtém a vitória, recebe o diploma, toma posse e cumpre o seu mandato. Isso é o que estamos habituados a ver no Parlamento, nas Assembléias e nos cargos do Executivo. Não sei onde há falha maior: se da falta de partidos políticos se organizarem e fazerem os processos necessários ou se da própria Justiça Eleitoral. Temos que examinar esse assunto com muito cuidado para ver o tratamento que devemos dar em possíveis modificações da legislação existente. Quanto ao mais, nobre Senador Jutahy Magalhães, desejo cumprimentá-lo, mais uma vez, pela maneira altiva e correta com que V. Exª traz esses problemas à consideração do Senado Federal e assim o parabenizo pela maneira como trata mais um assunto de interesse da Nação dentro do Senado Federal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª pelo aparte, porque V. Exª sempre traz uma contribuição valiosa a qualquer pronunciamento, tratar sempre os assuntos de forma muito judiciosa. Mesmo na divergência, tenho a satisfação de ver que concordamos em muitas coisas. O pensamento de V. Exª é exatamente aquele que eu tinha até pouco tempo atrás a respeito do voto distrital: a preocupação de uma área mais restrita receber uma maior influência do poder econômico, mas essa eleição fez com que eu modificasse totalmente esse pensamento. Penso que a influência do poder econômico foi muito grande por uma razão também muito simples: o desconhecimento do eleitorado a respeito da ação do parlamentar do seu estado. Praticamente ninguém sabe o que é feito aqui nesta Casa; ninguém sabe dizer o que faz V. Exª em benefício do seu estado, o que eu faço ou qualquer senador que trabalha aqui diariamente. Todos nós vamos de roldão, de uma forma genética, como se nada realizássemos de prático, de útil ou de eficiente neste Congresso.

Tive oportunidade de assistir à última eleição nos Estados Unidos para presidente, senador e deputado, e uma coisa me chamou a atenção: de todos os candidatos à reeleição da Câmara dos Deputados nos Estados Unidos — logicamente alguns saíram porque desistiram da vida pública, outros foram candidatos ao Senado ou a governadores, mas a grande maioria foi candidata à reeleição e de todos os candidatos, apenas um perdeu, um único.

Nos Estados Unidos, o deputado e o senador têm todas as condições de fazer chegar ao seu eleitorado limitado ao distrito o seu trabalho, como o realizam — é o voto distrital — e aí existe a participação do eleitor, a maneira como chamam "o meu deputado", "o meu senador". Pelo menos, na minha experiência, acontece o contrário, porque poucas pessoas participam das atividades que executo no Congresso Nacional.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Jutahy Magalhães, havia pensado, inicialmente, em elaborar algo para apresentar da tribuna. Como sabe V. Exª, sou um derrotado dessa eleição.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª não é um derrotado. O nobre Senador foi para a luta, enfrentando-a com galhardia. V. Exª traz para esta Casa uma participação muito grande. V. Exª teve, sim, menos votos.

O Sr. Ronan Tito — Penso que estamos vivendo as vésperas do 1993, quando deveremos rever a nossa Constituição Federal. De uma coisa estou seguro, nobre Senador, se o processo eleitoral brasileiro quiser ser verdadeiramente democrático, há que ser revisto. Não quero fazer um juízo precipitado, estou saindo da campanha agora, mas me lembro muito bem que na nossa Constituinte de 1988, estávamos na Subcomissão de Comunicação, quando um senador num determinado momento disse: "a imprensa é intocável", e deixamos a imprensa acima do bem e do mal. Sei que a intenção daquele senador, naquele determinado momento, era não limitar a função do jornalista, mas com isso deixamos os donos da imprensa acima do bem e do mal, assim como também ficou acima do bem e do mal o Judiciário; não conseguimos criar sequer uma comissão, constituída inclusive de juristas e magistrados, para rever atos ou mesmo o Poder Judiciário; quanto à imprensa, nem isso tentamos. Hoje estamos assistindo, por exemplo, o preparo do imaginário coletivo pela imprensa com uma antecedência de 2, 3 anos. Quando alguém chega a se candidatar, ou está dentro do perfil desenhado pela imprensa, ou, então, não tem possibilidade de se eleger. Digo a V. Exª, que esse estudo do imaginário co-

letivo —, ao qual a Alemanha vem-se dedicando de uns 10 anos para cá, com tanto afinco, e que os Estados Unidos da América do Norte já o estudam há mais de 30 anos — nós, aqui, repito, deixamos a formação do imaginário coletivo nas mãos, inteiramente à vontade, da televisão; dos jornais. Outro dia discutíamos, um grupo de políticos, a respeito do imaginário coletivo; qualquer um de nós que vai à televisão, no "Bom Dia Brasil" ou em qualquer outro programa, e a primeira pergunta que fazem é a seguinte: quanto ganha um senador? Quanto ganha um deputado? E o que deveríamos estar questionando, há muitos anos, aqui, é o salário mínimo deste País, porque a maior vergonha que existe no Brasil é o salário que ganha o trabalhador. Ao invés de questionarmos o que é aviltante, que é o menor salário do mundo, só comparado ao de Serra Leoa — mas, pelo amor de Deus, em termos de nações comparar-mos o Brasil com Serra Leoa é até uma ofensa ao nosso País. Então, o grande escândalo, o grande escárnio é o salário do trabalhador, o salário do funcionário público, o salário do assalariado numa só palavra. No entanto, nós devemos estar com o nosso salário hoje em torno de 6 mil dólares bruto. Acredito que seja um salário médio, podemos compará-lo com alguns países onde o Produto Interno Bruto é a metade do nosso, mas não é um escândalo ganharmos isso. O jornalista que nos interroga não questiona o próprio salário. Um dia perguntei ao jornalista que me questionava sobre quanto ganha um Senador: "quanto você ganha? Gostaria de ganhar, por exemplo, o que ganha o Joelmir Beting. Mas quanto ganha você? Ele então se deu conta de que está com o seu imaginário, no meio do imaginário coletivo, formado como interessa à classe dominante brasileira. Muitas vezes questionamos aqui o poder econômico nas eleições; temos que diminuir a força do poder econômico que se deslocou inteiramente. Hoje não é tanto o dinheiro, as bênçãos de uma boa rede de televisão valem muito mais do que o dinheiro. Então, há influência do poder econômico nas eleições e para que elas se tornem verdadeiramente livres, temos que pensar numa série de coisas. Não sei se açodamente, como fez o nosso colega, Deputado Maurílio Ferreira Lima, que disse que temos que criar imediatamente o voto facultativo. Não sei se é por aí; precisamos começar a discutir o processo eleitoral brasileiro a um ponto. Eu não estou dizendo que deixei de ser eleito ou tive uma votação mínima, nada disso; tivemos, em determinadas cidades em que abstenção era no máximo de 10%, um índice de 48%. Uma pergunta que deixo ao Plenário, ainda que um pouco vazio, é se já viram, por exemplo, nessas novelas que ajudam a preparar o imaginário coletivo, apresentar um parlamentar que levanta de manhã cedo e toma café com leite, seja deputado ou senador. Eu nunca vi aparecer numa novela um parlamentar que seja normal, que seja um homem que levanta de manhã cedo, pega o seu carro, vai ao serviço e volta. Eu nuca vi! Tudo é apresentado de tal maneira que os parlamentares, senadores e deputados têm todas as anomalias psíquicas, todas as deformações morais. Nobre Senador Jutahy Magalhães, não houve esse trabalho em cima do Executivo. Agora, a pergunta que deixo a V. Exª, ao Plenário e a nós todos: há possibilidade de construir um Estado democrático sem Parlamento? Há possibilidade de construir parlamentares? Será possível?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Será possível ter parlamentares sem partidos políticos?

O Sr. Ronan Tito — Sem partido duradouros? Eu não conheço. Veja-se o caso do Uruguai. Que tem partidos com 150 anos. Veio uma revolução militar lá dentro e quando acabou a intervenção militar, os dois partidos voltaram normalmente: o Blanco e o Colorado. Penso que temos que começar a raciocinar, a pesar, a discutir e a debater aqui. Não posso admitir nada acima do bem e do mal, acima da lei. No Estado democrático nada pode estar acima da lei: rádio, televisão, jornal, imprensa e também o Judiciário. E temos de rever isto. 93 está aí! Ou será possível que novamente vamos dizer com uma frase de efeito, "A imprensa é intocável!" e largas as coisa como estão?! Penso que não! Entendo que, com a importância que o Poder Judiciário tem, temos de pensar também no Conselho Superior de Magistratura. Constituído de quem? De magistrados! De homens tirados da própria Justiça! Mas não podem o Judiciário e a imprensa neste País continuar acima do bem e do mal e acima das leis! Nada, nada no Estado democrático está acima das leis, segundo entendo. Agradeço a V. Exª o aparte que me concedeu e peço desculpas por haver tornado o meu discurso um pouco longo; mas é parte de uma reflexão para a quel convido os companheiros a fazer. Não só uma reflexão, mas também um debate sobre esse tema tão palpitante, que é a Constituição do Estado democrático.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª o aparte Senador Ronan Tito, porque minha idéia, como disse, não era fazer um pronunciamento mais profundo a respeito desses temas, mas provocar um debate sobre eles, uma reflexão maior por parte dos Srs. Senadores, uma discussão mais ampla, mas dentro do tempo necessário para que aquilo que fosse sugerido pelo Congresso possa transformar-se em lei, e essas modificações devem ser feitas a tempo, porque a revisão da Constituição vai ser ampla. Minha preocupação é a de que alguns assuntos terão de ser revistos antes da própria revisão para que haja tempo de sua aplicação na próxima eleição. Receio que a revisão constitucional seja concretizada em cima da eleição, se não for antecipada, porque começando a revisão no dia 5 de outubro de 1993, estaremos no fim do período legislativo daquele ano e o ano seguinte, será um ano eleitoral.

O Sr. Ronan Tito — Estou de pleno acordo com V. Exª.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Essa é a minha preocupação: tratarmos de alguns assuntos com a maior celeridade, com a maior brevidade.

Mas concordo com V. Exª quando fala que nada está acima da lei. E veja V. Exª como tantas coisas neste País têm estado acima das leis, e quanto desses fatos concretos decorreram da nossa omissão, da omissão do Judiciário porque, Sr. Senador Ronan Tito, considero que nós temos que fazer — e aí está o resultado da eleição que demonstra a necessidade premente e urgente de fazermos uma autocrítica —, temos de modificar o que ocorre no Congresso Nacional nos nossos trabalhos diários. Não podemos mais admitir que prevaleça a vontade dos omissos neste Congresso. Devemos fazer com que haja uma participação maior dos Congressistas, sem fazer concessões a críticas apresentadas, que muitas vezes nos fazem, mas sendo, também, severos com aqueles que não cumprem com as suas obrigações. Sou a favor, realmente, de que se trate o omisso com severidade para que possamos levar à opinião pública uma outra imagem deste poder, uma imagem de trabalho e eficiência que nós não conseguimos transmitir.

Não conseguimos transmitir e também há uma distorção muito profunda daquilo que ocorre

neste Congresso. V. Exª fala da questão dos nossos subsídios. Sou católico e toda semana vou à minha missa, quando não vou mais de uma vez por semana. E há duas semanas li, naquele folheto distribuído antes da missa, um artigo de um Padre Virgílio lá de São Paulo. Nesse artigo, entre outras coisas, outras críticas a nós, políticos — era véspera de eleição — uma dizia que era impossível admitir — tratando-se salário mínimo — que alguém no Brasil ganhasse 200 salários mínimos por um trabalho de um ou dois dias por semana.

Para dizer francamente, fiquei revoltado quando escutei aquilo. Não me manifestei na hora, porque achei que isso poderia provocar uma certa emoção numa Missa de uma pequena comunidade. Mas após essa missa, tive a oportunidade de manifestar a minha opinião.

Eu disse: "até pelos números, vamos discutir". Duzentas vezes um salário mínimo de 6 mil e 400 cruzeiros seria um salário de quase 1 milhão e meio por mês. Eu gostaria de saber quem é que recebe isso, porque eu não recebo. V. Exª deu um cálculo aproximado do que nós recebemos. Agora, diríamos: é muito em razão do salário mínimo? É. V. Exª declarou que nós temos que levar em conta que o salário mínimo existente no Brasil é escandaloso. Se transmitirmos uma mensagem de trabalho e eficiência, aqui, também iremos poder discutir com mais eficiência essa questão salarial. Existem aqueles que não vêm, aqueles que recebem sem trabalhar. Existem! E aí, Srs. Funcionários, prestem atenção, porque eu sou a favor do ponto no Senado exatamente para acabar com a idéia que existem muitos que não trabalham, quando são poucos os que não trabalham e são muitos os que aqui estão trabalhando com eficiência. Mas temos que separar o joio do trigo e essa também seria uma das razões do meu pronunciamento futuro: discutir essa questão da autocrítica. Numa época em que se fala tanto em pacto social, devemos fazer um pacto com a imprensa, para que abra mais espaço para o que se trata e o que se realiza aqui, neste Congresso. Faço aqui, também, um apelo ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente do Senado Senador Nelson Carneiro, para que não permita que continue essa propaganda massificante que está aí nas televisões a respeito das benesses do Executivo aos aposentados e aos trabalhadores rurais, quando isto é do Congresso. O Presidente do Congresso precisava requerer horário para mostrar ao povo brasileiro que isto é decorrente de uma ação do Congresso Nacional, não é benesse nenhuma do Executivo.

E quando não reclamamos, passa como uma verdade, como se o pai dos pobres estivesse aí funcionando nacionalmente.

É preciso, Sr. Presidente, que haja uma ação do Presidente do Congresso Nacional, chamando a si o direito de falar à Nação brasileira, para mostrar quem foi que tratou dessa questão dos aposentados e dos trabalhadores rurais.

Li, há alguns dias, uma reportagem falando que das leis aprovadas neste Congresso a mais importante teria sido a Lei de Defesa do Consumidor, e que isso se devia ao Presidente Fernando Collor, quando, nesta matéria, se devem a Sua Excelência os vetos que fez para prejudicar o Código de Defesa do Consumidor. Sem nenhuma preocupação de autoria, como muitas vezes tenho, mas, se tivesse autoria nesse projeto, se houvesse autoria individual, seria deste orador que está falando, porque o projeto teve iniciativa pela assinatura deste orador, nada tem a ver com o Executivo.

São atos como este que merecem a atenção da imprensa para dar um maior espaço ao que se realiza aqui nesta Casa. Nós temos que ter uma espécie de pacto social, porque a imprensa depende muito da democracia só pode ser exercida através de um Congresso livre, um Congresso fortalecido, o que não tem ocorrido neste País.

O Sr. José Fogaça — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, nobre Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Este é um momento em que é difícil se fazer uma avaliação sobre o recente processo eleitoral, porque nós estamos no fragor das apurações e, em alguns estados, em meio ao embate eleitoral. Mesmo assim, não podemos fugir a esse dever, nobre Senador Jutahy Magalhães. V. Exª está cumprindo o seu dever, que é o de retratar, com fidelidade, o que vem ocorrendo no Brasil. Estou vendo, com tranqüilidade, que a desmoralização do Parlamento — que vem sendo empreendida de forma deliberada, urdida e tramada por setores que estão interessados em enfraquecer o Poder Legislativo — não tem o objetivo de mudar, de transformar esta Casa numa Casa mais atuante, mais presente na vida nacional. Engana-se V. Exª Com todo o respeito, não é isso o que querem esses detratores do Parlamento. Não querem provocar uma reação positiva, querem provocar o contrário, uma desmoralização ainda maior uma depreciação ainda maior, e uma total anulação desta instituição, justamente para que o atual Presidente da República possa capitalizar sozinho todas as conquistas que estão sendo empreendidas no País. É fantástico como, ao se percorrer o Brasil — cada um o fez nesta campanha eleitoral —, se pôde perceber que o povo brasileiro não tinha noção clara do que está sendo feito pelo Congresso Nacional em função dos interesses dessa própria população. E aí V. Exª tem razão quando toca, por exemplo, na questão da Lei de Benefícios da Previdência Social. O Congresso Nacional a aprovou depois de uma longa e penosa luta, de árdua jornada, de um combate terrível que se travou na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e, antes, na Assembléia Nacional Constituinte. O Presidente veta integralmente a lei, depois assina uma medida provisória com enormes restrições àquilo que havia sido aprovado no Congresso Nacional, e vende à opinião pública a idéia de que tudo é de autoria de Sua Excelência. O mesmo já havia acontecido no Estatuto da Criança e do Adolescente; projeto de autoria do ilustre Senador Ronan Tito, que assinou uma proposta de entidades ligadas à questão da criança e do adolescente, entidades as mais comprometidas com uma visão de vanguarda, com uma visão inovadora, com uma visão que está realmente revolucionando o tratamento da criança e do adolescente no Brasil. Instituí, pela primeira vez, na prática, os direitos universais da criança em nosso País. Pois não é que o Presidente da República, ao sancionar a lei que tem origem no Congresso Nacional, lei que é fruto de um trabalho do Congresso Nacional, o faz de maneira inteiramente deformada: cria a imagem, a ilusão, tenta passar à opinião pública a idéia de que Sua Excelência teria sido o autor da lei, do apadrinhamento desta lei. É isso que nos impressiona, que nos acachapa, que nos derruba, nobre Senador Jutahy Magalhães. E V. Exª pergunta: Mas o que fazer contra isso, contra essa teia de poderes que se vale de redes nacionais de televisão, que se vale dos jornais mais poderosos, que se vale da estrutura do poder econômico, que se vale de tudo que há de mais forte e poderoso neste País — para diminuir

o valor do Congresso e transformar o Presidente da República que evidentemente está a serviço dos interesses conservadores, que está a serviço da internacionalização econômica do País — num herói, neste momento, como uma pessoa intocável? Os trabalhadores estão passando fome. Estamos vivendo o maior arrocho salarial da História do Brasil, estamos vivendo a maior recessão, hoje aceita e assumida pelo Presidente do Banco Central. Não tem parâmetros. Só em 64 e 65 se viveu uma recessão desta envergadura, e o Presidente passa incólume; repassa-se a responsabilidade disso ao Congresso Nacional. Nas ruas — engana-se V. Exª, Senador Jutahy Magalhães — estão os homens, as mulheres que trabalham, que sustentam, que mobilizam a atividade econômica neste País, os trabalhadores que constroem com o seu suor a riqueza deste Brasil. Não é o salário dos parlamentares, não é a atividade e o trabalho dos parlamentares que os impulsiona para essas atitudes; é o fato de que o salário está mais baixo, a vida está pior, o aluguel está mais caro, o transporte está muito mais caro e a vida piorou para todos, e todos supõem que a culpa disso esteja aqui, no Congreso, que não trabalha, que recebe altos salários, enquanto a mídia eletrônica trata de proteger e tornar incólume, sagrada, a figura do Presidente da República. É essa manipulação, é esse jogo de informações, é essa maneira perversa de condicionar, de induzir a opinião pública que está em andamento no nosso País. Veja V. Exª, será que a população quis punir os congressistas, porque são pessoas que não trabalham e recebem altos salários? Mas que população é essa que quer punir os congressistas e que vota no Sr. Antônio Carlos Magalhães, acusado do maior volume de corrupção que este País conheceu? Que população é essa que quer punir os congressistas e que vota no Sr. Paulo Maluf, em São Paulo? E eu poderia citar aqui 15 ou 20 candidatos que estão no segundo turno e alguns que se elegeram já no primeiro turno. E quanto maior o volume de acusações de corrupção parece que maior era o volume de votos que o candidato recebia. Portanto, não me venham dizer que o protesto popular é contra o Congresso, é contra o absenteísmo, é contra a preguiça do Congresso, é contra os salários. Porque, pelo amor de Deus, ninguém viveu mais mordomicamente as delícias do poder público neste País do que o Sr. Paulo Maluf. Ninguém! Não há registro, nem exemplo na História do Brasil, e o povo de São Paulo o consagrou nas urnas. Portanto, querer me dizer que isto é uma atitude moralista do povo brasileiro contra o Congresso, cá entre nós, só um estúpido pode fazer esta interpretação. A única interpretação que faço é a de que o povo brasileiro está sofrido, amargurado, doído, é um povo que está submetido a um duríssimo sofrimento social, a um empobrecimento real. A verdade é que o povo está com a sua capacidade de detecção neste momento completamente comprometida, ou seja, o povo perdeu a capacidade de perceber onde estão os culpados. Embaralharam tanto as coisas no Brasil, jogou-se uma cortina de fumaça tão grande em torno de questão de Constituinte, de regulamentação da Constituição, que centenas de vezes ouvi jornalistas de rádio e televisão dizerem: "A vida está mal, mas também o Congresso não regulamenta a Constituição. A vida está uma desgraça, mas também o Congresso não trabalha." Pergunto ao Presidente em exercício desta Casa, Senador Pompeu de Sousa, um dos homens mais dignos da História deste Parlamento: Se regulamentássemos as duzentas leis complementares da Constituição, se trabalhássemos 24 horas por dia para produzir toda regulamentação da Constituição, o salário aumentaria? Haveria mais casas para todos? A inflação acabaria? Não! Porque não depende de regulamentar a Constituição a mudança da estrutura social e econômica do País, mas, sim, depende de uma política econômica que viabilize as reformas que este País precisa e que são de responsabilidade do Poder Executivo e do Presidente da República! Infundiu-se na cabeça do eleitor a tese mentirosa, falsa, perjúria, de que se tudo está mal é porque não há leis para aumentar salário, para baratear aluguel, para regular a Previdência, para melhorar a vida do consumidor. Não é um Código de Defesa do Consumidor que vai melhorar o padrão dos produtos que são consumidos no Brasil! Também não é uma regulamentação do sistema financeiro, dos juros de 12%, que vai acabar com a usura, que vai acabar com a expropriação que faz do setor financeiro do setor produtivo! Não é! Portanto, não são as leis do Parlamento que vão mudar essa estrutura, mas se passou esta idéia à população. V. Exª, Senador Jutahy Magalhães, é o culpado e a Constituição que V. Exª assinou e ajudou a fazer é que tem a culpa de o salário ser tão baixo no Brasil... A culpa é dos constituintes pelo aluguel estar na situação em que está, insuportável... Agora, em que lugar do mundo a Constituição é para isso? Em que lugar do mundo o Parlamento trabalha para isso? O fato é que, na prática e nos resultados concretos da vida, as coisas são assim, e toda a manipulação não é só no sentido de dirigir para a opinião de que o Congresso não trabalha, de que o Congresso não faz as leis, de que o Congresso recebe altos salários. É pior do que isso, porque se fosse só isso, e ainda nos atribuíssem as coisas boas que fazemos — o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Benefícios da Previdência, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Política Salarial que implantamos aqui e que o Presidente derrubou —, se dissessem que somos aqui imprestáveis, mas, ao mesmo tempo, mostrassem aquilo que fizemos e atribuíssem a nós, até não me espantaria. Mas, quando vejo que tudo que fazemos de bom é atribuído ao Presidente da República, e tudo o que o Presidente não faz é atribuído a nós, então, me perdoe, aí não há saída. O salário é baixo, neste País, por uma razão, porque estamos submetidos a uma grave recessão e há um processo de desemprego massivo. Quando há desemprego em massa, os salários caem, são puxados para baixo, porque o exército de reserva de mão-de-obra, que se oferece para trabalhar a qualquer preço, faz os salários caírem, o trabalhador perde o direito de greve, perde o poder de barganha que a greve tem, não adianta fazer greve porque ela faz e o patrão o bota na rua e o substitui por outro com o salário mais baixo. Então, a política econômica que está sendo implantada, esta, sim, é dura; esta, sim, é cruel; esta, sim, é perversa e, esta, sim, é de responsabilidade daquele bonito jovem Presidente que anda de *jet-ski* no Lago de Brasília. Aquela bela imagem do Presidente da República, que é dissociada, todos os dias, pelas redes de televisão, da perversidade e da crueldade da sua política econômica. Enquanto isso continuar, nobre Senador Jutahy Magalhães, os pronunciamentos de V. Exª e os meus não terão nenhuma repercussão, nunca, em lugar algum; vão morrer dentro dos Anais desta Casa, irão competir com uma altamente, fantasticamente bem urdida trama de cooptação da opinião pública feita por técnicos da mais alta qualificação. Não é nem a luta de Davi contra Golias, é muito pior do que isso. Não é nem a luta de um encouraçado contra um caiaque, é muito mais do que isso. Aqui, nós somos figuras minúsculas, desarmadas, sem poder

de cooptação, sem verbas de publicidade para as grandes empresas de rádio e televisão, enquanto lá no Palácio do Planalto a gente sabe como é. Concordo com o que V. Exª diz, concordo plenamente. Este Congresso precisa reagir. Vou ser discordante num ponto, o de que não temos que reagir nessa questão de provar que trabalhamos ou não trabalhamos. Nós trabalhamos, este Congresso trabalha, este Congresso produz resultados. E muitas vezes não produz resultados porque a sociedade não quer que sejam produzidos, ou seja, este Congresso não aprova a lei dos juros, a lei complementar que regula o sistema financeiro, porque os **lobies** do sistema financeiro não permitem, obstaculizam, e esses **lobies** não estão aqui dentro, estão localizados lá fora, estão lá na sociedade, que tanto nos apredeja. Então, tudo isto não me parece que seja um mal maior. O mal maior, agora, é conseguir vencer essa batalha de opinião pública, que está posta, que está aí sendo jogada, e que se nós não soubermos diagnosticar corretamente o que está em jogo, nós vamos continuar perdendo, e temos que diagnosticar. Há uma manipulação da opinião pública. Tudo que é ruim no País é atribuído ao Congresso, e tudo que é falsamente bom é atribuído à figura apolínea do Presidente da República! Tenha certeza V. Exª, se esta batalha não for vencida, nós vamos enfrentar durante muito tempo um jogo de forças absolutamente desvantajoso e contrário em relação a nós. Está colocada agora a questão, vem um novo Congresso, um novo Parlamento, novos deputados, novos senadores: vai caber ao novo Congresso enfrentar essa questão, reconhecê-la de frente e assumir as responsabilidades. Nós precisamos ter um Presidente do Congressso Nacional que tome as posições exigidas por esta Casa, na hora em que ela assim necessite. Precisamos ter condução das bancadas de Oposição, de forma corajosa, destemida, determinada, para não permitir que, a cada passo, esses fatos se repitam. O Presidente não pode editar uma medida provisória, repetir 95% do que foi feito no Congresso, retirar muitas vantagens e depois dizer que isso lhe pertence. Quem permite que esse jogo se faça facilmente contra nós? Somos nós mesmos, no momento em que não reagimos com firmeza, com prontidão, com energia. O Congresso tem que reagir com energia; O Presidente tem que ser acionado na Justiça por ter produzido um texto, em que Sua Excelência repete a obra dos deputados e senadores. Essa é uma posição — e V. Exª acaba de recomendar — que eu vejo como a única que deve ser tomada nessa hora. Tenha certeza V. Exª de que o Congresso dos Estados Unidos ficou mais de um ano debatendo as verbas do Orçamento. Atrasou, o país ficou paralisado, mas pode ter certeza, ninguém quer fechar o Congresso, ninguém acha que os senadores e deputados são responsáveis pelos males dos Estados Unidos, por que, lá, não há essa manipulação contra uma instituição, que sabidamente é forte e tem tradição de representatividade. Aqui no Brasil, a grande obra das forças conservadoras é a de esmagar o Congresso. Um País como este, que tem Congresso, é um País por onde falam as forças populares, por onde falam as forças, os setores mais oprimidos do País. E, sem Congresso, os setores oprimidos não têm voz, porque não falam pela grande imprensa, não falam pela grande rede de televisão. A única voz do povo é no Congresso Nacional: o Congresso anulado, o Congresso desmoralizado, o Congresso falido, este povo também fica sem voz. Tudo isto é deliberado, tudo isto é projetado, tudo isto é previsto. É uma sórdida e perversa trama que vem dando certo há algum tempo. E digo, para concluir este aparte, que vamos ter pela frente quase que uma espécie de guerra santa, no sentido de afirmar o Congresso. E aqui dentro convivi com os maiores homens públicos que já conheci na minha vida; as figuras mais dignas deste País conheci dentro do Congresso Nacional, não conheci em outras atividades. Aqui dentro também conheci pessoas lamentáveis. Mas este é o País em que vivemos, esta é a Nação em que vivemos. Não podemos trocar de País nem de povo, nem de sociedade, e por isso, também, não podemos imaginar que é possível, ou que devemos destruir as nossas instituições. Este posicionamento eu quero mostrá-lo num pronunciamento pessoal, da tribuna do Senado, em que vou procurar analisar, evidentemente, mais tarde, para que não pareça estar sob o impacto de uma derrota que sofri no meu Estado, onde analisarei essas questões à luz da verdade, à luz dos fatos, à luz da realidade em que vivemos. É uma coisa simples, é uma coisa notória, é uma coisa visível. Basta olhar o mundo inteiro, basta olhar qualquer país do mundo, o Congresso é sempre respeitado; é criticado, mas como instituição é respeitado. No Brasil atribui-se ao Congresso Nacional tudo que há de ruim, e ressalva-se na figura do Presidente da República tudo que é de bom; desse jeito o combate é desigual. V. Exª sabe disso tão bem, ou até melhor do que eu.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª, nobre Senador José Fogaça, pelas considerações que fez, numa análise bem profunda dessa questão. Concordo plenamente com as opiniões emitidas por V. Exª, porque não há discordância, em hipótese alguma, daquilo que falei e que V. Exª também expressou.

Eu não considero que seja apenas uma questão da nossa autocrítica que vá resolver esses problemas. Eu temo, numa linguagem mais simples, que esta campanha seja muito dirigida, propositadamente, para que a modificação que haja no perfil do Congresso Nacional não seja aquela desejada pela população. Seja uma mudança de pessoas que venham para cá representar interesses que são os mesmos dessas classes que procuram denegrir o Congresso Nacional.

O Sr. José Fogaça — Veja V. Exª, este foi um dado que esqueci. Fiz um estudo sobre a história política eleitoral do Brasil e do Rio Grande do Sul no meu estado. Toda vez que há um grande número de votos em branco e nulos há uma vitória das forças conservadoras. Quando há grande participação popular e baixo índice de abstenção de votos brancos e nulos há uma vitória das forças progressistas e reformistas. Portanto, não se trata de uma coisa gratuita ou casual. Trata-se de, ao desmoralizar a classe política, ao levar a população para o desencanto, para o enfado, estar-se assegurando a vitória e o triunfo conservador. A restauração do conservadorismo. Dou um exemplo no meu Estado, no Rio Grande do Sul, nos últimos quarenta anos só venceram duas vezes as chamadas forças progressistas. Em 1958, a proposta mais moderna era a do candidato Leonel Brizola, que venceu as eleições por grande maioria. O índice de abstenção, entre nulos e brancos, foi pequenissimo. A abstenção não chegou a 5%. No ano seguinte a abstenção, nulos e brancos, foi três vezes maior. E venceu o Sr. Hildo Meneghetti, representando as forças conservadoras. Em 1986, quando o PMDB venceu as eleições do Estado, com Pedro Simon, o índice de abstenção foi de 3%. Somando com brancos e nulos, isso não chegou a 15%. Neste ano, portanto, na eleição seguinte, entre abstenções, brancos e nulos, chegamos a quase 50% e, com isso, então, se dá o triunfo das forças conservadoras. Tenha

certeza V. Exª de que esta programada e intensificada campanha contra o Congresso, contra os políticos, é para garantir a vitória dos conservadores. O povo desencantado não quer mais votar, não acredita mais em nada, está incrédulo, descrente, e a fabricação da descrença popular significa assegurar a vitória dos conservadores. Olhe V. Exª o Brasil de alto a baixo e diga-me em que Estado não venceu um candidato conservador, em que Estado não houve um grande número de abstenções, de votos brancos e nulos. O próprio povo que vota branco e nulo é massa de manobra desses interesses, talvez até sem o saber: mas, não tenha dúvida, esse é o projeto que está por detrás de tudo isso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Concordo plenamente com V. Exª porque tive oportunidade, inclusive, em pronunciamentos na televisão, lá no meu estado, de chamar a atenção da população — e não fui ouvido — para o perigo que representava o voto em branco. Era um protesto irracional que iria beneficiar exatamente aqueles que eles não queriam trazer de volta para o Congresso.

Se V. Exª fizer um estudo numérico do que representa a bancada, no Congresso Nacional, eleito através de votos em branco, verá que ela será superior à de qualquer partido político. Em decorrência desse protesto irracional, feito pela população, no caso específico, um protesto dirigido, como o que estamos expondo aqui, que vai permitir que venham para o Congresso Nacional aqueles representantes da ala mais conservadora, V. Exª verá que esse número de representantes de votos brancos e nulos será muito alto.

Por isso, vou apresentar um projeto. Já que não se conta voto branco para eleição de governador, também não se conta voto branco para quociente eleitoral de deputados federais e estaduais. No caso, os partidos terão uma melhor representação aqui. Com o número aproximado de 60% de votos brancos e nulos, lá no meu estado, para deputado vários partidos estão com dificuldades de eleger seus representantes.

O PFL, o PDS, o PL e o PDC fizeram uma coligação. Portanto, vão ter uma votação expressiva. A ala mais progressista, a que não estava composta com o Sr. Antônio Carlos Magalhães, subdividiu-se em vários partidos. Esses partidos estão sofrendo para elegerem os seus representantes. Logo, os votos em branco irão beneficiar àqueles que a população não queria ver aqui.

Sr. Presidente, penso que estamos chegando ao final da sessão. Esperava que o pronunciamento fosse rápido, mas ele se prolongou por muito tempo, eu ainda teria até outros assuntos para somente citar rapidamente, não para comentar, mostrando que somos também irracionais. Os políticos são aqueles que exercem uma atividade completamente diferente; é a única atividade no mundo em que a pessoa arrisca muitas vezes a sua vida, com viagens constantes e às vezes perigosas; são pessoas que se dedicam a um trabalho diuturno com preocupações, com aborrecimentos, com traições, decepções, e, depois de quatro anos, vão pagar para continuar exercendo a mesma atividade e, ao mesmo tempo, serem acusados de se locupletarem com altos salários, como se estivessem ganhando a vida através da sua atividade parlamentar.

É realmente uma classe diferente, a classe política.

O que espero, como esperam todos, acredito, é que modifiquemos esse quadro. Para isso, precisamos contar com os repórteres políticos. Não digo com os donos de jornais; falo dos repórteres políticos, que pensam, muitas vezes, como nós pensamos, e, através da sua atividade, da sua vigilância, da sua constância também nesse Congresso, neste plenário, podem nos ajudar a modificar essa imagem pervertida do Congresso Nacional.

Temos que levar à opinião pública a impressão correta do que aqui fizermos. Temos que fazer a nossa autocrítica, repito, porque acho que precisamos fazê-la.

O absenteísmo é culpa de muita coisa que se faz, a imagem que se transmite à opinião pública das nossas ausências aqui, que é a nossa incapacidade de votarmos certas matérias.

Agora, a Constituição, como disse aqui o Senador José Fogaça, não deixa de funcionar por falta de votação. Tive oportunidade de fazer um levantamento dessa matéria e somentetne para 13 artigos nós realmente precisamos de uma legislação nova, porque para os demais existem normas que permitem o funcionamento da Constituição, através das leis já vigentes. Desses 13 artigos, alguns dependem de iniciativa do Poder Executivo e outros do Poder Judiciário. Não somos nós os responsáveis. Nós trabalhamos. É aqui, como disse também o Senador José Fogaça e outros Srs. Senadores, as nossas palavras ficam contidas nessa abóbada, daqui não passam, ficam nos Anais do Congresso. E é isso que precisamos modificar. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Antonio Luiz Maya, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que poderemos pensar de um instituto de nível superior para formação de professores destinados a alunos de zero a 14 anos? Como poderemos encarar uma instituição que, revertendo a seleção negativa para o magistério, estabelece a dedicação em tempo integral para seus alunos e professores, adota como eixo das suas atividades a associação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e, ainda, une progressivamente a teoria e a prática ao longo dos quatro anos de curso? Não, definitivamente não estamos falando de utopia nem de algum país economicamente desenvolvido. Da mesma forma, não estamos falando da região — pólo do nosso País, caracterizada pela pujança industrial e alta renda por habitante. Estamos nos referindo a uma instituição concreta, já em funcionamento na Amazônia brasileira e cuja sede física foi inaugurada no último dia 4, o Instituto Superior de Educação do Pará.

Convidado a assitir à sua inauguração, como batalhador das lides educacionais, tivemos que resistir ao entusiasmo de fazê-lo, uma vez que os deveres para com o nosso Estado e o nosso Partido nos conclamaram à campanha eleitoral, uma campanha iniciada tardiamente, como postulante ao cargo de Governador do Espírito Santo. Assim, não nos foi possível presenciar ao vivo essa vitória da educação, mais precisamente do ensino fundamental, que, no Brasil, tanto carece de atenção e investimentos. Todavia, contamos com o informe do Prof. Cândido Gomes, Assessor da Comissão de Educação desta Casa, que lá esteve e viu com olhos de rigor técnico o novo Instituto.

Quase como o romano Catão, nossa luta em favor de melho-

res condições educacionais tem reiterado a necessidade de conferir ao ensino fundamental a importância que ele merece, como alicerce solidamente localizado sobre a rocha do nosso sistema educativo. Temos também assinalado a ignomínia que representam os baixos salários dos professores, especialmente na área rural, e a desatenção quanto à formação e atualização do magistério. Sendo o docente o eixo do processo educacional, não pode ele ser relegado, junto com o ensino básico, ao enésimo plano, como tem acontecido. O acúmulo da negligência do nosso País em face deste setor tem nos colocados na humilhante posição de ganhadores de olimpíadas às avessas: sucessivos relatórios de entidades internacionais nos situam entre os piores lugares quanto à distribuição de renda, à dedicação de verbas ao ensino fundamental e ao fracasso escolar entre os países do continente latino-americano e das nações situadas na mesma faixa de desenvolvimento econômico.

Eis, porém, que da Região Amazônica, no quadro de amplo esforço em favor da educação pública, emerge essa iniciativa promissora, que deve ser cuidadosamente acompanhada no seu desenrolar. Segundo a sua concepção, o Instituto Superior de Educação do Pará é mantido pela Secretaria de Estado da Educação, tendo em vista formar professores de licenciatura plena em educação básica e, ao mesmo tempo, ser a casa da normalista e dos professores de educação básica, onde estes encontrarão oportunidades de melhoria técnica e profissional. Ademais, o Instituto visa também a constituir um centro de referência acadêmica do sistema estadual de Escolas Normais, respondendo às necessidades e lacunas profissionais destas últimas.

Em funcionamento antes mesmo da inauguração do seu belo prédio, bem adaptado ao clima equatorial, a filosofia do Instituto faz da pesquisa uma atividade primordial na vida acadêmica. Os alunos devem continuadamente descobrir e reelaborar conhecimentos, assim como aplicá-los no ensino junto à comunidade. Dessa forma, o processo educacional repousa sobre o binômio professor orientador — aluno pesquisador, pelo qual o primeiro deve despertar a capacidade criativa e crítica do último, de tal modo que a criança venha a se tornar sujeito histórico, com condições para crescer intelectualmente e construir conteúdos de forma crítica e competente. Rejeitando a fragmentação entre pré-escola e ensino fundamental, um currículo sóbrio, sem maiores adereços e ramificações, busca formar um profissional que tenha sua formação voltada para o conhecimento da criança desde o seu nascimento até a pré-adolescência, já que o desenvolvimento da primeira infância influi decisivamente no processo de ensino-aprendizagem.

Para isso, o Instituto considera que toda prática terá sua elaboração teórica, como cada teoria terá seu contraste na prática. Dessa forma, o entrelaçamento entre a teoria e a prática constitui uma constante ao longo do currículo, de tal modo que o aluno terá o desafio concreto de deixar o Instituto quando estiver preparado na teoria e na prática. Selecionado por um vestibular que busca, em primeiro lugar, detectar o interesse do candidato pela educação, o aluno, em tempo integral, vai construindo a sua formação, de modo a se tornar um profissional competente para enfrentar os desafios do exercício profissional.

Além disso, o Instituto se propõe a desenvolver outras atividades como conferências, seminários, mesas-redondas, encontros rápidos, cursos intensivos, de média e de longa duração, voltados para atores e momentos estratégicos do processo educacional. Trata-se, portanto, de uma visão renovadora, que contrasta com a baixa relação candidato/vaga verificada continuamente nos vestibulares dos cursos de formação de professores. Em outras palavras, a experiência se propõe a inverter pela qualidade a seleção perversa que tem destinado os candidatos menos capazes à difícil tarefa de formar as novas gerações. Assim, o bom semeador procura estabelecer a boa semente como ponto de partida de uma educação democrática e de qualidade.

Saudamos, portanto, a Professora Therezinha Gueiros, Secretária de Educação do Estado do Pará, e a equipe de execução do Instituto, chefiada pelo Professor Pedro Demo, pelo arrojo de não só falar, mas sobretudo de fazer. A área construída de 26 mil metros quadrados e o investimento equivalente a quatorze milhões de dólares são apenas pálidos indicadores da obra encetada. Muito mais que as instalações físicas e o montante das verbas aplicadas, temos uma proposta educacional séria e inovadora, que poderá trazer salutares lições para o resto do Brasil.

Acompanharemos, portanto, com o maior interesse, a trajetória do Instituto Superior de Educação do Pará, augurando o maior sucesso na concretização da sua proposta e no alcance de suas metas. Estão de parabéns o Pará, o Brasil, o povo sofrido que necessita de uma educação fundamental de qualidade e, por decorrência, a educação em geral. Com iniciativas como essa, que unem a teoria à prática e a palavra à ação, poderemos redimir a educação brasileira do seu grande débito em face das necessidades vividas pela Nação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou chegando, hoje, do Estado do Maranhão para colaborar com o esforço, que se desenvolve no Congresso, para a votação de importantes matérias que constam de sua pauta de trabalho.

Aqui estou, Sr. Presidente, no intervalo de uma memorável campanha eleitoral que se trava em meu estado. Na história do Maranhão, seguramente não se registra batalha tão renhida quanto esta que travei superando obstáculos e tropeços que têm sido jogados na vereda que trilhei para conquistar, pelo voto do povo, a oportunidade de governar o estado.

Da incansável luta que venho travando, entretanto, tenho buscado as inspirações que norteiam minha campanha no Maranhão. Do empolgante entusiasmo do povo — quer nos fantásticos comícios dos quais participo, quer nos contatos pessoais —, tenho retirado as energias que, dia a dia, me recompõem física e espiritualmente!

No Maranhão, Sr. Presidente, constatou-se, nessa primeira fase da campanha estadual, que a população já não se conforma com a miséria em que vive a maioria, absolutamente desprovida da esperança de novas oportunidades de trabalho e de ascensão na escala profissional.

Até mesmo em nossa bela capital de São Luís, Sr. Presidente e Srs. Senadores, falta saneamento básico. Duzentos e setenta mil habitantes da capital do Maranhão não têm ainda o direito elementar de beber água tratada. Um terço dos moradores de São Luís habita palafitas miseráveis, indignas como moradas de um ser humano. Por tudo isso, Sr. Presidente,

proliferam doenças nas camadas mais pobres da população, com um índice de mortalidade infantil que assusta os organismos internacionais.

A votação que recebi, como candidato a governador do estado, veio especialmente dessas camadas comunitárias, das grandes cidades e do campo, inconformadas com o abandono a que foram relegadas e desejosas de experimentaram o novo, confiando nos meus compromissos e em mim renovando as votações que, no passado, me haviam honrado com dois mandatos de Deputado estadual e um de Senador da República.

Nestas eleições, Sr. Presidente, voltou a ocorrer um "acidente de percurso" que está a merecer as melhores atenções dos legisladores. Refiro-me às chamadas pesquisas de opinião pública, amplamente divulgadas por cadeias de televisão, rádios e pela imprensa.

No Maranhão, um dos mais prestigiosos institutos de pesquisas informou, no decorrer de todo o primeiro turno, ampla vantagem de votos para o meu principal concorrente, a ponto de assegurar-lhe, com larga antecedência, a vitória naquela fase. Na minha passada eleição para senador, também ocorreu esse malicioso "acidente de percurso", assegurando-se que eu perderia uma eleição na qual fui o mais votado.

Todos nós políticos, Sr. Presidente, conhecemos o impacto provocado por tais "pesquisas". Influenciam eleitores indecisos, influenciam os próprios noticiários da imprensa escrita e falada, influenciam os analistas políticos. Tais "pesquisas" podem decidir, em alguns casos, uma eleição — e isto me parece ilegítimo e injusto, senão imoral, já que um candidato a cargo eletivo, respaldado em poder econômico, pode encomendar tais pesquisas e pagá-las, como ocorreu em muitos estados.

Os legisladores, com mais esta experiência de 1990, naturalmente encontrarão soluções legais para impedir, no futuro, a distorção dos fatos pela força de "pesquisas".

No Maranhão, a luta contra pesquisas falsas ou equivocadas foi uma das nossas maiores dificuldades. Em cada encontro com o povo, em todos os rincões do estado, víamos no entusiasmo das grandes aglomerações o desmentido das "pesquisas" que se tornaram o carro-chefe da propaganda do nosso concorrente.

Posso então dizer, Sr. Presidente, que ganhei apesar das "prestigiosas pesquisas" redondamente equivocadas. No segundo turno, espero que os responsáveis por tais "pesquisas" corrijam as falhas da sua metodologia. O povo já demonstrou que a verdadeira pesquisa está nos votos secretos das urnas lacradas. Eleições são ganhas nas urnas e é isso o que o povo voltará a demonstrar a 25 de novembro, elegendo-me governador do Estado do Maranhão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOABRES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs., Senadores, a solução dos problemas da fome e da miséria, no Brasil, passa, necessariamente, por dois caminhos. O primeiro é o da pesquisa em tecnologia agropecuária; o segundo, o de uma política de desenvolvimento e de redistribuição de renda. Em outras palavras, é necessário produzir mais alimentos e possibilitar ao povo o acesso aos mesmos.

É lamentável, Srs. Sendores, que, neste limiar do século XXI, enquanto os povos mais desenvolvidos do Hemisfério Norte engajam-se numa revolução tecnológica que lhes trará prosperidade e bem-estar social, nós, abaixo do Equador, ainda temos que gerar a tecnologia necessária para a satisfação da primeira e mais fundamental das necessidades do ser humano: a alimentação tanto em quantidade como em qualidade adequadas.

E é forçoso reconhecer que não é possível queimar etapas. Não se pode passar do atraso social, econômico e tecnológico para uma tecnologia de ponta, sem antes resolver os problemas de alimentação, saúde e educação da maioria da população brasileira. É insustentável uma sociedade dividida entre uma parcela de ricos e abastados, que se dá o luxo de consumo comparável ao dos povos mais prósperos, e uma maioria de pobres e miseráveis, lutando dia a dia à beira da sobrevivência. Uma sociedade assim constituída está sempre a um passo da convulsão social e da instabilidade política. Tal sociedade tem poucas condições de avançar, de progredir e de trilhar os caminhos da revolução tecnológica, pois o melhor de suas energias, dos seus recursos físicos e humanos, está envolvido nos problemas das tensões e conflitos sociais e políticos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é forçoso reconhecer que o problema mais urgente do Brasil, neste limiar do século XXI, é dar alimentação, saúde e educação a 60 milhões de brasileiros que constituem a nossa massa de empobrecidos. Uma tarefa de gigantes, que está exigindo a contribuição da ciência e o engajamento de políticos com visão de estadistas.

Ciência e política, Srs. Senadores, caminham hoje de mãos dadas para propiciar aos povos em desenvolvimento, progresso e alto nível de segurança e de bem-estar social. O que ainda falta acontecer entre nós é o engajamento de cientistas e políticos, na luta contra o nosso subdesenvolvimento, contra a fome, as condições de vida miseráveis, as doenças e o analfabetismo do povo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, constatamos com alegria que uma empresa estatal, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, criada há 17 anos, está engajada nesta luta de gigantes. Ela se impôs como missão criar soluções tecnológicas para os problemas e os conflitos da sociedade brasileira; problemas e conflitos que nascem antes de tudo das panelas vazias. A solução desses problemas e conflitos passa pelo aumento da produção agrícola, pelo abastecimento das populações das cidades, pela preservação do meio ambiente, pela contenção da inflação, pelo crescimento e dinamismo da economia rural e agroindustrial, pela fixação do trabalhador no campo, pelo fortalecimento da pequena e média produção agrícola, pela reforma agrária e contenção do êxodo rural.

O fitossanitarista da Embrapa, para citar um só exemplo, que no seu laboratório procura meios para combater as doenças nos seringais da Amazônia, ou nos coqueirais do Nordeste, nas culturas de soja do Centro-Oeste, nos cafezais do Sudeste ou nos parreirais do Sul, está engajado nesta luta por soluções para os problemas da sociedade brasileira. Ele tem consciência de que o seu trabalho, por mais humilde e rotineiro que possa parecer, tem um alcance social e político que ultrapassa os limites do seu laboratório. E é, então, que ele sente a necessidade de romper o isolamento do seu laboratório para um diálogo com a sociedade e, sobretudo, com a classe política.

O salto que a produção nacional de grãos conheceu nos últimos anos, passando de 50 milhões de toneladas anuais para 70 milhões, é fruto de um longo trabalho de geração de tecnologia e de fazê-la chegar ao alcance dos produtores rurais. E produzir 100 milhões de toneladas anuais, num prazo de cinco anos, não é difícil, pois já existe tecnologia disponível para isso. É necessário apenas que se implemente uma adequada política de produção agrícola.

Mas não basta produzir. É preciso distribuir a produção para que o alimento chegue à panela do povo. E para isso é necessário que se adote, no País, uma política de distribuição de renda mais justa e eqüitativa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sejamos abertos para este diálogo que o pesquisador da Embrapa propõe à sociedade brasileira e à classe política, em particular. Ele tem consciência de que a missão da empresa é gerar e estimular a produção científica e tecnológica, que possibilite o desenvolvimento da agropecuária e agroindústria nacionais, visando o bem-estar social e o desenvolvimento da coletividade brasileira.

A moderna política agrícola, como é praticada nos países mais desenvolvidos, parte do princípio basilar de que o crescimento contínuo da produtividade agrícola só é possível na medida em que se amplie a sua base científica. Sem esta base científica não há produção agropecuária crescente e auto-sustentável.

Tomando para si este princípio, e propondo-o a toda a sociedade brasileira, a Embrapa programa desenvolver ações de pesquisa que redundem em tecnologia capazes de garantir o aumento de produtividade, redução dos custos, constância dos patamares elevados de produção, controle e preservação do meio ambiente e garantia de preços mais competitivos dos produtos.

Neste sentido, as suas principais linhas de trabalho são:

— reformulação do modelo de geração de tecnologia, tendo em vista alocar melhor os seus recursos físicos e humanos e adequar os programas de pesquisa às metas e diretrizes de modernização da sociedade brasileira, como está sendo preconizada pelo Governo do Presidente Collor;

— incorporação de tecnologia já disponível ao processo de produção agropecuária, mediante uma agressiva política de difusão de tecnologia, de assistência técnica e extensão rural;

— elevação do patamar tecnológico da pesquisa agropecuária, visando a colocar o Brasil entre os países mais desenvolvidos nas áreas de engenharia genética, biologia celular, biologia molecular, ciência da informação, novos materiais, processos gerenciais e ecologia;

— melhoria da estrutura organizacional e funcional da empresa, visando a sua modernização administrativa, redução de custos operacionais e melhor aproveitamento dos seus recursos físicos e humanos;

— efetiva inserção da pesquisa na sociedade brasileira, mediante um modelo integrado de pesquisa que permita maior envolvimento da sociedade como um todo, através dos seus órgãos representativos, e fortaleça as ações de desenvolvimento regional dos Estados e Municípios. Para isso deverão ser promovidas ações de integração com o setor privado da agroindústria, de apoio às pesquisas com cana-de-açúcar, álcool e café, e processos agroindustriais de engenharia e de produção agrícola. Serão reativadas as relações de pesquisa com as universidades públicas e privadas, visando a integrar ações de pesquisa básica e de intercâmbio de conhecimentos científicos entre professores e pesquisadores;

— o Sistema Cooperativo de Pesquisa agropecuária será recuperado, com o objetivo de fortalecer as empresas estaduais de pesquisa e reduzir as desigualdades tecnológicas e de geração de riquezas entre as diversas regiões do País.

Para fazer frente a esses desafios que se colocam para a pesquisa agropecuária nos anos 90 a Embrapa apresentou, há poucos dias, o seu Plano Plurianual ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Este plano abrange cinco programas nacionais, a saber:

Programa A — Desenvolvimento de tecnologia para produtos alimentares básicos;

Programa B — Desenvolvimento de tecnologias para a produção de matérias-primas destinadas à indústria de transformação;

Programa C — Desenvolvimento de tecnologias relacionadas com a produção agropecuária e meio ambiente;

Programa D — Suporte aos programas de desenvolvimento agrícola, como reforma agrária, assentamento rural, colonização e fortalecimento da economia dos pequenos e médios produtores rurais.

Programa E — Informática agropecuária, para o desenvolvimento de softwares específicos para gerenciamento de pesquisas e produção agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a execução plena desses progrmas exigirá um montante de recursos financeiros da ordem de 24 bilhões de cruzeiros. Esses investimentos representam, em valores atuais, cerca de 1,5% do PIB agrícola brasileiro. Vale ressaltar, Srs. Senadores, que esses investimentos são baixos, quando comparados com os feitos pelos países desenvolvidos, os quais dispendem entre 2,5% a 3,5% do PIB agrícola em programas de ciência e tecnologia para o setor agropecuário. Os 24 bilhões de cruzeiros são absolutamente necessários para que a Embrapa possa manter os seus projetos de pesquisa em andamento, retomar alguns importantes projetos paralisados por falta de recursos e iniciar outros imprescindíveis ao desenvolvimento da agropecuária nacional. Além disso, ela precisa retomar com absoluta prioridade o programa de treinamento e capacitação de seus recursos humanos — a sua maior riqueza — e a modernização de sua administração.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Embrapa, criada há 17 anos, é reconhecida no mundo como a instituição mais capacitada a desenvolver tecnologias agropecuárias para as regiões tropicais. Hoje ela possui um acervo de conhecimentos científicos e de tecnologias agropecuárias suficientes para, se fossem plenamente assimilados e aplicados pela sociedade, revolucionar a nossa produção agropecuária, abastecer plenamente o mercado interno e manter o País entre os maiores exportadores de alimentos.

Hoje em dia, o Brasil já detém o título de maior exportador de grãos entre os países tropicais. Esta é mais uma das vitórias que a Embrapa tem conseguido nesses 17 anos de existência. A Embrapa dispõe hoje de 2.278 cientistas, al-

tamente treinados em centros de excelência no País e no exterior, executando pesquisas em cerca de 42 unidades distribuídas por todo o País e cobrindo as áreas mais prioritárias da agropecuária nacional.

Sr. Presidente, a pretexto da crise econômica ou da necessidade de se conter gastos públicos, não se pode paralisar a Embrapa. Ela não pode parar ou diminuir o ritmo de suas atividades de pesquisa, sob pena de prejuízos irreparáveis para toda a sociedade e para o nosso futuro como nação economicamente independente e socialmente viável.

A Embrapa está precisando urgentemente de recursos. O Governo, o Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira devem se mobilizar para uma ação de socorro à Embrapa.

Vale ressaltar aqui, Srs. Senadores, que o Senado Federal já está tomando iniciativas neste sentido. Está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 231, do ano passado, de autoria do nobre Senador Marco Maciel, que dispõe sobre benefícios fiscais concedidos à pesquisa científica e tecnológica. O objetivo do projeto de lei é permitir que o contribuinte possa abater da renda bruta, ou deduzir como despesa operacional, o valor de investimentos, doações ou patrocínios feitos a pessoas jurídicas que tenham por objeto a pesquisa científica ou tecnológica.

Os pesquisadores da Embrapa esperam a aprovação deste projeto de lei que lhes abrirá as portas para novas fontes de recursos, além de trazer à sociedade e a iniciativa privada para um envolvimento maior com as atividades da pesquisa científica e tecnológica.

Neste sentido, vale ressaltar, aqui, o que afirma o nobre Senador Marco Maciel na justificação do projeto de lei:

"... é imperioso sinalizar o interesse da Nação brasileira pela pesquisa científica e tecnológica, procurando nela comprometer não só a administração pública, senão ainda, e principalmente, a iniciativa privada. Com efeito, ciente do apoio do Estado para este tipo de atividade, as empresas privadas, com o estímulo adicional do desafio à sua inequívoca capacidade de competir, envidarão esforços objetivando estabelecer novo padrão de desenvolvimento no País."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a segunda vez, em menos de 30 dias, que, nesta tribuna, nos fazemos portadores de pedidos e SOS dos pesquisadores e trabalhadores da Embrapa. Se assim o fazemos, é porque de fato a situação da empresa não é das melhores. E como disse um dos seus antigos empregadores, que a viu nascer, crescer e produzir tecnologias que estão transformando o Brasil: "A Embrapa está morrendo de inanição!"

Solicitamos, nesta oportunidade, a transcrição, nos Anais do Senado, do texto "A quem interessa a extinção da Embrapa?", publicado no Correio Braziliense.

Fica, pois, o nosso mais veemente apelo ao Sr. Ministro da Agricultura e Reforma Agrária para que seja aprovado, o mais rápido possível, o Plano Plurianual da Embrapa, com os 24 bilhões de cruzeiros em orçamento.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO

A QUEM INTERESSA A

EXTINÇÃO DA EMBRAPA?

Luiz Antonio de Castro

Na década de 60, dizia-se que o Brasil não era um país com potencial agrícola, porque a Amazônia era intocável, o Nordeste era seco e o cerrado infértil. Uva, maçã, trigo, ervilha e batata eram importados, não tinham perspectivas no Brasil. A soja só podia ser produzida até o Paraná.

A Embrapa foi criada em meados da década de 70, e realizou o maior investimento de formação de recursos humanos em agropecuária da história do País. Nos anos 80 a produção de grãos passou de 39 milhões de toneladas (1979) para cerca de 70 milhões em 1989. Os mitos começaram a cair. O cerrado transformou-se em um dos maiores produtores de grãos, graças às tecnologias produzidas pelo Centro de Pesquisas Agropecuária dos Cerrados, da Embrapa. A soja saiu do Sul e chegou ao Equador graças ao Centro de Pesquisa de Soja da Embrapa, em Londrina. A maçã e o trigo caminham para a autosuficiência graças às pesquisas da Empresa de Pesquisas Agropecuária de Santa Catarina e do Centro Nacional de Pesquisas de Hortaliças da Embrapa, em Brasília.

Os rendimentos de apenas quatro culturas: arroz, milho, trigo e soja aumentaram nos anos 80, respectivamente, 16.3, 25.5, 23 e 50.5 por cento comparados com os rendimentos da década de 70. Esses incrementos de produtividade correspondem a dois bilhões de dólares anualmente, ou seja, a dez orçamentos anuais da Embrapa a cada ano.

A economia de fertilizantes na cultura da soja pelo uso de bactérias fixadoras de nitrogênio produzidas pelas pesquisas da Dra. Joanna Dobereiner, do Centro de Biologia de Solos da Embrapa, no Rio de Janeiro, corresponde a 770 milhões de dólares anuais. O controle biológico da lagarta da soja, através do uso de Baculovíros como conseqüência das pesquisas do Centro de Pesquisas de soja da Embrapa, significa uma economia anual de 120 milhões de dólares de inseticidas, que poluem e matam. Entretanto, o Brasil ainda vai importar este ano um bilhão de dólares em inseticida.

Os últimos mitos começaram a ser destruídos. Através da irrigação em ação coordenada entre a Codevasf e o Centro de Pesquisas Agropecuária do Trópico Semi-Árido da Embrapa, o Brasil começa a exportar frutas, do pólo Petrolina/Juazeiro, para Europa e Estados Unidos. Os recursos genéticos da Amazônia, em especial as palmeiras como o dendê, constituem alternativa energética tão significativa como o álcool da cana-de-açúcar.

Coincidentemente e inexplicavelmente, quando as safras de grãos começaram a aumentar no início da década de 80 e passaram do histórico patamar de 50 milhões de toneladas em 1979/1981, os orçamentos da Embrapa começaram a ser cortados.

Como conseqüência a Embrapa começou a perder os seus cerébros. De 1984 a 1989, a empresa perdeu 686 pesquisadores, e teve que reduzir drasticamente seus investimentos na formação de recursos humanos; não tem recursos para manter sua biblioteca e o seu sistema de informação, ou para os custeios de suas pesquisas. Hoje os recursos para custeio de pesquisas na Embrapa não chegam a 15 por cento do orçamento da empresa, e os salários são os mais baixos jamais praticados na Embrapa.

Na semana passada a Embrapa entrou em greve. Com data-base em 1º de maio seus funcionários, depois de cinco meses, não conseguiram nenhuma reposição das perdas salariais devidas e concedidas a outras categorias.

A Constituição brasileira diz no seu artigo 218: "o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico a pesquisa e a capacitação a tecnológico".

Não deveria a Embrapa, como uma estatal eficiente, na opinião do próprio secretário de Administração, que atua em ciência e tecnologia, receber um tratamento diferenciado como determina a Constituição?

As supersafras não nos impressionam na Embrapa. Sabemos que os desafios são muito maiores. A Índia com um território que tem cerca de um terço do território brasileiro e com dificuldades sócio-econômicas mais complexas que as nossas, produz 170 milhões de toneladas de grãos.

Faltam as plantas resistentes a insetos, vírus e doenças, que hoje no mundo já são produzidas por engenharia genética e que reduzem os custos com agrotóxicos. A Biotecnologia na Embrapa já sabe fazer essas plantas. Faltam aquelas resistentes à seca, mais eficientes quanto à absorção de fósforo. Falta o domínio efetivo da fixação biológica de nitrogênio em gramíneas, o que reduzirá ainda mais o consumo de fertilizantes derivados do petróleo.

São essas as nossas preocupações, que divulgamos publicamente, para que fique claro para a sociedade brasileira que nós, da Embrapa, sabemos quais os caminhos que levarão a agropecuária do Brasil a uma posição de competitividade com as grandes potências do Primeiro Mundo.

Isso não se fará sem uma instituição como a Embrapa, que queremos fortalecida, e não eternamente de pires na mão, discutindo sobre questões salariais com burocratas que não têm nenhuma competência sobre as questões que acabamos de apresentar.

Por esta razão, voltamos à pergunta inicial, que agora dirigimos ao atual presidente da República como fizemos ao anterior: a quem interessa extinguir a Embrapa?

Se a sua extinção interessa à soberania do País, à geração de uma sociedade justa e ao futuro do desenvolvimento da agropecuária brasileira, acabem de vez, com esta empresa, e não aos poucos, como vem sendo feito nos últimos anos.

Luiz Antônio Barreto de Castro é engenheiro agrônomo com PhD em Fisiologia Vegetal pela Universidade da Califórnia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, para recepcionar o Senhor Presidente do México.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 39, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1988)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 39, de 1990, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários dos servidores civis da administração direta, autárquica, fundacional e indireta do Distrito Federal, e dá outras providências (dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal).

2

Veto Total

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 41, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1988)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do DF Nº 41, de 1990, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que regulamenta o art. 39 da Constituição, relativa ao regime jurídico dos servidores das fundações públicas do Distrito Federal e dá outras providências (dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal).

3

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 45, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 45, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis das fundações públicas do Distrito Federal, e dá outras providências (dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal).

4

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 50, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 4º, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 50, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de bens de uso comum do povo, situados no Setor de Habitações Individuais Sul — SHIS, QL 4/9, 4/11, 4/12, 4/13 e 4/14, Região Administrativa I, dentro do espaço territorial do Distrito Federal, e dá outras providências (dependendo de parecer).

5

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 53, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, II, d, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 53, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília — Terracap a doar os imóveis que especifica e dá outras providências (dependendo de parecer).

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 1989

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto Legislativo nº 22, de 1989 (nº 155/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 147 da Organização Internacional do Trabalho — OIT sobre normas mínimas da Marinha Mercante, adotada em Genebra, em 1976, durante a Sexagésima Segunda Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, tendo

PARECERES oral e sob nº 306, de 1990, das Comissões:

— **de Relações Exteriores e Defesa Nacional**, concluindo por diligência junto ao Ministério do Trabalho e audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e

— **de Constituição, Justiça e Cidadania**, pela constitucionalidade e juridicidade.

(Dependendo de parecer quanto ao mérito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

7

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 43, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 43, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre o aproveitamento de servidores na carreira Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, criada pela Lei nº 82, de 29 de dezembro de 1989, e dá outras providências (dependendo de parecer).

8

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

9

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

10

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

11

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

12

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho), que dispõe sobre a criação de Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências, tendo.

PARECER, sob nº 296, de 1990, da Comissão

— **Diretora**, oferecendo a redação do vencido.

13

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 297, de 1990) sobre as Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1990 (nº 4.895/84, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)

(*) ATO DO PRESIDENTE
Nº 200, DE 1989

"O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora no. 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo no. 010.312/89-7, resolve aposentar, voluntariamente, EUNICE FERNANDES DE ANDRADE, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4o., da Resolução SF no. 58, de 1972; artigo 3o. da Resolução SF no. 13, de 1985; artigo 2o. da Resolução SF no. 182, de 1987, e artigo 5o. da Resolução SF no. 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 2 de agosto de 1989. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído em incorreção no DCN (Seção II), de 3-8-89.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 202, DE 1989

"O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora no. 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo no. 009750/89-4, resolve aposentar, voluntariamente, ELVESCIO CEOLIN, Técnico Legislativo, classe "Especial", Referência NS-25, do quadro permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4o., da Resolução SF no. 58, de 1972, artigo 3o. da Resolução SF no. 13, de 1985, artigo 2o. da Resolução SF no. 182, de 1987, e artigo 5o. da Resolução SF no. 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 8 de agosto de 1989. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção), 10-8-89.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 50, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o

que consta do Processo nº 2.158/90-6, resolve aposentar, por invalidez, Messias de Souza Costa, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso III, 516, inciso III, 456, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem como o artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, e artigo 1º da Lei nº 1.050, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 19 de abril de 1990. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN**, (Seção II), de 18-5-90, 20-6-90, 2-8-90 e 24-8-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 139, DE 1990

O Presidente do Senado Federal no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002774/90-9, resolve aposentar, voluntariamente, Frederico da Gama Cabral Filho, Assessor Legislativo, SF-AS-3, parte Especial do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 520, 517 inciso VI e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço, à razão de 31/35 (trinta e um trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de julho de 1990. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN** (Seção II), 3-7-90, 10-8-90 e 7-9-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 163, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.007/90-8, resolve aposentar, voluntariamente, Braz Queiroz, Analista Legislativo, Classe 1ª, Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 520, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com as Resoluções (SF) nºs 21, de 1980, e 87, de 1989, art. 11, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 30/35 (trinta trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de agosto de 1990. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN** (Seção II), de 11-8-90 e 7-9-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 165, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.976/90-2, resolve aposentar, voluntariamente, Sonia Mendes Viana, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 520, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com as Resoluções (SF) nºs 21, de 1980, e 87, de 1989, artigo 11, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 25/30 (vinte e cinco trinta avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de agosto de 1990. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN** (Seção II), de 11-8-90 e 7-9-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 187, DE 1990

O Presidente do Senado Federal no uso da sua competência regimental, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.490-90-5,

Resolve aposentar, voluntariamente Militina Dias Martins, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão II, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, 517, inciso IV, e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem como o artigo 11, da Resolução nº 37 de 1989 com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de agosto de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

(*) Republicado por haver saído com incorreções no **DCN** (Seção II), de 1º-9-90.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 199, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.595/90-6, resolve aposentar, voluntariamente, NYDIA BARBOSA CHAVES, Assessor Legislativo SF-AS-102.3, do Quadro Permanente do Senado Federal, Parte Especial, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, 617, inciso VI, 490, 492 e 488, § 4º do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem com o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presiden-

te no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 200, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.412/90-9, resolve aposentar, voluntariamente, ADALIZIA DE SOUZA CUNHA, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, 490, 492, e 488, § 4º do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Edição Atualizada — 1989) e artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, bem assim a Resolução nº 21, de 1980, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 201, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.575/90-5, resolve aposentar, voluntariamente, SINVAL PEREIRA DOS SANTOS, Analista Legislativo, da Área de Processo Legislativo, Classe "1ª", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 520, 490, 492, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com as Resoluções SF nº 21, de 1980 (art. 2º) e 87, de 1989 (art. 11) com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 30/35 (trinta trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 202, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.052/90-9 resolve aposentar, voluntariamente, JOSUÉ TONANNI NETTO, Analista Legislativo, da Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 520, 490, 492, 517, inciso II, § 1º e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senaoo Federal, bem assim com o artigo 2º, da Lei nº 6.323, de 1976; artigo 3º, § 2º 2º do Decreto-Lei nº 1.445, de 1976; alterado pelos Decretos-Leis nº 2.270, de 1985, e artigo 1º do 2.365, de 1987, aplicados no Senado Federal pelas Resoluções nºs 21, de 1980; 7, de 1987, artigo 3º da Res. nº 198, de 1988; e artigos 4º e 11, da Res. nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 31/35 (trinta e um trinta e cinco avos) do seu vencimento, com opção pela retribuição do cargo efetivo e as vantagens do cargo em comissão, de Diretor de Secretaria, código SF-DAS-101.5, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 203, DE 1990

Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.684/90-2, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 114, de 1986, publicado no **DCN**, Seção II, de 6-12-86, para manter aposentado o servidor EUDOXIO PEREIRA DE FREITAS, no cargo de Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Es-pecial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 521, inciso I, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem como o disposto na Resolução SF nº 21, de 1980, a partir de 29 de janeiro de 1990, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 204, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 130, de 14 de novembro de 1980, e o que consta do Processo nº 011.874/90-2, resolve manter a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia Tempo de Serviço, do Senhor VAMIREH CHACON DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO, no emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hydekel Freitas, a partir de 13 de setembro de 1990.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

(*) ATO Nº 005, DE 5 DE SETEMBRO DE 1990

Institui normas para a produção de Impressos Institucionais do Senado Federal.

O Primeiro Secretário da Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 137 do Ato nº 31, de 1987, da Comissão Diretora,

Resolve:

Art. 1º A produção de Impressos Institucionais do Senado Federal obedecerá ao disposto nas presentes normas.

Art. 2º Para efeito destas normas, constituem Impressos Institucionais os papéis pré-impressos destinados a veicu-

lar informações e dados administrativos, técnicos e jurídico-legais, interna e externamente.

Art. 3º Os Impressos Institucionais compreendem as seguintes categorias básicas:

I — Formulários Institucionais — aqueles que contêm impressos apenas os elementos identificadores da Instituição (assinatura e endereço) e se destinam a correspondência interna e externa, atos, projetos, pareceres etc., sendo seu preenchimento regido por normas específicas de elaboração desses documentos;

II — Formulários Administrativos — aqueles que possuem campos delimitados pré-impressos para posterior preenchimento manual ou mecanizado;

III — Envelopes — destinados ao acondicionamento de documentos de circulação interna e de correspondência externa;

IV — Capas de Processo — destinadas ao acondicionamento de documentos de circulação interna e externa que se convertam em processo;

V — Pastas — destinadas ao arquivamento — em estante, arquivo de gaveta, arquivo suspenso etc. — de documentos;

VI — Fichas — destinadas ao registro de dados e informações diversas, acondicionadas em arquivos próprios;

VII — Publicações — destinadas ao registro das atividades do Congresso Nacional, dos atos e fatos administrativos da Casa, de relatórios gerais e setoriais, etc.;

VIII — Cartazes — destinados à divulgação, interna e externa, de eventos de interesse geral promovidos pelo Senado Federal;

IX — Anúncios — moldura elaborada com os elementos de identificação institucional do Senado Federal, destinada a circunscrever os anúncios a serem publicados na imprensa.

Parágrafo único. Os formulários institucionais e administrativos poderão ser planos (para preenchimento manual ou em máquina de escrever) e contínuos (para impressoras eletrônicas).

Art. 4º Os formatos dos Impressos Institucionais obedecerão às especificações do Sistema Internacional DIN recomendado pela ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas, expressas pelas séries A, B e C, com as seguintes medidas:

SÉRIE A	SÉRIE B	SÉRIE C
A0 = 841 mm X 1189 mm	B0 = 1000 mm X 1414 mm	C0 = 917 mm X 1297 mm
A1 = 594 mm X 841 mm	B1 = 707 mm X 1000 mm	C1 = 648 mm X 917 mm
A2 = 420 mm X 594 mm	B2 = 500 mm X 707 mm	C2 = 458 mm X 648 mm
A3 = 297 mm X 420 mm	B3 = 353 mm X 500 mm	C3 = 324 mm X 458 mm
A4 = 210 mm X 297 mm	B4 = 250 mm X 353 mm	C4 = 229 mm X 324 mm
A5 = 148 mm X 210 mm	B5 = 176 mm X 250 mm	C5 = 162 mm X 229 mm
A6 = 105 mm X 148 mm	B6 = 125 mm X 176 mm	C6 = 114 mm X 162 mm
A7 = 74 mm X 105 mm	B7 = 88 mm X 125 mm	C7 = 81 mm X 114 mm
A8 = 52 mm X 74 mm	B8 = 62 mm X 88 mm	C8 = 57 mm X 81 mm
A9 = 37 mm X 52 mm	B9 = 44 mm X 62 mm	C9 = 40 mm X 57 mm
A10= 26 mm X 37 mm	B10= 31 mm X 44 mm	C10= 28 mm X 40 mm

§ 1º Os formatos A4, B4 e C4, são os fundamentais, deles derivando seus múltiplos e submúltiplos.

§ 2º Serão enquadrados na série A os Impressos Institucionais caracterizados nos incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 3º

§ 3º Enquadram-se na série B os envelopes de maior capacidade e as pastas para arquivamento de papéis da série C.

§ 4º Enquadram-se na série C os envelopes de menor capacidade, as capas de processos, as pastas para arquivamento de papéis da série A e as fichas.

§ 5º O papel copiativo adotado pelo Senado será o de formato A4 (210 mm x 297 mm), devendo, para a cópia de originais de maior formato, ser utilizado o mecanismo de redução de imagem da copiadora.

Art. 5º Os envelopes a serem confeccionados com os elemen-

tos de identificação do Senado, obedecerão aos seguintes padrões internacionais:

81mm x 114mm – formato C7;

81mm x 162mm – para correspondência aérea;

110mm x 220mm – para papéis formato A4 dobrados em 3;

114mm x 162mm – formato C6;

125mm x 176mm – formato B6;

162mm x 229mm – formato C5;

176mm x 250mm – formato B5;

225mm x 325mm – formato C4;

250mm x 353mm – formato B4;

Art. 6º A extensão dos formatos de papéis, quando necessária, obedecerá às seguintes disposições:

I – far-se-á em apenas um sentido do papel horizontal ou vertical mantendo-se a medida padrão do outro.

II – será modulada, tomando-se a medida do lado a ser extendido, subtraindo-se dela 3cm (margem de arquivamento) e dividindo-se o resultado por 2 (dois).

Art. 7º Os formulários institucionais serão impressos na cor preta e os formulários administrativos, na cor azul.

Parágrafo único. Cada formulário terá apenas uma cor de impressão.

Art. 8º Os formulários terão, como marca característica, as seguintes assinaturas ou timbres, impressos do lado esquerdo superior do papel:

I – formulários Institucionais o símbolo, representado pelas Armas da República e o logotipo representado pelo nome Senado Federal;

II – Formulários Administrativos – o símbolo, constituído da marca estilizada integrada pela meia-lua representativa do prédio do Plenário e o traço vertical representativo do prédio do Anexo I, e como logotipo o nome Senado Federal.

§ 1º Os formulários institucionais e administrativos de uso geral da Casa não deverão conter impresso o nome de qualquer órgão da estrutura organizacional.

§ 2º Poderão ser personalizados os formulários destinados à correspondência dos Senadores, de cada membro efetivo da ComissãoDiretora, dos Presidentes de Comissões e dos Líderes partidários.

Art. 9º A padronização dos impressos institucionais, segundo estas normas, é de responsabilidade da Secretaria Administrativa com a colaboração do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal CEDESEN, cabendo a esses órgãos a elaboração e proposição das normas complementares que se fizerem necessárias à perfeita execução da presente.

Art. 10. Os impressos institucionais, objetos deste ato, serão produzidos, com exclusividade, pelo Centro Gráfico do Senado Federal.

Art. 11. O disposto nestas normas aplica-se, no que couber, ao Centro Gráfico CEGRAF, e ao Centro de Informática e Processamento de Dados PRODASEN.

Art. 12. Os estoques atuais de impressos continuarão em uso até que se esgotem.

Art. 13. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

(*) Republicado por haver saído com omissão no DCN (Seção II), de 7-9-90.

EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria do Arquivo

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 130 QUARTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1990 BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 150ª SESSÃO, EM 9 DE OUTUBRO DE 1990

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

– Nº S/47/90 (nº 1/90, na origem), encaminhando o Projeto de Lei do DF nº 58/90, que autoriza a reestruturação dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.

1.2.2 – Comunicação da Presidência

– Prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do DF nº 58/90, lido anteriormente.

1.2.3 – Leitura de projeto

– Projeto de Lei do Senado nº 171/90, de autoria do Senador José Paulo Bisol, que institui o Fundo Nacional de Terras e dá outras providências.

1.2.4 – Requerimento

– Nº 348/90, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, solicitando autorização para ausentar-se do País nos dias 9 a 13 de outubro.

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – Conflito no Golfo Pérsico. Retorno ao solo pátrio dos brasileiros residentes no Iraque.

SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA – Pleito eleitoral do último dia 3. Reunificação da Alemanha.

SENADOR ALBERTO HOFFMANN – Centenário da colonização do Município de Ijuí, no Rio Grande do Sul.

SENADOR MANSUETO DE LAVOR – Considerações sobre a eleição de 3 de outubro.

1.2.6 – Apreciação de matérias

– Requerimento nº 347/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, lido em reunião anterior. **Aprovado.**

– Requerimento nº 348/90, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

1.2.7 – Requerimentos

– Nº 349/90, de autoria do Senador Irapuan Costa Júnior, solicitando licença por 125 dias. **Aprovado.**

– Nº 350/90, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando do Ministro da Infra-Estrutura informações que menciona.

1.3 – ORDEM DO DIA

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 39, de 1990, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários dos servidores civis da administração direta, autarquias, fundacional e indireta do Distrito Federal e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei do DF nº 41, de 1990, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que regulamenta o art. 39 da Constituição, relativo ao Regime Jurídico dos Servidores das Fundações Públicas do Distrito Federal e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 45, de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis das Fundações Públicas do Distrito Federal, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

EXEMPLAR ÚNICO

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... Cr$ 1.069,00

Tiragem. 2.200 exemplares.

Projeto de Lei do DF nº 50, de 1990, que autoriza a desafetação de bens de uso comum do povo, situados no Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, QL 4/9, 4/11, 4/12, 4/13 e 4/14, Região Administrativa I, dentro do espaço territorial do Distrito Federal, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

Projeto de Lei do DF, nº 53, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, a doar os imóveis que especifica e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

Projeto de Lei do DF nº 43/90, que dispõe sobre o aproveitamento de servidores na carreira Administrativa Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, criada pela Lei nº 82, de 29 de dezembro de 1989, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33/80, que dispõe sobre a criação de quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências. **Apreciação so brestada** nos termos da Resolução nº 157/88.

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Proposta de Emenda à Constituição nº 4/89, de autoria do Senador Leopoldo Peres e outros Senhores Senadores, que acrescenta um § 6º ao art. 5º do ato das Disposições Constituicionais Transitórias. **Declarada prejudicada**. Ao Arquivo.

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Adiamento da eleição, pelo Senado Federal, dos membros do Conselho da República, marcada para hoje, às 18 horase 30 minutos.

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR POMPEU DE SOUSA – Revisão constitucional em 1993. Resultados das eleições de 3 de outubro.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES – Considerações sobre as eleições de 3 de outubro. Resultados das pesquisas eleitorais no Estado da Bahia.

SENADOR JOÃO CALMON – Inauguração do Instituto Superior de Educação do Pará.

SENADOR EDISON LOBÃO – Campanha eleitoral no Maranhão, e o erro das pesquisas eleitorais naquele Estado.

SENADOR ODACIR SOARES – Apelo em favor da liberação de recursos para a execução do Plano Plurianual da Embrapa.

1.3.3. – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 200 e 202/89, 50, 139, 163, 165 e 187/90 (Republicações)

Nºs 199 a 204/90

3 – ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

– Nº 5, de 1990 (Republicação)

4 – MESA DIRETORA

5 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 – COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 150ª Sessão, em 9 de Outubro de 1990
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura
Presidência dos Srs.: Nelson Carneiro, Pompeu de Sousa e Antônio Luiz Maya

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Nabor Júnior — Aureo Mello — Odacir Soares — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — Edison Lobão — Afonso Sancho — Mauro Benevides — Humberto Lucena — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Gerson Camata — João Camata — João Calmon — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Roberto Campos — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Alberto Hoffmann — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO Nº S/47, DE 1990

(Mensagem nº, 1/90, na origem)

Brasília-DF, de outùbro de 1990.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em consonância com o disposto na Resolução nº 157/88 do Senado Federal e nos arts. 73, 75 e 96, II, alínea b, das Disposições Permanentes, combinado com o art. 16, 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a elevada apreciação dos ilustres Membros dessa Colenda Câmara Alta, o anteprojeto de lei que autoriza a reestruturação dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.

2. Pretende esta Corte, face à iminente instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e o aumento do número de Conselheiros de 5 (cinco) para 7 (sete), conforme disposições insertas nos §§ 1º e 2º do art. 16 do ADCT, no parágrafo único do art. 75 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 91-DF, de 30 de março de 1990, obter autorização legal para proceder a reestruturação de seus Serviços Auxiliares, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, com o fim de fazer frente às atribuições constitucionais do controle externo na fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial do Distrito Federal.

3. Os cargos em comissão ou funções de confiança de que cuida o art. 2º do anteprojeto em tela, destinam-se a atender os gabinetes dos Conselheiros, em número de 2 (dois), cargos estes criados por preconceitos, constitucionais e em fase de nomeação, bem como à reestruturação dos Serviços Auxiliares, previsto no art. 1º do anteprojeto.

4. O aumento da função fiscalizadora do tribunal, em decorrência do notório crescimento das atividades administrativas do Distrito Federal, provocou a insuficiência de servidores com que conta esta Corte para o exercício de sua missão constitucional e legal. Essa insuficiência tende a agravar-se na medida em que o texto constitucional delegou novas e crescentes atribuições às Cortes de Contas, dentre elas a de controlar as admissões e dispensas de pessoal, inclusive eventual, bem como das contratações de mão-de-obra indireta, evidenciando a necessidade da adequação do quadro de funcionários especializados.

5. Diante dessa constatação, houve por bem esta Casa sugerir a elevação do número de cargos da categoria de Analista, da Carreira Finanças e Controle Externo, na forma do art. 4º do anteprojeto, que determina uma mínima e necessária ampliação do quadro de servidores da atividade-fim.

6. À semelhança das leis nºs 33, de 12 de julho de 1989, 64, de 14 de dezembro de 1989, 66, de 18 de dezembro de 1989, 68 e 69, de 22 de dezembro de 1989, o anteprojeto, art. 5º, defere aos servidores do tribunal idêntica forma de cálculo, para a gratificação adicional por tempo de serviço, incidindo o seu percentual sobre a soma do vencimento com a gratificação específica das carreiras Controle Externo e Administração Pública.

7. Com fundamento nos princípios constitucionais da isonomia e da paridade, o art. 6º do anteprojeto prevê a extensão ao Grupo-Direção e Assistência Intermediária-DAI, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal, do disposto na Lei nº 35, de 13 de julho de 1989, que reestruturou o grupo de igual denominação do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

8. O anteprojeto cuida, ainda, da elevação do percentual fixado pelo parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1.546, de 15 de abril de 1977, de 10% para 20%, ressaltando a mínima expressão que representa, hoje, a idenização pelo exercício da Presidência do TCDF, pelo seu inexpressivo valor financeiro, comparativamente com o crescente acréscimo de suas atribuições e cuja base de cálculo permanece fixa desde a sua instituição, há mais de 13 anos.

9. Para a fiel observância do princípio da hierarquia salarial, introduziu-se, no anteprojeto, dispositivo vedando aos servidores dos Serviços Auxiliares remuneração superior a 80% da fixada para os Auditores.

10. O Tribunal de Contas do Distrito Federal, pela sua localização geopolítica, vem sediando a Secretaria Executiva do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil, com a finalidade de promover a cooperação das atividades afetas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dessa Corte de Contas, até que o Conselho Diretor daquela associação decida pela escolha de outra sede. Incluiu-se, no anteprojeto, esse reconhecimento legal.

11. No que diz respeito ao aspecto da despesa, decorrente da aprovação das medidas em cogitação, cumpre-me esclarecer a Vossa Excelência que o incremento mensal, em referên-

cia ao orçamento do Distrito Federal, será de pouca significância, ressaltando-se que esta Corte apenas busca dar cumprimento a mandamentos constitucionais e ordinários de caráter impositivo.

12. Em face do exposto e em razão de o presente anteprojeto consubstanciar matéria que, se aprovada proporcionará a implementação de medidas visando fazer observar o texto constitucional, solicito de Vossa Excelência, finalmente, especial atenção dessa Egrégia Casa Legislativa no sentido de atribuir regime de urgência na sua apreciação.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de mais elevada estima e distinta consideração. — **Frederico Augusto Bastos**, Presidente.

PROJETO DE LEI DO DF

Nº 58, DE 1990

Autoriza a reestruturação dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 1º É autorizado o Tribunal de Contas do Distrito Federal a proceder a reestruturação de seus Serviços Auxiliares, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código TCDF-DAS-100, adaptando e fixando os níveis de retribuição, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 2º Ficam criados no Quadro e na Tabela de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal os cargos em comissão e as funções de confiança, constantes do anexo, a serem preenchidos nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º A reestruturação, transformação e reclassificação dos cargos em comissão ou funções de confiança, previstos nesta lei, far-se-ão por ato do tribunal.

Art. 4º Ficam criados, no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, 40 (quarenta) cargos na categoria de Analista de Finanças e Controle Externo, prevista na Lei nº 2, de 30 de novembro de 1988.

Parágrafo único. A distribuição dos cargos criados por este artigo, pelas respectivas classes, dar-se-á por ato do tribunal.

Art. 5º A gratificação adicional por tempo de serviço será percebida, pelos integrantes das carreiras criadas pelas Leis nºs 2, de 30 de novembro de 1988, e 88, de 29 de dezembro de 1989, sobre o vencimento padrão e o valor resultante da aplicação do percentual correspondente à gratificação específica do cargo.

Art. 6º Aplica-se ao Grupo-Direção e Assistência Intermediárias do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no que couber, o disposto na Lei nº 35, de 13 de julho de 1989, com as alterações posteriores.

Art. 7º O percentual previsto no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 1.546, de 15 de abril de 1977, fica elevado para 20% (vinte por cento), com base de cálculo sobre o vencimento básico do beneficiário.

Art. 8º A nenhum servidor dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal será paga retribuição mensal superior a 80% (oitenta por cento) da remuneração fixada para o cargo de Auditor.

Art. 9º A Secretaria Executiva do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil continuará a contar com apoio administrativo do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 10. A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação consignada em orçamento próprio.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Do Expediente lido, consta o Projeto de Lei do DF nº 58, de 1990, que, nos termos da Resolução nº 157, de 1988, será despachado à Comissão do Distrito Federal, onde poderá receber emendas, após publicado e distribuído em avulsos, pelo prazo de cinco dias úteis. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 1990

Institui o Fundo Nacional de Terras e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Governo Federal fica autorizado a instituir o Fundo Nacional de Terras — FUNATERRA, vinculado ao Ministério da Agricultura, que tem por objetivo a captação de recursos a serem utilizados em operações de compra e venda de imóveis rurais para assentamento, reassentamento, manutenção e integração-parceria de agricultores.

Art. 2º Constituirão o patrimônio do Funaterra:

a) as dotações orçamentárias do Governo Federal;

b) os resultados financeiros das operações de alienação ou cessão de direitos de glebas sob a administração do Ministério da Agricultura;

c) terras rurais agricultáveis devolutas e patrimoniais disponíveis ou outras sem destinação prévia que venham a ser incorporadas ao patrimônio do Governo Federal;

d) resultado operacional próprio;

e) recursos provenientes das operações de crédito;

f) contribuições e doações do setor público ou privado;

g) terras resultantes das expropriações previstas no art. 243 da Constituição Federal;

h) outras rendas, bens e valores a ele destinados.

Art. 3º O acesso ao Funaterra dar-se-á através de financiamento de terras próprias para agricultura, a agricultores situados nas suas proximidades ou na mesma região.

Parágrafo único. Os financiamentos poderão ser concedidos coletiva ou individualmente, diretamente aos beneficiários, contemplando projetos de iniciativa do Governo Federal, dos Governos Estaduais e os de iniciativa de entidades que congreguem agricultores ou entidades cooperativas agropecuárias.

Art. 4º Poderão ter acesso ao Funaterra:

a) os agricultores sem terra, assim caracterizados os pequenos parceiros, posseiros, meeiros e arrendatários, ou que tenham perdido qualquer dessas condições;

b) os pequenos agricultores desalojados de suas terras em decorrência de desapropriações

ou desalojados por motivos alheios a sua vontade;

c) os agricultores que não possuam terras suficientes para absorver a força de trabalho de sua família e/ou gerar renda suficiente para garantir a subsistência ou a existência digna da mesma, desde que sua única fonte de renda seja a agropecuária;

d) os trabalhadores rurais sem terra assim caracterizados os assalariados ou aqueles que tenham perdido essa condição.

Parágrafo Único. Em qualquer das situações previstas no **caput**, e letras **a**, **b**, **c** e **d**, os beneficiários não poderão possuir bens ou rendas que lhes garantam a subsistência.

Art. 5º O Funaterra será dirigido por um Conselho de Administração, de caráter normativo e deliberativo, e terá a seguinte composição:

a) 2 representantes do Ministério da Agricultura;

b) 2 representantes do movimento organizado dos trabalhadores sem terra;

c) 2 representantes da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil;

d) 2 representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura.

Art. 6º O Conselho de Administração do Funaterra será presidido pelo Ministério da Agricultura, e cada membro do mesmo indicará um suplente para substituição em casos de impedimento e ausência.

§ 1º O Regimento Interno do Funaterra será elaborado pelos membros do Conselho de Administração e regulará a organização, administração e aplicação dos recursos do fundo, respeitadas as normas estatuídas na presente lei.

§ 2º O Ministério da Agricultura, através de seus servidores cedidos especialmente para essa finalidade, prestará apoio técnico e operacional, competindo-lhe, entre outras atribuições, a avaliação das terras, a análise técnica dos projetos, a fiscalização da execução dos mesmos.

§ 3º A assistência técnica e gerencial aos mutuários ficará a cargo dos técnicos de entidades vinculadas ao Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Secretarias Estaduais e Municipais, e a gestão financeira será exercida pelo Banco do Brasil S/A, de acordo com as normas estabelecidas para este fim.

Art. 7º Os financiamentos serão concedidos até a área máxima de 2 (dois) módulos fiscais por beneficiário, independentemente de tratar-se de financiamento individual ou coletivo.

§ 1º Os agricultores proprietários de até 1 (um) módulo fiscal que necessitem ampliar sua propriedade, poderão ser beneficiados com financiamento para aquisição de mais 1 (um) módulo fiscal.

§ 2º Em se tratando de terra nua poderá ser concedido crédito suplementar de até 25% sobre o total do financiamento para a realização de investimento básicos.

§ 3º Cada agricultor poderá ser beneficiado apenas uma vez dos financiamentos do Funaterra.

Art. 8º O financiamento, que terá como garantia o próprio imóvel através de hipoteca, poderá ser pago em moeda corrente nacional ou em produtos agrícolas, sendo que a apuração do débito corresponderá à correção monetária e juros legais, nos termos do art. 192, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 9º O beneficiário amortizará o débito, após o período de carência, em parcelas anuais iguais e sucessivas, vencíveis no dia 30 de julho de cada ano.

§ 1º O período de carência variará entre 18 e 30 meses, dependendo do mês de contratação do financiamento.

§ 2º Comprovada a frustração de safra através de laudo expedido por técnico do Ministério da Agricultura, o mutuário poderá requerer a prorrogação do prazo contratual por um ano, transferindo-se para o ano seguinte os pagamentos, sendo que o contrato poderá ser prorrogado tantas vezes quantas ocorrerem frustrações de safras.

§ 3º Em se tratando de amortização das prestações com produtos agrícolas, estes serão depositados em armazéns indicados pelo Ministério da Agricultura.

§ 4º Os juros de mora do financiamento não poderão ultrapassar a 1% ao mês ou 0,033333 ao dia, e o atraso do pagamento de duas prestações consecutivas ou mais implica na rescisão do contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

Art. 10. Em qualquer transação envolvendo áreas financiadas pelo Funaterra, este terá preferência na aquisição, devendo esta cláusula constar nos instrumentos contratuais e nos títulos de propriedade.

Art. 11. Em caso de rescisão contratual, o valor amortizado será devolvido nos mesmos prazos e condições das prestações amortizadas, descontando-se as prestações em atraso e os encargos legais daí decorrentes, quando houver, e valor a título de indenização pelo uso da terra no período de carência.

Art. 12. O mutuário não poderá, durante a vigência do financiamento, ceder, vender ou transferir o imóvel, devendo residir no mesmo e explorá-lo com mão-de-obra familiar ou eventual e durante o prazo contratado. Independentemente da liquidação antecipada do débito, não poderá efetuar a transferência do imóvel, exceto por **causa mortis**.

Art. 13. O Governo Federal fica autorizado a efetuar, no Orçamento da União para o ano de 1991, crédito especial correspondente a 0,1% do total, destinado à constituição do Funaterra, bem como fica autorizado a realizar convênios, acordos e ajustes com outras esferas administrativas, objetivando os propósitos da presente lei.

Parágrafo Único. A dotação orçamentária anual destinada ao Funaterra não poderá ser inferior, em termos reais, à dotação do ano imediatamente anterior, e deverá ser suficiente para assentamento de 500.000 famílias por ano nos primeiros três anos. Após esse período o número será revisto.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo a constituição de um fundo financeiro (o Fundo Nacional de Terras – PROTERRA) que instrumentalize o Governo Federal para a execução de uma política de distribuição de terras para os trabalhadores rurais.

Tal projeto justifica-se pela importância de construirmos mecanismos que viabilizem uma reforma agrária e pelas conhecidas dificuldades financeiras do Governo Federal, que têm obstruído a concretização do atendimento das demandas dos

trabalhadores rurais sem terras.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1990. — **José Paulo Bisol.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 348, DE 1990

Para os fins do disposto no art. 13, § 1º do Regimento Interno desta Casa, solicito autorização do Senado Federal para ausentar-me do País no período compreendido entre os dias 9 e 13 de outubro, quando estarei visitando a Estação Antártica "Comandante Ferraz", a convite do Ministro da Marinha.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1990. — **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mundo assiste apreensivo e amedrontado a evolução da crise no Golfo Pérsico, criada a partir da invasão do Kwait por tropas iraquianas.

Este século já testemunhou tragédias de seriíssimas proporções desencadeadas por agravamento de conflitos gerados por fatores diversos, entre eles os de raízes econômicas, que desaguaram em questões de soberania, cujos princípios todos os países civilizados procuram preservar como um patrimônio da experiência dos povos para a coexistência das nações.

É grande a expectativa de que se encontre uma solução pacífica para esta ameaça de conflito armado que já envolve, pelos sentimentos de solidariedade internacional e, por razões de política externa, vários países.

A maior esperança para a pacificação dos ânimos e a reposição de direitos violados resulta na habilidade e eficiência das negociações diplomáticas e na interferência da ONU. Tem sido a diplomacia o principal recurso colocado a serviço da paz, resistindo ao agravamento da situação que diz respeito, diretamente, a todos os países que consomem energia derivada do petróleo.

Ainda sofremos economicamente as seqüelas das crises anteriores ocorridas no Oriente Médio que desestabilizaram a comercialização e o fornecimento deste produto, hoje tão essencial ao funcionamento das economias do mundo.

Os meios de comunicação, a imprensa escrita, falada e televisada, têm dado ampla cobertura sobre os antecedentes do conflito, suas raízes históricas, que remontam as origens dos povos daquela região do Golfo, bem como têm divulgado análises de observadores políticos e especialistas em questões dessa área, tradicionalmente envolvida em conflitos, como o que ocorreu anos atrás entre o Irã e o Iraque, vitimando mais de um milhão de pessoas.

Paira no horizonte dos acontecimentos e das expectativas uma preocupação generalizada e uma sensação angustiante de temor pelo que possa ocorrer com a precipitação dos fatos. O mundo já armazenou em seus arsenais suficiente poder destrutivo para varrer a vida no planeta, e ainda pesam sobre este século, na concepção mais pessimista, as sombras de profecias assustadoras.

Mas animam-nos, e fortalece o nosso otimismo, fatos que revelam a mudança e correção de rumos das diversas tendências e dos países, em busca do entendimento, do bem-estar e da paz, como por exemplo o sopro liberal e o desarmamento dos espíritos ocorridos no Leste europeu, induzindo a uma inusitada e salutar aproximação entre o Oriente e o Ocidente.

Mas o motivo principal que me traz hoje à tribuna desta Casa é o propósito inspirado em um dever de justiça e no sentimento de admiração, para registrar a relevante e hábil atuação do Itamaraty, pelo empenho pessoal do insigne Ministro Francisco Rezek e participação ativa da missão brasileira chefiada pelo eminente Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, na retirada inicialmente de 191 brasileiros que se encontravam dispersos em território iraquiano, como Bagdad, Basra e Ramadi, trabalhando em projetos da Mendes Junior, Volkswagen, Maxion e Hop, sendo a maior parte deles da Construtura Mendes Junior, da qual, até o dia 5 último, haviam ficado lá, numa espera angustiante, 82 brasileiros contratados para a construção de uma estrada intitulada Expressway, e que finalmente retornaram ontem, sob os aplausos da Nação.

Foi a tentativa de também trazer estes últimos 82 patrícios que retardou a vinda dos que já tinham o visto de passaportes, mas era estratégia da missão diplomática chefiada pelo Ministro Flecha de Lima envidar todos os esforços, até o dia 5, quando expirava a validade dos vistos, para trazer, de uma só vez, todos os que lá se encontravam.

Não tendo sido possível a vinda de todos até aquela data, lá ainda ficou o Ministro Flecha de Lima para arrematar as negociações, visando à liberação do restante, mandando os primeiros 191 brasileiros em avião fretado da Iraqi Airways, que, após uma viagem de mais de 20 horas, chegaram em Brasília na madrugada do dia 4.

A composição dos passageiros era a seguinte: 121 da Mendes Junior, 18 da Volkswagem, 14 da Maxion, 21 da Hop, dois diplomatas da missão, 8 jornalistas e 7 pessoas incluídas no vôo por questões humanitárias, entre elas, uma mulher grávida de 9 meses e até um iraqueano casado com uma brasileira.

Numa época em que o êxodo de estrangeiros do Iraque tem sido tentado até com fugas arriscadas e algumas até espetaculares e revestidas de perigosas aventuras, a negociação desenvolvida pelo Itamaraty para a saída dos brasileiros com elegância e dignidade da área do conflito foi uma vitória que merece calorosas congratulações, que justifica ser comemorada com entusiasmo.

Creditemos, também, parte destes resultados ao conhecimento e antigas relações entre alguns diplomatas brasileiros, como o próprio Embaixador Paulo Tarso e a diplomacia iraquiana, além da aproximação comercial existente entre o Brasil e o Iraque.

Registre-se também o relevo que o Ministro Francisco Rezek, seguindo orientação do Presidente da República, Fernando Collor, deu a esta missão, indo, pessoalmente, nas duas ocasiões, ao aeroporto receber os passageiros, onde

também estiveram membros do corpo diplomático da embaixada do referido país.

Por conta da solidariedade e cooperação existente entre as companhias aéreas estrangeiras, a Varig ofereceu a hospitalidade da tripulação do avião iraquiano num luxuoso hotel da cidade.

Esta foi uma operação em que o Governo brasileiro entrou com o prestígio e competência, já histórica, de sua diplomacia e as empresas envolvidas se responsabilizaram pelo custo total de frete, transporte e hospedagem.

Foi emocionante assistirmos ontem à chegada triunfante dos últimos brasileiros, saudados por milhares de pessoas que foram ao aeroporto vê-los retornar, acompanhados pelos principais protagonistas da operação e recebidos pelo titular do Itamaraty, que lá foi apresentar aos que desembarcavam os cumprimentos do Chefe da Nação. Foi uma operação que mexeu com os nossos brios de patriotismo.

Encerrando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez me congratulo com o Itamaraty, com o seu titular, o Ministro Francisco Rezek, e os membros da missão chefiada com inteligência e descortino pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, pelo êxito alcançado nesta façanha diplomática que não somente tranqüilizou o Governo e o País mas, principalmente, trouxe muita alegria a tantas famílias angustiadas com o destino dos seus que se encontravam na área do conflito.

Resta-nos, aguardar que Deus permita uma solução, como esta, pacífica para a crise inicialmente gerada pela invasão do Kuwait.

O Brasil, mais uma vez, dá ao mundo um exemplo de confiança e respeito às leis e convenções que regem a boa convivência entre os povos, e, nesta ótica, de sua disposição de buscar insistentemente, na solução de seus problemas com os diversos países, os caminhos do diálogo, da negociação e da diplomacia de alto relevo.

O Itamaraty mais uma vez honra a memória dos seus criadores e dos brasileiros ilustres que contribuíram para a grandeza territorial e soberana de nosso país sem o desnecessário tributo de sangue, movidos, principalmente, pelo respeito à vida e ao entendimento pacífico e solidário entre as nações.

Mais do que de ódio e de armas, o mundo para ser melhor precisa é de cooperação e diálogo. O mundo precisa de amor, pois este sentimento é o verdadeiro artífice da paz e do entendimento entre as pessoas e os povos civilizados.

Finalizando, requeiro que sejam incorporadas no meu pronunciamento, as matérias publicadas no **Jornal do Brasil** do dia 3 de outubro e no **Correio Braziliense**, dos dias 5 de outubro e de hoje, intituladas: Brasileiros com vistos deixam Bagdá hoje; Paulo Tarso promete ficar até o fim; Brasileiros chegam; Governo quer liberar mais 82 amanhã; Parentes estavam no aeroporto; Chegam ao País os últimos reféns do Iraque; Diplomatas continuam em Bagdá; Presidente dá as boas-vindas; Collor agradece ajuda do rei Hussem e 67 dias de tensão no Golfo. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Jornal do Brasil, 3-10-90

BRASILEIROS COM VISTO DEIXAM BAGDÁ HOJE

BAGDÁ — O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, chefe da missão diplomática enviada para tentar a liberação de todos os brasileiros retidos no Iraque, marcou para hoje, às 14h de Bagdá (8h no Rio), a partida do avião fretado da Iraque Airways com destino a Brasília.

Paulo Tarso disse que ainda tem esperanças de que sejam concedidos na última hora os 82 vistos de saída que faltam, de forma que todos os brasileiros estejam no vôo. Mas, resolveu que o avião irá de qualquer forma. Se o último grupo não for liberado, irão os 173 que já têm permissão e o próprio Paulo Tarso ficará em Bagdá, tentando liberar os 82 restantes.

O Embaixador Paulo Tarso dirigiu-se ontem à noite para o acampamento da Mendes Júnior, a 165 quilômetros de Bagdá, a fim de enfrentar uma platéia de mais de 200 ansiosos empregados da empreiteira. Ele anunciou a partida do avião, o que representou um alívio para os mais excitados, os 120 operários ligados ao projeto de irrigação Sifão que já têm seus vistos de saída e não entendem por que não são mandados logo de volta ao Brasil. O embaixador explicou também aos 82 vinculados ao projeto da rodovia Expressway que seu caso continua emperrado pelas autoridades iraquianas, embora já tenha havido um acordo para a suspensão do contrato.

Atraso — A viagem do Embaixador Paulo Tarso para o acampamento atrasou três horas porque a chancelaria iraquiana demorou a emitir o salvo-conduto necessário para a chegada até o local. A delegação brasileira só chegou ao acampamento após as 24h 8h no Brasil Diplomatas estrangeiros têm sua movimentação limitada a um raio de 25 quilômetros em torno de Bagdá. Além desse limite é necessária autorização especial.

Paulo Tarso afirmou que tentará mostrar aos brasileiros no acampamento que sua saída está dependendo apenas da resolução de problemas burocráticos. "Mas temos de levar em conta que há vistos por expirar e que não devemos realizar negociações para prorrogá-los". Ele observou que se os 82 vistos restantes não saírem hoje, o avião partirá assim mesmo com aqueles que já obtiveram autorização das autoridades iraquianas.

O Jumbo do Iraque Airways deverá chegar na madrugada desa hoje em Brasília. Se os 82 da Expressway não tiverem obtido vista, estarão a bordo cerça de 200 pessoas. A delegação diplomática especial terá então de se dividir, o Embaixador Paulo Tarso e o conselheiro Eduardo Prisco ficam em Bagdá, segundo as gestões para liberar os restantes brasileiros, partem no Jumbo o embaixador Antônio de Amaral Sampaio, chefe do Departamento do Oriente Próximo do Itamaraty, e o ministro Sérgio Tulikian, especialista em assuntos árabes, atualmente cônsul-geral em Assunção.

Paulo Tarso voltou desanimado no início da tarde de ontem, depois de uma reunião na chancelaria iraquiana. Seus interlocutores lhe disseram novamente que não havia nenhum problema e que os vistos dependiam apenas de aprovação final das" altas altoridades". Como está ficando muito próximo a data em que expira mais da metade dos vistos de saída já concedidos, que vencem na sexta-feira, o embaixador resolveu marcar o vôo e não correr maiores riscos de retrocesso.

Era possível notar, nos últimos dois dias, que a tensão aumentava, não apenas entre os diplomatas, mas também no círculo dos brasileiros, ansiosos por irem embora deste país. O acampamento da Mendes Júnior é

o principal foco de inquietação e, ontem, amanheceu sob a tensão de uma notícia espalhada por empregados locais da empresa. Eles diziam ter ouvido na transmissão em árabe, da voz da América, a emissora de rádio internacional de Washington, que o Presidente Fernando Collor teria feito um comentário ofensivo ao presidente Sadam Hussen.

Rádio peão — Os que contaram a primeira versão se encarregaram de amoenizá-la, dizendo que provavelmente se tratava de uma invenção dos americanos. Mas a rádio peão, como os operários costumam chamar a cadeia de boatos que se estabeleceu no acampamento, encarregou-se de descriminar o medo de que a notícia poderia criar um clima de retaliação contra o Brasil, dificultando a saída dos brasileiros, mesmo daqueles que já tinham visto.

Outras notícias de comentários do Presidente Collor, repetidas pelas emissoras internacionais, já tinham aumentado a apreensão entre os brasileiros nos últimos dois ou três dias. O pessoal do acampamento da Mendes Júnior, onde poucos falam idiomas estrangeiros, passou a ligar mais freqüentemente para Bagdá, tentando obter informações dos grupos de outras empresas que se encontram na capital. Eles tentavam checar até mesmo as informações que os executivos da Mendes Júnior lhes passavam sobre a situação dos demais brasileiros retidos no Iraque, como datas de vencimento dos vistos de saída já obtidos.

Ao descrever a situação no acampamento, os executivos da empresa advertiram que a única forma de amenizar a decepção dos 82 operários ameaçados de serem deixados para trás seria a promessa de que o Embaixador Paulo Tarso ficaria no Iraque, prosseguindo as gestões para liberá-los.

Assim que decidiu mândar o avião fretado hoje mesmo, com ou sem os 82. Paulo Tarso resolveu dar a notícia pessoalmente aos operários. Havia uma grande expectativa e até mesmo um disfarçado temor sobre a reação que poderiam ter os operários, diante da notícia a ser dada à noite pelo embaixador.

Diplomatas não conseguiam ocultar o incômodo causado pela nota oficial que receberam da chancelaria iraquiana pedindo o envio de um carregamento de leite em pó, destinado às crianças deste país. Mesmo tendo sido interpretado como uma circular, o documento despertou temores de que os iraquianos poderiam vir a exigir alimentos ou algum outro produto em troca da liberação dos brasileiros. Como a posição do Brasil tem sido a do mais estrito (e os iraquianos consideram até exagerado) respeito ao embargo da econômico uma exigência deste tipo poderia tornar o impasse da liberação dos brasileiros ainda mais perigoso.

Nos últimos três ou quatro dias, a simples observação do movimento na Embaixada do Brasil revelava que estava havendo dificuldades até na continuação dos contatos com os interlocutores iraquianos da missão brasileira. O Embaixador Paulo Tarso ainda fazia declarações otimistas, mas o que se notava é que havia uma realidade bastante pessimista: os vistos do último dos cinco grupos de brasileiros não saíam simplesmente porque não havia vontade política por parte do governo.

Com a aproximação da data de vencimento dos vistos já concedidos, o clima ia piorando. O Brigadeiro Hugo Piva, chefe do grupo de 21 engenheiros e técnicos que veio trabalhar no projeto de um míssil ar-ar, recebeu indicações claras de que se seu pessoal não deixasse o país no prazo do visto, o adiamento da permissão de viagem seria praticamente impossível. Considerando esta situação, e a insistência do embaixador Paulo Tarso de só sair com todos os brasileiros de uma só vez, o brigadeiro elaborou um plano de contingência: usou toda a sua influência local para fazer reserva de 22 lugares no vôo para Amã na quinta-feira, véspera do vencimento dos vistos.

Os outros grupos (18 da Wolkswagen, 14 da Maxion e 120 da Mendes Júnior) ficaram na total dependência da decisão do Governo brasileiro sobre a ordem de partida do vôo fretado da Iraqi Airways. Finalmente, ontem, o Embaixador Paulo Tarso tomou a decisão de marcar a partida para hoje. (R.C.A.)

Jornal do Brasil,

3-10-90

PAULO TARSO PROMETE

FICAR ATÉ O FIM

ACAMPAMENTO EXPRESSWAY, Iraque — "Por favor, Excelência, a gente não agüenta mais essa guerra de nervos. Sempre nos pedem compreensão mas nós estamos há dois meses ouvindo promessas. Pergunte aos dois médicos do acampamento para ver como isso está atacando os nervos. É uma carga muito violenta de emoção", disse o operário Luiz Lourenço. Ele transformou sua pergunta ao embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima num desabafo que parecia retratar a angústia dos mais de 200 operários da Mendes Júnior, que ouviram na madrugada de hoje (hora local), pela segunda vez, o enviado especial do presidente Fernando Collor.

O embaixador foi recebido com mais palmas e entusiasmo do que no primeiro encontro, há quase duas semanas, quando estava iniciando as gestões junto ao governo de Bagdá para liberar os brasileiros retidos neste país. Desta vez, Paulo Tarso trouxe a notícia mais ansiada pela maioria: a de que o avião fretado da Iraqi Airways partirá hoje, com destino a Brasília, mesmo que fiquem para trás os 82 operários e engenheiros da Expressway, que, como Luís Lourenço, ainda não receberam os vistos de saída. Era o que os 120 contratados para o projeto Sifão queriam ouvir, pois eles já estão com vistos de saída que vencem esta semana.

Paulo Tarso acenou com uma "grande chance" de que os vistos do pessoal da Expressway sejam concedidos ainda hoje de manhã, com tempo suficiente para que todos embarquem no vôo fretado (mesmo que tenha de atrasar a partida por algumas horas). Mas avisou que era preciso enviar logo cedo, para o aeroporto, o grupo que já tem vistos. Como garantia aos 82 que, eventualmente, terão de ser deixados aqui, o embaixador prometeu ficar no Iraque até que eles também sejam liberados. "Estou até trazendo a minha patroa para ficar aqui comigo", disse o embaixador, que se esforçava por usar a linguagem mais adequada para uma platéia, onde a maioria era de operários (R.C.A.)

Correio Braziliense 5-10-90

BRASILEIROS CHEGAM

Paulenir Constâncio

Depois de uma escala que durou quase duas horas no Aeroporto Internacional de Brasília, os 191 brasileiros que estavam retidos no Iraque embarcaram por volta de oito da manhã para suas casas. O clima na chegada ao Brasil foi de tranquilidade, embora um atraso de quase três horas em Casablanca, no Marrocos, tenha retardado a chegada. Foram mais de 20 horas e no desembarque em Brasília, cansados, os passageiros do vôo especial da Iraqi Airways deram algumas entrevistas, manifestando a

esperança de verem, ainda esta semana, liberados os 82 brasileiros que se encontram na Expressway e não obtiveram seus vistos para saída de Bagdá.

Os primeiros a desembarcar fizeram questão de desfraldar uma bandeira do Brasil, que esteve o tempo todo com seu dono, o mineiro Walter Cândido Bastos. "Estou sentido orgulho, muito orgulho de ser brasileiro", disse emocionado na saída do terminal de desembarque internacional.

Alguns brasilienses e até um iraquiano naturalizado brasileiro foram ao aeroporto esperar parentes que chegaram no vôo. Eles disputavam espaço com os comitês de recepção enviados pelas empresas Mendes Júnior, Maxion e Volkswagen para fazer a triagem de seus empregados e encaminhá-los, em aviões fretados à TAN e à Varig, para São Paulo e Belo Horizonte. Os passageiros da Maxion deixaram para fazer a viagem para casa somente à tarde, em vôo de carreira, com saída prevista para 14h. Os demais embarcaram às 8h15min nos aviões fretados.

Apesar do reforço no esquema de serviço da Infraero, na segurança da Polícia Federal e na Alfandega, os 191 passageiros esperaram quarenta minutos no saguão de bagagem. O delegado de Polícia Federal, José Sampaio Braga, da Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, alegou que "a bagagem se espalhou demais no interior do compartimento do Boeing".

Além dos membros do corpo diplomático do Iraque, estavam também na recepção em Brasília o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, e oito funcionários do Itamarati.

Correio Braziliense, 5-10-90

PARENTES ESTAVAM

NO AEROPORTO

Os brasileiros que retornaram ontem do Iraque não tiveram nenhum esquema especial de boas vindas, mas, mesmo assim, os poucos parentes de alguns que residiam na região não deixaram de recepcioná-los no aeroporto. Os primeiros a chegar foram Argemiro Sérgio de Oliviera, aposentado, da Mendes Júnior (morador de Luziânia), a mulher, Maria da Penha, e o filho, Sérgio Oliveira, para rever Sérgio Pessoa de Oliveira, chefe de suprimentos da empresa em Sifão, irmão de Argemiro.

Foram quatro horas de expectativa, pois nem sabiam ao certo se ele era um dos que estavam liberados pelo governo iraquiano. Argemiro não via o irmão há mais de um ano e estava apreensivo quanto ao seu destino, apesar de ser o sexto ano de permanência de Sérgio Pessoa nas equipes da empresa que trabalham em Bagdá.

Sérgio, segundo ele, trabalhou no Iraque boa parte do período da guerra Irã-Iraque, o que contribuiu para a tranquilidade da família no Brasil. Ele é casado com Geni Conrado de Oliveira e mora em Curitiba. Na última vez que falou com o irmão, ele não conseguiu saber muita coisa, pois a ligação foi cortada. "No tempo da outra guerra isso não acontecia", diz. Para Argemiro o momento do encontro foi de muita emoção, pois trouxe a certeza de que estava tudo bem. Depois de um contato breve e da troca de abraços, Sérgio embarcou para Minas Gerais.

Éber Ferreira Filho, médico da mesma empresa, também foi recepcionado em Brasília pelos familiares. Ele é sobrinho do engenheiro calculista, José de Melo, mas vinha com mais freqüência ao Brasil. Casado e residente em Belo Horizonte, mandou a mulher e os filhos na frente, pouco antes de estourar a crise no Golfo. Decidido, diz que "volta ao Iraque assim que tudo acabar", mesmo diante de um pedido do pai, que não pretende viver mais estes momentos de tensão. Dianne Litorasse, brasileira, casada com um iraquiano, foi paciente de Éber durante o vôo. O médico informou que a gestante não apresentou problemas durante o vôo.

Correio Braziliense, 5-10-90

GOVÊRNO QUER LIBERTAR

MAIS 82 AMANHÃ

O governo tem esperanças de libertar até amanhã os 82 brasileiros ainda retidos no Iraque. Esta é a última das várias promessas feitas pelo governo Saddam Hussein ao embaixador Paulo Tarso que permaneceu em Bagdá com a missão de só voltar quando esse grupo conseguir o visto de saída. Assim que forem liberados, serão colocados em um avião iraquiano, de menor porte, levados até o ponto mais próximo fora do país, de onde serão trazidos possivelmente pelo avião da Força Aérea Brasileira (FAB).

"São vistos de saída aéreos, não há como deixar o Iraque pela via terrestre", informou o Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, logo depois de recepcionar os brasileiros no Aeroporto Internacional de Brasília.

O chanceler aproveitou para dar alguns recados para os iraquianos. Reclamou, mais de uma vez, da demora na concessão dos vistos afirmando sentir uma alegria parcial com a chegada dos brasileiros, já que outros cidadãos permanecem retidos no Iraque. O governo oficializou sua queixa na nota oficial que deu as boas vindas aos que chegaram.

"Os sentimentos de alegria pelo retorno se vêem, contudo, toldados inevitavelmente pela frustração por que não tenha sido ainda possível assegurar a volta ao País de todos os brasileiros que se encontram no Iraque", diz a nota bem ao estilo do chanceler Rezek.

Atentos, vários diplomatas da embaixada iraquiana se misturaram com os jornalistas para ouvir a longa entrevista do ministro. Escutaram calados Rezek dizer que o longo processo de negociação para liberação dos brasileiros provocava um desgaste nas relações com o Iraque. Mas, certamente registraram a declaração do ministro de que isso pode vir a ser superado caso o final dessa história seja feliz.

O chanceler voltou a afirmar não ter havido barganha nas negociações para liberação dos brasileiros. Mas admitiu, pela primeira vez, que os iraquianos se queixaram do fato de mercadoria brasileira não ter sido desembaracada no Iraque.

Correio Braziliense, 5-10-90

"O Brasil respondeu que este não era um problema nosso", afirmou o ministro lembrando que os barcos não eram de bandeira brasileira.

Rezek confessou que passou por momentos de tensão durante sua permanência em Praga, na República Tcheco e Eslovaca, nos primeiros dias do mês, por causa do problema iraquiano. Primeiro por causa do incidente provocado pelo Departamento de Estado dos EUA que distorceu a conversa que o presidente Fernando Collor tivera, no domingo, com o presidente americano, George Bush. As informações eram de que Collor teria feito duras críticas a Sadam Hussein. O outro problema que preocupava o ministro era o fato dos 174 brasileiros estarem por expirar.

Na opinião de Rezek, brasileiros e iraquianos trabalham com tempos diferentes. Enquanto que para o Brasil esse é um processo longo e desgastante, para o Iraque a questão brasileira está sendo administrada no tempo apropriado.

Correio Braziliense, 9-10-90

CHEGAM AO PAÍS OS ÚLTIMOS

REFÉNS DO IRAQUE

Liana Sabo

Mais de duas mil pessoas receberam ontem no Aeroporto Internacional de Brasília, os últimos 82 brasileiros que trabalhavam no Iraque. Depois de uma viagem de 18 horas e meia, que começou domingo à tarde em Bagdá, o "Boeing" 707 da Iraqi Airways aterrisou às 15h25min. O mezanino do aeroporto, a multidão aplaudiu os brasileiros que foram recebidos junto à escada do avião pelo chanceler Francisco Rezek. O primeiro a desembarcar foi o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que negociou a liberação dos brasileiros que estavam no Iraque, inclusive dos 191 que chegaram semana passada. Satisfeito e vitorioso, o embaixador resumiu em duas palavra o que diria, mais tarde ao presidente Collor, no Palácio do Planalto: Missão cumprida.

O único incidente na longa viagem entre Brasília e Bagdá ocorreu ainda em solo iraquiano. Um enguiço no piloto automático fez com que a empresa substituisse o "Boeing" avariado por outro avião, de igual porte que, coincidentemente, foi vendido à Iraqi Airways pela Varig. Apesar do atraso de quatro horas, a viagem transcorreu tranqüila. "Até as crianças suportaram muito bem", disse Paulo Tarso, referindo-se a uma família de refugiados do Kuwait que ele repatriou. Sua mulher Lúcia Flecha de Lima, que esteve nos últimos dias em Bagdá fazendo-lhe companhia, trazia pela mão a menina Nádia, de 10 anos, um dos seis filhos menores da brasileira Fátima Azia Santos Hamad.

No desembarque, houve uma surpresa. Quando foi aberta a porta do avião, um grupo de agentes de segurança do governo iraquiano exibiu, por alguns minutos diante das autoridades e das câmeras de televisão, um retrato do presidente Saddam Hussein. O gesto provocou reações distintas no público: alguns aplaudiram, outros vaiaram.

Os agentes da polícia secreta do presidente do Iraque bem como a tripulação estão hospedados no Naoun Plaza Hotel. A partida do avião iraquiano está prevista para hoje às 18 horas, depois de ser submetido à inspeção exigida pelo embargo comercial da ONU contra o Iraque.

Ao chegarem, os brasileiros já encontraram um esquema de recepção preparado pela Mendes Júnior. Um avião estacionado no pátio do aeroporto, já estava fretado pela empresa para levar 78 funcionários para Belo Horizonte. Os outros quatro tiveram outro destino. David Chumb Anastácio ficou em Brasília, enquanto Edécio Rodrigues da Silvia e José Augusto Brandão seguiram em vôo regular para o Rio de Janeiro. O quarto funcionário da Mendes, Sérgio Estevam Plissari embarcou para São Paulo.

Enquanto os brasileiros aguardavam a liberação de sua bagagem, o chanceler Francisco Rezek e o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, deixaram a sala de desembarque em meio a um enorme tumulto. Emocionado, Rezek confessou seus temores: "O êxito era esperado, mas como se tratava de uma missão profundamente difícil, não se podia prever nada". Gritos e empurões se misturaram às declarações que ambos fizeram à imprensa. A administração do aeroporto só mandou um contingente policial depois que os jornalistas pediram, tamanha foi a dificuldade para os profissionais se aproximarem das autoridades cercadas pela multidão.

Correio Braziliense, 9-10-90

PRESIDENTE DÁ

AS BOAS-VINDAS

O Chanceler Francisco Rezek chegou ontem ao aeroporto para recepcionar os brasileiros levando uma mensagem de boas-vindas do Presidente Fernando Collor de Mello. Na nota de 14 linhas, em que o presidente se dirigiu ao último grupo de reféns liberados pelo Iraque, Collor destacou que todos os esforços diplomáticos se deram dentro do "estrito respeito" às decisões das Nações Unidas.

Todos os postos do Brasil no exterior e as missões diplomáticas no País também receberam um comunicado do Itamarati informando o retorno de grupo que ainda se encontrava no Iraque. No comunicado, o Ministro Rezek felicitou o embaixador Paulo Tarso, cujo trabalho considerou de "excepcional valor" e também os funcionários da embaixada do Brasil em Bagdá, que contribuíram para o sucesso da missão.

Correio Braziliense, 9-10-90

DIPLOMATAS CONTINUAM

EM BAGDÁ

Apesar do final feliz da operação de resgate dos brasileiros retidos no Iraque — uma novela que durou 67 dias — o Itamarati não garante a manutenção das relações especiais que existiam entre Brasília e Bagdá até a ocupação do Kuwait por forças iraquianas. Sobre o futuro dessas relações, Rezek disse que "é muito difícil fazer uma previsão dentro do calor da crise".

Segundo o ministro, a normalização do diálogo político Brasil-Iraque vai depender, agora, de uma solução para o conflito do Golfo Pérsico. Ele acredita, porém, que existem indícios mais favoráveis do que havia há algum tempo para uma solução de paz.

Depois de abraçar o chefe da missão especial que negociou os vistos de saída para os brasileiros, Francisco Rezek fez questão de ressaltar que nas negociações prevaleceram o bom senso, a razão e o direito. "Foi com base nessas três armas que a diplomacia brasileira conseguiu persuadir e convencer as autoridades iraquianas, aliás, com muito sucesso", afirmou.

Rezek acredita que o trunfo do Brsil nas últimas negociações com o Iraque foi a percepção, pelo governo iraquiano, de que o povo brasileiro esteve atento e preocupado. Ele salientou ainda o fato de não ter havido um único arranhão nas prescrições das Nações Unidas.

O Brasil não cogita alterar a representação diplomática em Bagdá. Ainda ficarão no Iraque o Conselheiro René Loncan, encarregado de negócios da embaixada, o Secretário Carlos Alberto Ribeiro Reis e mais dois funcionários administrativos, além de 11 outros brasileiros empregados da Construtora Mendes Júnior, que têm a tarefa de guardar o equipamento utilizado pela empresa na construção de obras.

Segundo o Ministro Rezek, o grupo que ficou é composto de "pessoas especialmente qualificadas para enfrentar esta situação por mais tempo". Os 11 funcionários da Mendes estão distribuídos em dois endereços. (L.S.)

10

Correio Braziliense, 9-10-90

COLLOR AGRADECE AJUDA

DO REI HUSSEIN

Jozafá Dantas

O Presidente Fernando Collor de Mello vai ligar hoje, pela manhã, para o Rei Hussein, da Jordânia, para agradecer as suas gestões junto ao governo iraquiano para liberação dos brasileiros que estavam retidos no Iraque. Foi no dia 29 de setembro último que o Presidente Fernando Collor telefonou para o Rei Hussein, para pedir a sua intervenção, no sentido de liberar os brasileiros. Collor estava em Nova Iorque. Foi, sem dúvida, uma participação importante nas negociações.

Ontem, o Presidente Fernando Collor recebeu a missão diplomática que realizou as negociações para liberação dos brasileiros. Depois de desembarcar no Aeroporto Internacional de Brasília, os membros da missão foram levados pelo Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek. A missão era composta pelos Embaixadores Paulo Tarso Flecha de Lima (Chefe) e Antonio Amaral Sampaio e pelo conselheiro Eduardo Prisco Paraíso. Eles fizeram para Collor de Mello um relato das negociações.

Após a audiência, o Ministro Francisco Rezek disse que não era possível definir as relações com o Iraque, nos seus aspectos definitivos, devido ao embargo decretado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas, admitiu que existem boas condições para retomada das relações bilaterais. Quanto à saída dos brasileiros divididos em dois grupos, o ministro observou que o embarque escalonado foi decorrente de circunstâncias e à medida que os vistos eram concedidos de acordo com o vencimento da autorização de permanência dos brasileiros. Ele revelou que o Brasil torce para uma saída pacífica da crise do Golfo Pérsico.

O Embaixador Paulo Tarso disse que os instrumentos utilizados nas negociações foram somente de "caráter diplomático, de caráter político", não ocorrendo nenhuma violação do direito internacional. Ele acha que isso evidencia a credibilidade da política externa brasileira. Paulo Tarso admitiu que o "passado impecável de relacionamento com os países em desenvolvimento", facilitou as negociações, assim como a posição de cooperação, paz e entendimento entre as nações. Segundo ele, foi preciso saber usar o senso de oportunidade e os demais instrumentos oferecidos pelo Governo brasileiro.

Quanto aos 11 brasileiros que ficaram retidos no Iraque, o embaixador afirmou que eles foram voluntários, porque era necessário, já que existem operações a serem zeladas. A escolha, de forma nenhuma, foi uma imposição da autoridade brasileira, garantiu. O primeiro grupo de brasileiros, composto de 174 trabalhadores da Mendes Júnior, do Projeto Piva, da Volkswagen e da Maxion, chegou a Brasília às 3h da madrugada da quinta-feira. Os 82 brasileiros que chegaram ontem são todos trabalhadores da Mendes Júnior.

Correio Braziliense 9-10-90

67 DIAS DE TENSÃO NO GOLFO

Roberto Hillas

Os brasileiros que saíram do Iraque e do Kuwait ocupado viveram muitas semanas de um clima de pressão psicológica que até mesmo tarimbados militares não costumam resistir. Prova de que nem todos estavam tranqüilos, detidos no Oriente Médio, deu o motorista José Leandro do Carmo Filho, da Mendes Júnior, que ao retornar ao Brasil, no dia 25 de agosto, informou que os retidos no acampamento da Expressway, rodovia iraquiana, incendiaram o clube de lazer em protesto contra a permanência forçada ali.

Quando chegou o último grupo, ontem, completaram-se 67 dias de tensão, intensas negociações, em que se destacaram dois diplomatas, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, chefe da missão que foi liberar os brasileiros, e o encarregado de negócios brasileiros em Bagdá, Conselheiro René Loncan, que antes da chegada da missão de alto nível atuam intensamente junto a todos os escalões do governo do ditador Saddam Hussein.

6 de agosto — As Nações Unidas decidem boicotar o Iraque, numa surpreendente votação no Conselho de Segurança da ONU, 13 a zero.

8 de agosto — **O Diário Oficial** da União publica o decreto do Presidente Collor aplicando no Brasil a Resolução nº 661 da ONU, que impôs sanções econômicas ao Iraque.

10 de agosto — O Brasil decide fechar a Embaixada em Bagdá.

13 de agosto — O Presidente Collor envia telegrama ao General Saddam Hussein pedindo a liberação dos brasileiros detidos no Iraque.

14 de agosto — Saddam responde, e sem fazer referência aos brasileiros retidos, diz "que as relações com o Brasil são de muita importância para o Iraque".

15 de agosto — O Chanceler Rezek manda telegrama para o colega iraquiano Tarik Aziz reclamando da demora da concessão dos vistos de saída. Já se sabe que os brasileiros são cerca de 500, só no Iraque.

A partir do dia 15 de agosto, até o final de setembro, foi de uma cerrada negociação, de lado a lado, com os iraquianos tentando barganhar.

17 de agosto — Pela primeira vez um membro do Governo brasileiro, o Ministro Rezek, perde a calma ao tratar do assunto dos brasileiros retidos no Iraque. Ainda restam naquele país 472 brasileiros.

19 de agosto — Itamaraty anuncia que 98 brasileiros receberam autorização para sair.

23 de agosto — Mais 15 vistos são concedidos em Bagdá. Hussein vai à tevê e mostra os escudos humanos. Nos dois acampamentos da Mendes Júnior ainda estão 314 brasileiros.

27 de agosto — Ainda restam 216 funcionários da Mendes Júnior nos acampamentos.

28 de agosto — Brasil tem que admitir que 22 militares da Hop (do Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva) trabalhavam em projetos bélicos no Iraque. Todos recebem ordem de imediato retorno. Mais motivos para o ditador iraquiano enraivecer-se.

Durante o mês de setembro a missão especial liderada pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima tenta libertar os brasileiros.

3 de outubro — Saem de Bagdá 191 brasileiros num Boeing 747 fretado pela Mendes Júnior. Vieram 174 funcionários de empresas brasileiras, inclusive os 22 militares da Hop, oito jornalistas, dois diplomatas e quatro iraquianos casados com brasileiras.

7 de outubro — Os últimos 82 brasileiros saem do Iraque num Boeing 707 da mesma empresa iraquiana. Vieram juntos diplomatas brasileiros, inclusive o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Ficaram espontaneamente no Kuwait 41 brasileiros, 11 no Iraque, sendo três diplomatas e os demais funcionários da Mendes Júnior, que cuidam dos bens da empresa nos dois acampamentos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Luiz Maya.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA (PDC — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o dia 3 de outubro se constituiu em uma data muito significativa para a Nação brasileira. Realizou-se o ato cívico das eleições gerais para a constituição dos novos Governos estaduais, das novas Assembléias Legislativas e do novo Congresso Nacional. Pode-se dizer consolidada realmente a democracia no Brasil, através do pleio livre a nível nacional, em que manifestaram suas preferências cerca de 84 milhões de eleitores. Sai o Brasil destas eleições fortalecido e confiante no seu futuro. Surge assim um novo horizonte nos céus da Pátria.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não foi somente para o Brasil que o dia 3 de outubro transformou-se em marco histórico, mas o foi também, e sobretudo, para a Alemanha que, nesse dia, de duas se transformou em uma só Alemanha. O dia 3 foi escolhido para ser a data histórica da unificação das Alemanhas, a Ocidental e a Oriental.

Esta data não pode passar despercebida nesta augusta Casa, tão importante é o fato para a História Universal Contemporânea.

Sobre requerer um voto de congratulações do Senado Federal para o povo e as autoridades alemães, almejando-lhes pleno êxito em termos de consolidação nacional, aproveito a oportunidade para tecer algumas considerações sobre o evento, dado a sua importância histórica no contexto das nações do mundo ocidental.

AS ALEMANHAS UNIDAS

EM UMA SÓ ALEMANHA

A reunificação das Alemanhas não era aspiração apenas dos próprios cidadãos da Alemanha Federal e da Alemanha Democrática; era aspiração de grande parte da humanidade, que desejava ver ressurgir uma Alemanha nova, um novo Estado pujante, expressão maior da Europa Ocidental e do mundo democrático.

A inesperada queda do muro de Berlim precipitou os fatos de maneira vertiginosa, graças sobretudo às manifestações populares. Aliás, os alemães ocidentais e os alemães orientais são originariamente um só e único povo germânico, que foi, por um revés da sorte, dividido durante 40 anos, de 1949 a 1990, por duas siglas políticas que representavam dois regimes e dois sistemas de governo totalmente opostos, a saber: a RFA e a RDA.

Há poucos dias, precisamente a 23 de setembro passado, o enviado especial de **O Globo**, Ramiro Alves, noticiava: "Alemanha: expectativa supera euforia".

"A euforia dos dias festivos da derrubada do muro de Berlim ficou para trás. A 10 dias da reunificação de fato das Alemanhas, o sentimento predominante entre a população dos dois países é de expectativa e incerteza". Expectativa e incerteza quanto a questões consideradas fundamentais para a consolidação da Alemanha nova, reunificada.

São questões como:

1. Como será feita a tão comentada reeducação dos 16 milhões de cidadãos da República Democrática Alemã, que viveram quase meio século no regime socialista?

É uma questão de mudança radical de mentalidade e de comportamento social dentro de um regime democrático capitalista, como é, em última análise, o da Alemanha Ocidental.

2. Como se processará o julgamento dos funcionários do antigo regime comunista da Alemanha Ocidental, acusados de agressões aos direitos humanos?

Será reativado o Tribunal de Nuremberg que julgou e condenou os acusados do regime nazista que ocasionou a derrocada da poderosa Alemanha do Fürher Adolph Hitler ou será concedida anistia geral aos culpados de transgressão dos direitos humanos? É o problema.

3. Haverá demissão em massa? A Alemanha Oriental tinha um contingente significativo de funcionários públicos: cerca de 1,5 milhão, o que fazer com eles? Reeducá-los para possível aproveitamento na máquina administrativa do novo Estado, ou aposentá-los compulsoriamente?

4. Qual o destino das Forças Armadas da Alemanha Oriental, cujos membros foram instruídos e formados na ideologia marxista e nas estratégias do exército comunista?

São 100 mil soldados contra apenas 500 mil da RFA.

O Tratado de Reunificação das duas Alemanhas, assinado pelas quatro grandes potências que venceram a última guerra mundial, 1939-1945, determinou que o novo Exército da Alemanha terá somente 370 mil soldados. Portanto, 200 mil terão que ser dispensados ou aposentados. Ainda não está devidamente equacionado o problema.

5. Qual a estratégia de retirada das forças de ocupação?

Só a URSS possui 380 mil soldados soviéticos na atual Alemanha Oriental. Já os EUA, a França e a Inglaterra mantêm suas bases militares na Alemanha Ocidental.

O mencionado tratado ou acordo firmado na União Soviética, em meados do mês de setembro próximo passado, determinou que a retirada das tropas de ocupação dos quatro vencedores da guerra será gradual. Os soviéticos saem em quatro anos. Já os integrantes da OTAN começaram a se retirar do território alemão.

6. E a discriminação que os "primos pobres", do lado oriental, já estão sofrendo?

A diferença da qualidade e do nível de vida das duas Alemanhas é gritantemente desproporcional. Enquanto a Alemanha Federal se tornou uma das grandes potências econômicas do mundo, graças sobretudo ao seu parque industrial de primeiríssima ordem que compete em pé de igualdade com os EUA e o Japão, a Alemanha Oriental sofre as drásticas conseqüências do modelo socialista planificado que lhe foi imposto pela União Soviética. Suas empresas são defasadas e seu parque industrial totalmente obsoleto. Os alemães orientais vão se sentir, assim, cidadãos de segunda classe.

Governo, industriais e banqueiros julgam que o resgate da RDA para colocá-la no nível sócio-econômico da RFA deverá demorar no mínimo 10 ou 12 anos e deverá custar no mínimo 200 bilhões de marcos (cerca de US$ 125 bilhões) para que, em dois anos, a RDA chegue ao primeiro estágio do capitalismo moderno.

Há necessidade imediata de investimentos nas áreas de infra-estrutura, como no sistema de telecomunicações, na rede hoteleira, nas estradas

da Alemanha Oriental que não se modernizaram.

O Sr. Alberto Hoffmann — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Com muito prazer, tenho a honra de ouvir V. Exª

O Sr. Alberto Hoffmann — Nobre Senador Antônio Luiz Maya, além do brilhantismo que o caracteriza na defesa dos grandes problemas da sua região e do nosso País, V. Exª demonstra, mais uma vez, que é estudioso, também, de questões como a da balança de equilíbrio político, social e econômico mundial, de uma forma geral. V. Exª disse do temor sobre o longo tempo que poderá levar a integração efetiva daqueles que, do lado oriental, estão desempregados, outros mal empregados, outros não estão mais na estatal em que estavam, porque essa foi fechada. Eu não temo tanto, Sr. Senador; acredito que foi muito mais rápido do que pensamos. Em outubro de 1989, no **Der Spiegel** e também na revista **Bunte**, ambas alemãs, em artigo de fundo, o articulista escrevia: "Do jeito que vão as coisas, dentro de uns dez anos, o muro vai cair". Isso foi na segunda quinzena de outubro. E no dia 9 de novembro, o muro caiu. E assim também, estou certo, é interesse de vasos comunicantes da própria economia, porque não só os produtores que estão morando lá, mas também os consumidores, os grandes grupos do país, como um todo, vão organizar filiais, vão fazer movimentos econômicos em todas as partes, e, em pouco tempo, virá o ponto de equilíbrio, como já aconteceu com a própria moeda. O lado ocidental é que está perdendo quanto à moeda; é aquela percentagem violenta com que foi dada a paridade a uma moeda oriental até um determinado número de marcos. Mas, acima de tudo, congratulo-me com V. Exª por este pronunciamento, fazendo votos para que este mundo seja mais aberto, mais abraçável. Outro dia, conversava com um diplomata em uma de nossas embaixadas, e S. Exª comentava sobre Stalin, a União Soviética que perdeu uma geração com a implantação do comunismo, como também perdeu mais de uma geração com a II Guerra Mundial; e esta, a terceira, e atual geração, quer também andar de automóvel. E isso tudo somará esforços, métodos e esquemas, inclusive na União Soviética, para dar ainda uma maior abertura àquela que Gorbachev já deu.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Nobre Senador Alberto Hoffmann, agradecemos a V. Exª o aparte e almejamos que a Alemanha solucione esses problemas de imediato, assim como teve capacidade de se reorganizar em tão curto espaço de tempo, para a sua reunificação.

Temos certeza de que o trabalho dos alemães é, nesse sentido, de fazer com que a nova nação ocupe um lugar de destaque na economia mundial e no contexto das nações democráticas.

Sr. Presidente, o Governo da RDA não se preocupou com a questão ambiental, tão propalada em nossos dias, e agora, serão precisos alguns bilhões de marcos para fazer frente à poluição. Como se vê, a unificação é uma como "anexação da pobreza".

7. A questão mais polêmica está sendo a relativa à propriedade.

"A questão da propriedade, comenta Ramiro Alves, também provoca excitação de um lado e temores do outro. Na RFA, muitos dos antigos proprietários de prédios, empresas e terras no lado oriental já estão procurando a Justiça para retomarem seus bens. A reação imediata do outro lado é de medo do aumento generalizado dos aluguéis e da impossibilidade de adquirir um imóvel. Os melhores pontos de Berlim Oriental já foram leiloados pelas grandes empresas, que se preparam para construir imensos templos de consumo nas vizinhanças dos gigantescos monumentos ao marxismo-leninismo."

8. A questão econômica é uma das grandes preocupações dos banqueiros alemães, que já avalizaram todo o processo de unificação da moeda. Segundo eles, a reunificação vai custar entre 1.200 e 1.400 marcos a cada cidadão da Alemanha Federal este ano e cerca de 2.000 marcos em 1991.

Conforme dados já levantados, a dívida interna da RDA é estimada entre 400 e 500 bilhões de marcos (entre US$ 250 e 320 bilhões), e a dívida externa só com os países ocidentais, já ultrapassou a US$ 15 bilhões.

A política monetária estará a cargo do banco central alemão — o poderoso **Deutsche Bundesbank**, o qual avalia que serão necessários 115 bilhões de marcos em investimentos para cobrir os rombos no orçamento da Alemanha Oriental até 1994.

9. Um dos problemas que requer solução urgente é o da produtividade.

A produção total da RDA representa apenas 10% do total da produção da Alemanha unificada, enquanto que a população representa 20% da população total.

10. Desde a fusão da moeda a 1º de julho, as taxas de juros subiram. O que representa este fato no contexto da inflação? O Banco Central Alemão não teme que a reunificação da Alemanha ocasione uma alta significativa. Hoje, o índice de inflação é de 2,4%. Bundesbank acredita que ela fique perto dos 3% até o final do ano, mas por conta da crise do petróleo.

Apesar do aumento previsto no déficit público, o Banco Central acha possível que seja necessário majorar impostos.

Para cobrir as despesas com o "resgate" da RDA, avaliadas em 200 bilhões de marcos, estão previstos cortes em subsídios como os de Berlim, que recebia por ano cerca de 20 bilhões de marcos, e cortes nos gastos militares.

O Vice-Presidente, Reiner Veit, do **Deutsche Bank**, o principal banco privado do país, admite que no início haverá recessão, desemprego e queda no PIB na RDA, mas assegura que, a partir de 1992, já haverá um crescimento econômico significativo.

11. E a questão política?

Eleições gerais para um Parlamento de 656 deputados estão marcadas para os dias 14 de outubro na RDA e 2 de dezembro na RFA.

A pesquisa prevê que o grande vencedor será Helmut Kohl, da União Democrata Cristã (CDU) que, sem dúvida alguma, será o primeiro Chanceler da nova Alemanha, de cuja reunificação é considerado o principal artífice.

As pesquisas prevêem que a coligação CDU/CSU terá cerca de 44% dos votos, enquanto o SPD, social democrata, de Oskar de Lafontaine, partido de oposição, ficará com um percentual que irá de 35% a 38% e o Partido Verde com 6% ou 7% dos votos. Quanto ao ex-Partido Comunista, que dominava a política da RDA e hoje disputa a eleição com o nome do Partido do Socialismo Democrático (PDS), não é previsto um bom desempenho, podendo conseguir três cadeiras pelo sistema do voto distrital direto.

12. A questão cultural é também problema para a

reunificação. Há uma enorme dúvida e desconfiança.

Não há dúvidas que a Alemanha tem sua própria história e sua cultura, que remontam a muitos séculos. Os romanos se referiam à Germânia como terra dos bárbaros, fora do mundo civilizado que era constituído exclusivamente do Império Romano, em cujos limites o sol nascia e se punha. Mas os 40 anos de divisão político-administrativa e, sobretudo, ideológica influíram muito na cosmovisão dos alemães do Leste e do Ocidente, em especial os das novas gerações, com mentalidades antagônicas.

Os jovens alemães ocidentais conhecem muito mais sobre os adolescentes, franceses, italianos, ingleses, americanos do que sobre seus "irmãos" do lado oriental, com os quais não têm afinidade cultural.

Donde o fato de que a reunificação não chega a emocionar os jovens, ao contrário. Os jovens alemães orientais, não obstante o encanto que tiveram com o possível acesso aos bens de consumo e uma perspectiva de vida melhor, longe do sistema centralizado e de partido único que imperava, teme, por exemplo, a falta de emprego garantido e de aluguéis subsidiados.

Outros aspectos poderiam ser considerados, mas são de somenos importância.

O fato é que da reunificação surge uma Alemanha nova, mais poderosa ainda, livre de qualquer ocupação, totalmente independente, industrializada. Surge, assim, uma nova superpotência encravada no meio do Continente europeu.

Há quem tema na Europa que esse gigante germânico vá transformar os demais países circunvizinhos em satélites. A verdade, porém, é que os países recém-saídos do sistema de centralização econômica do Leste Europeu esperam herdar alguns bilhões de marcos que serão investidos no "resgate" da Alemanha Democrática.

Aos que temem que isto venha a acontecer, a Alemanha, que ora se constitui no maior, mais forte e mais rico país da Europa, demonstra que não tem tendências de supremacia, pois, em nenhum momento, reivindicou para si um número maior de deputados no Parlamento europeu.

Dia 3 de outubro, surgiu no palco da história a unificação das Alemanhas Ocidental e Oriental, modificando geográfica e politicamente o mapa da velha Europa, e se constituindo em uma enorme força de equilíbrio entre as duas maiores potências mundiais, a União Soviética e os Estados Unidos.

A Alemanha reunificada possui: — um território de 357.039 Km2; — uma população de 78 milhões; — uma exportação de US$ 354 bilhões/ano; — um PIB de US$ 1,3 trilhão; uma renda **per capita** de US$ 16.600.

Ao finalizar este pronunciamento, formalizo desta tribuna o pedido de apresentação de um voto de congratulações em nome do Senado Federal ao Parlamento alemão e ao Primeiro-Ministro Helmut Kohl pelo sucesso alcançado nos intensos e profícuos trabalhos realizados com competência pela reunificação da Alemanha, coroados de pleno êxito.

Era o que tinha para dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Hoffmann.

O SR. ALBERTO HOFFMANN (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, nesta tarde de reinício das nossas atividades após o primeiro turno eleitoral, tenho a especial honra de aqui, por esta tribuna, de forma modesta mas sincera, de forma comovida, festejar o centenário de colonização da minha terra natal, que é o Município de Ijuí, no Rio Grande do Sul.

Foi precisamente no dia 19 de outubro de 1890 que os primeiros agricultores imigrantes e migrantes, estrangeiros e descendentes daqueles outros povoadores de outras regiões do Rio Grande do Sul, aportaram a Ijuí para lá construir uma comunidade forte, uma comunidade que teve o honroso — outros dizem vaidoso — título de Colméia do Trabalho.

E lá chegava, então, sob a chefia do engenheiro José Manoel de Siqueira Couto, a Comissão de Terras, as famosas Comissões de Terras do tempo do Império e também depois da República, que, pelo menos no Estado do Rio Grande do Sul, funcionaram admiravelmente bem; realizavam um plano, faziam a demarcação, a divisão, a numeração dos lotes coloniais, antigamente de 80 hectares, em São Leopoldo; mais tarde de 48 hectares, no Alto Taquari, e nessa nossa região de Ijuí, já com 25 hectares. Havia, portanto, o plano; a terra existia antes. Hoje as situações são invertidas. Sem planos, apenas com promoções emocionais quer-se, então, fazer a demarcação e os assentamentos.

Faço este registro para dizer que a divisão e a demarcação dos primeiros lotes urbanos de Ijuí, ocorrida em 1890, foi para 22 pessoas na sede, lotes urbanos, e para mais 100 famílias de agricultores no interior. Já em 1892 aquela colonização recebeu a grande cooperação de dois agrimensores que se tornaram famosos na região; Ernesto Mützel Filho e Horácio da Silva Lima. E, assim, de leva em leva foram chegando os agricultores, os novos contingentes que vinham de Silveira Martins, onde havia uma base lá perto de Santa Maria, para agasalhar e hospedar imigrantes vindos do exterior e também migrantes, vindos de outras regiões do Rio Grande do Sul.

Em 1898, chegou a Ijuí uma figura, uma personalidade providencial e exemplar, o engenheiro Augusto Pestana, pai do mais tarde Deputado Federal e Ministro de Viação e Obras Públicas, Clóvis Pestana. E com Augusto Pestana na chefia da colônia, ela teve um extraordinário desenvolvimento, a ponto de, já em 1912, emancipar-se de Cruz Alta e com algumas áreas de Santo Ângelo e de Palmeira das Missões, constituir um novo município do Rio Grande do Sul, do qual o primeiro Intendente Provisório — assim se chamava — foi o próprio engenheiro Augusto Pestana. Tem-se, assim, uma idéia da evolução dessa colônia que, embora planejada em fins do Império, foi a primeira colonização da República no Rio Grande do Sul e, talvez, no Brasil.

Passo a explicar a evolução demográfica: aqueles 22 cidadãos foram os primeiros habitantes da sede e aquelas primeiras 100 famílias foram assentadas no interior; já em 1896, 6 anos depois, a colônia contava com 4 mil e 644 habitantes; em 1900, 8.800 habitantes; em 1914, 25 mil habitantes; em 1940, à época do cinqüentenário, 50 mil habitantes e, hoje, 1990, na data e no Jubileu do Centenário, 100 mil habitantes. Mais tarde, nova evolução: Em 1912, apitou o primeiro trem, o primeiro "Maria-Fumaça" que trouxe o transporte ferroviário à colônia e, já em 1934, a Vila de Ijuí foi elevada à categoria de cidade e criada a sua comarca. Na economia, a instalação e funcionamento de uma chamada colônia-modelo, uma

colônia de fomento agrícola, com base na pecuária de leite e que logo se projetou. A economia se desenvolveu, primeiro, pela diversificação das culturas agrícolas; segundo, pela criação de inúmeras e diversificadas indústrias de pequeno e médio portes; terceiro, forte pólo de comércio atacadista; quarto, incremento do cooperativismo, especialmente com a Cotrijuí, atualmente de projeção nacional.

Na educação, registrou-se uma grande evolução nas últimas décadas. Lembro-me de que, quando menino, concluído o primário, com aquela cidade, aquele município não contava com um ginásio sequer — naquele tempo era o famoso ginásio — tive que me deslocar de Ijuí para Cruz Alta e para Passo Fundo, ou até para Santa Maria, para poder freqüentar o curso secundário. Era essa a situação de Ijuí ainda em 1935. Éramos, daquela cidade, doze privilegiados. Eu era filho de agricultor, mas de um agricultor evoluído. Os demais companheiros eram filhos de comerciante, do médico... éramos apenas doze com o privilégio de fazer curso secundário fora do município.

Hoje, dezenas e dezenas são os estabelecimentos, as escolas técnicas. Não há bairro, não há linha de interior que não tenha pelo menos uma escola de primeiro grau. O ensino técnico agrícola, o ensino técnico industrial, tudo isso culminou numa universidade, que já tem, também, um bom renome nacional, que é a Uniijuí. Quero então, daqui, neste momento de festa, da festa que começa no dia 12 e vai até o dia 21 de outubro, deixar as minhas congratulações ao povo daquela região.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALBERTO HOFFMANN — Ouço V. Exª com muito prazer, Senador Antônio Luiz Maya.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Nobre Senador Alberto Hoffmann, V. Exª, com essa alegria que manifesta na tribuna do Senado comemora o dia festivo de instalação de uma colônia alemã em sua terra natal, Ijuí, Rio Grande do Sul.

O SR. ALBERTO HOFFMANN — Não é alemã. Foi a primeira colônia mista do Rio Grande do Sul.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Quero dizer que o processo de colonização no Rio Grande do Sul foi tão bem sucedido que, ainda hoje, vemos seus reflexos positivos. Quer dizer, entre os Estados da Federação, o Rio Grande do Sul é uma espécie de modelo. Se tivéssemos outros processos de colonização à semelhança do que ocorreu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com pessoas que vieram qualificados da velha Europa para trabalhar nesse País, sem dúvida alguma, o Nordeste e o Norte do Brasil seriam outros. Esse processo precisa ser bem analisado, bem estudado. V. Exª tem toda razão em dizer aqui, da tribuna do Senado, triunfalmente, que deu certo, deu certo mesmo. Hoje estamos colhendo os frutos, com muita alegria para todo o País. V. Exª disse que, naquela época, 1935 — salvo engano —, quando criança tinha que sair para estudar nos centros maiores. Não havia aquela dificuldade da língua, nobre Senador, uma vez que os colonos da sua terra ainda falavam mais a língua pátria que trouxeram da Europa do que o português. Então, a dificuldade não estaria aí. A escola primária não era feita em língua nacional? Apenas uma pergunta esclareceria muito para nós. Sabemos, através de dados e informações, que na época, lá no Rio Grande do Sul, a maioria dos colonos tinha inicialmente, a língua materna de sua pátria como língua pátria neste País. Era uma informação.

O SR. ALBERTO HOFFMANN — Esse registro de V. Exª é muito importante. Primeiramente para dizer que ao analisar o problema da terra em nosso País, eu tive oportunidade de, há 20 anos, em plena Câmara dos Deputados, declarar que o nosso País têm regiões onde o homem precisa de terras, onde o homem, filho do agricultor com vocação agrícola profunda, não encontra um lote colonial. E havia outras regiões do País em que faltava o homem para a terra. Era o contrário.

Com relação a esse aspecto peculiar a que V. Exª se referiu, esse não dizia mais respeito àquela região. A partir da República, — vou analisar esse aspecto logo mais — minha terra natal, por exemplo, além das escolas particulares — católicas e evangélicas — tinha escola pública, e eu fui para a escola pública já no primário; o que não havia era o secundário. Para uma cidade ter o **status** de ter um ginásio era uma coisa impressionante. Mais tarde, para ter **status** precisaria de uma escola de segundo grau; e mais tarde, V. Exª que caminhou pelas estradas das campanhas eleitorais deste País, também deve ter visto muito: pessoas chegavam à porta de uma cidade com uma faixa enorme: "Queremos uma faculdade; apenas isso, não sabiam o que queriam, mas por questão de **status**, queriam uma faculdade. Então, tudo isso é Brasil e tudo isso é nossa realidade.

E é justamente por isso que me congratulo com a Comissão Central do Centenário, com a Prefeitura Municipal, com o Prefeito, com a Câmara Municipal, com a Associação Comercial de Ijuí. Enfim todos líderes daquela comunidade, de todas as profissões, que estão colaborando nesse grande evento.

Mas não é apenas pela realização de uma grande exposição, a 4ª: Exposição de Ijuí, mas especialmente pela 4ª: Fenadi. Então V. Exª dirá "O que é Fenadi?" Fenadi é a feira das etnias, é a feira das culturas diversificadas, que está sendo festejada de ano a ano. A minha terra natal, Ijuí, constituiu o primeiro marco de uma colonização diferente. Antes, no Rio Grande do Sul, havia o índio, o espanhol, o jesuíta, que lá no Noroeste criou as missões jesuíticas. Se mais tarde chegou o português, que entrou pelo porto do Rio Grande, para com Silva Paz dar aquelas primeiras bases de colonização portuguesa no sul do Estado do Rio Grande do Sul; se mais tarde portugueses e açoreanos, que em 1740 fundaram a cidade de Porto Alegre, depois de terem feito Viamão capital da então província; se depois disso tudo veio o bandeirante paulista, que descendo pela Laguna ia para os planaltos da serra do Rio Grande do Sul para fundar as primeiras estâncias, então, de fato, o primeiro marco de colonização européia nova foi em São Leopoldo, em 1824, com a vinda dos primeiros imigrantes alemães.

Já Caxias do Sul, em 1875, foi o marco inicial do desenvolvimento da chamada colonização italiana — foram os imigrantes itálicos.

Pela volta do século os poloneses, austríacos, inclusive, na minha terra os letos, até o báltico lá está, com seus descendentes, os holandeses. Já em Ijuí foi diferente. Quando do planejamento de Ijuí, na seleção de imigrantes, os comitês de Silveira Martins e outros locais selecionavam imigrantes de todas as origens, de modo que na colônia, lote colonial nº 17 — à margem esquerda do rio Ijuí, onde nasci, os primeiros vizinhos eram Berno e Piccoli, o segundo era espanhol-franco, o terceiro, Sqilinsisi, era de descendência polonesa.

Lá apareceu também quem? O próprio português. Vieram imigrantes portugueses a Ijuí. Houve descendente do gaúcho do Pampa, que já defendera a fronteira sul do País em outras paragens do nosso estado; houve também o descendente de outros imigrantes, daquele que saíra de São Leopoldo, porque não havia mais terras suficientes, e Ijuí tinha terra nova, vamos até lá. Meu pai, que era do Alto Taquari, em 1918 montou em uma mula, ele e um amigo, e viajaram para o norte do estado, atravessaram a Argentina e foram parar no Paraguai, para escolher um recanto que mais lhes agradasse. Ele tinha a profissão de viveirista, trabalhava em viveiros de plantas no Alto Taquari. Então, ele chegou e disse: "Ijuí para mim é o ideal, o trem está chegando, e daqui vou mandar minhas mudas para todos os lugares do Rio Grande do Sul aonde houver estação da estrada de ferro". Essa a razão por que aquele homem, durante ano e tanto, a noiva esperando, voltou para Lajeado, onde se casou, e em 1920 se mudou para Ijuí onde eu nasci. Ijuí abre agora parênteses novos nessa evolução do Rio Grande do Sul, e faz então, o Festival das Etnias, de forma que o dia 12, por exemplo, é dia da festa dos italianos (está aqui um programa especial); no dia 13, Dia da Etnia Holandesa; dia 14, Dia da Etnia Polonesa; dia 15, Dia da Etnia Portuguesa; dia 16, Dia da Etnia Árabe — o árabe também cultua tradições. Vamos olhar para os nossos ilustres descendentes de beduínos que representam o povo brasileiro no Senado Federal e na Câmara dos Deputados para dizer: lá também se cultua a tradição árabe; no dia 17, por ser uma nação a parte, o Dia dos Gaúchos (risos), só jocosamente para referir os gaúchos de todas as origens; no dia 18 de outubro, Dia da Etnia Alemã; dia 19, Dia da Etnia Austríaca, dia 20, Dia da Etnia Afro-brasileira, e no Dia 21, dia da Etnia Leta — letos são os descendentes da Letônia que estão lá. Ao todo são 10 grupos já organizados e nem todos têm festa.

Para dizer-lhes, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a alegria de que aquilo representa uma síntese nova. Não é a colônia desse ou daquele tipo. Colônia japonesa o Rio Grande do Sul teve muito pouco, se tivesse certamente lá estariam, e para festejar, acima de tudo, o Brasil, porque, acima de tudo, é considerado que a Pátria não é um termo vago, ela tem algo de real e importa o sentimento entre o cidadão e o chão e aquilo que ele é capaz de fazer por isso; lembrando aqueles que em todos os tempos participaram, inclusive, dos eventos cruentos, aqueles que tombaram em Monte Caseros, aqueles que tombaram na Guerra do Paraguai, onde não houve uma colônia do Rio Grande do Sul que não tivesse dado o seu tributo de sangue.

É por isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que quero aqui encerrar esta minha intervenção com um abraço ao povo da minha terra natal, e faço-o com uma manifestação de 50 anos atrás, porque há 50 anos foi festejado o cinqüentenário de Ijuí. Naquela ocasião, o prefeito de então — naquele tempo o prefeito era nomeado, e prefeitos nomeados não houve apenas há 10 ou 15 anos, mas também há 50 anos, V. Exª, que se lembram, sabem que era na base da nomeação.

Portanto, nada mais oportuno no final deste registro e agora ao ensejo da magna data do centenário, evocar a mensagem ao povo ijuiense, há 50 anos do Prefeito de então, Dr. Emílio Martins Bührer, que tenho a honra de inserir nesta homenagem a minha terra natal:

"Ijuiense,

Eu te saúdo, ijuiense, na data do teu cinqüentenário.

E te saúdo com entusiasmo, porque vejo e sinto que tu és bom, que tu és útil, que tu és patriota.

Cinqüenta anos passados, numa revivescência empolgante das jornadas dos bravos bandeirantes, tu penetraste neste abençoado recanto da terra rio-grandense, por "piques nunca d'antes palmilhados".

A natureza bravia recebeu-te com requintes de engalanamento. A tua passagem de desbravador intimorato ela executava, certamente, aquela sinfonia impressionante, em que se misturam, ao farfalhar das árvores, os acordes sinistros do guizalhar das cascavéis, do urrar das feras e do coaxar das rãs.

Mas tu vinhas preparado para vencer.

Trazias contigo um espírito fortemente disciplinado, um braço rijo e dinâmico e uma vontade inquebrantável de trabalhar, de produzir, de enriquecer.

E venceste.

Num cinqüentenário de atividades perseverantes e construtivas, tu transformaste a mata virgem num dos celeiros mais ricos e fecundos da promissora gleba sulina.

Formaste lares, edificaste povoados, ergueste vilas e construíste uma cidade.

Cuidaste do corpo, cuidaste da alma e cuidaste da inteligência.

Nunca fechaste as tuas portas ao ingresso das normas sadias ditadas pela civilização.

Hosanas — ijuiense — ao teu esforço precioso em prol da grandeza da Pátria comum!

Aos que já tombaram — a nossa saudade.

Aos contemporâneos — a nossa homenagem.

E aos pósteros — a nossa confiança."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é impossível, nesta sessão de hoje, fugir aos comentários e considerações divulgadas em todo o País, e assunto de conversas entre as pessoas em toda parte, sobre as eleições de 3 de outubro. Compreendo que está muito cedo para se fazer uma apreciação desse pleito, de maneira mais profunda, até porque os seus resultados ainda não são definidos em muitos estados, inclusive no meu Estado de Pernambuco, quando a lentidão da Justiça Eleitoral faz com que o resultado de um pleito disputadíssimo, tanto a nível majoritário quanto a nível proporcional, não tenha a divulgação no prazo em que foi constantemente prometido pela Justiça Eleitoral.

Mesmo assim, com a precariedade do tempo curto demais para se fazer uma apreciação mais fria e isenta dos acontecimentos eleitorais do dia 3 de outubro, mesmo assim, arrisco fazer aqui estes comentários, principalmente no que toca a antecedentes da própria eleição. E há atos conseqüentes já propostos por alguns outros colegas parlamentares.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, consideremos o processo eleitoral em si mesmo, independente das eleições do dia 3 de outubro. Esse novo processo eleitoral e também o de apuração eleitoral é arcaico, cartorial em excesso. De modo que temos a obrigação de avaliá-lo, já é tempo de quebrar esse tabu de que a Justiça é intocável. Não vejo por que o Poder Judiciário, que deveria ser tão dinâmico como o Executivo ou o Legislativo, fique nessa lentidão que, afinal de contas, faz perder o sentido maior da Justiça. No caso da Justiça Eleitoral, eu já não falo da Justiça Comum, destaque-se aqui a exceção da Justiça Trabalhista em alguns estados, porque, em outros, está tão congestionada que chegou, também, a equiparar-se à Justiça Comum. Mas no caso da Justiça Eleitoral, precisamos conclamar uma ampla, geral e irrestrita reformulação do processo eleitoral, da legislação eleitoral e dos seus próprios órgãos.

Não vejo por que não se discutir esse assunto no Parlamento, como se isso fosse um tabu.

Direi, aqui, com a maior clareza: a Justiça Eleitoral, como está, não está servindo bem à sociedade.

Isso não significa condenação, ou crítica pessoal a qualquer membro do Poder Judiciário, seja nas suas instâncias superiores ou dos tribunais regionais, ou seja a nível de juiz de Direito — estes, coitados, acumulam os seus cargos com o de juiz eleitoral e são verdadeiramente esmagados pelo acúmulo de trabalho, pelas condições insuficientes e, às vezes, até ridículas, com que exercem o seu trabalho, tanto na Justiça Comum, como na Justiça Eleitoral.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o fato é este. Analisando-se independentemente do resultado das eleições de 3 de outubro, a Justiça Eleitoral que aí se encontra não está servindo ao País como deveria fazer, como era de se esperar, principalmente nesta época de processo eleitoral.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me.V. Exª um aparte, nobre Senador Mansueto de Lavor?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª, Senador Mansueto de Lavor, tem toda razão, porque não podemos ter assuntos aqui que não devamos abordar. Temos o mesmo direito que os outros têm de nos criticar; temos também o direito de levantar questionamentos a respeito do funcionamento de qualquer órgão, de qualquer Poder de qualquer representatividade da sociedade. Nós estamos vendo no decorrer desta eleição, que os fatos demonstram claramente a razão que V. Exª tem quando fala numa reformulação geral e global da Justiça Eleitoral, em todos os estados do País. Não é só no estado de V. Exª, não é só no meu estado; acredito que isso esteja ocorrendo em todos os estados do Brasil, em decorrência do que é, na realidade, a Justiça Eleitoral, porque não existe uma Justiça Eleitoral própria; ela depende de juízes que vêm de outras áreas da Justiça Comum, da Justiça Federal, de advogados que formam um corpo inteiramente não exclusivo para a área da Justiça Eleitoral. Essa lentidão na apuração — queira V. Exª abordar isso ou não — dá sempre má impressão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Eu estou abordando, Exª Acho que é uma vergonha para o País, para o Brasil.

O Sr. Jutahy Magalhães — Isso dá uma má impressão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Péssima impressão.

O Sr. Jutahy Magalhães — Veja V. Exª que no meu Estado — e este tema vou abordar hoje, também, ligeiramente, se tiver tempo, mais adiante, vou querer aprofundar essa discussão, que deve ser da Casa toda, para nós tentarmos buscar soluções — no meu estado, criou-se a imagem, através de pesquisas de opinião, que a vitória de um determinado candidato seria da ordem de um milhão e meio de votos, isso durante cinco meses e a **Rede Globo** falando todo o dia que ele ia se eleger no primeiro turno. Então, seria uma vitória tranqüila. Daí, setenta dos nossos prefeitos passaram para o outro lado, dentro da preocupação de ficar com o Governador eleito. Agora, veja V. Exª, com toda a lentidão da Justiça Eleitoral, que até hoje tem evitado praticamente darem os resultados oficiais, foi feito um levantamento paralelo — hoje estamos com 90% dos votos já apurados nessa apuração paralela —, e o Sr. Antônio Carlos Magalhães ainda está perdendo e vai ganhar no final do primeiro turno por perto de 20 mil votos. Para quem iria vencer com a diferença de um milhão e meio de votos, agora vai ganhar por vinte mil votos, e a Justiça Eleitoral ainda está prendendo os resultados. Eu não posso fazer nenhuma acusação, seria leviandade de minha parte; mais fica, como V. Exª disse, uma dúvida no art. por que essa lentidão? Se estamos num País que tem uma informática com todas as reservas feitas para desenvolver a nossa própria, temos hoje a tecnologia que todo brasileiro sabe ver quando deseja estudar uma matéria e, no entanto, ainda estamos no tempo da eleição a bico de pena, fazendo os cálculos e as somas na base de lápis ou caneta. Por isso, parabenizo V. Exª Desculpe-me a extensão do meu aparte, mas eu gostaria também de dar o meu testemunho da necessidade dessa reformulação.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Agradeço a V. Exª pelo aparte.

Sobre essa questão das pesquisas, há um item aqui no meu pronunciamento que vou tratar daqui a pouco.

Eu gostaria de insistir ainda na questão da lentidão nas apurações. Há uma eleição no Uruguai e à meia-noite do mesmo dia da eleição se sabe o resultado. Mas, vão dizer, o Uruguai é um país pequeno etc. A nível de estados, temos estados como Sergipe, Amapá etc, onde as eleições ainda não foram apuradas nem em 30%. Não sei se é o caso de Sergipe. Quer dizer, a nível de estados as eleições também não são apuradas. Mesmo que fosse uma eleição para Presidente da República, isso não seria justificativa. Essa lentidão cria problemas no que toca ao resultado final e, além do mais, cria uma imagem negativa do País. Afinal de contas, em matéria de apuração eleitoral, nós estamos ainda na era da pedra lascada. Isso é o que se deve dizer logo.

No que se refere à própria condução do processo eleitoral, a Justiça eleitoral se considera inteiramente desaparelhada, ainda mais, como frisou V.Exª, que os componentes, os órgãos da Justiça não são exclusivos, eles são, na primeira instância, juízes comuns que acumulam cargos como juízes eleitorais. E assim nos tribunais. De modo que, com essas eleições sucessivas, os trabalhos se acumulam muito mais e dão a demonstração cabal desse desaparelhamento, dessa falta de preparação.

Em suma, a Justiça Eleitoral como está não nos serve. Não quero dizer que não serve a nós políticos, ela não serve à democracia como deveria servir e como era de se esperar.

Então, a primeira proposta, como uma análise, como uma reflexão sobre as eleições de 3 de outubro, mas independente dos seus resultados, é que se procure — neste ponto, o Congresso — o Senado e a Câmara — tem muito a ver com isso no que toca à reformulação da legislação — é que se procura, se defenda com toda clareza uma reformulação completa do papel, da função da Justiça Eleitoral, neste País. Segundo, uma reavaliação da propaganda eleitoral gratuita. Não pensem V. Exªs que eu vou defender aqui a abolição do programa eleitoral gratuito. Quem defende a abolição do programa eleitoral gratuito está prestando serviço às redes de emissoras, está indo em direção dos interesses de emissoras de rádio e de televisão, que têm concessões federais. Os canais de rádio e de televisão são patrimônio da União, portanto patrimônio do povo brasileiro. E não é nada demais que dediquem, em tempos especiais, parcela dos seus espaços nas suas programações a serviço público. É a propaganda eleitoral gratuita é um serviço público que deve ser eminentemente educativo. Aí, sim, se não é, se essa propaganda eleitoral, que deve ser mantida e nunca retirada, se essa propaganda eleitoral não está sendo uma verdadeira aula de formação política do povo brasileiro, aí nós temos culpa, aí devemos procurar reformular. Extinguir nunca. Reformular imediatamente, sim.

Nesse caso, é preciso citar aqui que não foi nem um, nem dois os acontecimentos lamentáveis de candidatos, de partidos principalmente desses partidos forjados para servir a interesses personalistas, que utilizaram mal esse espaço preciosíssimo da propaganda eleitoral gratuita e levaram a impressão, levaram os próprios meios de comunicação, que não têm interesse nessa propaganda eleitoral gratuita, evidente, a divulgarem, a inculcarem na opinião pública uma rejeição a esse horário. Posso dizer que a audiência do chamado "Guia Eleitoral", como é chamado no meu Estado, Pernambuco, concorre em audiência com qualquer outro programa médio da televisão. Não digo nos picos de audiência, mas um programa médio. Querer acabar com o programa eleitoral gratuito por falta de audiência é um contra-senso, porque temos em certos horários uma rede de emissoras que tem 80% de audiência, outra rede que tem 10%, outra que tem 15% e outra que tem 0,5%. Vai-se fechar aquela emissora que não tem audiência? Não. Não se fecha a emissora que não tem audiência. Procura-se fazer com que ela, através de uma programação melhor e aperfeiçoada, conquista audiência.

Assim não se deve, absolutamente, extinguir os programas educativos. Não se deve extinguir os programas de informação porque têm pouca audiência. Deve-se procurar, através da técnica, de uma melhor apresentação, fazer com que eles conquistem audiência. Assim não há, não subsiste qualquer argumento para se acabar com o programa eleitoral gratuito.

Ainda mais agora, em nome da onda do liberalismo, que dizem que é a livre concorrência, que a intervenção do Estado não se deve mais fazer na economia privada, que as emissoras de rádio e televisão são empresas privadas e não deve ceder seu tempo gratuitamente para que os partidos políticos façam propaganda eleitoral. Esse argumento não tem consistência; primeiro, porque as emissoras de rádio e televisão são concessões públicas; segundo, porque a propaganda eleitoral gratuita não é uma intervenção do Estado em coisa alheia, porque os canais de rádio e televisão pertencem à União. Os empresários que os utilizam, como o Sr. Roberto Marinho e o Sr. Adolfo Bloch, são concessionários, não são donos dos canais, os canais de rádio e televisão são do povo. Portanto, é necessária a manutenção de propaganda eleitoral, aperfeiçoando seu mecanismo.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Odacir Soares — V. Exª tem razão. Não ouvi todo o seu pronunciamento, mas estou ouvindo esta parte final com relação ao horário gratuito no rádio e na televisão. Ele é fundamental para o aprimoramento da democracia no Brasil. O que precisa ser feito, do ponto de vista do processo eleitoral, é a atualização do código eleitoral, é o acompanhamento do Código Eleitoral por parte da Justiça Eleitoral, permanentemente, inclusive evitando-se os abusos e crime eleitorais praticados mesmo antes do período eleitoral, durante os meses que antecedem a realização das convenções, onde o abuso do poder econômico se manifesta ostensivamente em todo o País. Estou fazendo essas observações até numa situação muito especial, porque, apesar de ter sido vítima de tudo isso, ganhei as eleições em Rondônia.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Parabéns a V. Exª.

O Sr. Odacir Soares — Fui vítima do abuso do poder econômico, de gastos astronômicos, feitos por candidatos, ostensivamente, com recursos muitas vezes sem a origem revelada, recursos que, inclusive, não vão aparecer nos gastos dos comitês de propagandas dos respectivos partidos ou das respectivas coligações. E, nessa parte, nós políticos, nós parlamentares, nós partidos políticos, temos culpa, porque, vencida a primeira etapa do processo eleitoral, que são as convenções, e a segunda etapa do processo eleitoral, que são as eleições, nós candidatos, nós partidos, nós coligações, nos esquecemos da etapa importante e que está exatamente na ponta do aprimoramento das eleições, que é a etapa da prestação de conta das eleições. Normalmente, nós nos esquecemos de fiscalizar a prestação de conta das eleições e, por isso, ocorrem os abusos que a cada eleição, nós aqui no Congresso e no Senado denunciamos, de certo modo infrutiferamente. Então, hoje, vem batendo muito nesta questão da extinção do horário gratuito no rádio e na televisão. Sou a favor da sua manutenção, e o digo até com isenção, porque sou concessionário de rádio cessionário de rádio no Estado de Rondônia, onde tenho emissora de rádio. Nem por isso, pela utilização desses espaços durante o período, as emissoras deixam de faturar mais ou deixam de faturar menos. O faturamento nem aumenta nem diminui. A meu ver, esse espaço que a legislação concede aos partidos e aos candidatos é fundamental para o aprimoramento das eleições. É necessário que a Justiça Eleitoral cumpra o seu papel de permanente fiscalizadora daquilo que dispõe o Código Eleitoral, o que lamentavelmente não ocorre. Outro fato que precisa ser fiscalizado no Brasil, precisa ser apreciado pelo Congresso Nacional, é a fraude que vem ocorrendo com freqüência nas pesquisas pelos institutos de pesquisa e ocorreram nessas eleições de maneira ostensiva, de maneira violenta e de maneira criminosa. Em Rondônia, por exemplo o Ibope, em pesquisas deturpadas e com resultados inclusive que considero fraudados, em duas ou três pesquisas que publicaram, uma das quais inclusive no dia das eleições, dava-me um percentual com uma distância muito grande do então primeiro colocado. O que se viu nos resultados? Somados os votos dos dois candidatos que ficaram colocados em segundo e

terceiro lugares, a minha votação é quase o dobro da votação obtida pelos dois candidatos, e nem por isso o Ibope teve a cerimônia de, no dia das eleições, publicar uma pesquisa de boca-de-urna, na Capital do Estado, em que dava o meu principal adversário com 37% e me dava 14%. Qual foi o resultado das eleições na Capital? Tive 60% dos votos válidos na Capital de Rondônia, o que demonstra que o Ibope vem vendendo pesquisas para diversos candidatos e para diversos clientes. É necessário que se apure isso. Estou citando o Ibope, especificamente, pois fui vítima dele no Estado de Rondônia, tive oportunidade de, inclusive, advertir o Diretor-Superintendente desse instituto, Sr. Carlos Augusto Montenegro, do crime que estava praticando, porque as pesquisas estavam sendo divulgadas em Rondônia pela afiliada da **Rede Globo** como se fosse dela a pesquisa e, na realidade, eram pesquisas pagas pela coligação "A Vontade do Povo", cujo candidato a Governador era o Senador Olavo Pires e cujo candidato a Senador é o atual Deputado Federal Chagas Neto. Na realidade as pesquisas eram mentirosas, eram pesquisas compradas, que não refletiam a verdade nem antes, nem depois, nem durante o dia da eleição. Congratulo-me com V. Exª. Concordo plenamente com aquilo que V. Exª coloca aqui, relativamente a que esse horário gratuito de rádio e televisão é fundamental para o aprimoramento da democracia, para o aprimoramento do processo eleitoral e para que se permita aos candidatos, com menos possibilidades de gastos nas eleições, pelo mesmo aquele horário, através do qual, ele poderá, com um bom programa, atingir o seu eleitor. Cumprimento V. Exª pelo seu discurso, nessa parte.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Agradeço a V. Exª pelo aparte, porque foi muito importante, principalmente no que toca a pesquisa, que era o item seguinte dentro deste meu esquema do pronunciamento.

Ainda sobre a propaganda eleitoral gratuita, eu queria apenas dizer que há realmente algumas distorções que precisam ser corrigidas, através de uma legislação que devemos fazer aqui. Eminente Senador, creio que contribuiria para esse aperfeiçoamento que se considerasse crime eleitoral qualquer abuso desse horário. Por exemplo, a cessão do horário de um candidato para outro através de pagamento. Se fosse comprovada a venda do horário eleitoral, como ocorreu em alguns casos, isso deveria ser caracterizado como crime eleitoral sujeito a punições. No que toca a isso, fica bem claro que serve à democracia, a propaganda eleitoral gratuita é uma conquista que fortalece a democracia brasileira. Que ela precise de uma legislação de aperfeiçoamento, muito bem, mas simplesmente porque não interessa às emissoras a manutenção desse horário gratuito, não se pode conceber a sua extinção. Até porque as emissoras têm seus meios de descontar isto do Imposto de Renda, conforme já está previsto na própria legislação. E quanto ao argumento de que não tem audiência, então se fecharia uma série de emissoras, porque também não têm audiência. Creio que essas emissoras não vão querer ser fechadas ou ver extintas as suas concessões.

Quanto às pesquisas, V. Exª antecipou praticamente o que eu gostaria de dizer sobre essa questão. A questão do Estado de Rondônia não difere do que ocorreu em Pernambuco. É se diz: É porque o seu candidato perdeu e o outro ganhou. Não! Os que ganharam têm todo o meu respeito.

O Sr. Odacir Soares — Eu ganhei...

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Dou-lhe meus parabéns. V. Exª ganhou.

O Sr. Odacir Soares — ... mas também fui vítima das pesquisas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Foi vítima, mesmo assim está reclamando. É muito bom e forte o seu argumento, porque vindo de um candidato que venceu, contrariando o que diziam as pesquisas.

Vejam o que ocorreu no meu estado, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Na pesquisa de boca-de-urna — não foi um mês antes! — Os institutos deram até 25% de diferença entre o candidato que seria o mais votado, o primeiro lugar, e o segundo. Vamos citar o nome, com todo o respeito: entre o Senador Marco Maciel, cuja ausência aqui merece todo o nosso respeito, e o candidato a senador da nossa coligação, José Queiroz. Segundo a pesquisa de boca-de-urna, a diferença seria de mais de 20%. Mas, naquela semana em que os indecisos se definem, já tinha havido pesquisa, eles deixam para se definir de acordo com a urna. Eles estão indefinidos porque, realmente, não têm um engajamento maior. Então, a pesquisa é o grande instrumento para que os indecisos se definam. Naquela semana, o Ibope publica uma diferença de 11% em favor do candidato do PFL, Jaoquim Francisco, contra Jarbas Vasconcelos. O **Data Folha** publica uma pesquisa, primeiro, de 5% de diferença e, logo depois, publica outra de 14% de diferença em favor de Joaquim contra Jarbas. No dia, o que ocorre? Não dá, absolutamente, no dia da eleição 2,5% de diferença. E quanto a senador se chegou ao absurdo de divulgar até 26% de diferença e não chega a 1,5% o resultado. Isso significa que essas pesquisas empurraram os eleitores indecisos para tomar posição para aquele que já ganhou. Se pesquisa é científica, se pesquisa é, realmente, uma prévia definitiva, como parece em muitos lugares, então, é claro, o indeciso diz: "Eu não vou votar em quem perde!" Há, de fato, uma indução do eleitor e, se ela for fraudulenta, essa indução se torna criminosa. Nós temos que ter uma legislação, já houve tentativas aqui de pautar certas normas. Os métodos da pesquisa não foram muito felizes, porque introduziam coisas tais como acompanhamento da pesquisa, o que a tornaria artificial: "Eu não concordo com aquele, votei contra". Mas eu entendo que se deve colocar uma legislação para responsabilizar os institutos de pesquisa. Afinal de contas, eles prestam serviço público porque divulgam-se resultados prévios eleitorais.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Um instante, nobre Senador. Já concederei o aparte a V. Exª

Em suma, uma pesquisa divulgada uma semana antes da eleição vale como resultado antecipado de uma eleição, na mentalidade de quase todo o eleitorado. Nesse sentido, não se pode deixar, sem mais nem menos, os responsáveis por esses institutos com erros fenomenais como esse citado aqui, agora, pelo eminente Senador Odacir Soares, como é o caso de Pernambuco, como foi o caso da Bahia, com as pesquisas que davam uma vitória estrondosa ao sr. Antônio Carlos Magalhães. Nada disso ocorreu. Então, quem é o responsável por isto? Quais foram os resultados danosos para os candidatos que perderam por uma margem mínima e que, se não tivesse aquela pesquisa, certamente o resultado seria diferente? A legislação tem que cuidar disso, tem que haver uma certa ligação com os crimes eleitorais nessa situação, porque é pior do que distribuir alimentos e roupas na

véspera da eleição. Uma boa pesquisa favorável a um candidato, nas vésperas de eleições, é melhor do que ele distribuir roupa, dinheiro, etc., e muitos têm sido cassados por causa disso e até mesmo tivemos um episódio, aqui, no Distrito Federal, numa eleição passada, com um candidato que usava chapéu e que foi realmente cassado, porque estava distribuindo leite e pão, fazendo o bem.

O Sr. Odacir Soares — Usar chapéu não é bom exemplo.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Nós, aqui, vamos ter um candidato que usa chapéu, um colega nosso do Paraná, a quem daremos boas-vindas. Eu citei assim para que se rememore que alguém já foi cassado por distribuir pão e leite, aqui em Brasília, nas vésperas da eleição; não pôde ser candidato ao Senado. Ora, se a pessoa tem uma pesquisa que lhe é favorável, é melhor do que distribuir alimentos aos pobres. Gera mais efeitos eleitorais positivos uma pesquisa divulgada na véspera da eleição, desse tipo, do que qualquer outro ato. Portanto, isso induz a vontade do eleitor. É isso que estou dizendo. E se a pesquisa é fraudulenta, é manipulada, e não há punição nenhuma aos seus responsáveis, acho que a legislação está vazia. É preciso haver um preenchimento desse vazio da legislação.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Compreendo, perfeitamente, a indignação de V. Exª diante do que acorreu em Pernambuco, porque assisti ali de perto, na Paraíba, a todo o quadro que se desenrolou no seu estado e, de certo modo, também na minha terra. Basta lembrar a V. Exª que, em apenas uma semana, duas pesquisas, em questão de dois dias de diferença de uma para outra, do mesmo instituto, fizeram crescer o principal candidato adversário do PMDB, o candidato do PDT, de 36 pontos para 45. Ou seja, nove pontos em dois dias, o que foi totalmente estranho. Mas nós estávamos mais tranqüilos porque tínhamos uma pesquisa particular contratada com a Porter, que é uma empresa pernambucana muito idônea, que nos dava o resultado que bateu no dia da eleição, de apenas dois ou três pontos de diferença. Entretanto, com o anúncio do Ibope, nós tivemos um prejuízo, sem dúvida, de uns 50 mil votos de pessoas que foram induzidas — como bem disse V. Exª — a votar no candidato que estava à frente nas pesquisas. E não fora isso, concorreríamos — como vamos concorrer — ao segundo turno com o nosso candidato, mas aí também, o candidato do PMDB teria mais votos no final do que o candidato do PDT.

Por tudo isso, o Procurador-Geral da República junto à Justiça Eleitoral solicitou à Polícia Federal na Paraíba a abertura de inquérito — e já está sendo instalado — para apurar as denúncias de manipulações das pesquisas de opinião pública. Não sei se essa decisão do Procurador-Geral da República, junto à Justiça Eleitoral da Paraíba, tem um respaldo jurídico bastante sólido, mas o fato é que S. Sª tomou essa decisão.

Por outro lado, quero dizer a V. Exª que sou autor de um projeto, que se encontra na Casa, no qual procuro fixar alguns critérios para se fazer as pesquisas de opinião pública, e bem assim para a sua divulgação. São duas coisas diferentes: há distorções não só no modo de fazer a pesquisa, como diferença de metodologia etc., mas, sobretudo, há questões muito sérias na divulgação pelos órgãos de comunicação.

O Sr. Odacir Soares — De vez em quando, divulgam parcialmente.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Os próprios institutos de pesquisa de opinião pública — o Ibope é um deles — chegaram a me dizer que se sentem, muitas vezes, incomodados, porque entregam uma pesquisa, a um cliente, que é, em geral, um jornal, uma emissora de rádio ou de televisão, e esse cliente divulga essa pesquisa a seu bel-prazer. Por exemplo, uma das coisas que eu exijo no meu projeto é que, na divulgação, se diga, inclusive, qual o universo pesquisado e o mapeamento, inclusive, geográfico da pesquisa: quais as cidades pesquisadas. Em cada cidade, quantos foram ouvidos. Porque, veja bem, V. Exª pode contratar uma pesquisa, porque tem meios financeiros para isso e, no entanto, ele pede que a pesquisa seja feita em tais ou quais municípios, que podem ser colégios eleitorais, onde a sua candidatura esteja melhor posicionada. Ora, é claro que, no final da pesquisa, as amostragens desses municípios vão ser favoráveis a sua candidatura. Portanto, a pesquisa depende do universo pesquisado, isto é, das cidades onde é feita e do número, também, de pessoas que são entrevistadas. Então, os critérios têm que ser ajustados e, por isso, apresentei o projeto e espero que V. Exª me ajude a levá-lo adiante. Ele está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Eu estarei dando integral apoio a V. Exª A iniciativa é das mais louváveis e importantes, porque, justamente, eu estou clamando por isso aqui, defendendo que deva surgir uma nova legislação ou uma legislação, porque não há praticamente regulamentação disso, que paute essa questão do uso de institutos de pesquisas no período eleitoral, para que o eleitor não seja conduzido através de uma propaganda errônea, ou da divulgação de um resultado distorcido e, assim, influencia o seu voto contra essa ou aquela candidatura. Não se pode conceber — e aqui são quatro depoimentos, todos confirmando isso que estou querendo defender aqui. E não se trata apenas de uma dor-de-cotovelo de quem perdeu eleição, porque o exemplo do Senador Odacir Soares é o mais claro. S. Exª ganhou a eleição em Rondônia — e neste ponto, parabenizamos o eminente Senador — contra os institutos de pesquisa. A vitória do Senador seria bem maior, bem mais expressiva — espero que tenha sido — se não fora a barreira das pesquisas. Ora, uma pesquisa que dá na semana prévia à eleição 25% de diferença para um candidato e, no dia, o resultado não dá 0,5%, essa pesquisa certamente prejudicou aquele candidato que foi derrotado. Com certeza, a diferença não era aquela.

O Sr. Leite Chaves — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Permito, daqui a pouco.

A minha consideração final, Sr. Presidente, é sobre a questão dos resultados das eleições. Mas não vou me aprofundar muito, porque, na realidade, os cientistas políticos estão aí muito contentes por esse fenômeno novo surgido nas eleições, aquilo que dá prazer até, tendo em vista estudos e análises aos cientistas políticos, mas tem dado muita dor de cabeça, principalmente aos nossos chadidatos proporcionais. Estou me referindo à obstenção, que foi a tônica em todo o País nessas eleições, e nos votos brancos e nulos. É algo que nos deixa a pensar. Mas, antes de concluir, quero conceder o aparte a V. Exª, Senador Leite Chaves.

O Sr. Odacir Soares — Depois, eu gostaria também que V. Exª me permitisse um aparte.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concederei o aparte, Senador Odacir Soares.

O Sr. Leite Chaves — Senador, V. Exª aborda com propriedade o assunto eleições, porque houve distorções de toda espécie, no que diz respeito às pesquisas, até o pleito anterior às eleições presidenciais, não podiam eles ser usados até 48 ou 72 horas antes do pleito. Mas, interpretanto a Constituição, o Presidente Francisco Rezek, na época, do Tribunal Superior Eleitoral, entendeu que elas podem ser divulgadas até a data do pleito. Acho que as pesquisas sobre eleições terão que ser depositadas na Justiça Eleitoral, ficando à disposição de todo mundo, para que alguém não as use de forma caricata ou prejudicial a terceiros. No Paraná houve um caso interessante: o primeiro candidato começou com cinqüenta e tantos por cento da votação, o segundo com vinte e o terceiro, sem possibilidade alguma, com quatorze, e deu exatamente o inverso, quem estava em terceiro lugar ficou em primeiro, e assim por diante. Então, mostra que a pesquisa eleitoral, mesmo divulgada, em alguns setores ela não influência tanto. Com a divulgação na época, era para não se admitir que o terceiro candidato jamais viesse a ocupar o primeiro lugar; a despeito da profusa divulgação, ele chegou ao primeiro lugar. A Constituição é ampla nos propósitos de divulgação e não deve haver restrição como no passado. O povo hoje convive bem com a pesquisa. Mas é importante que se tomem providências para que a Justiça Eleitoral seja detentora, depositária, de toda pesquisa que tenha que ser divulgada.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado, Senador.

O Sr. Odacir Soares — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Odacir Soares — Concordo com as colocações do Senador Leite Chaves. Acho que a pesquisa é uma conquista da massificação da informação. Acho que o problema do Brasil não é o da pesquisa em si mesma. Acho que a pesquisa deve existir, acho que é uma conquista da tecnologia da civilização, é uma conuquista da massificação da informação. O de que precisamos, e louvo o projeto do Senador Humberto Lucena, é disciplinar a utilização da pesquisa. O Brasil está conseguindo desmoralizar uma das conquistas da moderna comunicação que é a pesquisa. A pesquisa estatística tem um universo, tem indicadores, inclusive de uso internacional. Na metodologia hoje no Brasil da **Data-Folha**, por exemplo, e do Ibope, a divergência é meramente, eu diria quase que absolutamente, tênue, a divergência é pequena. Mas o fato não é esse, o fato não é o da metodologia. É o fato também da deturpação da pesquisa. Em rondônia, o Ibope agiu criminosamente, porque, inclusive mandamos fazer pesquisas particulares, como aqui foi mencionado pelo Senador Humberto Lucena, e no mesmo período em que fora realizada uma pesquisa em Porto Velho, por exemplo, eu estava, na ocasião, com 16 pontos percentuais sobre o segundo colocado. Na mesma semana, o Ibope divulgou uma pesquisa em que o segundo colocado estava com 17 pontos percentuais na minha frente. E a partir daí, foram divulgadas quase que massificadamente pesquisas pelo Ibope, em que a diferença do meu principal adversário era imensa em relação a mim, quando não era verdade, porque existem outras formas de exteriorização da manifestação do eleitor, e essas formas todas indicavam que o Ibope estava errado. O mais grave de tudo, além de toda essa criminosa manipulação das pesquisas feitas pelo Ibope, em Rondônia — estou dizendo isso claro e bom som para que fique registrado nos Anais do Senado — o mais grave disso foi a pesquisa realizada na chamada boca-de-urna no dia da eleição. O Ibope indicou o meu principal adversário com a diferença de 10 pontos sobre a minha candidatura, e quando se abriram as primeiras urnas da capital, após apuradas, eu terminei com 60% dos votos válidos. Quer dizer, cheguei à Universidade Federal de Rondônia para votar às 9 horas da manhã e estavam os jornalistas fazendo pesquisa de boca-de-urna, e quando eu entrei, eles me disseram: "O senhor está disparado aqui na universidade". E esse fenômeno ocorreu em todas as seções da Capital, enquanto o meu principal adversário tinha 8 votos por 1, eu tinha 240 votos, tinha 200 votos, 150. Não houve discrepância nenhuma no comportamento do eleitor; houve discrepância na manipulação criminosa do Ibope que, inclusive, estava mantendo em segredo o nome daqueles que estavam pagando as pesquisas que eles estavam realizando. Há uns 15 dias antes das eleições, eu exigi, num telefonema que fiz para o Diretor Superintendente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, que me informasse, por FAX, quem estava pagando as pesquisas, porque eu já sabia quem era, pois já possuía documentos dos infratores. Estou dizendo aqui, claramente, que o Ibope, em Rondônia, manipulou criminosamente as pesquisas que realizou no estado.

E a mais grave manipulação ocorreu exatamente no dia das eleições. Acho que o projeto do Senador Humberto Lucena é um projeto da maior importância. Temos que disciplinar essa questão das pesquisas, não eliminá-la como desejam alguns em relação ao horário gratuito, mas disciplinar e tornar a pesquisa uma conquista da democracia, tornar a pesquisa útil para o aprimoramento da democracia e do processo eleitoral no Brasil que me parece ser uma das conseqüências dessa eleição que estamos vencendo neste momento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado, nobre Senador Odacir Soares. Mais uma vez, nossas congratulações pela sua vitória como senador reeleito contra o Ibope e outros institutos. Isso prova que não é um fato só daqueles que perderam eleições, cujos candidatos não tiveram sucesso, mas é de quem ganhou eleição. Está reclamando que foi prejudicado, teve essa barreira do instituto de pesquisa publicando resultados viciados e irreais acerca da vontade do eleitor do Estado de Rondônia. Exatamente, ganhou amplamente. Então, realmente é muito importante.

Sr. Presidente, para encerrar, com minha saudação a V. Exª, eu gostaria de dizer que é cedo realmente para refletir sobre o fenômeno sobre o qual se debruçam, hoje, cientistas políticos, analistas, que é esse fenômeno da abstenção altíssima, incomum, dos votos nulos e brancos nessas eleições.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Mansueto de Lavor?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Não é o caso portanto, de se tomar atitudes ou posições precipitadas. Temos que avaliar isso com calma. Ainda é cedo para se ter uma tradução desse recado dado pelo eleitor nas urnas. Mas, seguramente, uma coisa não me parece correta, neste instante, e é alguma coisa que é sugerida por uma pessoa que muito estimo e tenho muita admiração e que, não estando aqui, mando-lhe um re-

cado, dizendo: parabéns pela sua reeleição. É o Deputado que muitos conhecem, aqui, Maurílio Ferreira Lima, do meu Estado.

Logo depois, o Maurílio já vem com uma proposta de emenda à Constituição, para acabar com o voto obrigatório, em virtude do resultado das eleições. Não sou a favor nem contra, quero discutir isso, mas não agora, em face do resultado eleitoral, porque querer acabar com o voto obrigatório, em razão dessa avalancha de votos nulos e brancos e de abstenções. É a mesma coisa que botar o lixo debaixo do tapete.

O eleitor que está protestando, hoje, ainda está melhor do que o eleitor que não protesta mais, e que vai à praia no dia da eleição. Então, se estão protestando, estão colaborando. Aqueles que querem acabar com o voto obrigatório, não querem ouvir o protesto desse eleitor.

Mas este é um assunto que não vem ao caso. Queria apenas dizer que essa emenda pode ser da maior importância, posso até votar pela abolição do voto obrigatório, mas no tempo oportuno, na revisão constitucional de 1993. Não agora, no resultado dessas eleições.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª uma aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Só quero terminar meu raciocínio. Porque temos, ainda, uma eleição em 1992, e, na eleição de 1992, que é uma eleição local, para Prefeito, para Vereador, quero saber se vai haver esse número de abstenção. Aí, quero saber. Se houver esse número de abstenção em 1992, aí sim, diremos: "não, definitivamente. O eleitor está realmente aborrecido, não quer votar e ninguém vai obrigá-lo a votar". Vamos, na revisão constitucional de 93, fazer com que ele seja livre no voto. Mas agora, simplesmente porque houve um fenômeno que pode ser um fenômeno isolado! Só vamos saber se isso é uma tendência permanente do eleitor na eleição de 92, que é uma eleição de Prefeitos e de Vereadores e que antecipo: não creio que, em 92, vá haver o mesmo índice de abstenção e de votos anulados e brancos que teve essa. Desculpe-me, nobre Senador Mauro Benevides, ouço agora o aparte de V. Exª

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Mansueto de Lavor, a reflexão a que V. Exª realmente nos conduz, no embalo das suas lúcidas considerações, faz com que nós nos situemos com absoluta tranqüilidade em relação a este debate: a apreciação passionalizada em função dessa decisão caracterizada pelos votos em brancos naturalmente nós devemos pesar e aferir qual a medida adequada para se conduzir o eleitor: levar o eleitor a participar dessa escolha da maior relevância que é a do voto proporcional nessa eleição de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. E a proposta atribuída ao Deputado Maurílio Ferreira Lima divulgada 48 horas pela grande imprensa brasileira diria a V. Exª que ela realmente tem que se situar numa premissa: devemos realmente conduzir o nosso raciocínio e saber se nós temos de fato uma formação cívica arraigada, um aprimoramento político que possa tornar facultativo o voto, porque ainda hoje o Senador Jarbas Passarinho, interpelando numa entrevista concedida à Rede Globo, manifestava-se contra, porque entende que, se houvesse uma ausência ainda maior do eleitorado, isso retiraria a representatividade daqueles que se investisse em mandato eletivo. Foi bom que V. Exª suscitasse o problemas agora e buscasse aquilo que seria o **oportuno tempore** para a sua discussão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado por essa intervenção, que corrobora a minha argumentação a respeito desse fato.

Realmente, o resultado da eleição, no que toca a protesto, foi bastante significativo. Agora, não querer verificar se isso é uma tendência ou se foi um fenômeno isolado é muito grave.

Então, não vejo por que, como conseqüência desse alto índice de abstenção, se queira introduzir agora, imediatamente, uma alteração do texto da Constituição para abolir o voto obrigatório. Isso não tem sentido.

Se no período da revisão constitucional o assunto for discutido e for oportuno — o Senador Jutahy Magalhães é a foavr, o Senador Maurô Benevides é contra — vamos avaliar isso num momento de calma e não como resultado, agora, dessa eleição do dia 3 de outubro.

Parece-me, que ao invés de se querer ouvir a voz do eleitor que protesta nas urnas, quer-se mandar o eleitor para a prata no dia da eleição. Isso não é correto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço e concluo citando uma frase de Churchill:

> "Por mais imperfeito, por mais turbulento que seja esse processo eleitoral, não há outro. Comparem-se com outros para escolher mandatários, que não há outro melhor."

Realmente, o processo eleitoral, seja qual for a eleição com seu perfil típico, seja qual for, nos traz muitas lições e sempre constitui um aperfeiçoamento do processo democrático.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Mansueto de Lavor, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Luiz Maya, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Mansueto de Lavor, o Sr. Antonio Luiz Maya, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

João Menezes — João Lyra — João Nascimento — Alfredo Campos — Severo Gomes — Iram Saraiva — Marcio Lacerda — Silvio Name — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à votação do Requerimento nº 347, de 1990, lido em reunião anterior, de licença do Sr. Senador Maurício Corrêa no período de 8 a 15 do corrente mês, para tratar de assuntos particulares.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o Requerimento nº 348/90, do Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, de licença no período de 9 a 13 do corrente mês, para visitar a Estação Antártica Cmte. Ferraz.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 349, DE 1990

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, em cumprimento às normas regimentais, licença por cento e vinte e cinco (125) dias de minha atividade parlamentar nesta Casa, a partir de 9 de outubro de 1990.

Tal afastamento se prende a inadiáveis compromissos pessoais.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. — Senador **Irapuan Costa Junior.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada. Será convocado o respectivo suplente. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 350, DE 1990

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno e tendo em vista a comunicação feita pelo Sr. Ministro de Estado da Infra-Estrutura em telegrama datado de 20 de setembro do corrente ano, requeiro assim solicitadas, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, as seguintes informações:

1) Quais os contratos ou ajustes firmados pela Nuclebrás e/ou subsidiárias com o governo do Iraque nos termos do artigo V do Acordo sobre Uso Pacífico da Energia Nuclear Brasil-Iraque?

2) O órgão denominado Centro de Tecnologia Mineral — Cetem — realizou testes de análise de amostras de urânio extraídas do campo iraquiano de Abu Skair? Caso afirmativo, por ordem de quem?

3) Houve, no passado, algum convênio ou contrato firmado entre o Cetem e entidade pública ou estatal iraquiana?

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1990. — Senador **Jutahy Magalhães.**

(À Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O requerimento lido vai ao exame da Mesa Diretora.

Está esgotado o período destinado ao Expediente.

ORDEM DO DIA

A Presidência esclarece ao Plenário que, em obediência ao disposto no art. 10, § 10, da Resolução 8 157, de 1988, as matérias constantes dos itens 4, 5, 6 e 11 da Ordem do Dia não poderão ser apreciadas senão após a votação dos vetos apostos aos Projetos de Lei do DF nºs 39, 41 e 45, de 1990, constantes dos itens 1 a 3, respectivamente.

Os referidos vetos tiveram seus prazos de tramitação no Senado — trinta dias — esgotados, passando a impedir, pelo dispositivo citado, a apreciação de outras matérias de interesse do Distrito Federal.

Não há, em plenário, **quorum**, para deliberação. Em conseqüência, os itens 1, 2 e 3 ficam com a apreciação adiada para outra oportunidade.

São os seguintes os itens adiados:

— 1 —
Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 39, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, **in fine**, da Resolução nº 157, de 1988)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 39, de 1990, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários dos servidores civis da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e Indireta do Distrito Federal, e dá outras providências. (Dependendo do Relatório da Comissão do Distrito Federal.)

— 2 —
Veto Total

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 41, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, **in fine**, da Resolução nº 157, de 1988)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do DF nº 41, de 1990, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que regulamenta o art. 39 da Constituição, relativo ao Regime Jurídico dos Servidores das Fundações Públicas do Distrito Federal e dá outras providências. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)

— 3 —
Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 45, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, **in fine**, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 45, de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis das Fundações Públicas do Distrito Federal, e dá outras providências. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os itens 4, 5, 6 e 11 ficam com a apreciação sobrestada nos termos da Resolução nº 157, de 1988.

São os seguintes os itens sobrestados:

— 4 —

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 50, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 4º, **in fine**, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 50, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de bens de uso comum do povo, situados no Setor de Habitações Individuais Sul — SHIS, QL 4/9, 4/11, 4/12, 4/13 e 4/14, Região Administrativa I, dentro do espaço territorial do Distrito Federal, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 5 —

PROJETO DE LEI DO DF

Nº 53, DE 1990

Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, II, e, do Regimento Interno

Discurssão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 53, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a Companhia Imobiliaria de Brasília — Terracap, a doar os imóveis que especifica e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 6 —

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 43, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 43, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre o aproveitamento de servidores na carreira Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, criada pela Lei nº 82, de 29 de dezembro de 1989, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

– 11 –

PROJETO DE LEI DO DF Nº 33, DE 1990

Discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho), que dispõe sobre a criação de quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 296, de 1990, da Comissão

– **Diretora**, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) – Os itens 7 a 10 ficam com a votação adiada por falta de **quorum** qualificado.

São os seguintes os itens adiados:

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros senhores senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros senhores senadores que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 senhores senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1990

Votação, em primeiro turno, da proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros senhores senadores, que acrescenta dispositivos ao ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) – Item 12:

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Proposta de emenda à Constituição nº 4, de 1989, de autoria do Senador Leopoldo Peres e outros senhores senadores, que acrescenta um § 6º ao art. 5º do ato das disposições constitucionais transitórias.

A Presidência, nos termos do disposto no art. 334, alínea a, do Regimento Inbterno, declara prejudicada a Proprosta de Emenda à Constituição nº 4, de 1989, por haver perdido a oportunidade. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) – Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho a esta tribuna do plenário para uma modesta participação nos trabalhos da sessão de hoje, porque julguei indispensável, já que está passando inteiramente em brancas nuvens um acontecimento que reputo da maior importância. Ninguém se lembrou de assinalá-lo, ninguém se lembrou de festejá-lo, não sei se seria o caso de festejar, porém acredito que devemos – mas devemos imperativa e voluntariosamente – festejar a Constituição Federal que elaboramos e promulgamos há dois anos e que completou o seu segundo aniversário no último dia 5. Como não tivemos sessão no Senado Federal nem na Câmara dos Deputados, e já estamos, no dia 9, somente hoje tenho a oportunidade de aqui vir para assinalar esse acontecimento, mas também esse esquecimento que nos deve deixar realmente preocupadíssimos.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós que lutamos tanto para que este País assumisse o poder democrático através da institucionalização dos Três Poderes, através da implantação dos processos de manifestação e, afinal, da vontade popular e, afinal, conseguimos eleger da vontade popular e, afinal, conseguimos eleger uma Assembléia Nacional Constituinte, que elaborou e promulgou uma Constituição, afinal – volto a repetir o advérbio – chegamos ao segundo aniversário desta Constituição, quase que esquecidos dela.

O Sr. Mauro Benevides – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. POMPEU DE SOUSA – Ouço o aparte do nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Senador Pompeu de Sousa, V. Exª realmente realça, neste instante, o transcurso do segundo aniversário da Carta Magna em vigor, Carta para a qual contribuímos todos nós, Senadores e Deputados, hoje integrantes do Congresso Nacional, do Congresso ordinário, através das nossas propostas, das nossas emendas, das nossas sugestões e dos debates de que participamos, objetivando sobretudo transformar aquela Carta num instrumento de defesa da cidadania e de todas aquelas conquistas ligadas ao povo brasileiro. O segundo aniversário transcorreu exatamente no momento em que todo o País estava debruçado sobre a manifestação das urnas, manifestação favorável a uns e desfavorável a outros, mas sobretudo valendo como um espetáculo de democracia, com as suas falhas, com os seus erros, com as suas distorções. V. Exª ao trazer a rememoração do fato auspicioso que foi a promulgação da nova Carta no dia 5 de outubro de 1988, não poderia deixar de receber, neste instante, de mim, seu companheiro, seu conterrâneo, seu amigo, a manifestação de reconhecimento pela inestimável colaboraçao que V. Exª deu à elaboração do texto constitucional em vigor. A sua assiduidade, a sua participação decisiva, as suas propostas oportunas, as suas teses acolhidas, tudo isso lastreia admiravelmente o currículo

político-parlamentar de V. Exª. Se, momentaneamente, em função de resultados emergentes das urnas, V. Exª ou outro Companheiro de Brasília ou de outras unidades federativas não se favoreceram com o reconhecimento imediato do eleitorado, daqueles que realmente integram a opinião pública do País, V. Exª tem, neste instante, a consagração dos seus pares pelo trabalho que realizou aqui, como legislador ordinário e como Membro da Mesa do Senado Federal, atuando sempre com a maior dignidade com a postura majestática naquela cadeira de que é titular o Senador Nelson Carneiro. Neste instante em que V. Exª homenageia a Constituição brasileira, de que V. Exª e eu somos signatários, não me dispensaria de homenagear também a vida pública de V. Exª, marcada nesta legislatura, aqui no Senado Federal, pelo equilíbrio, pela sensatez, pela assiduidade, pela dedicação e, sobretudo pela defesa intransigente do interesse público. É a homenagem que, prestando à Carta, presto também a V. Exª que foi um dos seus signatários.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito obrigado, nobre Senador Mauro Benevides. O generoso aparte de V. Exª é comoventemente grato a este seu colega e antecipou o que de certa forma eu ia dizer sobre o obscurecimento da comemoração do 2º aniversário da atual Constituição, visto estarmos absorvidos pelos resultados das últimas eleições, de vez que abrangeram um amplo espectro em todo o País. Na verdade, quase esquecíamos que ela estava sendo posta em jogo, porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Poder Legislativo, que se renova na Câmara dos Deputados e por um terço no Senado Federal, assume atribuições constituintes, de vez que em 93 fará uma revisão da nossa Carta Magna. Isso me assusta muito, pessoalmente, menos pelo que significa a minha ausência nesse trabalho, mais pelo que significa a ausência de companheiros da mesma posição política, doutrinária, ideológica. A substituição desses companheiros, por aqueles que representam o processo que eu diria está caracterizando a última eleição havida neste País: é um processo de involucionismo. Estamos num processo involucionista, Sr. Presidente, de vez que o resultado das eleições apontam para o retorno ao Poder Legislativo das forças mais retrógradas, das forças, quando não completamente reacionárias pelo menos altamente conservadoras, que defendem estruturas sociais as mais injustas para este País, e que representam a vitória do que eu chamaria de um processo clientelo-assistencialista, que consiste, vamos dizer, numa verdadeira entronização dos que têm concebido e adotado a famosa posição de declamar-se, proclamar-se e serem reconhecidos como pai dos pobres para melhor cumprirem seu verdadeiro papel de mãe dos ricos.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. POMPEU DE SOUSA Com muito prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Ao tempo em que faço minhas as palavras do Senador Mauro Benevides, que enalteceu a presença constante de V. Exª aqui no Senado, o trabalho eficiente que V. Exª realiza, o trabalho que exercitou durante o período constituinte, desejo, também, fazer minhas as preocupações de V. Exª porque vejo emergir das urnas, pelo menos pelos dados que hoje são conhecidos e divulgados pela imprensa, o perfil de um Congresso novo que assusta. Nós temos um perfil aí que preocupa pelo fato de o Congresso que está sendo eleito atualmente ser responsável pela revisão da nossa Constituição, cujos avanços foram conseguidos com tantas dificuldades, com a presença constante daqueles que procuravam fazer as modificações no âmbito das questões sociais, os ganhos sociais que obtivemos muitas vezes perdemos, principalmente na área da reforma agrária, onde perdemos terrivelmente na Constituição. Hoje, esse perfil que parece emergir das urnas, como V. Exª bem disse, é uma involução. Isso me preocupa, como preocupa a V. Exª e, certamente, a muitos outros, porque podemos ter perdas muito grandes naquelas questões sociais, naqueles avanços sociais que conseguimos há dois anos. Parabenizo V. Exª também por relembrar aquele trabalho que o Congresso executou na Constituição cidadã. Espero que continue exercitando a sua força, o seu poder para que o cidadão brasileiro seja defendido.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães, pelo generoso aparte de V. Exª, inteiramente coincidente com as nossas preocupações.

Na verdade, Sr. Presidente Srs. Senadores, o involucionismo que está caracterizando o resultado eleitoral, indica que toda a luta que tivemos para reformas estruturais da sociedade, reformas políticas, econômicas, sociais e culturais, foi substituída por esse paternalismo, pelo que chamei de clientelo-assistencialismo, através do qual mantêm-se as estruturas através do engodo das camadas mais infelizes da sociedade; mantém-se a injustiça enganando-se os injustiçados com pequenos favores em lugar dos direitos que eles conquistariam, se se tivesse uma atitude cidadã diante deste País, se tivessem condições de cidadania para realmente decidir os destinos deste País.

Isso é o que me assusta, nobre Senador Jutahy Magalhães, nobres Senadores aqui presentes nesta tarde melancólica do segundo aniversário da nossa Constituição.

Assusta-me particularmente porque em 1993, esse Congresso que está sendo eleito agora, esse Legislativo que resulta dessas urnas tão voltadas para um passado de abominável ausência de participação popular na vida pública, com o povo banido, apenas recebendo pequenos favores, como se favores fossem, migalhas de direitos que eles deveriam conquistarm — poisnós deveríamos dar as estruturas para que eles os conquistassem — o que me assusta, nobre Senador Jutahy Magalhães, é que esses futuros constituintes que estão sendo eleitos agora desfaçam aquilo que fizemos. Afinal de contas, se fizemos uma Constituição ainda cheia de imperfeições, sem a menor dúvida deveríamos realmente aperfeiçoá-la. Uma dessas imperfeições, essa realmente indesculpável, é o Capítulo da Ordem Econômica, no que se refere à reforma agrária. Entretanto, esta é a Constituição mais avançada que este País jamais teve.

Receio, e muito, que, com os resultados eleitorais que tivemos, essa revisão constitucional nos leve a um retorno que talvez até nos aproxime da Constituição de 10 de novembro de 1937, com o autoritarismo do Executivo nacional transbordando aos próprios Executivos regionais, com abdicação dos poderes populares existentes, ainda timidamente subexistentes do Poder Legislativo, e a atitude quase que absenteísta do Poder Judiciário, diante do condicionamento do Poder Público pelo dinheiro, pela força do dinheiro associada à força do Estado a serviço de candidatos, de candidaturas espúrias e incompetentes.

Isto tudo associado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que me faz temer que a Constituição Cidadã, assim tão bem

qualificada pelo Presidente Ulysses Guimarães, transforme-se na constituição anticidadã, anticidadão, anticidadania. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Pompeu de Sousa, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Luiz Maya, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE *(Antônio Luiz Maya) — Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, a Presidência comunica ao Plenário que a eleição, pelo Senado Federal, dos Membros do Conselho da República, marcada para hoje, às 18h e 30min, será realizada em data a ser brevemente fixada. A Secretaria-Geral da Mesa providenciará publicação, em avulsos, dos nomes encaminhados à Presidência até o último dia 5 de outubro.*

Com a palavra o nobre Senador Leite Chaves. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como o Senador Mansueto de Lavor, desejo fazer, também, algumas considerações sobre as últimas eleições, sem, entretanto aprofundar o pensamento a respeito de cada assunto, porque isso pretendo fazer com mais calma, num pronunciamento mais elaborado, com dados mais concretos, com informações que possam transmitir, também, algumas sugestões a mais, na tentativa de fazer certas modificações que, a meu ver, são necessárias.

Quero começar, Sr. Presidente, tratando daquilo que já foi abordado hoje: as pesquisas de opinião. Não quero fazer acusações. Não posso fazê-las, porque não tenho dados concretos, a não ser os dados numéricos sobre os quais irei agora pronunciar-me.

Tenho dúvidas muito grandes e profundas no meu pensamento a respeito de como foram feitas as pesquisas de opinião. Eu sempre disse aqui, através de pronunciamentos, de apartes e declarações à imprensa, que acreditava piamente nas pesquisas de opinião que eram feitas. Até nesta eleição eu ainda repetia que acreditava no que estava sendo publicado, mesmo que houvesse um engano ou outro de ordem técnica.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não vejam nestas minhas palavras qualquer tentativa de explicar apenas um resultado eleitoral. É uma preocupação de que fatos como esse não se repitam no futuro, porque no passado — nessa eleição que já é passada — nada pode ser feito. Nada pode ser mudado no tempo. Não podemos, como numa fita de vídeo cassete, retornar no tempo para recomeçar a contar.

Temos que ver o que ocorreu com esses institutos de pesquisas de opinião. No meu Estado, durante seis meses, o Ibope e a Rede Globo repetiam, de uma semana para a outra, que o candidato do PFL teria uma vitória esmagadora e ganharia tranqüilamente a eleição no primeiro turno. Seria uma das maiores vitórias do Brasil. Citavam nominalmente o candidato e colocavam a sua imagem no vídeo, sempre com essa preocupação de fixar uma vitória que, pelos números que apresentavam, seria da ordem de um milhão e meio de eleitores, a diferença do candidato do PFL para a soma dos candidatos adversários. No dia da eleição, a chamada pesquisa de boca-de-urna, já procurando fazer um acomodamento da situação para aparecer mais real, apontava o candidato do PFL com 50%, número este bem claro. E por que 50%? Porque não haveria dúvidas de quem ganharia a eleição, já que se tratava de 50%, contando os votos brancos e nulos, e não 50% dos votos válidos.

Qual a realidade, Sr. Presidente? Hoje, computados 90% dos votos depositados nas urnas, restando ainda uns poucos votos de Salvador, as pesquisas dão a vitória ao candidato do PFL da ordem de 54 a 55% dos votos. Na realidade, ele está perdendo, e por uma dirença bem razoável, mas, contando umas poucas urnas de Salvador que ainda faltam ser apuradas, e em vistas, principalmente, dos votos dos pequenos municípios, onde ele está tendo realmente uma vitória; ele irá certamente vencer, na minha opinião. Esta responsabilidde é exclusivamente minha, porque os números não mostram isso. Não é uma previsão com base técnica, é uma espécie de **feeling** político, que me dá a impressão de que, com esses últimos votos que faltam ser apurados, contabilizados, ele irá vencer, mas vencerá, Sr. Presidente, com uma diferença aproximada de 20 mil votos.

Temos aqui representantes do Nordeste, que sabem o que significa para a Região um candidato do tipo do Sr. Antônio Carlos Magalhães, que é autoritário, que sabe perseguir os seus adversários. A Rede Globo e o Ibope diziam todos os dias que ele teria uma vitória de 1 milhão e meio de votos de frente. Setenta prefeitos nossos passaram para o outro lado e ele ganhou por 20 mil votos. O que isso significa, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Uma indução de votos a favor de um determinado candidato. O que pode ser feito? Nada! Nada poderá ser feito. Por isso digo que a minha preocupação é para que esses fatos não se repitam no futuro. Precisamos de uma legislação que impeça que fatos como esses se repitam, pois quem tem que eleger um governo é o eleitor daquele Estado e não a manipulação de forças dos meios de comunicação e de institutos de pesquisa.

Sr. Presidente, temos realmente que pensar muito a respeito dessas eleições. São vários fatos que se somam. Não pretendo jamais fazer um estudo sociológico desta eleição, porque não tenho condições para isto. Mas quero e acredito que posso fazer alguns comentários de ordem política.

Sr. Presidente, saio desta eleição com outra grande preocupação. Fui sempre contra o voto distrital, baseado no fato de considerar que a influência do poder econômico em um eleitorado mais restrito seria muito grande. Fiz minhas eleições todas sem ter recursos para gastar, sem ter uma camisa para distribuir, sem ter **outdoor** nas ruas do meu Estado, sem ter sequer uma propaganda paga na televisão, rádio ou jornal, sem ter propagandas grandes e caras distribuídas pelos diversos municípios. Fazia eleição em um carro particular, com motorista ao lado, correndo todos os municípios do meu Estado em busca dos votos, conquistados pela confiança que podia merecer de alguém e, principalmente, de uma conversa sem demagogia, sem promessas. Graças a Deus, sempre fui vitorioso nas minhas eleições.

Por isso ficava procurando fugir da marcação daqueles que tinham o poder na mão e tinham poder econômico também para me enfrentar. Por isso era contra o voto distrital.

Não me candidatei desta vez mas vejo candidatos do Brasil inteiro, não só do meu Estado, mostrando o que foi a influência do poder econômico nesta eleição. Isto foi vergonhoso! É uma vergonha o que se passou nesta eleição! O que eu dizia aqui, antes do pleito é que deveríamos ter senadores e deputados não mais de paletó e gravata, mas de macacões, como

os pilotos de Fórmula-1 usam, com adesivos, para mostrar quais os seus patrocinadores. Infelizmente, estamos vendo que teria de ser assim, porque ninguém tem condições de gastar o seu próprio dinheiro, da forma como foi feita nesta eleição.

Hoje, sou a favor do voto distrital. Vou apresentar uma emenda. Pode ser apenas mais uma, mas vou apresentar, se tiver e merecer a assinatura dos meus Colegas de Senado em número suficiente, uma emenda para a criação do voto distrital. Vai-se dizer que devemos esperar a reformulação da Constituição, mas lembremse, Srs. Senadores, que ela ocorrerá a partir de outubro de 1993 e a eleição será em 1994. Não sabemos quantos meses vamos levar para fazer essa revisão. Depois, pode aparecer uma proposta dizendo que ele não poderá ser feito por ser ano de eleição. E não poderemos instituir o voto distrital.

Este assunto, temos que tratá-lo antes da revisão para mostrar qual o pensamento do novo Congresso, não agora, no final deste. O novo Congresso terá que se debruçar no próximo ano para ter tempo de fazer as leis complementares exigidas para que se possa a institucionalizar o voto distrital, se essa for a vontade da maioria.

Hoje, temos que restringir a área de atuação dos Srs. Parlamentares e, principalmente, criar condições de fortalecimento dos partidos, o que só será obtido se tivermos realmente o voto distrital.

Por isso vou apresentar essa proposta, na esperança de que, ao contrário do que imaginava no passado, o voto distrital venha a influenciar os eleitores, levando a uma aproximação maior com o eleito, tendo condições de vigiar mais o seu trabalho, podendo, então, fazer a eleição sem a influência, tão perniciosa, do poder econômico.

O Sr Odacir Soares — V. Exª me concede um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Odacir Soares — Queria, nessa parte em que V. Exª fala do abuso do poder econômico, reportar-me ao aparte que dei ao discurso do nobre Senador Mansueto de Lavor, quando fazia referência ao fato de que, neste momento, vencida essa etapa da eleição propriamente dita, vamos ter a fase da aprovação dos gastos que foram realizados pelos partidos, ou pelas coligações, através dos seus respectivos comitês interpartidários, de propaganda, às quais quase sempre nós, políticos, partidos, coligações, não damos nenhuma importância. Na realidade, 90% das despesas ostensivamente feitas nas campanhas eleitorais não constam das prestações de conta. Isso acontece porque, geralmente, não damos importância a essa etapa, que poderia, se fosse observada, levar à inelegibilidade superveniente de uma série de candidatos que, ostensivamente, sempre abusaram e continuam abusando do poder econômico nas eleições. Outro aspecto, nobre Senador Jutahy Magalhães, a meu ver muito importante, é a profissionalização da Justiça Eleitoral, que sobrevive precariamente, no Brasil. Os recursos que são colocados à sua disposição só o são quase sempre à época das eleições, quase sempre às vésperas das eleições. E, sempre, são recursos mínimos, recursos insuficientes até para alimentar os mesários, alimentar aqueles que prestam serviços nas seções eleitorais no dia das eleições. Entendo, então, que, neste momento, a Justiça Eleitoral precisa ser profissionalizada, precisa ter um caráter permanente de funcionamento. Os quadros da Justiça Eleitoral são quase sempre cedidos por outros órgãos da administração federal, porque os quadros próprios são exíguos, são pequenos. Então, entendo que, neste momento em que vamos tratar do orçamento da União para o exercício de 91, devíamos ter em mente essa questão da Justiça Eleitoral. Precisamos dotar a Justiça Eleitoral brasileira permanentemente de recursos suficientes para que se profissionalize. Essa é uma advertência que faço aqui, ao Senado Federal, na oportunidade do seu discurso, porque temos sempre, a cada eleição, debatido essas questões e, lamentavelmente, não temos dado a importância devida àquilo que emerge das eleições como fato deturpador do processo democrático e do processo eleitoral. V. Exª tem razão, ocorreu em todo o Brasil o abuso ostensivo do poder econômico, abuso na cara da Justiça Eleitoral, abusos que foram observados, que foram vistos pela Justiça Eleitoral e, lamentavelmente, nenhuma providência foi tomada. Penso que ainda temos uma oportunidade de fazer prevalecer a legislação eleitoral, o código eleitoral, neste momento da aprovação das despesas das eleições. Congratulo-me com V. Exª pela abordagem dessa questão, mas faço esta observação que, inclusive, já havia feito ao discurso do Senador Mansueto de Lavor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a contribuição de V. Exª, Senador Odacir Soares, assim como V. Exªs considero que seria conveniente que pudéssemos fazer essa profissionalização da Justiça Eleitoral, para que sejam participantes apenas aqueles que venham a se dedicar a esse assunto, e não aproveitados na época eleitoral juízes e funcionários que nada têm a ver com a Justiça Eleitoral em si.

Mas, Srs. Senadores, apenas em rápidas pinceladas vou tratar de um assunto, já abordado pelo Senador Mansueto de Lavor, discordando, inclusive, da minha posição, que é o voto facultativo. Sou a favor do voto facultativo, não por considerar que não devamos ouvir o protesto. Não considero que todos os votos brancos e nulos sejam decorrentes de protestos, mas outras motivações também ocorreram para que tivéssemos tantos votos brancos e nulos. Penso, Sr. Presidente, que deve votar quem quiser votar. Entendo que não é uma diminuição do número de votos que vai retirar a legitimidade de quem for eleito. Se fôssemos aqui medir legitimidade, menos legítimos seriam os que foram eleitos pelos votos em branco para deputado federal e deputado estadual, porque os votos em branco contam. É um protesto que vai trazer inúmeros deputados federais para o Congresso, e que vai levar inúmeros deputados estaduais para as diversas Assembléias. Considero muito mais interessante o voto facultativo: quem quiser votar, que vote; quem quiser ir à praia, que vá à praia; mas quem decidir votar, que o faça consciente do valor do seu voto, da importância do seu voto para que se processem as modificações necessárias, no sentido de termos uma renovação para melhor, e não para pior, como — infelizmente — esta que parece emergir das urnas. Os votos em branco estão elegendo — não sei se é a maioria — um grande número de parlamentares.

Então, falando apenas ligeiramente sobre o assunto, entendo que não é para se decidir, para se definir hoje sobre o voto facultativo. Mas não podemos mais ficar imaginando, no Congresso, que temos tempo demasiado para resolvermos as questões. Vamos deixando passar o tempo, meditando sobre o assunto e quando acabamos de meditar, a próxima eleição já chegou. E quando a próxima eleição chegar, não poderemos mais meditar sobre este assunto. Considero que ele deve ser abordado, na expressão latina do Senador Mau-

ro Benevides, opportuno tempore, mas não agora: o próximo ano será a época de tratarmos desse assunto.

O Sr. Wilson Martins — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço o aparte do nobre Senador Wilson Martins.

O Sr. Wilson Martins — Neste Senado habituamo-nos a ouvir os pronunciamentos de V. Exª no plenário e também nas comissões, sempre com a mesa característica: desassombro, franqueza, lealdade. E chamou-me particularmente a atenção o que V. Exª declarou na parte inicial do discurso que faz nesta tarde, ou seja, que o Governador do seu Estado, que pleiteia a sua recondução ao mesmo cargo, nesta hora, vencerá as eleições, segundo suas estimativas, apenas por 20 mil votos. Realmente esta declaração, esta cifra é surpreendente, uma vez que todos nós neste País, pela leitura dos noticiários da imprensa, pelas ondas do rádio, pelas imagens da televisão, estávamos seguros de que dificilmente o Sr. Antônio Carlos Magalhães se submeteria a um segundo turno, tal era a onda que se fazia sobre o seu enorme prestígio naquele Estado. Realmente, as pesquisas, objeto hoje dos longos debates neste Senado, devem ser examinadas com muito critério pelo legislador, para que sejam convenientemente regulamentadas. E, neste sentido, nesta tarde, foi apresentado pelo nosso colega Senador Humberto Lucena, um projeto com esse objetivo. Outro ponto que eu gostaria de frisar neste aparte, é que, em relação ao voto distrital, eu gostaria de perfilhar a opinião de V. Exª, nobre Senador Jutahy Magalhães. Mas receio que pelo voto distrital nós estaríamos sujeitos a uma onda de perversão eleitoral, especificamente de destruição do caráter do eleitor através de suborno ainda muito maior do que existe nos nossos dias. O Colégio é mais restrito, os recursos são convenientemente endereçados e poderíamos correr o risco, instituído o voto distrital, de assistirmos um espetáculo muito mais degradante do que aquele que hoje temos colocado perante os nossos olhos. O quadro destas eleições não é, de maneira alguma, um quadro auspicioso, ao contrário, muito ao contrário, é um quadro degradante. O poder econômico cada vez mais aplasta a vontade livre e independente do eleitorado e aquilo que consta da lei de combate ao poder econômico fica na intenção do legislador; nunca é tirado da letra fria da lei para realmente se converter numa decisão que exclua um candidato da luta, dizendo: "Você ultrapassou os limites do que era permitido e não pode disputar a eleição". Ele vai ao fim da eleição, audacioso como é, obtém a vitória, recebe o diploma, toma posse e cumpre o seu mandato. Isso é o que estamos habituados a ver no Parlamento, nas Assembléias e nos cargos do Executivo. Não sei onde há falha maior: se da falta de partidos políticos se organizarem e fazerem os processos necessários ou se da própria Justiça Eleitoral. Temos que examinar esse assunto com muito cuidado para ver o tratamento que devemos dar em possíveis modificações da legislação existente. Quanto ao mais, nobre Senador Jutahy Magalhães, desejo cumprimentá-lo, mais uma vez, pela maneira altiva e correta com que V. Exª traz esses problemas à consideração do Senado Federal e assim o parabenizo pela maneira como trata mais um assunto de interesse da Nação dentro do Senado Federal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª pelo aparte, porque V. Exª sempre traz uma contribuição valiosa a qualquer pronunciamento, tratar sempre os assuntos de forma muito judiciosa. Mesmo na divergência, tenho a satisfação de ver que concordamos em muitas coisas. O pensamento de V. Exª é exatamente aquele que eu tinha até pouco tempo atrás a respeito do voto distrital: a preocupação de uma área mais restrita receber uma maior influência do poder econômico, mas essa eleição fez com que eu modificasse totalmente esse pensamento. Penso que a influência do poder econômico foi muito grande por uma razão também muito simples: o desconhecimento do eleitorado a respeito da ação do parlamentar do seu estado. Praticamente ninguém sabe o que é feito aqui nesta Casa; ninguém sabe dizer o que faz V. Exª em benefício do seu estado, o que eu faço ou qualquer senador que trabalha aqui diariamente. Todos nós vamos de roldão, de uma forma genética, como se nada realizássemos de prático, de útil ou de eficiente neste Congresso.

Tive oportunidade de assistir à última eleição nos Estados Unidos para presidente, senador e deputado, e uma coisa me chamou a atenção: de todos os candidatos à reeleição da Câmara dos Deputados nos Estados Unidos — logicamente alguns saíram porque desistiram da vida pública, outros foram candidatos ao Senado ou a governadores, mas a grande maioria foi candidata à reeleição e de todos os candidatos, apenas um perdeu, um único.

Nos Estados Unidos, o deputado e o senador têm todas as condições de fazer chegar ao seu eleitorado limitado ao distrito o seu trabalho, como o realizam — é o voto distrital — e aí existe a participação do eleitor, a maneira como chamam "o meu deputado", "o meu senador". Pelo menos, na minha experiência, acontece o contrário, porque poucas pessoas participam das atividades que executo no Congresso Nacional.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Jutahy Magalhães, havia pensado, inicialmente, em elaborar algo para apresentar da tribuna. Como sabe V. Exª, sou um derrotado dessa eleição.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª não é um derrotado. O nobre Senador foi para a luta, enfrentando-a com galhardia. V. Exª traz para esta Casa uma participação muito grande. V. Exª teve, sim, menos votos.

O Sr. Ronan Tito — Penso que estamos vivendo as vésperas do 1993, quando deveremos rever a nossa Constituição Federal. De uma coisa estou seguro, nobre Senador, se o processo eleitoral brasileiro quiser ser verdadeiramente democrático, há que ser revisto. Não quero fazer um juízo precipitado, estou saindo da campanha agora, mas me lembro muito bem que na nossa Constituinte de 1988, estávamos na Subcomissão de Comunicação, quando um senador num determinado momento disse: "a imprensa é intocável", e deixamos a imprensa acima do bem e do mal. Sei que a intenção daquele senador, naquele determinado momento, era não limitar a função do jornalista, mas com isso deixamos os donos da imprensa acima do bem e do mal, assim como também ficou acima do bem e do mal o Judiciário; não conseguimos criar sequer uma comissão, constituída inclusive de juristas e magistrados, para rever atos ou mesmo o Poder Judiciário; quanto à imprensa, nem isso tentamos. Hoje estamos assistindo, por exemplo, o preparo do imaginário coletivo pela imprensa com uma antecedência de 2, 3 anos. Quando alguém chega a se candidatar, ou está dentro do perfil desenhado pela imprensa, ou, então, não tem possibilidade de se eleger. Digo a V. Exª, que esse estudo do imaginário co-

letivo —, ao qual a Alemanha vem-se dedicando de uns 10 anos para cá, com tanto afinco, e que os Estados Unidos da América do Norte já o estudam há mais de 30 anos — nós, aqui, repito, deixamos a formação do imaginário coletivo nas mãos, inteiramente à vontade, da televisão; dos jornais. Outro dia discutíamos, um grupo de políticos, a respeito do imaginário coletivo; qualquer um de nós que vai à televisão, no "Bom Dia Brasil" ou em qualquer outro programa, e a primeira pergunta que fazem é a seguinte: quanto ganha um senador? Quanto ganha um deputado? E o que deveríamos estar questionando, há muitos anos, aqui, é o salário mínimo deste País, porque a maior vergonha que existe no Brasil é o salário que ganha o trabalhador. Ao invés de questionarmos o que é aviltante, que é o menor salário do mundo, só comparado ao de Serra Leoa — mas, pelo amor de Deus, em termos de nações comparar-mos o Brasil com Serra Leoa é até uma ofensa ao nosso País. Então, o grande escândalo, o grande escárnio é o salário do trabalhador, o salário do funcionário público, o salário do assalariado numa só palavra. No entanto, nós devemos estar com o nosso salário hoje em torno de 6 mil dólares bruto. Acredito que seja um salário médio, podemos compará-lo com alguns países onde o Produto Interno Bruto é a metade do nosso, mas não é um escândalo ganharmos isso. O jornalista que nos interroga não questiona o próprio salário. Um dia perguntei ao jornalista que me questionava sobre quanto ganha um Senador: "quanto você ganha? Gostaria de ganhar, por exemplo, o que ganha o Joelmir Beting. Mas quanto ganha você? Ele então se deu conta de que está com o seu imaginário, no meio do imaginário coletivo, formado como interessa à classe dominante brasileira. Muitas vezes questionamos aqui o poder econômico nas eleições; temos que diminuir a força do poder econômico que se deslocou inteiramente. Hoje não é tanto o dinheiro, as bênçãos de uma boa rede de televisão valem muito mais do que o dinheiro. Então, há influência do poder econômico nas eleições e para que elas se tornem verdadeiramente livres, temos que pensar numa série de coisas. Não sei se açodamente, como fez o nosso colega, Deputado Maurílio Ferreira Lima, que disse que temos que criar imediatamente o voto facultativo. Não sei se é por aí; precisamos começar a discutir o processo eleitoral brasileiro a um ponto. Eu não estou dizendo que deixei de ser eleito ou tive uma votação mínima, nada disso; tivemos, em determinadas cidades em que abstenção era no máximo de 10%, um índice de 48%. Uma pergunta que deixo ao Plenário, ainda que um pouco vazio, é se já viram, por exemplo, nessas novelas que ajudam a preparar o imaginário coletivo, apresentar um parlamentar que levanta de manhã cedo e toma café com leite, seja deputado ou senador. Eu nunca vi aparecer numa novela um parlamentar que seja normal, que seja um homem que levanta de manhã cedo, pega o seu carro, vai ao serviço e volta. Eu nuca vi! Tudo é apresentado de tal maneira que os parlamentares, senadores e deputados têm todas as anomalias psíquicas, todas as deformações morais. Nobre Senador Jutahy Magalhães, não houve esse trabalho em cima do Executivo. Agora, a pergunta que deixo a V. Exª, ao Plenário e a nós todos: há possibilidade de construir um Estado democrático sem Parlamento? Há possibilidade de construir parlamentares? Será possível?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Será possível ter parlamentares sem partidos políticos?

O Sr. Ronan Tito — Sem partido duradouros? Eu não conheço. Veja-se o caso do Uruguai. Que tem partidos com 150 anos. Veio uma revolução militar lá dentro e quando acabou a intervenção militar, os dois partidos voltaram normalmente: o Blanco e o Colorado. Penso que temos que começar a raciocinar, a pesar, a discutir e a debater aqui. Não posso admitir nada acima do bem e do mal, acima da lei. No Estado democrático nada pode estar acima da lei: rádio, televisão, jornal, imprensa e também o Judiciário. E temos de rever isto. 93 está aí! Ou será possível que novamente vamos dizer com uma frase de efeito, "A imprensa é intocável!" e largas as coisa como estão?! Penso que não! Entendo que, com a importância que o Poder Judiciário tem, temos de pensar também no Conselho Superior de Magistratura. Constituído de quem? De magistrados! De homens tirados da própria Justiça! Mas não podem o Judiciário e a imprensa neste País continuar acima do bem e do mal e acima das leis! Nada, nada no Estado democrático está acima das leis, segundo entendo. Agradeço a V. Exª o aparte que me concedeu e peço desculpas por haver tornado o meu discurso um pouco longo; mas é parte de uma reflexão para a quel convido os companheiros a fazer. Não só uma reflexão, mas também um debate sobre esse tema tão palpitante, que é a Constituição do Estado democrático.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª o aparte Senador Ronan Tito, porque minha idéia, como disse, não era fazer um pronunciamento mais profundo a respeito desses temas, mas provocar um debate sobre eles, uma reflexão maior por parte dos Srs. Senadores, uma discussão mais ampla, mas dentro do tempo necessário para que aquilo que fosse sugerido pelo Congresso possa transformar-se em lei, e essas modificações devem ser feitas a tempo, porque a revisão da Constituição vai ser ampla. Minha preocupação é a de que alguns assuntos terão de ser revistos antes da própria revisão para que haja tempo de sua aplicação na próxima eleição. Receio que a revisão constitucional seja concretizada em cima da eleição, se não for antecipada, porque começando a revisão no dia 5 de outubro de 1993, estaremos no fim do período legislativo daquele ano e o ano seguinte, será um ano eleitoral.

O Sr. Ronan Tito — Estou de pleno acordo com V. Exª.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Essa é a minha preocupação: tratarmos de alguns assuntos com a maior celeridade, com a maior brevidade.

Mas concordo com V. Exª quando fala que nada está acima da lei. E veja V. Exª como tantas coisas neste País têm estado acima das leis, e quanto desses fatos concretos decorreram da nossa omissão, da omissão do Judiciário porque, Sr. Senador Ronan Tito, considero que nós temos que fazer — e aí está o resultado da eleição que demonstra a necessidade premente e urgente de fazermos uma autocrítica —, temos de modificar o que ocorre no Congresso Nacional nos nossos trabalhos diários. Não podemos mais admitir que prevaleça a vontade dos omissos neste Congresso. Devemos fazer com que haja uma participação maior dos Congressistas, sem fazer concessões a críticas apresentadas, que muitas vezes nos fazem, mas sendo, também, severos com aqueles que não cumprem com as suas obrigações. Sou a favor, realmente, de que se trate o omisso com severidade para que possamos levar à opinião pública uma outra imagem deste poder, uma imagem de trabalho e eficiência que nós não conseguimos transmitir.

Não conseguimos transmitir e também há uma distorção muito profunda daquilo que ocorre

neste Congresso. V. Exª fala da questão dos nossos subsídios. Sou católico e toda semana vou à minha missa, quando não vou mais de uma vez por semana. E há duas semanas li, naquele folheto distribuído antes da missa, um artigo de um Padre Virgílio lá de São Paulo. Nesse artigo, entre outras coisas, outras críticas a nós, políticos — era véspera de eleição — uma dizia que era impossível admitir — tratando-se salário mínimo — que alguém no Brasil ganhasse 200 salários mínimos por um trabalho de um ou dois dias por semana.

Para dizer francamente, fiquei revoltado quando escutei aquilo. Não me manifestei na hora, porque achei que isso poderia provocar uma certa emoção numa Missa de uma pequena comunidade. Mas após essa missa, tive a oportunidade de manifestar a minha opinião.

Eu disse: "até pelos números, vamos discutir". Duzentas vezes um salário mínimo de 6 mil e 400 cruzeiros seria um salário de quase 1 milhão e meio por mês. Eu gostaria de saber quem é que recebe isso, porque eu não recebo. V. Exª deu um cálculo aproximado do que nós recebemos. Agora, diríamos: é muito em razão do salário mínimo? É. V. Exª declarou que nós temos que levar em conta que o salário mínimo existente no Brasil é escandaloso. Se transmitirmos uma mensagem de trabalho e eficiência, aqui, também iremos poder discutir com mais eficiência essa questão salarial. Existem aqueles que não vêm, aqueles que recebem sem trabalhar. Existem! E aí, Srs. Funcionários, prestem atenção, porque eu sou a favor do ponto no Senado exatamente para acabar com a idéia que existem muitos que não trabalham, quando são poucos os que não trabalham e são muitos os que aqui estão trabalhando com eficiência. Mas temos que separar o joio do trigo e essa também seria uma das razões do meu pronunciamento futuro: discutir essa questão da autocrítica. Numa época em que se fala tanto em pacto social, devemos fazer um pacto com a imprensa, para que abra mais espaço para o que se trata e o que se realiza aqui, neste Congresso. Faço aqui, também, um apelo ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente do Senado Senador Nelson Carneiro, para que não permita que continue essa propaganda massificante que está aí nas televisões a respeito das benesses do Executivo aos aposentados e aos trabalhadores rurais, quando isto é do Congresso. O Presidente do Congresso precisava requerer horário para mostrar ao povo brasileiro que isto é decorrente de uma ação do Congresso Nacional, não é benesse nenhuma do Executivo.

E quando não reclamamos, passa como uma verdade, como se o pai dos pobres estivesse aí funcionando nacionalmente.

É preciso, Sr. Presidente, que haja uma ação do Presidente do Congresso Nacional, chamando a si o direito de falar à Nação brasileira, para mostrar quem foi que tratou dessa questão dos aposentados e dos trabalhadores rurais.

Li, há alguns dias, uma reportagem falando que das leis aprovadas neste Congresso a mais importante teria sido a Lei de Defesa do Consumidor, e que isso se devia ao Presidente Fernando Collor, quando, nesta matéria, se devem a Sua Excelência os vetos que fez para prejudicar o Código de Defesa do Consumidor. Sem nenhuma preocupação de autoria, como muitas vezes tenho, mas, se tivesse autoria nesse projeto, se houvesse autoria individual, seria deste orador que está falando, porque o projeto teve iniciativa pela assinatura deste orador, nada tem a ver com o Executivo.

São atos como este que merecem a atenção da imprensa para dar um maior espaço ao que se realiza aqui nesta Casa. Nós temos que ter uma espécie de pacto social, porque a imprensa depende muito da democracia só pode ser exercida através de um Congresso livre, um Congresso fortalecido, o que não tem ocorrido neste País.

O Sr. José Fogaça — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, nobre Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Este é um momento em que é difícil se fazer uma avaliação sobre o recente processo eleitoral, porque nós estamos no fragor das apurações e, em alguns estados, em meio ao embate eleitoral. Mesmo assim, não podemos fugir a esse dever, nobre Senador Jutahy Magalhães. V. Exª está cumprindo o seu dever, que é o de retratar, com fidelidade, o que vem ocorrendo no Brasil. Estou vendo, com tranqüilidade, que a desmoralização do Parlamento — que vem sendo empreendida de forma deliberada, urdida e tramada por setores que estão interessados em enfraquecer o Poder Legislativo — não tem o objetivo de mudar, de transformar esta Casa numa Casa mais atuante, mais presente na vida nacional. Engana-se V. Exª Com todo o respeito, não é isso o que querem esses detratores do Parlamento. Não querem provocar uma reação positiva, querem provocar o contrário, uma desmoralização ainda maior uma depreciação ainda maior, e uma total anulação desta instituição, justamente para que o atual Presidente da República possa capitalizar sozinho todas as conquistas que estão sendo empreendidas no País. É fantástico como, ao se percorrer o Brasil — cada um o fez nesta campanha eleitoral —, se pôde perceber que o povo brasileiro não tinha noção clara do que está sendo feito pelo Congresso Nacional em função dos interesses dessa própria população. E aí V. Exª tem razão quando toca, por exemplo, na questão da Lei de Benefícios da Previdência Social. O Congresso Nacional a aprovou depois de uma longa e penosa luta, de árdua jornada, de um combate terrível que se travou na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e, antes, na Assembléia Nacional Constituinte. O Presidente veta integralmente a lei, depois assina uma medida provisória com enormes restrições àquilo que havia sido aprovado no Congresso Nacional, e vende à opinião pública a idéia de que tudo é de autoria de Sua Excelência. O mesmo já havia acontecido no Estatuto da Criança e do Adolescente; projeto de autoria do ilustre Senador Ronan Tito, que assinou uma proposta de entidades ligadas à questão da criança e do adolescente, entidades as mais comprometidas com uma visão de vanguarda, com uma visão inovadora, com uma visão que está realmente revolucionando o tratamento da criança e do adolescente no Brasil. Instituí, pela primeira vez, na prática, os direitos universais da criança em nosso País. Pois não é que o Presidente da República, ao sancionar a lei que tem origem no Congresso Nacional, lei que é fruto de um trabalho do Congresso Nacional, o faz de maneira inteiramente deformada: cria a imagem, a ilusão, tenta passar à opinião pública a idéia de que Sua Excelência teria sido o autor da lei, do apadrinhamento desta lei. É isso que nos impressiona, que nos acachapa, que nos derruba, nobre Senador Jutahy Magalhães. E V. Exª pergunta: Mas o que fazer contra isso, contra essa teia de poderes que se vale de redes nacionais de televisão, que se vale dos jornais mais poderosos, que se vale da estrutura do poder econômico, que se vale de tudo que há de mais forte e poderoso neste País — para diminuir

o valor do Congresso e transformar o Presidente da República que evidentemente está a serviço dos interesses conservadores, que está a serviço da internacionalização econômica do País — num herói, neste momento, como uma pessoa intocável? Os trabalhadores estão passando fome. Estamos vivendo o maior arrocho salarial da História do Brasil, estamos vivendo a maior recessão, hoje aceita e assumida pelo Presidente do Banco Central. Não tem parâmetros. Só em 64 e 65 se viveu uma recessão desta envergadura, e o Presidente passa incólume; repassa-se a responsabilidade disso ao Congresso Nacional. Nas ruas — engana-se V. Exª, Senador Jutahy Magalhães — estão os homens, as mulheres que trabalham, que sustentam, que mobilizam a atividade econômica neste País, os trabalhadores que constroem com o seu suor a riqueza deste Brasil. Não é o salário dos parlamentares, não é a atividade e o trabalho dos parlamentares que os impulsiona para essas atitudes; é o fato de que o salário está mais baixo, a vida está pior, o aluguel está mais caro, o transporte está muito mais caro e a vida piorou para todos, e todos supõem que a culpa disso esteja aqui, no Congreso, que não trabalha, que recebe altos salários, enquanto a mídia eletrônica trata de proteger e tornar incólume, sagrada, a figura do Presidente da República. É essa manipulação, é esse jogo de informações, é essa maneira perversa de condicionar, de induzir a opinião pública que está em andamento no nosso País. Veja V. Exª, será que a população quis punir os congressistas, porque são pessoas que não trabalham e recebem altos salários? Mas que população é essa que quer punir os congressistas e que vota no Sr. Antônio Carlos Magalhães, acusado do maior volume de corrupção que este País conheceu? Que população é essa que quer punir os congressistas e que vota no Sr. Paulo Maluf, em São Paulo? E eu poderia citar aqui 15 ou 20 candidatos que estão no segundo turno e alguns que se elegeram já no primeiro turno. E quanto maior o volume de acusações de corrupção parece que maior era o volume de votos que o candidato recebia. Portanto, não me venham dizer que o protesto popular é contra o Congresso, é contra o absenteísmo, é contra a preguiça do Congresso, é contra os salários. Porque, pelo amor de Deus, ninguém viveu mais mordomicamente as delícias do poder público neste País do que o Sr. Paulo Maluf. Ninguém! Não há registro, nem exemplo na História do Brasil, e o povo de São Paulo o consagrou nas urnas. Portanto, querer me dizer que isto é uma atitude moralista do povo brasileiro contra o Congresso, cá entre nós, só um estúpido pode fazer esta interpretação. A única interpretação que faço é a de que o povo brasileiro está sofrido, amargurado, doído, é um povo que está submetido a um duríssimo sofrimento social, a um empobrecimento real. A verdade é que o povo está com a sua capacidade de detecção neste momento completamente comprometida, ou seja, o povo perdeu a capacidade de perceber onde estão os culpados. Embaralharam tanto as coisas no Brasil, jogou-se uma cortina de fumaça tão grande em torno de questão de Constituinte, de regulamentação da Constituição, que centenas de vezes ouvi jornalistas de rádio e televisão dizerem: "A vida está mal, mas também o Congresso não regulamenta a Constituição. A vida está uma desgraça, mas também o Congresso não trabalha." Pergunto ao Presidente em exercício desta Casa, Senador Pompeu de Sousa, um dos homens mais dignos da História deste Parlamento: Se regulamentássemos as duzentas leis complementares da Constituição, se trabalhássemos 24 horas por dia para produzir toda regulamentação da Constituição, o salário aumentaria? Haveria mais casas para todos? A inflação acabaria? Não! Porque não depende de regulamentar a Constituição a mudança da estrutura social e econômica do País, mas, sim, depende de uma política econômica que viabilize as reformas que este País precisa e que são de responsabilidade do Poder Executivo e do Presidente da República! Infundiu-se na cabeça do eleitor a tese mentirosa, falsa, perjúria, de que se tudo está mal é porque não há leis para aumentar salário, para baratear aluguel, para regular a Previdência, para melhorar a vida do consumidor. Não é um Código de Defesa do Consumidor que vai melhorar o padrão dos produtos que são consumidos no Brasil! Também não é uma regulamentação do sistema financeiro, dos juros de 12%, que vai acabar com a usura, que vai acabar com a expropriação que faz do setor financeiro do setor produtivo! Não é! Portanto, não são as leis do Parlamento que vão mudar essa estrutura, mas se passou esta idéia à população. V. Exª, Senador Jutahy Magalhães, é o culpado e a Constituição que V. Exª assinou e ajudou a fazer é que tem a culpa de o salário ser tão baixo no Brasil... A culpa é dos constituintes pelo aluguel estar na situação em que está, insuportável... Agora, em que lugar do mundo a Constituição é para isso? Em que lugar do mundo o Parlamento trabalha para isso? O fato é que, na prática e nos resultados concretos da vida, as coisas são assim, e toda a manipulação não é só no sentido de dirigir para a opinião de que o Congresso não trabalha, de que o Congresso não faz as leis, de que o Congresso recebe altos salários. É pior do que isso, porque se fosse só isso, e ainda nos atribuíssem as coisas boas que fazemos — o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Benefícios da Previdência, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Política Salarial que implantamos aqui e que o Presidente derrubou —, se dissessem que somos aqui imprestáveis, mas, ao mesmo tempo, mostrassem aquilo que fizemos e atribuíssem a nós, até não me espantaria. Mas, quando vejo que tudo que fazemos de bom é atribuído ao Presidente da República, e tudo o que o Presidente não faz é atribuído a nós, então, me perdoe, aí não há saída. O salário é baixo, neste País, por uma razão, porque estamos submetidos a uma grave recessão e há um processo de desemprego massivo. Quando há desemprego em massa, os salários caem, são puxados para baixo, porque o exército de reserva de mão-de-obra, que se oferece para trabalhar a qualquer preço, faz os salários caírem, o trabalhador perde o direito de greve, perde o poder de barganha que a greve tem, não adianta fazer greve porque ela faz e o patrão o bota na rua e o substitui por outro com o salário mais baixo. Então, a política econômica que está sendo implantada, esta, sim, é dura; esta, sim, é cruel; esta, sim, é perversa e, esta, sim, é de responsabilidade daquele bonito jovem Presidente que anda de *jet-ski* no Lago de Brasília. Aquela bela imagem do Presidente da República, que é dissociada, todos os dias, pelas redes de televisão, da perversidade e da crueldade da sua política econômica. Enquanto isso continuar, nobre Senador Jutahy Magalhães, os pronunciamentos de V. Exª e os meus não terão nenhuma repercussão, nunca, em lugar algum; vão morrer dentro dos Anais desta Casa, irão competir com uma altamente, fantasticamente bem urdida trama de cooptação da opinião pública feita por técnicos da mais alta qualificação. Não é nem a luta de Davi contra Golias, é muito pior do que isso. Não é nem a luta de um encouraçado contra um caiaque, é muito mais do que isso. Aqui, nós somos figuras minúsculas, desarmadas, sem poder

de cooptação, sem verbas de publicidade para as grandes empresas de rádio e televisão, enquanto lá no Palácio do Planalto a gente sabe como é. Concordo com o que V. Exª diz, concordo plenamente. Este Congresso precisa reagir. Vou ser discordante num ponto, o de que não temos que reagir nessa questão de provar que trabalhamos ou não trabalhamos. Nós trabalhamos, este Congresso trabalha, este Congresso produz resultados. E muitas vezes não produz resultados porque a sociedade não quer que sejam produzidos, ou seja, este Congresso não aprova a lei dos juros, a lei complementar que regula o sistema financeiro, porque os **lobies** do sistema financeiro não permitem, obstaculizam, e esses **lobies** não estão aqui dentro, estão localizados lá fora, estão lá na sociedade, que tanto nos apredeja. Então, tudo isto não me parece que seja um mal maior. O mal maior, agora, é conseguir vencer essa batalha de opinião pública, que está posta, que está aí sendo jogada, e que se nós não soubermos diagnosticar corretamente o que está em jogo, nós vamos continuar perdendo, e temos que diagnosticar. Há uma manipulação da opinião pública. Tudo que é ruim no País é atribuído ao Congresso, e tudo que é falsamente bom é atribuído à figura apolínea do Presidente da República! Tenha certeza V. Exª, se esta batalha não for vencida, nós vamos enfrentar durante muito tempo um jogo de forças absolutamente desvantajoso e contrário em relação a nós. Está colocada agora a questão, vem um novo Congresso, um novo Parlamento, novos deputados, novos senadores: vai caber ao novo Congresso enfrentar essa questão, reconhecê-la de frente e assumir as responsabilidades. Nós precisamos ter um Presidente do Congressso Nacional que tome as posições exigidas por esta Casa, na hora em que ela assim necessite. Precisamos ter condução das bancadas de Oposição, de forma corajosa, destemida, determinada, para não permitir que, a cada passo, esses fatos se repitam. O Presidente não pode editar uma medida provisória, repetir 95% do que foi feito no Congresso, retirar muitas vantagens e depois dizer que isso lhe pertence. Quem permite que esse jogo se faça facilmente contra nós? Somos nós mesmos, no momento em que não reagimos com firmeza, com prontidão, com energia. O Congresso tem que reagir com energia; O Presidente tem que ser acionado na Justiça por ter produzido um texto, em que Sua Excelência repete a obra dos deputados e senadores. Essa é uma posição — e V. Exª acaba de recomendar — que eu vejo como a única que deve ser tomada nessa hora. Tenha certeza V. Exª de que o Congresso dos Estados Unidos ficou mais de um ano debatendo as verbas do Orçamento. Atrasou, o país ficou paralisado, mas pode ter certeza, ninguém quer fechar o Congresso, ninguém acha que os senadores e deputados são responsáveis pelos males dos Estados Unidos, por que, lá, não há essa manipulação contra uma instituição, que sabidamente é forte e tem tradição de representatividade. Aqui no Brasil, a grande obra das forças conservadoras é a de esmagar o Congresso. Um País como este, que tem Congresso, é um País por onde falam as forças populares, por onde falam as forças, os setores mais oprimidos do País. E, sem Congresso, os setores oprimidos não têm voz, porque não falam pela grande imprensa, não falam pela grande rede de televisão. A única voz do povo é no Congresso Nacional: o Congresso anulado, o Congresso desmoralizado, o Congresso falido, este povo também fica sem voz. Tudo isto é deliberado, tudo isto é projetado, tudo isto é previsto. É uma sórdida e perversa trama que vem dando certo há algum tempo. E digo, para concluir este aparte, que vamos ter pela frente quase que uma espécie de guerra santa, no sentido de afirmar o Congresso. E aqui dentro convivi com os maiores homens públicos que já conheci na minha vida; as figuras mais dignas deste País conheci dentro do Congresso Nacional, não conheci em outras atividades. Aqui dentro também conheci pessoas lamentáveis. Mas este é o País em que vivemos, esta é a Nação em que vivemos. Não podemos trocar de País nem de povo, nem de sociedade, e por isso, também, não podemos imaginar que é possível, ou que devemos destruir as nossas instituições. Este posicionamento eu quero mostrá-lo num pronunciamento pessoal, da tribuna do Senado, em que vou procurar analisar, evidentemente, mais tarde, para que não pareça estar sob o impacto de uma derrota que sofri no meu Estado, onde analisarei essas questões à luz da verdade, à luz dos fatos, à luz da realidade em que vivemos. É uma coisa simples, é uma coisa notória, é uma coisa visível. Basta olhar o mundo inteiro, basta olhar qualquer país do mundo, o Congresso é sempre respeitado; é criticado, mas como instituição é respeitado. No Brasil atribui-se ao Congresso Nacional tudo que há de ruim, e ressalva-se na figura do Presidente da República tudo que é de bom; desse jeito o combate é desigual. V. Exª sabe disso tão bem, ou até melhor do que eu.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª, nobre Senador José Fogaça, pelas considerações que fez, numa análise bem profunda dessa questão. Concordo plenamente com as opiniões emitidas por V. Exª, porque não há discordância, em hipótese alguma, daquilo que falei e que V. Exª também expressou.

Eu não considero que seja apenas uma questão da nossa autocrítica que vá resolver esses problemas. Eu temo, numa linguagem mais simples, que esta campanha seja muito dirigida, propositadamente, para que a modificação que haja no perfil do Congresso Nacional não seja aquela desejada pela população. Seja uma mudança de pessoas que venham para cá representar interesses que são os mesmos dessas classes que procuram denegrir o Congresso Nacional.

O Sr. José Fogaça — Veja V. Exª, este foi um dado que esqueci. Fiz um estudo sobre a história política eleitoral do Brasil e do Rio Grande do Sul no meu estado. Toda vez que há um grande número de votos em branco e nulos há uma vitória das forças conservadoras. Quando há grande participação popular e baixo índice de abstenção de votos brancos e nulos há uma vitória das forças progressistas e reformistas. Portanto, não se trata de uma coisa gratuita ou casual. Trata-se de, ao desmoralizar a classe política, ao levar a população para o desencanto, para o enfado, estar-se assegurando a vitória e o triunfo conservador. A restauração do conservadorismo. Dou um exemplo no meu Estado, no Rio Grande do Sul, nos últimos quarenta anos só venceram duas vezes as chamadas forças progressistas. Em 1958, a proposta mais moderna era a do candidato Leonel Brizola, que venceu as eleições por grande maioria. O índice de abstenção, entre nulos e brancos, foi pequenissimo. A abstenção não chegou a 5%. No ano seguinte a abstenção, nulos e brancos, foi três vezes maior. E venceu o Sr. Hildo Meneghetti, representando as forças conservadoras. Em 1986, quando o PMDB venceu as eleições do Estado, com Pedro Simon, o índice de abstenção foi de 3%. Somando com brancos e nulos, isso não chegou a 15%. Neste ano, portanto, na eleição seguinte, entre abstenções, brancos e nulos, chegamos a quase 50% e, com isso, então, se dá o triunfo das forças conservadoras. Tenha

certeza V. Exª de que esta programada e intensificada campanha contra o Congresso, contra os políticos, é para garantir a vitória dos conservadores. O povo desencantado não quer mais votar, não acredita mais em nada, está incrédulo, descrente, e a fabricação da descrença popular significa assegurar a vitória dos conservadores. Olhe V. Exª o Brasil de alto a baixo e diga-me em que Estado não venceu um candidato conservador, em que Estado não houve um grande número de abstenções, de votos brancos e nulos. O próprio povo que vota branco e nulo é massa de manobra desses interesses, talvez até sem o saber: mas, não tenha dúvida, esse é o projeto que está por detrás de tudo isso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Concordo plenamente com V. Exª porque tive oportunidade, inclusive, em pronunciamentos na televisão, lá no meu estado, de chamar a atenção da população — e não fui ouvido — para o perigo que representava o voto em branco. Era um protesto irracional que iria beneficiar exatamente aqueles que eles não queriam trazer de volta para o Congresso.

Se V. Exª fizer um estudo numérico do que representa a bancada, no Congresso Nacional, eleito através de votos em branco, verá que ela será superior à de qualquer partido político. Em decorrência desse protesto irracional, feito pela população, no caso específico, um protesto dirigido, como o que estamos expondo aqui, que vai permitir que venham para o Congresso Nacional aqueles representantes da ala mais conservadora, V. Exª verá que esse número de representantes de votos brancos e nulos será muito alto.

Por isso, vou apresentar um projeto. Já que não se conta voto branco para eleição de governador, também não se conta voto branco para quociente eleitoral de deputados federais e estaduais. No caso, os partidos terão uma melhor representação aqui. Com o número aproximado de 60% de votos brancos e nulos, lá no meu estado, para deputado vários partidos estão com dificuldades de eleger seus representantes.

O PFL, o PDS, o PL e o PDC fizeram uma coligação. Portanto, vão ter uma votação expressiva. A ala mais progressista, a que não estava composta com o Sr. Antônio Carlos Magalhães, subdividiu-se em vários partidos. Esses partidos estão sofrendo para elegerem os seus representantes. Logo, os votos em branco irão beneficiar àqueles que a população não queria ver aqui.

Sr. Presidente, penso que estamos chegando ao final da sessão. Esperava que o pronunciamento fosse rápido, mas ele se prolongou por muito tempo, eu ainda teria até outros assuntos para somente citar rapidamente, não para comentar, mostrando que somos também irracionais. Os políticos são aqueles que exercem uma atividade completamente diferente; é a única atividade no mundo em que a pessoa arrisca muitas vezes a sua vida, com viagens constantes e às vezes perigosas; são pessoas que se dedicam a um trabalho diuturno com preocupações, com aborrecimentos, com traições, decepções, e, depois de quatro anos, vão pagar para continuar exercendo a mesma atividade e, ao mesmo tempo, serem acusados de se locupletarem com altos salários, como se estivessem ganhando a vida através da sua atividade parlamentar.

É realmente uma classe diferente, a classe política.

O que espero, como esperam todos, acredito, é que modifiquemos esse quadro. Para isso, precisamos contar com os repórteres políticos. Não digo com os donos de jornais; falo dos repórteres políticos, que pensam, muitas vezes, como nós pensamos, e, através da sua atividade, da sua vigilância, da sua constância também nesse Congresso, neste plenário, podem nos ajudar a modificar essa imagem pervertida do Congresso Nacional.

Temos que levar à opinião pública a impressão correta do que aqui fizermos. Temos que fazer a nossa autocrítica, repito, porque acho que precisamos fazê-la.

O absenteísmo é culpa de muita coisa que se faz, a imagem que se transmite à opinião pública das nossas ausências aqui, que é a nossa incapacidade de votarmos certas matérias.

Agora, a Constituição, como disse aqui o Senador José Fogaça, não deixa de funcionar por falta de votação. Tive oportunidade de fazer um levantamento dessa matéria e somentetne para 13 artigos nós realmente precisamos de uma legislação nova, porque para os demais existem normas que permitem o funcionamento da Constituição, através das leis já vigentes. Desses 13 artigos, alguns dependem de iniciativa do Poder Executivo e outros do Poder Judiciário. Não somos nós os responsáveis. Nós trabalhamos. É aqui, como disse também o Senador José Fogaça e outros Srs. Senadores, as nossas palavras ficam contidas nessa abóbada, daqui não passam, ficam nos Anais do Congresso. E é isso que precisamos modificar. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Antonio Luiz Maya, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que poderemos pensar de um instituto de nível superior para formação de professores destinados a alunos de zero a 14 anos? Como poderemos encarar uma instituição que, revertendo a seleção negativa para o magistério, estabelece a dedicação em tempo integral para seus alunos e professores, adota como eixo das suas atividades a associação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e, ainda, une progressivamente a teoria e a prática ao longo dos quatro anos de curso? Não, definitivamente não estamos falando de utopia nem de algum país economicamente desenvolvido. Da mesma forma, não estamos falando da região — pólo do nosso País, caracterizada pela pujança industrial e alta renda por habitante. Estamos nos referindo a uma instituição concreta, já em funcionamento na Amazônia brasileira e cuja sede física foi inaugurada no último dia 4, o Instituto Superior de Educação do Pará.

Convidado a assitir à sua inauguração, como batalhador das lides educacionais, tivemos que resistir ao entusiasmo de fazê-lo, uma vez que os deveres para com o nosso Estado e o nosso Partido nos conclamaram à campanha eleitoral, uma campanha iniciada tardiamente, como postulante ao cargo de Governador do Espírito Santo. Assim, não nos foi possível presenciar ao vivo essa vitória da educação, mais precisamente do ensino fundamental, que, no Brasil, tanto carece de atenção e investimentos. Todavia, contamos com o informe do Prof. Cândido Gomes, Assessor da Comissão de Educação desta Casa, que lá esteve e viu com olhos de rigor técnico o novo Instituto.

Quase como o romano Catão, nossa luta em favor de melho-

res condições educacionais tem reiterado a necessidade de conferir ao ensino fundamental a importância que ele merece, como alicerce solidamente localizado sobre a rocha do nosso sistema educativo. Temos também assinalado a ignomínia que representam os baixos salários dos professores, especialmente na área rural, e a desatenção quanto à formação e atualização do magistério. Sendo o docente o eixo do processo educacional, não pode ele ser relegado, junto com o ensino básico, ao enésimo plano, como tem acontecido. O acúmulo da negligência do nosso País em face deste setor tem nos colocados na humilhante posição de ganhadores de olimpíadas às avessas: sucessivos relatórios de entidades internacionais nos situam entre os piores lugares quanto à distribuição de renda, à dedicação de verbas ao ensino fundamental e ao fracasso escolar entre os países do continente latino-americano e das nações situadas na mesma faixa de desenvolvimento econômico.

Eis, porém, que da Região Amazônica, no quadro de amplo esforço em favor da educação pública, emerge essa iniciativa promissora, que deve ser cuidadosamente acompanhada no seu desenrolar. Segundo a sua concepção, o Instituto Superior de Educação do Pará é mantido pela Secretaria de Estado da Educação, tendo em vista formar professores de licenciatura plena em educação básica e, ao mesmo tempo, ser a casa da normalista e dos professores de educação básica, onde estes encontrarão oportunidades de melhoria técnica e profissional. Ademais, o Instituto visa também a constituir um centro de referência acadêmica do sistema estadual de Escolas Normais, respondendo às necessidades e lacunas profissionais destas últimas.

Em funcionamento antes mesmo da inauguração do seu belo prédio, bem adaptado ao clima equatorial, a filosofia do Instituto faz da pesquisa uma atividade primordial na vida acadêmica. Os alunos devem continuadamente descobrir e reelaborar conhecimentos, assim como aplicá-los no ensino junto à comunidade. Dessa forma, o processo educacional repousa sobre o binômio professor orientador — aluno pesquisador, pelo qual o primeiro deve despertar a capacidade criativa e crítica do último, de tal modo que a criança venha a se tornar sujeito histórico, com condições para crescer intelectualmente e construir conteúdos de forma crítica e competente. Rejeitando a fragmentação entre pré-escola e ensino fundamental, um currículo sóbrio, sem maiores adereços e ramificações, busca formar um profissional que tenha sua formação voltada para o conhecimento da criança desde o seu nascimento até a pré-adolescência, já que o desenvolvimento da primeira infância influi decisivamente no processo de ensino-aprendizagem.

Para isso, o Instituto considera que toda prática terá sua elaboração teórica, como cada teoria terá seu contraste na prática. Dessa forma, o entrelaçamento entre a teoria e a prática constitui uma constante ao longo do currículo, de tal modo que o aluno terá o desafio concreto de deixar o Instituto quando estiver preparado na teoria e na prática. Selecionado por um vestibular que busca, em primeiro lugar, detectar o interesse do candidato pela educação, o aluno, em tempo integral, vai construindo a sua formação, de modo a se tornar um profissional competente para enfrentar os desafios do exercício profissional.

Além disso, o Instituto se propõe a desenvolver outras atividades como conferências, seminários, mesas-redondas, encontros rápidos, cursos intensivos, de média e de longa duração, voltados para atores e momentos estratégicos do processo educacional. Trata-se, portanto, de uma visão renovadora, que contrasta com a baixa relação candidato/vaga verificada continuamente nos vestibulares dos cursos de formação de professores. Em outras palavras, a experiência se propõe a inverter pela qualidade a seleção perversa que tem destinado os candidatos menos capazes à difícil tarefa de formar as novas gerações. Assim, o bom semeador procura estabelecer a boa semente como ponto de partida de uma educação democrática e de qualidade.

Saudamos, portanto, a Professora Therezinha Gueiros, Secretária de Educação do Estado do Pará, e a equipe de execução do Instituto, chefiada pelo Professor Pedro Demo, pelo arrojo de não só falar, mas sobretudo de fazer. A área construída de 26 mil metros quadrados e o investimento equivalente a quatorze milhões de dólares são apenas pálidos indicadores da obra encetada. Muito mais que as instalações físicas e o montante das verbas aplicadas, temos uma proposta educacional séria e inovadora, que poderá trazer salutares lições para o resto do Brasil.

Acompanharemos, portanto, com o maior interesse, a trajetória do Instituto Superior de Educação do Pará, augurando o maior sucesso na concretização da sua proposta e no alcance de suas metas. Estão de parabéns o Pará, o Brasil, o povo sofrido que necessita de uma educação fundamental de qualidade e, por decorrência, a educação em geral. Com iniciativas como essa, que unem a teoria à prática e a palavra à ação, poderemos redimir a educação brasileira do seu grande débito em face das necessidades vividas pela Nação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou chegando, hoje, do Estado do Maranhão para colaborar com o esforço, que se desenvolve no Congresso, para a votação de importantes matérias que constam de sua pauta de trabalho.

Aqui estou, Sr. Presidente, no intervalo de uma memorável campanha eleitoral que se trava em meu estado. Na história do Maranhão, seguramente não se registra batalha tão renhida quanto esta que travei superando obstáculos e tropeços que têm sido jogados na vereda que trilhei para conquistar, pelo voto do povo, a oportunidade de governar o estado.

Da incansável luta que venho travando, entretanto, tenho buscado as inspirações que norteiam minha campanha no Maranhão. Do empolgante entusiasmo do povo — quer nos fantásticos comícios dos quais participo, quer nos contatos pessoais —, tenho retirado as energias que, dia a dia, me recompõem física e espiritualmente!

No Maranhão, Sr. Presidente, constatou-se, nessa primeira fase da campanha estadual, que a população já não se conforma com a miséria em que vive a maioria, absolutamente desprovida da esperança de novas oportunidades de trabalho e de ascensão na escala profissional.

Até mesmo em nossa bela capital de São Luís, Sr. Presidente e Srs. Senadores, falta saneamento básico. Duzentos e setenta mil habitantes da capital do Maranhão não têm ainda o direito elementar de beber água tratada. Um terço dos moradores de São Luís habita palafitas miseráveis, indignas como moradas de um ser humano. Por tudo isso, Sr. Presidente,

proliferam doenças nas camadas mais pobres da população, com um índice de mortalidade infantil que assusta os organismos internacionais.

A votação que recebi, como candidato a governador do estado, veio especialmente dessas camadas comunitárias, das grandes cidades e do campo, inconformadas com o abandono a que foram relegadas e desejosas de experimentaram o novo, confiando nos meus compromissos e em mim renovando as votações que, no passado, me haviam honrado com dois mandatos de Deputado estadual e um de Senador da República.

Nestas eleições, Sr. Presidente, voltou a ocorrer um "acidente de percurso" que está a merecer as melhores atenções dos legisladores. Refiro-me às chamadas pesquisas de opinião pública, amplamente divulgadas por cadeias de televisão, rádios e pela imprensa.

No Maranhão, um dos mais prestigiosos institutos de pesquisas informou, no decorrer de todo o primeiro turno, ampla vantagem de votos para o meu principal concorrente, a ponto de assegurar-lhe, com larga antecedência, a vitória naquela fase. Na minha passada eleição para senador, também ocorreu esse malicioso "acidente de percurso", assegurando-se que eu perderia uma eleição na qual fui o mais votado.

Todos nós políticos, Sr. Presidente, conhecemos o impacto provocado por tais "pesquisas". Influenciam eleitores indecisos, influenciam os próprios noticiários da imprensa escrita e falada, influenciam os analistas políticos. Tais "pesquisas" podem decidir, em alguns casos, uma eleição — e isto me parece ilegítimo e injusto, senão imoral, já que um candidato a cargo eletivo, respaldado em poder econômico, pode encomendar tais pesquisas e pagá-las, como ocorreu em muitos estados.

Os legisladores, com mais esta experiência de 1990, naturalmente encontrarão soluções legais para impedir, no futuro, a distorção dos fatos pela força de "pesquisas".

No Maranhão, a luta contra pesquisas falsas ou equivocadas foi uma das nossas maiores dificuldades. Em cada encontro com o povo, em todos os rincões do estado, víamos no entusiasmo das grandes aglomerações o desmentido das "pesquisas" que se tornaram o carro-chefe da propaganda do nosso concorrente.

Posso então dizer, Sr. Presidente, que ganhei apesar das "prestigiosas pesquisas" redondamente equivocadas. No segundo turno, espero que os responsáveis por tais "pesquisas" corrijam as falhas da sua metodologia. O povo já demonstrou que a verdadeira pesquisa está nos votos secretos das urnas lacradas. Eleições são ganhas nas urnas e é isso o que o povo voltará a demonstrar a 25 de novembro, elegendo-me governador do Estado do Maranhão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOABRES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs., Senadores, a solução dos problemas da fome e da miséria, no Brasil, passa, necessariamente, por dois caminhos. O primeiro é o da pesquisa em tecnologia agropecuária; o segundo, o de uma política de desenvolvimento e de redistribuição de renda. Em outras palavras, é necessário produzir mais alimentos e possibilitar ao povo o acesso aos mesmos.

É lamentável, Srs. Sendores, que, neste limiar do século XXI, enquanto os povos mais desenvolvidos do Hemisfério Norte engajam-se numa revolução tecnológica que lhes trará prosperidade e bem-estar social, nós, abaixo do Equador, ainda temos que gerar a tecnologia necessária para a satisfação da primeira e mais fundamental das necessidades do ser humano: a alimentação tanto em quantidade como em qualidade adequadas.

E é forçoso reconhecer que não é possível queimar etapas. Não se pode passar do atraso social, econômico e tecnológico para uma tecnologia de ponta, sem antes resolver os problemas de alimentação, saúde e educação da maioria da população brasileira. É insustentável uma sociedade dividida entre uma parcela de ricos e abastados, que se dá o luxo de consumo comparável ao dos povos mais prósperos, e uma maioria de pobres e miseráveis, lutando dia a dia à beira da sobrevivência. Uma sociedade assim constituída está sempre a um passo da convulsão social e da instabilidade política. Tal sociedade tem poucas condições de avançar, de progredir e de trilhar os caminhos da revolução tecnológica, pois o melhor de suas energias, dos seus recursos físicos e humanos, está envolvido nos problemas das tensões e conflitos sociais e políticos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é forçoso reconhecer que o problema mais urgente do Brasil, neste limiar do século XXI, é dar alimentação, saúde e educação a 60 milhões de brasileiros que constituem a nossa massa de empobrecidos. Uma tarefa de gigantes, que está exigindo a contribuição da ciência e o engajamento de políticos com visão de estadistas.

Ciência e política, Srs. Senadores, caminham hoje de mãos dadas para propiciar aos povos em desenvolvimento, progresso e alto nível de segurança e de bem-estar social. O que ainda falta acontecer entre nós é o engajamento de cientistas e políticos, na luta contra o nosso subdesenvolvimento, contra a fome, as condições de vida miseráveis, as doenças e o analfabetismo do povo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, constatamos com alegria que uma empresa estatal, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, criada há 17 anos, está engajada nesta luta de gigantes. Ela se impôs como missão criar soluções tecnológicas para os problemas e os conflitos da sociedade brasileira; problemas e conflitos que nascem antes de tudo das panelas vazias. A solução desses problemas e conflitos passa pelo aumento da produção agrícola, pelo abastecimento das populações das cidades, pela preservação do meio ambiente, pela contenção da inflação, pelo crescimento e dinamismo da economia rural e agroindustrial, pela fixação do trabalhador no campo, pelo fortalecimento da pequena e média produção agrícola, pela reforma agrária e contenção do êxodo rural.

O fitossanitarista da Embrapa, para citar um só exemplo, que no seu laboratório procura meios para combater as doenças nos seringais da Amazônia, ou nos coqueirais do Nordeste, nas culturas de soja do Centro-Oeste, nos cafezais do Sudeste ou nos parreirais do Sul, está engajado nesta luta por soluções para os problemas da sociedade brasileira. Ele tem consciência de que o seu trabalho, por mais humilde e rotineiro que possa parecer, tem um alcance social e político que ultrapassa os limites do seu laboratório. E é, então, que ele sente a necessidade de romper o isolamento do seu laboratório para um diálogo com a sociedade e, sobretudo, com a classe política.

O salto que a produção nacional de grãos conheceu nos últimos anos, passando de 50 milhões de toneladas anuais para 70 milhões, é fruto de um longo trabalho de geração de tecnologia e de fazê-la chegar ao alcance dos produtores rurais. E produzir 100 milhões de toneladas anuais, num prazo de cinco anos, não é difícil, pois já existe tecnologia disponível para isso. É necessário apenas que se implemente uma adequada política de produção agrícola.

Mas não basta produzir. É preciso distribuir a produção para que o alimento chegue à panela do povo. E para isso é necessário que se adote, no País, uma política de distribuição de renda mais justa e eqüitativa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sejamos abertos para este diálogo que o pesquisador da Embrapa propõe à sociedade brasileira e à classe política, em particular. Ele tem consciência de que a missão da empresa é gerar e estimular a produção científica e tecnológica, que possibilite o desenvolvimento da agropecuária e agroindústria nacionais, visando o bem-estar social e o desenvolvimento da coletividade brasileira.

A moderna política agrícola, como é praticada nos países mais desenvolvidos, parte do princípio basilar de que o crescimento contínuo da produtividade agrícola só é possível na medida em que se amplie a sua base científica. Sem esta base científica não há produção agropecuária crescente e auto-sustentável.

Tomando para si este princípio, e propondo-o a toda a sociedade brasileira, a Embrapa programa desenvolver ações de pesquisa que redundem em tecnologia capazes de garantir o aumento de produtividade, redução dos custos, constância dos patamares elevados de produção, controle e preservação do meio ambiente e garantia de preços mais competitivos dos produtos.

Neste sentido, as suas principais linhas de trabalho são:

— reformulação do modelo de geração de tecnologia, tendo em vista alocar melhor os seus recursos físicos e humanos e adequar os programas de pesquisa às metas e diretrizes de modernização da sociedade brasileira, como está sendo preconizada pelo Governo do Presidente Collor;

— incorporação de tecnologia já disponível ao processo de produção agropecuária, mediante uma agressiva política de difusão de tecnologia, de assistência técnica e extensão rural;

— elevação do patamar tecnológico da pesquisa agropecuária, visando a colocar o Brasil entre os países mais desenvolvidos nas áreas de engenharia genética, biologia celular, biologia molecular, ciência da informação, novos materiais, processos gerenciais e ecologia;

— melhoria da estrutura organizacional e funcional da empresa, visando a sua modernização administrativa, redução de custos operacionais e melhor aproveitamento dos seus recursos físicos e humanos;

— efetiva inserção da pesquisa na sociedade brasileira, mediante um modelo integrado de pesquisa que permita maior envolvimento da sociedade como um todo, através dos seus órgãos representativos, e fortaleça as ações de desenvolvimento regional dos Estados e Municípios. Para isso deverão ser promovidas ações de integração com o setor privado da agroindústria, de apoio às pesquisas com cana-de-açúcar, álcool e café, e processos agroindustriais de engenharia e de produção agrícola. Serão reativadas as relações de pesquisa com as universidades públicas e privadas, visando a integrar ações de pesquisa básica e de intercâmbio de conhecimentos científicos entre professores e pesquisadores;

— o Sistema Cooperativo de Pesquisa agropecuária será recuperado, com o objetivo de fortalecer as empresas estaduais de pesquisa e reduzir as desigualdades tecnológicas e de geração de riquezas entre as diversas regiões do País.

Para fazer frente a esses desafios que se colocam para a pesquisa agropecuária nos anos 90 a Embrapa apresentou, há poucos dias, o seu Plano Plurianual ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Este plano abrange cinco programas nacionais, a saber:

Programa A — Desenvolvimento de tecnologia para produtos alimentares básicos;

Programa B — Desenvolvimento de tecnologias para a produção de matérias-primas destinadas à indústria de transformação;

Programa C — Desenvolvimento de tecnologias relacionadas com a produção agropecuária e meio ambiente;

Programa D — Suporte aos programas de desenvolvimento agrícola, como reforma agrária, assentamento rural, colonização e fortalecimento da economia dos pequenos e médios produtores rurais.

Programa E — Informática agropecuária, para o desenvolvimento de softwares específicos para gerenciamento de pesquisas e produção agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a execução plena desses progrmas exigirá um montante de recursos financeiros da ordem de 24 bilhões de cruzeiros. Esses investimentos representam, em valores atuais, cerca de 1,5% do PIB agrícola brasileiro. Vale ressaltar, Srs. Senadores, que esses investimentos são baixos, quando comparados com os feitos pelos países desenvolvidos, os quais dispendem entre 2,5% a 3,5% do PIB agrícola em programas de ciência e tecnologia para o setor agropecuário. Os 24 bilhões de cruzeiros são absolutamente necessários para que a Embrapa possa manter os seus projetos de pesquisa em andamento, retomar alguns importantes projetos paralisados por falta de recursos e iniciar outros imprescindíveis ao desenvolvimento da agropecuária nacional. Além disso, ela precisa retomar com absoluta prioridade o programa de treinamento e capacitação de seus recursos humanos — a sua maior riqueza — e a modernização de sua administração.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Embrapa, criada há 17 anos, é reconhecida no mundo como a instituição mais capacitada a desenvolver tecnologias agropecuárias para as regiões tropicais. Hoje ela possui um acervo de conhecimentos científicos e de tecnologias agropecuárias suficientes para, se fossem plenamente assimilados e aplicados pela sociedade, revolucionar a nossa produção agropecuária, abastecer plenamente o mercado interno e manter o País entre os maiores exportadores de alimentos.

Hoje em dia, o Brasil já detém o título de maior exportador de grãos entre os países tropicais. Esta é mais uma das vitórias que a Embrapa tem conseguido nesses 17 anos de existência. A Embrapa dispõe hoje de 2.278 cientistas, al-

tamente treinados em centros de excelência no País e no exterior, executando pesquisas em cerca de 42 unidades distribuídas por todo o País e cobrindo as áreas mais prioritárias da agropecuária nacional.

Sr. Presidente, a pretexto da crise econômica ou da necessidade de se conter gastos públicos, não se pode paralisar a Embrapa. Ela não pode parar ou diminuir o ritmo de suas atividades de pesquisa, sob pena de prejuízos irreparáveis para toda a sociedade e para o nosso futuro como nação economicamente independente e socialmente viável.

A Embrapa está precisando urgentemente de recursos. O Governo, o Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira devem se mobilizar para uma ação de socorro à Embrapa.

Vale ressaltar aqui, Srs. Senadores, que o Senado Federal já está tomando iniciativas neste sentido. Está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 231, do ano passado, de autoria do nobre Senador Marco Maciel, que dispõe sobre benefícios fiscais concedidos à pesquisa científica e tecnológica. O objetivo do projeto de lei é permitir que o contribuinte possa abater da renda bruta, ou deduzir como despesa operacional, o valor de investimentos, doações ou patrocínios feitos a pessoas jurídicas que tenham por objeto a pesquisa científica ou tecnológica.

Os pesquisadores da Embrapa esperam a aprovação deste projeto de lei que lhes abrirá as portas para novas fontes de recursos, além de trazer à sociedade e a iniciativa privada para um envolvimento maior com as atividades da pesquisa científica e tecnológica.

Neste sentido, vale ressaltar, aqui, o que afirma o nobre Senador Marco Maciel na justificação do projeto de lei:

"... é imperioso sinalizar o interesse da Nação brasileira pela pesquisa científica e tecnológica, procurando nela comprometer não só a administração pública, senão ainda, e principalmente, a iniciativa privada. Com efeito, ciente do apoio do Estado para este tipo de atividade, as empresas privadas, com o estímulo adicional do desafio à sua inequívoca capacidade de competir, envidarão esforços objetivando estabelecer novo padrão de desenvolvimento no País."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a segunda vez, em menos de 30 dias, que, nesta tribuna, nos fazemos portadores de pedidos e SOS dos pesquisadores e trabalhadores da Embrapa. Se assim o fazemos, é porque de fato a situação da empresa não é das melhores. E como disse um dos seus antigos empregadores, que a viu nascer, crescer e produzir tecnologias que estão transformando o Brasil: "A Embrapa está morrendo de inanição!"

Solicitamos, nesta oportunidade, a transcrição, nos Anais do Senado, do texto "A quem interessa a extinção da Embrapa?", publicado no Correio Braziliense.

Fica, pois, o nosso mais veemente apelo ao Sr. Ministro da Agricultura e Reforma Agrária para que seja aprovado, o mais rápido possível, o Plano Plurianual da Embrapa, com os 24 bilhões de cruzeiros em orçamento.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO

A QUEM INTERESSA A

EXTINÇÃO DA EMBRAPA?

Luiz Antonio de Castro

Na década de 60, dizia-se que o Brasil não era um país com potencial agrícola, porque a Amazônia era intocável, o Nordeste era seco e o cerrado infértil. Uva, maçã, trigo, ervilha e batata eram importados, não tinham perspectivas no Brasil. A soja só podia ser produzida até o Paraná.

A Embrapa foi criada em meados da década de 70, e realizou o maior investimento de formação de recursos humanos em agropecuária da história do País. Nos anos 80 a produção de grãos passou de 39 milhões de toneladas (1979) para cerca de 70 milhões em 1989. Os mitos começaram a cair. O cerrado transformou-se em um dos maiores produtores de grãos, graças às tecnologias produzidas pelo Centro de Pesquisas Agropecuária dos Cerrados, da Embrapa. A soja saiu do Sul e chegou ao Equador graças ao Centro de Pesquisa de Soja da Embrapa, em Londrina. A maçã e o trigo caminham para a autosuficiência graças às pesquisas da Empresa de Pesquisas Agropecuária de Santa Catarina e do Centro Nacional de Pesquisas de Hortaliças da Embrapa, em Brasília.

Os rendimentos de apenas quatro culturas: arroz, milho, trigo e soja aumentaram nos anos 80, respectivamente, 16.3, 25.5, 23 e 50.5 por cento comparados com os rendimentos da década de 70. Esses incrementos de produtividade correspondem a dois bilhões de dólares anualmente, ou seja, a dez orçamentos anuais da Embrapa a cada ano.

A economia de fertilizantes na cultura da soja pelo uso de bactérias fixadoras de nitrogênio produzidas pelas pesquisas da Dra. Joanna Dobereiner, do Centro de Biologia de Solos da Embrapa, no Rio de Janeiro, corresponde a 770 milhões de dólares anuais. O controle biológico da lagarta da soja, através do uso de Baculovíros como conseqüência das pesquisas do Centro de Pesquisas de soja da Embrapa, significa uma economia anual de 120 milhões de dólares de inseticidas, que poluem e matam. Entretanto, o Brasil ainda vai importar este ano um bilhão de dólares em inseticida.

Os últimos mitos começaram a ser destruídos. Através da irrigação em ação coordenada entre a Codevasf e o Centro de Pesquisas Agropecuária do Trópico Semi-Árido da Embrapa, o Brasil começa a exportar frutas, do pólo Petrolina/Juazeiro, para Europa e Estados Unidos. Os recursos genéticos da Amazônia, em especial as palmeiras como o dendê, constituem alternativa energética tão significativa como o álcool da cana-de-açúcar.

Coincidentemente e inexplicavelmente, quando as safras de grãos começaram a aumentar no início da década de 80 e passaram do histórico patamar de 50 milhões de toneladas em 1979/1981, os orçamentos da Embrapa começaram a ser cortados.

Como conseqüência a Embrapa começou a perder os seus cerébros. De 1984 a 1989, a empresa perdeu 686 pesquisadores, e teve que reduzir drasticamente seus investimentos na formação de recursos humanos; não tem recursos para manter sua biblioteca e o seu sistema de informação, ou para os custeios de suas pesquisas. Hoje os recursos para custeio de pesquisas na Embrapa não chegam a 15 por cento do orçamento da empresa, e os salários são os mais baixos jamais praticados na Embrapa.

Na semana passada a Embrapa entrou em greve. Com data-base em 1º de maio seus funcionários, depois de cinco meses, não conseguiram nenhuma reposição das perdas salariais devidas e concedidas a outras categorias.

A Constituição brasileira diz no seu artigo 218: "o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico a pesquisa e a capacitação a tecnológico".

Não deveria a Embrapa, como uma estatal eficiente, na opinião do próprio secretário de Administração, que atua em ciência e tecnologia, receber um tratamento diferenciado como determina a Constituição?

As supersafras não nos impressionam na Embrapa. Sabemos que os desafios são muito maiores. A Índia com um território que tem cerca de um terço do território brasileiro e com dificuldades sócio-econômicas mais complexas que as nossas, produz 170 milhões de toneladas de grãos.

Faltam as plantas resistentes a insetos, vírus e doenças, que hoje no mundo já são produzidas por engenharia genética e que reduzem os custos com agrotóxicos. A Biotecnologia na Embrapa já sabe fazer essas plantas. Faltam aquelas resistentes à seca, mais eficientes quanto à absorção de fósforo. Falta o domínio efetivo da fixação biológica de nitrogênio em gramíneas, o que reduzirá ainda mais o consumo de fertilizantes derivados do petróleo.

São essas as nossas preocupações, que divulgamos publicamente, para que fique claro para a sociedade brasileira que nós, da Embrapa, sabemos quais os caminhos que levarão a agropecuária do Brasil a uma posição de competitividade com as grandes potências do Primeiro Mundo.

Isso não se fará sem uma instituição como a Embrapa, que queremos fortalecida, e não eternamente de pires na mão, discutindo sobre questões salariais com burocratas que não têm nenhuma competência sobre as questões que acabamos de apresentar.

Por esta razão, voltamos à pergunta inicial, que agora dirigimos ao atual presidente da República como fizemos ao anterior: a quem interessa extinguir a Embrapa?

Se a sua extinção interessa à soberania do País, à geração de uma sociedade justa e ao futuro do desenvolvimento da agropecuária brasileira, acabem de vez, com esta empresa, e não aos poucos, como vem sendo feito nos últimos anos.

Luiz Antônio Barreto de Castro é engenheiro agrônomo com PhD em Fisiologia Vegetal pela Universidade da Califórnia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, para recepcionar o Senhor Presidente do México.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 39, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1988)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 39, de 1990, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários dos servidores civis da administração direta, autárquica, fundacional e indireta do Distrito Federal, e dá outras providências (dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal).

2

Veto Total

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 41, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1988)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do DF Nº 41, de 1990, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que regulamenta o art. 39 da Constituição, relativa ao regime jurídico dos servidores das fundações públicas do Distrito Federal e dá outras providências (dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal).

3

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 45, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 10, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 45, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis das fundações públicas do Distrito Federal, e dá outras providências (dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal).

4

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 50, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 4º, *in fine*, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 50, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de bens de uso comum do povo, situados no Setor de Habitações Individuais Sul — SHIS, QL 4/9, 4/11, 4/12, 4/13 e 4/14, Região Administrativa I, dentro do espaço territorial do Distrito Federal, e dá outras providências (dependendo de parecer).

5

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 53, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, II, d, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 53, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília — Terracap a doar os imóveis que especifica e dá outras providências (dependendo de parecer).

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 1989

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto Legislativo nº 22, de 1989 (nº 155/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 147 da Organização Internacional do Trabalho — OIT sobre normas mínimas da Marinha Mercante, adotada em Genebra, em 1976, durante a Sexagésima Segunda Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, tendo

PARECERES oral e sob nº 306, de 1990, das Comissões:

— **de Relações Exteriores e Defesa Nacional**, concluindo por diligência junto ao Ministério do Trabalho e audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e

— **de Constituição, Justiça e Cidadania**, pela constitucionalidade e juridicidade.

(Dependendo de parecer quanto ao mérito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

7

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 43, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 43, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre o aproveitamento de servidores na carreira Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, criada pela Lei nº 82, de 29 de dezembro de 1989, e dá outras providências (dependendo de parecer).

8

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

9

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

10

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

11

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

12

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho), que dispõe sobre a criação de Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências, tendo.

PARECER, sob nº 296, de 1990, da Comissão

— **Diretora**, oferecendo a redação do vencido.

13

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 297, de 1990) sobre as Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1990 (nº 4.895/84, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)

(*) ATO DO PRESIDENTE
Nº 200, DE 1989

"O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora no. 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo no. 010.312/89-7, resolve aposentar, voluntariamente, EUNICE FERNANDES DE ANDRADE, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4o., da Resolução SF no. 58, de 1972; artigo 3o. da Resolução SF no. 13, de 1985; artigo 2o. da Resolução SF no. 182, de 1987, e artigo 5o. da Resolução SF no. 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 2 de agosto de 1989. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído em incorreção no DCN (Seção II), de 3-8-89.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 202, DE 1989

"O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora no. 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo no. 009750/89-4, resolve aposentar, voluntariamente, ELVESCIO CEOLIN, Técnico Legislativo, classe "Especial", Referência NS-25, do quadro permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4o., da Resolução SF no. 58, de 1972, artigo 3o. da Resolução SF no. 13, de 1985, artigo 2o. da Resolução SF no. 182, de 1987, e artigo 5o. da Resolução SF no. 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 8 de agosto de 1989. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção), 10-8-89.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 50, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o

que consta do Processo nº 2.158/90-6, resolve aposentar, por invalidez, Messias de Souza Costa, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso III, 516, inciso III, 456, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem como o artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, e artigo 1º da Lei nº 1.050, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 19 de abril de 1990. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN**, (Seção II), de 18-5-90, 20-6-90, 2-8-90 e 24-8-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 139, DE 1990

O Presidente do Senado Federal no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002774/90-9, resolve aposentar, voluntariamente, Frederico da Gama Cabral Filho, Assessor Legislativo, SF-AS-3, parte Especial do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 520, 517 inciso VI e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço, à razão de 31/35 (trinta e um trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de julho de 1990. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN** (Seção II), 3-7-90, 10-8-90 e 7-9-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 163, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.007/90-8, resolve aposentar, voluntariamente, Braz Queiroz, Analista Legislativo, Classe 1ª, Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 520, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com as Resoluções (SF) nºs 21, de 1980, e 87, de 1989, art. 11, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 30/35 (trinta trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de agosto de 1990. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN** (Seção II), de 11-8-90 e 7-9-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 165, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.976/90-2, resolve aposentar, voluntariamente, Sonia Mendes Viana, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 520, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com as Resoluções (SF) nºs 21, de 1980, e 87, de 1989, artigo 11, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 25/30 (vinte e cinco trinta avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de agosto de 1990. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN** (Seção II), de 11-8-90 e 7-9-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 187, DE 1990

O Presidente do Senado Federal no uso da sua competência regimental, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.490-90-5,

Resolve aposentar, voluntariamente Militina Dias Martins, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão II, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, 517, inciso IV, e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem como o artigo 11, da Resolução nº 37 de 1989 com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de agosto de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

(*) Republicado por haver saído com incorreções no **DCN** (Seção II), de 1º-9-90.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 199, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.595/90-6, resolve aposentar, voluntariamente, NYDIA BARBOSA CHAVES, Assessor Legislativo SF-AS-102.3, do Quadro Permanente do Senado Federal, Parte Especial, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, 617, inciso VI, 490, 492 e 488, § 4º do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem com o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presiden-

te no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 200, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.412/90-9, resolve aposentar, voluntariamente, ADALIZIA DE SOUZA CUNHA, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, 490, 492, e 488, § 4º do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Edição Atualizada — 1989) e artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, bem assim a Resolução nº 21, de 1980, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 201, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.575/90-5, resolve aposentar, voluntariamente, SINVAL PEREIRA DOS SANTOS, Analista Legislativo, da Área de Processo Legislativo, Classe "1ª", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 520, 490, 492, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com as Resoluções SF nº 21, de 1980 (art. 2º) e 87, de 1989 (art. 11) com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 30/35 (trinta trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 202, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.052/90-9 resolve aposentar, voluntariamente, JOSUÉ TONANNI NETTO, Analista Legislativo, da Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 520, 490, 492, 517, inciso II, § 1º e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senaoo Federal, bem assim com o artigo 2º, da Lei nº 6.323, de 1976; artigo 3º, § 2º 2º do Decreto-Lei nº 1.445, de 1976; alterado pelos Decretos-Leis nº 2.270, de 1985, e artigo 1º do 2.365, de 1987, aplicados no Senado Federal pelas Resoluções nºs 21, de 1980; 7, de 1987, artigo 3º da Res. nº 198, de 1988; e artigos 4º e 11, da Res. nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 31/35 (trinta e um trinta e cinco avos) do seu vencimento, com opção pela retribuição do cargo efetivo e as vantagens do cargo em comissão, de Diretor de Secretaria, código SF-DAS-101.5, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 203, DE 1990

Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.684/90-2, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 114, de 1986, publicado no **DCN**, Seção II, de 6-12-86, para manter aposentado o servidor EUDOXIO PEREIRA DE FREITAS, no cargo de Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Es-pecial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 521, inciso I, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem como o disposto na Resolução SF nº 21, de 1980, a partir de 29 de janeiro de 1990, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 204, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 130, de 14 de novembro de 1980, e o que consta do Processo nº 011.874/90-2, resolve manter a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia Tempo de Serviço, do Senhor VAMIREH CHACON DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO, no emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hydekel Freitas, a partir de 13 de setembro de 1990.

Senado Federal, 5 de outubro de 1990. — Senador **Alexandre Costa**, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

(*) ATO Nº 005, DE 5 DE SETEMBRO DE 1990

Institui normas para a produção de Impressos Institucionais do Senado Federal.

O Primeiro Secretário da Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 137 do Ato nº 31, de 1987, da Comissão Diretora,

Resolve:

Art. 1º A produção de Impressos Institucionais do Senado Federal obedecerá ao disposto nas presentes normas.

Art. 2º Para efeito destas normas, constituem Impressos Institucionais os papéis pré-impressos destinados a veicu-

lar informações e dados administrativos, técnicos e jurídico-legais, interna e externamente.

Art. 3º Os Impressos Institucionais compreendem as seguintes categorias básicas:

I — Formulários Institucionais — aqueles que contêm impressos apenas os elementos identificadores da Instituição (assinatura e endereço) e se destinam a correspondência interna e externa, atos, projetos, pareceres etc., sendo seu preenchimento regido por normas específicas de elaboração desses documentos;

II — Formulários Administrativos — aqueles que possuem campos delimitados pré-impressos para posterior preenchimento manual ou mecanizado;

III — Envelopes — destinados ao acondicionamento de documentos de circulação interna e de correspondência externa;

IV — Capas de Processo — destinadas ao acondicionamento de documentos de circulação interna e externa que se convertam em processo;

V — Pastas — destinadas ao arquivamento — em estante, arquivo de gaveta, arquivo suspenso etc. — de documentos;

VI — Fichas — destinadas ao registro de dados e informações diversas, acondicionadas em arquivos próprios;

VII — Publicações — destinadas ao registro das atividades do Congresso Nacional, dos atos e fatos administrativos da Casa, de relatórios gerais e setoriais, etc.;

VIII — Cartazes — destinados à divulgação, interna e externa, de eventos de interesse geral promovidos pelo Senado Federal;

IX — Anúncios — moldura elaborada com os elementos de identificação institucional do Senado Federal, destinada a circunscrever os anúncios a serem publicados na imprensa.

Parágrafo único. Os formulários institucionais e administrativos poderão ser planos (para preenchimento manual ou em máquina de escrever) e contínuos (para impressoras eletrônicas).

Art. 4º Os formatos dos Impressos Institucionais obedecerão às especificações do Sistema Internacional DIN recomendado pela ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas, expressas pelas séries A, B e C, com as seguintes medidas:

SÉRIE A	SÉRIE B	SÉRIE C
A0 = 841 mm X 1189 mm	B0 = 1000 mm X 1414 mm	C0 = 917 mm X 1297 mm
A1 = 594 mm X 841 mm	B1 = 707 mm X 1000 mm	C1 = 648 mm X 917 mm
A2 = 420 mm X 594 mm	B2 = 500 mm X 707 mm	C2 = 458 mm X 648 mm
A3 = 297 mm X 420 mm	B3 = 353 mm X 500 mm	C3 = 324 mm X 458 mm
A4 = 210 mm X 297 mm	B4 = 250 mm X 353 mm	C4 = 229 mm X 324 mm
A5 = 148 mm X 210 mm	B5 = 176 mm X 250 mm	C5 = 162 mm X 229 mm
A6 = 105 mm X 148 mm	B6 = 125 mm X 176 mm	C6 = 114 mm X 162 mm
A7 = 74 mm X 105 mm	B7 = 88 mm X 125 mm	C7 = 81 mm X 114 mm
A8 = 52 mm X 74 mm	B8 = 62 mm X 88 mm	C8 = 57 mm X 81 mm
A9 = 37 mm X 52 mm	B9 = 44 mm X 62 mm	C9 = 40 mm X 57 mm
A10= 26 mm X 37 mm	B10= 31 mm X 44 mm	C10= 28 mm X 40 mm

§ 1º Os formatos A4, B4 e C4, são os fundamentais, deles derivando seus múltiplos e submúltiplos.

§ 2º Serão enquadrados na série A os Impressos Institucionais caracterizados nos incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 3º

§ 3º Enquadram-se na série B os envelopes de maior capacidade e as pastas para arquivamento de papéis da série C.

§ 4º Enquadram-se na série C os envelopes de menor capacidade, as capas de processos, as pastas para arquivamento de papéis da série A e as fichas.

§ 5º O papel copiativo adotado pelo Senado será o de formato A4 (210 mm x 297 mm), devendo, para a cópia de originais de maior formato, ser utilizado o mecanismo de redução de imagem da copiadora.

Art. 5º Os envelopes a serem confeccionados com os elemen-

tos de identificação do Senado, obedecerão aos seguintes padrões internacionais:

81mm x 114mm – formato C7;

81mm x 162mm – para correspondência aérea;

110mm x 220mm – para papéis formato A4 dobrados em 3;

114mm x 162mm – formato C6;

125mm x 176mm – formato B6;

162mm x 229mm – formato C5;

176mm x 250mm – formato B5;

225mm x 325mm – formato C4;

250mm x 353mm – formato B4;

Art. 6º A extensão dos formatos de papéis, quando necessária, obedecerá às seguintes disposições:

I – far-se-á em apenas um sentido do papel horizontal ou vertical mantendo-se a medida padrão do outro.

II – será modulada, tomando-se a medida do lado a ser extendido, subtraindo-se dela 3cm (margem de arquivamento) e dividindo-se o resultado por 2 (dois).

Art. 7º Os formulários institucionais serão impressos na cor preta e os formulários administrativos, na cor azul.

Parágrafo único. Cada formulário terá apenas uma cor de impressão.

Art. 8º Os formulários terão, como marca característica, as seguintes assinaturas ou timbres, impressos do lado esquerdo superior do papel:

I – formulários Institucionais o símbolo, representado pelas Armas da República e o logotipo representado pelo nome Senado Federal;

II – Formulários Administrativos – o símbolo, constituído da marca estilizada integrada pela meia-lua representativa do prédio do Plenário e o traço vertical representativo do prédio do Anexo I, e como logotipo o nome Senado Federal.

§ 1º Os formulários institucionais e administrativos de uso geral da Casa não deverão conter impresso o nome de qualquer órgão da estrutura organizacional.

§ 2º Poderão ser personalizados os formulários destinados à correspondência dos Senadores, de cada membro efetivo da ComissãoDiretora, dos Presidentes de Comissões e dos Líderes partidários.

Art. 9º A padronização dos impressos institucionais, segundo estas normas, é de responsabilidade da Secretaria Administrativa com a colaboração do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal CEDESEN, cabendo a esses órgãos a elaboração e proposição das normas complementares que se fizerem necessárias à perfeita execução da presente.

Art. 10. Os impressos institucionais, objetos deste ato, serão produzidos, com exclusividade, pelo Centro Gráfico do Senado Federal.

Art. 11. O disposto nestas normas aplica-se, no que couber, ao Centro Gráfico CEGRAF, e ao Centro de Informática e Processamento de Dados PRODASEN.

Art. 12. Os estoques atuais de impressos continuarão em uso até que se esgotem.

Art. 13. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

(*) Republicado por haver saído com omissão no DCN (Seção II), de 7-9-90.